

Sulma Marcela Cuervo Ramírez

**Migração interna e deslocamento forçado:
Análise do padrão migratório colombiano do final do século XX e
começo do século XXI**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2014

Sulma Marcela Cuervo Ramírez

**Migração interna e deslocamento forçado:
Análise do padrão migratório colombiano do final do século XX e
começo do século XXI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutora em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Flávio Barbieri
Coorientador: Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2014

Folha de Aprovação

*Com respeito e muito amor aos meus pais,
Flor Maria e Aureliano, e aos meus irmãos
Yamith, Silvio e Diana.*

Todos somos africanos, imigrantes e iguais.
Juan Luis Arsuaga Ferreras

AGRADECIMENTOS

Quero aproveitar este espaço para manifestar o meu mais profundo sentimento de gratidão com o Brasil e com cada uma das pessoas que conheci aqui durante esses anos. Esta foi uma etapa valiosa de desenvolvimento profissional, com a qual me sinto muito privilegiada, e de maravilhosos aprendizados pessoais e de vida. Aqui curei feridas, aprendi português, conheci corações generosos e redescobri aquela força que todos temos para seguir adiante.

Agradeço a Deus, pelas bênçãos de cada dia, por guardar minha família na Colômbia, pelas irmãs que ganhei aqui e pelo simples presente da vida e de ter tido esta experiência grandiosa.

Gostaria de agradecer a todos aqueles que, de uma ou outra forma, me brindaram com sua ajuda, seu serviço, seu apoio, me abriram as portas da sua casa e da sua família, e me deram sua mão para levar à frente este projeto acadêmico.

À minha família, pelo amor que sustenta e confia, me apoia e me aguarda.

A meus pais Flor Maria e Aureliano, por seus cuidados, seu amor incondicional, os seus ensinamentos, seu exemplo e por serem o canal de vida que me possibilita a minha própria experiência.

Aos meus irmãos Yamith, Silvio e Diana, pela alegria de simplesmente saber que existem, a companhia, a cumplicidade, a força para seguir e os seus reclamos para eu voltar.

Aos meus sobrinhos, Juan Diego e Samuel David, pela sua ternura e o amor inspirador para ser uma melhor pessoa, uma boa tia.

A Hildita e a Angela, pelas orações para eu superar as dificuldades e pela espera.

Ao Luciano Mattar, que me permitiu compartilhar um pouquinho do seu coração. A sua companhia tem sido um tesouro de força, alegria e cumplicidade.

Ao meu orientador de curso, de tese, de processo, o Professor Alisson, pela sua paciência e dedicação, seus comentários, por não ter desistido, e pela sua agudeza e seu tom de voz para me mostrar que sempre é preciso, e possível, dar um pouco mais.

Ao meu coorientador, o Professor Irineu, pelos seus comentários precisos, por me possibilitar a aproximação em uma área nova, a geografia, e compartilhar comigo a riqueza dos mapas e a sua utilidade para ter outra leitura das migrações.

Tive o privilégio de ser orientada por professores com uma ampla trajetória acadêmica, mas guardarei, especialmente, o seu trato respeitoso e gentil e a confiança que me passaram para concluir o processo. Obrigada por me permitir sair da sua sala sempre confiante e de cabeça erguida, mesmo em momentos de dúvida e cansaço.

A Jarvis Campos, pela paciência, amizade, o tempo dedicado, a ajuda e os ensinamentos cuidadosos na elaboração dos mapas.

Agradeço aos professores participantes da banca examinadora, José Alberto Magno Carvalho, Rossana Baeninger, Dimitri Fazito e Mardem Campos. Ter sido avaliada por professores tão experientes e reconhecidos na área da migração é uma honra. As suas orientações na qualificação oral e na defesa foram decisivas para enriquecer a elaboração final da tese.

A todos os Professores do CEDEPLAR, por terem compartilhado de forma generosa seus conhecimentos, pelas suas aulas, por ter incentivado a minha curiosidade e a minha opção para o caminho acadêmico, e por todos os ensinamentos durante o processo de formação.

As minhas amigas Mariana Oeyen, Raquel Viana, Lilian Valim, Maira Andrade, Ângela Maria Jaramillo, Mariangela Furlan e Yohana Carvajal de coração generoso, que me brindaram sua amizade, me escutaram e também comigo compartilharam seus sonhos e temores, pela força para continuar e porque se tornaram irmãs e até terapeutas, quando muitas vezes precisei.

Às minhas colegas Carolina Posso e Cristiani Corrêa, pelo seu companheirismo, pelas dicas para a tese, por compartilharem seus temores, cansaço e suas alegrias, e por me escutarem também.

Aos funcionários do CEDEPLAR, pelo seu profissionalismo e amabilidade, em especial ao Sebastião e a Cecília, pela sua gentil disposição de orientar e fornecer as informações imprescindíveis de suporte acadêmico. Aos funcionários da Biblioteca, à Adriana no serviço da Fotocopiadora, aos funcionários de Sistemas, a todo o pessoal de Serviços Gerais, de Vigilância e de Limpeza.

Ao Estado Brasileiro e seu sistema de ensino, que abre espaço para a Cooperação Sul-Sul. Em particular à Universidade Federal de Minas Gerais, onde há lugar para

estudantes de outros países da América Latina. À FAPEMIG pelo suporte financeiro ao longo de todo o doutorado, sem o qual, simplesmente, não teria sido possível esta experiência.

Ao Departamento Administrativo Nacional de Estatística – DANE, que me permitiu acesso aos microdados censitários e à base cartográfica digital, e à Rede Nacional de Informação sobre as Vítimas do Conflito Armado, através da qual é possível dimensionar e reconhecer os impactos do conflito colombiano.

E finalmente, a todos os colegas do CEDEPLAR que conheci ao longo desses anos, mas que não cito individualmente.

RESUMO

As trajetórias migratórias conformam uma forma de “pegada” histórica da sociedade, através da qual se revela espacialmente a ordem que a sociedade seguiu para seu processo de produção e “reprodução” econômica e social. O modo como se dá a articulação entre esses fatores econômicos e sociais e essas trajetórias migratórias, em um contexto histórico particular, constitui o padrão migratório. Sob esta premissa, este estudo tem como propósito fundamental verificar se existe, de fato, um padrão da migração interna no caso colombiano; busca-se avaliar o comportamento da migração interna como parte das transformações econômicas, produtivas e sociais que a Colômbia experimentou no período, configuradas em situações de conflito político e armado.

Para alcançar este propósito, são analisados os microdados censitários demográficos referentes a 1993 e 2005, fornecidos pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística - DANE; e o Registro Único de População Deslocada da Rede Nacional de Informação sobre as Vítimas do Conflito Armado - RUPD-RNI, da Colômbia, disponível para o período 1985-2014. O conceito que se adota como migrante refere-se ao indivíduo que residia, há cinco anos, em um município diferente do município de recenseamento, independente de seu local de nascimento, e que sobrevive à mortalidade e a reemigração. No caso do deslocamento forçado, consideram-se os eventos acumulados anualmente, independentemente se foram experimentados por uma mesma pessoa, ou se aconteceram dentro ou fora dos limites municipais.

A análise dos dados e a aplicação de técnicas de estimação de migração e de análise multivariada permitiram detectar, de um lado, regularidades espaciais que surgem das trocas migratórias no espaço e, de outro, que no padrão de migração interna colombiano se articulam e sobrepõem dois sistemas de trajetórias migratórias, marcadamente seletivos. O primeiro sistema corresponde às trajetórias migratórias de ordem intrarregional, derivadas do parcimonioso processo de industrialização, iniciado no século XIX e consolidado na segunda metade do século XX, e que configuram as principais cidades capitais e suas áreas de aglomeração metropolitana. Neste sistema predominam as trajetórias migratórias interurbanas, mas articuladas ainda com áreas tradicionais de expulsão, que sustentam, ainda, fluxos de origem rural. Um segundo sistema migratório se origina nas áreas historicamente excluídas dos trajetos da industrialização, onde recentemente tem sido expandida a fronteira agrícola para o agronegócio e para a exploração de petróleo. Nessas áreas, configuram-se condições para a produção e comercialização de negócios ilícitos com os quais as populações camponesas se encontram articuladas ou rejeitadas de diversas formas. Esse processo acaba sustentando as correntes migratórias de origem rural para dois tipos de periferias:

aquelas circundantes às áreas urbanas consolidadas, e aquelas que formam os corredores marginais nas áreas de fronteira internacional.

As diversas trajetórias migratórias, dominantes e secundárias, que se configuram nos dois sistemas migratórios, reproduzem os fatores estruturais de inequidade espacial presentes na geografia colombiana, e, a partir deles, a seletividade para a migração. Por exemplo, os fluxos que se originam nas áreas urbanas são dominados por adultos mais educados, mas os que emergem das áreas rurais para as fronteiras, por jovens adultos com baixa escolaridade. Nos primeiros sobressaem as mulheres e nos segundos a participação masculina é maior.

O arcabouço teórico das migrações, derivadas da macroeconomia neoclássica, com o Modelo de Equilíbrio, e da escola estruturalista, com o Modelo Centro Periferia e a Teoria dos Sistemas Mundiais, sustenta, de forma fragmentada os diferentes momentos históricos da evolução do padrão migratório do caso colombiano, particularmente para a segunda metade do século XX. Para este novo século, precisam ser incorporados marcos analíticos que considerem, além da dimensão econômica, fatores de ordem político e social que contribuam para a melhor compreensão das dinâmicas de expulsão em condição forçada, dentro e além dos limites nacionais.

As mudanças do padrão migratório entre o final do século XX e começos do século XXI caracterizam-se pela diminuição do volume da migração interna de caráter voluntário e, em contrapartida, pelo aumento dos deslocamentos de caráter forçado, internos e internacionais, mas que não são captados nos censos demográficos. Entre os dois períodos se acentuaram as maiores distâncias entre origens e destinos e surgem novas áreas de influência migratória que acabam complementando os raios de ação para todos os sistemas migratórios e a consolidação dos sistemas de trocas migratórias intrarregionais, dominadas por mulheres e por jovens adultos.

ABSTRACT

Migratory trajectories conform a form of historical "footprint" of society, through which are spatially reveals the order that society followed for their process economic and social production. The way are gives articulation between these economic and social factors and these migratory trajectories in a particular historical context, is the migratory pattern. Under this premise, this study has as fundamental purpose check whether there is indeed a pattern of internal migration in the Colombian case, we seek to evaluate the behavior of internal migration as part of the economic, productive and social transformations that Colombia experienced in the late twentieth century and early twenty-first century, in situations of political and armed conflict.

To achieve this purpose, the demographic census micro data for 1993 and 2005, provided by the National Administrative Department of Statistics are analyzed - DANE; and the Unified Registry of Displaced Population Information Network National Victims of the Armed Conflict in Colombia RUPDs-INR, available for the period 1985 -. 2014 The concept that is adopted as migrant refers to the individual who resided five years ago in a municipality other than the municipality of registration, regardless of their place of birth; and that survives death and re-emigration. In the case of forced displacement, we consider the cumulative events annually, regardless of whether they were experienced by the same person, and it occurred inside or outside the municipal boundaries.

The data analysis and the application of techniques for the estimation of migration and multivariate analysis allowed the detection of one hand, spatial regularities that arise from migratory exchanges in space and on the other, that the pattern of internal migration Colombian articulate and overlap two migratory trajectories markedly selective systems. The first system corresponds to the migratory trajectories of intra-regional order, derived from the parsimonious industrialization process started in the nineteenth century and consolidated in the second half of the twentieth century, and which constitute the major cities and their metropolitan areas. This system are dominated by inter-urban migratory trajectories, but still articulated with traditional areas of expulsion, which also underpin flows of rural origin.

A second migratory system arise in areas historically excluded of the paths of industrialization, where has recently been expanded agricultural frontier for agribusiness and oil exploration. In these areas are configured conditions for the production and marketing of illicit businesses in which peasant populations are hinged or rejected in different ways.

This process ends up sustaining migratory flows from rural areas to two types of borders: those surrounding the consolidated urban areas, and those that make the marginal corridors in the areas of international border. The various migratory, dominant and secondary trajectories, that are configured on both migration systems reproduce the structural factors of spatial inequity present in Colombian geography, and, from them, the selectivity for migration. For example, streams that originate in urban areas are dominated by more educated adults; but those who emerge from rural areas to the boundaries, by young adults with low education.

The theoretical framework of migration, derived from neoclassical macroeconomics, with the model Equilibrio; and the structuralist school, with the Center-Periphery Model and the Theory of Global Systems, explains a fragmented manner different historical moments of the evolution of the migratory pattern of the Colombian case, particularly for the second half of the twentieth century. For this new century, are necessary analytical frameworks that consider, beyond the economic dimension, political and social factors that contribute to the better understanding of the dynamics of expulsion in forced condition within and beyond national boundaries.

The changes in migration pattern between the late twentieth century and early twenty-first century is characterized by a decrease in the volume of internal migration voluntary and increase in forced displacements of character, domestic and international, but that are not captured in censuses. Between the two periods have widened distances migratory between origins and destinations, and there are new areas for migratory influences that complement the rays of action for all migration and strengthen systems intra-regional migratory exchanges, dominated by women and young adults.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Agencia das Nações Unidas para os Refugiados
CELADE	Centro Latino Americano de Demografia
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CODHES	Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
CODHES	Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento
DANE	Departamento Administrativo Nacional de Estadística
DAS	Departamento Administrativo de Segurança DAS
ENDS	Encuesta Nacional de Demografía y Salud de Colombia
FARC	Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia
FUD	Formulário Único de Declaración de Desplazamiento
IMILA	Investigación de la Migración Internacional en Latino-América International, University of Minnesota, 2013.
IPUMS	Integrated Public Use Microdata Series. Minnesota Population Center.
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNI	Rede Nacional de Informação da Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas do Conflito Armado
RUPD	Registro Único de População Deslocada
RUT	Sistema de informação sobre deslocados forçados, administrado pela Conferência Episcopal da Igreja Católica.
RUV	Registro Único de Vítimas RNI
SUR	Sistema Único de Registro do Deslocamento Forçado.
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

LISTA DE TABELAS

TABELA 4.1 ESQUEMA DE FRAGMENTAÇÃO DA MATRIZ DE MIGRAÇÃO DE ORIGEM – DESTINO PARA A ELABORAÇÃO DOS MAPAS DE FLUXO NO NÍVEL DE MUNICÍPIO	70
TABELA 4.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS CENSOS COLOMBIANOS	75
TABELA 4.3 OS QUESITOS SOBRE MIGRAÇÃO NOS CENSOS DA COLÔMBIA	76
TABELA 5.1 COLÔMBIA. POPULAÇÃO SEGUNDO DIFERENTES AGREGAÇÕES ESPACIAIS URBANA E RURAL. CENSOS 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005	90
TABELA 5.2 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA. PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DOS MIGRANTES COM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO DEPARTAMENTOS E MUNICÍPIOS. CENSOS DÉCADAS DE 1990 E 2000	95
TABELA 5.3 PRIMEIRO CENÁRIO DO PADRÃO DE MOBILIDADE COLOMBIANO	97
TABELA 5.4 EMIGRANTES INTERNACIONAIS DE ORIGEM COLOMBIANA	97
TABELA 5.5 DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES INTERNACIONAIS DE ORIGEM COLOMBIANO	98
TABELA 5.6 TAMANHO DA MIGRAÇÃO ACUMULADA E DE DATA FIXA SEGUNDO DIFERENTES UNIDADES ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL. CENSOS 1993 E 2005.....	105
TABELA 5.7 COLÔMBIA. VOLUME E TAXAS DA MIGRAÇÃO DE DATA FIXA SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS. CENSOS 1993 E 2005.	107
TABELA 5.8 COLÔMBIA. MIGRANTES DE DATA FIXA 2000 – 20005 SEGUNDO TIPOS DE FLUXOS MIGRATÓRIOS E SEGUNDO TAMANHO DOS MUNICÍPIOS. CENSO 2005.	108
TABELA 6.1 COLÔMBIA. PADRÃO MIGRATÓRIO SEGUNDO CAUSA, ESCALA E COMPOSIÇÃO POR IDADE, SEXO E NÍVEL EDUCACIONAL, QUINQUÊNIO 1988 – 1993.	132
TABELA 6.2 COLÔMBIA. PADRÃO MIGRATÓRIO SEGUNDO CAUSA, ESCALA E COMPOSIÇÃO POR IDADE, SEXO E NÍVEL EDUCACIONAL, QUINQUÊNIO 2000 - 2005	133
TABELA 6.3 COLÔMBIA. PADRÃO DE MIGRAÇÃO INTERNA SEGUNDO TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E COMPOSIÇÃO POR IDADE, SEXO E NÍVEL EDUCACIONAL, QUINQUÊNIO 1988 – 1993.....	136
TABELA 6.4 A COLÔMBIA. PADRÃO DE MIGRAÇÃO INTERNA SEGUNDO TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA E COMPOSIÇÃO POR IDADE, SEXO E NÍVEL EDUCACIONAL, QUINQUÊNIO 2000 – 2005... ..	137

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.1 COLÔMBIA. EVOLUÇÃO DO TAMANHO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, 1800 – 2005. SEGUNDO OS CENSOS - DANE.....	41
GRÁFICO 3.2 COLÔMBIA. TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO INTERCENSITÁRIA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL, SEGUNDO OS CENSOS - DANE.....	41
GRÁFICO 5.1 COLÔMBIA. TAXAS DE CRESCIMENTO AGREGAÇÕES DE MUNICÍPIOS.....	91
GRÁFICO 5.2 COLÔMBIA. TAXAS DE CRESCIMENTO DAS ÁREAS METROPOLITANAS. CENSOS 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005.....	92
GRÁFICO 5.3 COLÔMBIA. TAXAS DE CRESCIMENTO NÚCLEOS DAS ÁREAS METROPOLITANAS. CENSOS 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005	93
GRÁFICO 5.4 A COLÔMBIA. TAXAS DE CRESCIMENTO MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS ÁREAS METROPOLITANAS. CENSOS 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005.....	93
GRÁFICO 5.5 DESLOCADOS FORÇADOS E REFUGIADOS INTERNACIONAIS DA COLÔMBIA.	101
GRÁFICO 5.6 DESLOCADOS FORÇADOS NA COLÔMBIA E NO MUNDO. SÉRIE 1980 A 2001... ..	102
GRÁFICO 5.7 REFUGIADOS INTERNACIONAIS NA COLÔMBIA E NO MUNDO. SÉRIE 1980 2011.	102
GRÁFICO 6.1 A COLÔMBIA. ESTRUTURA POR IDADE E SEXO DOS MIGRANTES DE DATA FIXA SEGUNDO OS CENSOS DE 1993 E DE 2005.	130
GRÁFICO 6.2 VOLUME DO DESLOCAMENTO FORÇADO NA COLÔMBIA DESDE 1987 A 2014 PARA HOMENS E MULHERES.....	131
GRÁFICO 6.3 COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS NA COLÔMBIA.	131

LISTA DE MAPAS

MAPA 3.1 GRANDES REGIÕES NATURAIS DA COLÔMBIA	33
MAPA 3.2 COLÔMBIA. LOCALIZAÇÃO DENTRO DA AMÉRICA DO SUL E DIVISÕES POLÍTICO - ADMINISTRATIVAS DE DEPARTAMENTOS, PROVÍNCIAS E MUNICÍPIOS	36
MAPA 5.1 COLÔMBIA. ÁREAS METROPOLITANAS DA REGIÃO ANDINA. TLM E FLUXOS DE MIGRAÇÃO INTERNA DE DATA FIXA, SEGUNDO TAMANHO E DIREÇÃO, NA ESCALA MUNICIPAL. CENSOS 1993 E 2005.....	111
MAPA 5.2 COLÔMBIA. FLUXOS DE MIGRAÇÃO INTERNA EM RELAÇÃO A UMA DATA FIXA ANTERIOR, SEGUNDO TAMANHO E DIREÇÃO NA ESCALA MUNICIPAL. CENSO DE 1993. ..	113
MAPA 5.3 COLÔMBIA. FLUXOS DE MIGRAÇÃO INTERNA EM RELAÇÃO A UMA DATA FIXA ANTERIOR, SEGUNDO TAMANHO E DIREÇÃO NA ESCALA MUNICIPAL. CENSO DE 2005 ...	114
MAPA 5.4 COLÔMBIA. FLUXOS DE MIGRAÇÃO INTERNA COM RELAÇÃO A UMA DATA FIXA ANTERIOR, SEGUNDO TAMANHO E DIREÇÃO, NA ESCALA MUNICIPAL. ANÁLISE FATORIAL CENSOS 1993 – 2005.....	116
MAPA 5.5 COLÔMBIA. TAXAS DE IMIGRAÇÃO SEGUNDO DATA FIXA NA ESCALA DE PROVÍNCIA. CENSOS 1993 E 2005.	117
MAPA 5.6 COLÔMBIA TAXAS DE EMIGRAÇÃO SEGUNDO DATA FIXA NA ESCALA DE PROVÍNCIA. CENSOS 1993 E 2005.	119
MAPA 5.7 COLÔMBIA - TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO SEGUNDO DATA FIXA NA ESCALA DE PROVÍNCIA. CENSOS 1993 E 2005.	121
MAPA 5.8 - COLÔMBIA. ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA. CENSOS 1993 E 2005.	123
MAPA 5.9 COLÔMBIA. PROVÍNCIAS DE EXPULSÃO FORÇADA 2000-2005.	125
MAPA 5.10 COLÔMBIA. PROVÍNCIAS DE ATRAÇÃO FORÇADA 2000-2005.	126
MAPA 6.1 COLÔMBIA. MIGRAÇÃO INTERPROVINCIAL DE DATA FIXA SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (BAIXO, MÉDIO, ALTO) A PARTIR DO CENSO 1993.	138
MAPA 6.2 COLÔMBIA. MIGRAÇÃO INTERPROVINCIAL DE DATA FIXA SEGUNDO NÍVEL EDUCACIONAL (BAIXO, MÉDIO, ALTO) A PARTIR DO CENSO 2005.	140

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	3
1.2 AS PERGUNTAS NORTEADORAS	5
1.3 OBJETIVOS	6
1.3.1 OBJETIVO GERAL	6
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
1.4 O OBJETO DE ESTUDO E A ESCALA DE ANÁLISE ESPACIAL	7
1.5 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O CASO COLOMBIANO	8
1.6 JUSTIFICATIVA	9
2. INTERPRETAÇÃO DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO CONTEMPORÂNEO À LUZ DAS ABORDAGENS TEÓRICAS	11
2.1 O CONCEITO DE PADRÃO MIGRATÓRIO	13
2.2 PRESSUPOSTOS FRENTE AO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO	14
2.3 ELEMENTOS CONCEITUAIS PARA IDENTIFICAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E ANÁLISE DE UM PADRÃO MIGRATÓRIO	15
2.3.1 AS LEIS DE MIGRAÇÃO	15
2.3.2 A TEORIA DA TRANSIÇÃO DA MOBILIDADE	17
2.4 ELEMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DAS TEORIAS TRADICIONAIS DE MIGRAÇÃO PARA A INTERPRETAÇÃO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	18
2.4.1 O MODELO DE EQUILÍBRIO DA TEORIA ECONÔMICA NEOCLÁSSICA	18
2.4.2 O MODELO DE EQUILÍBRIO FRENTE AOS PADRÕES VIGENTES NA COLÔMBIA	20
2.4.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	21
2.4.4 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA FRENTE AOS PADRÕES VIGENTES NA COLÔMBIA	22
2.4.5 A APROXIMAÇÃO ANALÍTICA PUSH – PULL	23
2.4.6 A TEORIA DOS SISTEMAS MUNDIAIS	24
2.4.7 ELEMENTOS PARA A INTERPRETAÇÃO DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS MUNDIAIS	25
2.4.8 O MODELO SOBRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO	26
2.4.9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29

3. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS SOBRE AS CAUSAS ESTRUTURAIS DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO.....	32
3.1 TRAÇOS GEOGRÁFICOS DETERMINANTES DO PROCESSO DE POVOAMENTO E DAS MIGRAÇÕES INTERNAS.....	32
3.2 A COLÔMBIA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA.....	38
3.3 ASPECTOS DO PROCESSO DA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NA COLÔMBIA	40
3.4 CENÁRIO DO CONFLITO ARMADO CONTEMPORÂNEO FRENTE ÀS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS DOS COLOMBIANOS	44
3.5 AS MIGRAÇÕES FORÇADAS NO FINAL DO SÉCULO XX E COMEÇOS DO SÉCULO XXI COMO PRODUTO DA COMBINAÇÃO DAS FORMAS DE LUTA	47
3.6 DISCUSSÃO SOBRE OS FATORES SUBJACENTES AO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO	51
4. MARCO METODOLÓGICO	54
4.1 TÉCNICAS DIRETAS DE MIGRAÇÃO: CONCEITOS, MEDIDAS E PROCEDIMENTOS APLICADOS	55
4.1.1 O CONCEITO DE MIGRAÇÃO.....	55
4.1.2 A DIMENSÃO ESPACIAL DE MIGRAÇÃO	57
4.1.3 A DIMENSÃO TEMPORAL NO CONCEITO DE MIGRAÇÃO	57
4.1.4 AS MEDIDAS E CONCEITOS RELATIVOS À MIGRAÇÃO CONSIDERADOS PARA ESTA TESE	59
4.1.5 APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DIRETAS DE MIGRAÇÃO A PARTIR DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS	62
4.1.6 TAXAS DE MIGRAÇÃO FORÇADA E TAXAS DE DESLOCAMENTO FORÇADO.....	66
4.2 APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE ANÁLISE ESPACIAL EXPLORATÓRIA.....	68
4.3 APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE ANÁLISE MULTIVARIADA.....	71
4.3.1 APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ANÁLISE FATORIAL.....	71
4.3.2 APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COMPONENTES PRINCIPAIS	72
4.4 APLICAÇÃO DE TÉCNICAS BÁSICAS DE ANÁLISE DEMOGRÁFICA PARA GRUPOS DE MIGRANTES SEGUNDO TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS	73
4.5 AS FONTES DE DADOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PADRÃO DE MIGRAÇÃO INTERNA. 74	
4.5.1 OS CENSOS DEMOGRÁFICOS NA COLÔMBIA	74
4.5.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO CENSO 1993 FRENTE À MEDIÇÃO DA MIGRAÇÃO	76
4.6 AS FONTES DE DADOS PARA DIMENSIONAR A MIGRAÇÃO FORÇADA: O DESLOCAMENTO FORÇADO E OS REFUGIADOS INTERNACIONAIS	82
4.6.1 FONTES DE DADOS PARA O DESLOCAMENTO INTERNO	84
4.6.2 AS FONTES DE DADOS DOS REFUGIADOS INTERNACIONAIS	85
4.7 AS FONTES DE DADOS PARA DIMENSIONAR A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL.....	85

5. COMPORTAMENTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS COMO PARTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO FIM DO SÉCULO XX E DE COMEÇOS DO SÉCULO XXI.....	87
5.1 O PAPEL DA INDUSTRIALIZAÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	87
5.2 AS MIGRAÇÕES VOLUNTÁRIAS E FORÇADAS NO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO DE FINAL DO SÉCULO XX E COMEÇOS DO SÉCULO XXI.....	94
5.2.1 AS MIGRAÇÕES VOLUNTÁRIAS.....	94
5.2.2 AS MIGRAÇÕES FORÇADAS	99
5.3 ESTRUTURA E REGULARIDADES ESPACIAIS DA MIGRAÇÃO INTERNA.....	103
5.3.1 DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES ENTRE REGIÕES, DEPARTAMENTOS E PROVÍNCIAS	103
5.3.2 ORIGENS E DESTINOS DAS MIGRAÇÕES SEGUNDO O TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	106
5.3.3 REPARTIÇÃO DA MIGRAÇÃO SEGUNDO TIPO DE FLUXOS MIGRATÓRIOS E SEGUNDO TAMANHO DOS MUNICÍPIOS	107
5.3.4 AS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS QUE CONDUZEM ÀS ÁREAS METROPOLITANAS	109
5.3.5 REGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS.....	112
5.4 BALANÇO DE GANHOS E PERDAS ESPACIAIS COMO RESULTADO DAS TROCAS MIGRATÓRIAS NA ESCALA DE PROVÍNCIA	116
5.4.1 COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE IMIGRAÇÃO	116
5.4.2 COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE EMIGRAÇÃO.....	119
5.4.3 COMPORTAMENTO DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO.....	120
5.4.4 O ÍNDICE DE EFICÁCIA MIGRATÓRIA	122
5.4.5 COMPORTAMENTO DA EXPULSÃO FORÇADA	124
5.4.6 COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE DESLOCAMENTO FORÇADO	126
6. COMPOSIÇÃO E SELETIVIDADE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	127
6.1 COMPOSIÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NOS QUINQUÊNIOS 1988-1993 E 2000-2005	128
6.1.1 COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DAS MIGRAÇÕES VOLUNTÁRIAS.....	128
6.1.2 COMPOSIÇÃO POR IDADE E SEXO DAS MIGRAÇÕES FORÇADAS	130
6.2 SELETIVIDADE DOS MIGRANTES EM FUNÇÃO DAS CAUSAS E DAS TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS INTERNAS	133
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
8. BIBLIOGRAFIA	152

ANEXOS	167
ANEXO 1. METODOLOGIA DO DANE PARA “LEVAR” A POPULAÇÃO RECENSEADA A UM ÚNICO MOMENTO ESTATÍSTICO.	168
ANEXO 2. CALENDÁRIO DAS FASES E CONGLOMERADOS DOS MUNICÍPIOS PARA A RECOLEÇÃO DO CENSO 2005.....	169
ANEXO 3. MAPA DA OMISSÃO CENSITÁRIA DO CENSO 2005	170
ANEXO 4. MAPA DE COBERTURA CENSITÁRIA DO CENSO 2005.....	171
ANEXO 5. PLOTS DA RELAÇÃO ENTRE AS TAXAS DA MIGRAÇÃO INTERNA, AS TAXAS DE MIGRAÇÃO FORÇADA, E AS TAXAS DE DESLOCAMENTO FORÇADO NA ESCALA MUNICIPAL CENSO 2005 E RUPD-RNI.....	172

1. INTRODUÇÃO

O interesse sobre a abordagem das dinâmicas de migração interna surgiu inicialmente frente à preocupação que, na Colômbia, suscitam as causas e as consequências do processo de despovoamento no contexto do conflito político e social, de larga data na história colombiana.

A experiência do Doutorado no Brasil constitui não apenas uma valiosa oportunidade de formação acadêmica e Profissional, mas também um lugar privilegiado para tentar enxergar e compreender melhor, ou pelo menos de outra perspectiva, os fatores envolvidos nos processos migratórios para a Colômbia e, com eles, nos processos de despovoamento rural. De fato, durante o percurso acadêmico do Programa de Pós-graduação em Demografia, esta preocupação inicial foi se abrindo para outras questões, entre elas, as causas estruturais da migração interna associadas aos processos de industrialização e modernização de outros países da América Latina.

Na tentativa permanente de encontrar explicações ao caráter violento que envolve as migrações no caso colombiano, o que, de alguma maneira, revela uma forma de resistência por parte das populações rurais para permanecerem nos seus territórios, me defrontaria permanentemente com a ideia conclusiva no espaço acadêmico de que os processos de migração para os centros urbanos seriam inevitáveis e necessários, a despeito das consequências que supõem tanto os processos de despovoamento quanto de urbanização acelerada.

Os processos migratórios que a Colômbia e outros países da região experimentaram, nas décadas de 1950 e de 1960, estariam em grande medida explicados pelas pressões que suporiam o crescimento demográfico nas áreas rurais, a intensificação da industrialização nas áreas urbanas e pelas diferenças salariais entre as duas áreas (Rodríguez, 2004; Brito, 2000; Kalmanovitz, 2000; Cardona, n.d). Nas décadas posteriores, particularmente a partir da década de 1980, não apenas o volume e as tendências da migração interna e internacional da Colômbia se apartaram daquelas que apresentavam outros países da América Latina (Censos do DANE, 1993, 2005; Rodríguez & Busso, 2009), mas o caráter violento começa a aparecer como um aspecto marcante de uma parcela desses movimentos, o que também diverge dos outros países da região.

Esta tese orienta-se em procurar e identificar, através da revisão de material histórico, econômico e político, alguns elementos que permitam compreender porque essas particularidades para o caso colombiano; em estabelecer, a partir da análise dos microdados censitários de 1993 e de 2005, o padrão migratório colombiano e suas

variações, do final do século XX e começo do século XXI, e em reconhecer se o deslocamento forçado faz parte das dinâmicas de migração interna, para o qual se utiliza o sistema de registro de população deslocada da Rede Nacional para a Identificação das vítimas do conflito armado, disponíveis a partir do ano 1985.

A ordem dos capítulos responde a estes fins. Neste primeiro capítulo apresenta-se, de uma parte, a contextualização do problema, as perguntas norteadoras e os objetivos; e de outra, esclarecem-se o objeto de estudo, a escala de análise espacial, as evidências empíricas e a justificativa.

O capítulo dois apresenta as bases conceituais e teóricas que orientam a definição e operacionalização do padrão migratório, e as principais abordagens teóricas de ordem macro, a fim de discutir e identificar elementos teóricos e conceituais para a interpretação do padrão migratório colombiano.

O capítulo três expõe, de uma parte, os antecedentes históricos e o contexto geográfico que determinaram o sistema de povoamento no território colombiano e, a partir dele, as particularidades dos processos de migração interna. E por outro lado, no contexto da América Latina, localizam-se os aspectos de ordem econômica e política da Colômbia que permitem compreender porque foi tão parcimonioso e heterogêneo seu processo de industrialização e desenvolvimento, até desencadear e aprofundar a situação de conflito e violência, em que se encontram envolvidos os fatores de expulsão migratória interna e internacional, em condições voluntárias e forçadas.

O capítulo quatro integra, de um lado, a apresentação dos conceitos e técnicas de estimação direta para a migração e o deslocamento forçado, assim como as fontes de informação utilizadas. E de outro, explica-se detalhadamente cada uma das etapas metodológicas que se seguiram para tentar alcançar os objetivos propostos.

No capítulo cinco apresentam-se, primeiro, alguns elementos sobre a consolidação das trajetórias migratórias dominantes e secundárias, que surgiram com o processo de industrialização do país durante toda a segunda metade do século XX. Posteriormente, são discutidos os resultados da aplicação das técnicas de estimação da migração e das técnicas estatísticas de análise multivariada para verificar as principais mudanças do padrão migratório do final das décadas de 1990 e de 2000, salientando a combinação da migração interna e internacional e, dentro delas, do comportamento das migrações forçadas.

O capítulo seis se centra nos resultados sobre a composição e a seletividade migratória segundo as trajetórias migratórias e o caráter, livre ou forçado, dos movimentos. No capítulo sete, apresentam-se as principais conclusões.

1.1 Contextualização do problema

A Colômbia é um dos países da América Latina que mais rápido iniciou a desconcentração da população das áreas rurais (Kalmanovitz & López, 2006). Isto, em parte, foi favorecido pelo processo de acelerado crescimento demográfico (Schultz, 1971) que, entre 1950 e 1960, se aproximava de uma taxa de crescimento média anual de 4%; mas, também, por conflitos estruturais de ordem econômica e política, que causariam o deslocamento de milhares de camponeses em situação de violência, favorecendo a sua concentração nas áreas urbanas, para quando as taxas de crescimento urbano aproximavam-se de 6,5% anuais.

Mas os conflitos estruturais, subjacentes a essas migrações massivas da década de 1950, não apenas prevalecem, mas têm se aprofundado e têm favorecido o fenômeno do conflito armado e da violência na Colômbia (González, *et.al.* 2002; Safford & Palácios, 2002; Bushnell, 2007). A desigualdade dos ingressos e da distribuição da terra (Fajardo, 2010),¹ a ambígua definição dos direitos de propriedade nas áreas rurais e a incapacidade do Estado e dos proprietários para garantir esses direitos (Fajardo, 2010; Kalmanovits & López, 2002); a fragmentação das redes de poder e as tensões políticas (Pécaut, 2013), principalmente, fornecem elementos para argumentar que a história das migrações, no caso colombiano, dificilmente está alheia ao conflito e que, em grande medida, aconteceram de maneira forçada. Conflitos históricos ainda sem solução que, em parte, explicam porque hoje se dirime um novo processo de negociação de paz entre representantes do Estado e de Grupos de Insurgência armada na Habana Cuba.

A análise da dinâmica migratória possibilitada pelos dados censitários nos intervalos quinquenais de 1988 – 1993 e de 2000 – 2005 corresponde a duas etapas de importantes mudanças sociais, econômicas e políticas do país, que, também, estariam mediadas pelas condições do conflito armado, que inevitavelmente impactariam a intensidade, a natureza e os trajetos dos fluxos migratórios.²

No primeiro período, como uma alternativa para fortalecer as bases democráticas e conduzir o país à almejada paz, promulgou-se a Constituição Nacional de 1991, vigente

¹ Um estudo do Banco Mundial (2004) mostra que em 1996 os prédios mais extensos, maiores de 200 etárias, correspondiam apenas ao 2,8% do total de prédios rurais e concentravam 39,2% da terra. E os prédios menores, entre 0 e 5 etárias, correspondiam a 46,8% do total de prédios e conformavam só 0 3,2% da terra.

² Para ter uma ideia da dimensão do conflito, em um informe da “Fiscalia General de la Nación” e a instituição privada “Acción Social”, durante as últimas três décadas, só os grupos Paramilitares teriam cometido 167.000 homicídios; 1.322 massacres coletivos, 33.782 desaparecimentos forçados; as Guerrilhas, teriam cometido perto de 30.000 sequestros. E segundo cifras da Polícia teriam sido ocasionadas ao redor de 440.000 mortes violentas. A taxa de homicídios teria alcançado, no final da década de 1990, 80 por cada 100.000 habitantes (Pécaut, 2013).

até hoje, e que propiciaria à sociedade transformações fundamentais em matéria de direitos civis (Gutiérrez, 2010). Tentou-se um processo de negociação da paz com o grupo de insurgência FARC, que terminou em frustração, e que, paradoxalmente, acabou fortalecendo as guerrilhas (González *et al.*, 2002; Pardo, 2010), desencadeando-se uma profunda crise social e política derivada da luta e do “contágio” do narcotráfico entre o Estado e os Cartéis da droga (Pécaut, 2013; Bushnell, 2007; Robinson, 2010). Quanto à área econômica, iniciar-se-ia uma política de abertura econômica, mas que acabou por conduzir o país à pior recessão econômica desde a década de 1930 (Palácios & Sáford, 2002).

No segundo período, a nação atravessaria uma nova etapa de conflito, caracterizada pela intensificação das ações violentas das FARC e pelo fortalecimento de novos atores vinculados ao conflito, conhecidos como paramilitares, os quais se somariam ao controle de territórios para as atividades ilícitas e do erário do Estado, sob a administração dos municípios (Torres, 2010). Nesse período, sob o governo de Álvaro Uribe Vélez, foi inaugurada a “Política de Seguridad Democrática”, como parte do Programa “Plan Colombia para a Luta Contra as Drogas”, apoiado pelo governo dos Estados Unidos, também como estratégia para restabelecer a segurança (Robinson, 2009, 2013; Suarez, 2007). Nesse período, paralelamente, a economia começou uma nova fase de recuperação (Kalmanovitz, 2006).

Uma das modificações fundamentais na nova carta constitucional de 1991 foi a formalização do Sistema de Descentralização Administrativa e Política do País, que outorgaria às Entidades Territoriais de nível municipal a administração dos recursos do Estado nas áreas de saúde, educação e serviços sociais (Gutiérrez, 2010; SUBDERE, 2009). O Sistema surge como uma alternativa para fortalecer a democracia, diminuir a violência, melhorar a eficiência do funcionamento do Estado e como mecanismo de proteção contra a corrupção e o clientelismo (Gutiérrez, 2010). No entanto, as mudanças institucionais provocadas pelo sistema de descentralização contribuíram justamente para o aumento da influência dos grupos armados irregulares na vida política local e a intensificação da violência na última década (Torres, 2010) o que ocasionaria novas fontes de deslocamentos.

Frente a esse conjunto de mudanças durante as últimas décadas duas perguntas surgem. Qual é o comportamento das migrações internas como parte destes processos? O que revelam os fluxos migratórios, as suas orientações, o seu tamanho e a sua composição?

Os resultados apresentados ao longo desta pesquisa sugerem que a Colômbia não pode ser categorizada como um país predominantemente urbano. Embora exista uma força concentradora de população nas áreas urbanas, para onde, de fato, se dirigem a maior

parte dos fluxos migratórios, persiste uma resistência importante da população que se localiza nas áreas rurais, a qual atingia, em 2005, ao redor de 11 milhões de habitantes, 30% da população total, distribuídos em mais de 1000 municípios.

Essa população, que continua sustentando a base agroalimentar da população colombiana, assim como outros setores de ordem primária, como a mineração, tem sido relegada historicamente dos benefícios do desenvolvimento e da modernização. Esta tendência histórica obedece não apenas aos menores custos econômicos, que possibilita a aglomeração de pessoas, de infraestrutura e de recursos financeiros nos processos de urbanização e de metropolização, mas, a outros fatores de ordem geográfica, social e política, que têm sido determinantes nos avanços díspares do desenvolvimento espacial e, a partir deles, na configuração de fatores de atração e de expulsão, inclusive em condições forçadas.

Algumas das áreas da agreste geografia que o Estado colombiano historicamente não “conquistou”: as vastas florestas tropicais da Amazônia e do Pacífico, as ladeiras íngremes das cordilheiras, e as áreas marginais das fronteiras internacionais acabaram sendo dominadas por outras forças “paraestatais”. Estas, porém, não levaram precisamente desenvolvimento, mas outras formas ilícitas de acumulação de capital, às quais as populações camponesas se encontram articuladas ou rejeitadas de diversas formas, o que acaba sustentando as correntes migratórias de origem rural para dois tipos de periferias: aquelas circundantes às áreas urbanas consolidadas e aquelas que conformam os corredores marginais nas áreas de fronteira internacional.

1.2 As perguntas norteadoras

Diante deste panorama emergem várias questões que traçam um roteiro para uma agenda de pesquisa sobre as causas, consequências e as especificidades da migração interna colombiana. Esta tese orienta-se e busca respostas para as seguintes questões:

- *Qual é o comportamento das dinâmicas de migração interna, na escala microrregional, como parte dos processos econômicos recentes, configurados em situações de conflitos armado e político no caso colombiano? O que revelam os Censos de 1993 e de 2005 realizados justamente em momentos históricos de conflito e de grandes mudanças no país?*
- *O que fornecem as teorias, ou as aproximações teóricas, sobre migração, para ajudar a compreender e esclarecer os processos de migração interna de países em desenvolvimento, no contexto econômico contemporâneo, caracterizado pela globalização, a liberalização de mercados internacionais e descentralização do Estado, como é o caso da Colômbia?*

- *Quais antecedentes de ordem histórica, econômica, social e política são relevantes para identificar e contextualizar e localizar as dinâmicas migratórias contemporâneas da Colômbia?*
- *Quais são as pessoas que migram para os municípios de características mais rurais, ou urbanas, e aqueles fronteiriços, quais as que saem e quais as que ficam? Quais são esses municípios? Existe um padrão migratório diferenciado nesse mundo rural? Existe um padrão migratório diferenciado nesse mundo urbano? Qual a distribuição dos fluxos migratórios no espaço nacional? E qual o papel deles como elemento organizador do espaço?*
- *Quais configurações e regularidades podem ser identificadas em termos da estrutura espacial que os fluxos migratórios e as suas trajetórias redesenham na escala de microrregião, em resposta aos processos mencionados?*

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Este estudo tem como propósito fundamental verificar se existe, de fato, um padrão da migração interna no caso colombiano, em função do tamanho, da intensidade, da direção e da composição dos fluxos migratórios, e se ele mudou entre fins do século XX e começo do século XXI, interrogando-nos sobre a maneira com que esse padrão migratório responde ou expressa as transformações econômicas, produtivas e sociais que a Colômbia experimentou no período.

1.3.2 Objetivos específicos

Estabelecer a contribuição dos arcabouços teóricos da migração na interpretação do padrão migratório colombiano no período contemporâneo.

Discutir como o contexto contemporâneo da globalização, de liberalização do mercado e de descentralização do Estado impacta as dinâmicas de migração interna de um país em vias de desenvolvimento.

Analisar as migrações internas na Colômbia sob uma perspectiva histórica e identificar fatores de ordem econômica, social e política que permitam compreender a consolidação das trajetórias migratórias dominantes e secundárias e suas mudanças no padrão migratório recente.

Identificar regularidades segundo a configuração espacial dos fluxos migratórios na escala de microrregião e identificar mudanças segundo os Censos de 1993 e de 2005.

Verificar se existe seletividade na composição dos fluxos migratórios segundo a sua origem e o seu destino, e se ela mudou no período de tempo considerado.

Estudar a distribuição espacial dos fluxos migratórios na escala local e verificar se existe de fato um padrão: se é aleatório, se se apresenta em aglomerados ou se os trajetos estão regularmente distribuídos.

1.4 O objeto de estudo e a escala de análise espacial

O objeto de análise nesta tese foram os fluxos migratórios internos, no nível das microrregiões conhecidas como províncias. As províncias correspondem a 146 conjuntos de municípios contíguos geograficamente e que, por sua vez, integram os 36 Departamentos da Colômbia. A conformação das províncias não é arbitrária, elas estão constituídas historicamente a partir de características geográficas e por elementos culturais, econômicos e políticos.

Uma das razões pelas quais se prioriza a análise da migração em níveis mais desagregados espacialmente, inicialmente para municípios e, posteriormente, para províncias, relaciona-se ao papel das municipalidades no atendimento dos serviços sociais básicos da população. Como comentado anteriormente, com a reforma da constituição nacional de 1991, em paralelo à criação do Sistema de Descentralização Administrativa do País, funciona o Sistema Geral de Participações para a transferência dos recursos, a partir do Estado Central para os municípios. Estes recursos são determinados segundo o tamanho da população, que é definido, entre outras coisas, pelo comportamento migratório e a mobilidade entre elas, pelas demandas que envolvem as pessoas deslocadas em condição forçada.

Ademais, a consideração da escala local e provincial resulta de enorme utilidade por que:

- permite identificar trocas migratórias importantes, que ficam ocultas quando se consideram escalas espaciais maiores, como os Departamentos, equivalentes às Unidades da Federação no Brasil;
- facilita a comparabilidade entre os dois censos, particularmente quando são criados novos municípios, que, na maior parte dos casos, fazem parte das mesmas províncias;
- o agrupamento de municípios em províncias permite uma análise mais robusta das taxas de migração, principalmente porque se supera o problema de

comparabilidade que envolvem as divisões administrativas de escala municipal, que variam muito quanto a tamanho, forma e comprimento da fronteira;

- e, finalmente, porque não se conhecem, na Colômbia, análises de migração em nível de província, o que se torna uma nova oportunidade para analisar e entender as dinâmicas de migração.

1.5 Evidências empíricas para o caso colombiano

O fenômeno migratório na Colômbia é um tema abordado, problematizado e discutido permanentemente, tanto no âmbito acadêmico, quanto no político e do planejamento do território (Cubides & Dominguez, 1999; Flórez, 1999; Martínez, 2006). Em relação à complexidade do fenômeno da migração, no caso da Colômbia, são dois os tópicos que têm despertado maior interesse e análise: o deslocamento forçado e a migração internacional, em todas as suas múltiplas facetas. O interesse tem sido consideravelmente menor em torno do exame sobre o processo de migração interna, o qual, obviamente se vincula aos dois anteriores.

Por outro lado, os escassos estudos voltados para a dinâmica da migração apresentam duas orientações particulares: ou se centram nas dinâmicas de migração em nível departamental (equivalente às Unidades da Federação), o que impede compreender as dinâmicas migratórias em um nível mais desagregado, ou focam eventos particulares, através de estudos de caso e a aplicação de métodos qualitativos, deixando um vazio frente ao que está acontecendo em nível local e, portanto, dificultando o reconhecimento das regularidades, e suas particularidades, do processo e da dinâmica da migração interna no âmbito local.

Em relação aos avanços na análise da migração interna no contexto nacional da Colômbia a partir dos censos, destacam-se quatro trabalhos recentes:

1. Castellanos C., Elizabeth (2010). La migración interna y su papel en la dinámica demográfica de los departamentos colombianos, 2000 – 2005. (Disertación de Maestría en Estudios de Población). Universidad Externado de Colombia. Bogotá
2. Martínez G., Ciro L. (2001). Las migraciones internas en Colombia. Análisis territorial y demográfico según los censos de 1973 y 1993. (Tesis Doctoral) Universidad Autónoma de Barcelona.
3. Ruiz R., Nubia Y. (2007). El desplazamiento forzado en el interior de Colombia: Caracterización sociodemográfica y pautas de distribución territorial 2000 – 2004 (Tesis de doctorado en Demografía). Universidad Autónoma de Barcelona.
4. González, Alejandro (2010). La migración de retorno en Colombia, Un análisis descriptivo a partir del Censo Nacional de Población de 1993. Universidad Externado de Colombia.

Os dois primeiros trabalhos explicam amplamente as dinâmicas de migração interna em nível departamental, em dois momentos diferentes do tempo, mas não em nível provincial ou municipal. Os dois últimos, referidos ao nível de municipalidade, estão orientados à análise da migração forçada e da migração de retorno, respectivamente. Embora estes estudos forneçam elementos para compreender as dinâmicas de migração no território nacional, nenhum faz uma análise das tipologias ou padrões migratórios e sua transformação através dos censos no nível mais local.

Em termos da informação demográfica, o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) tem feito esforços e acumulado experiências importantes para a medição e estudo da migração através dos censos. Uma das principais contribuições do DANE é justamente que os quesitos sobre migração incluídos nos censos demográficos captam informações tanto para o universo da população, quanto para os municípios, inclusive possibilitando maiores níveis de desagregação dentro do espaço urbano e dentro do espaço rural. Por exemplo: para o nível de vereda (equiparável às divisões de bairros, mas dentro das áreas rurais) e de centros povoados (pequenas aglomerações residenciais dentro do espaço rural em torno a atividades comerciais).

No entanto, as fontes disponíveis dos censos ainda não foram aproveitadas suficientemente para explicar as mudanças e implicações da mobilidade da população no território, particularmente para a migração interna em nível de município e entre áreas rurais. Os estudos identificados para a análise da migração, a partir das fontes censitárias, têm sido orientados, principalmente, para a medição de saldos e fluxos migratórios interdepartamentais, entre as áreas metropolitanas e entre as principais cidades.

Este estudo propõe focar a análise migratória em nível de província (microrregião) e aproveitar a riqueza das fontes censitárias, pouco utilizadas na Colômbia no nível local. Espera-se que o estudo seja uma contribuição, tanto para a compreensão do fenômeno migratório em si mesmo, como para a avaliação e uso dos dados censitários como fonte de informação demográfica.

1.6 Justificativa

Este trabalho pretende dar continuidade aos estudos sobre migração na Colômbia. Embora a discussão sobre a violência e o conflito político no país seja o ponto de partida deste estudo, não se pretende fazer uma análise específica de deslocamento forçado, mas um aprofundamento sobre os fluxos e trajetórias migratórias de uma forma geral (voluntárias ou não) - a partir das fontes censitárias, que também incluem quesitos sobre

as causas da migração - e contrastar com o que revela a fonte oficial direta do sistema de registro de deslocados forçados.

O estudo sobre padrão migratório colombiano, em nível provincial, é relevante para redimensionar as implicações das inequidades espaciais no território, as quais, por sua vez, refletem outras desigualdades que também se expressam no fenômeno da violência e, com ela, no deslocamento forçado.

O trabalho pode contribuir também para ampliar a compreensão acerca dos padrões de distribuição da população dentro do país, e servir de insumo para a formulação de políticas públicas atinentes à configuração das regiões, às possíveis relações das dinâmicas de migração interna com a migração internacional e, assim, fornecer insumos para medir o impacto da migração na estrutura demográfica. A partir do processo de descentralização administrativa, tornaram-se crescentes as necessidades de informação demográfica sobre o tamanho, distribuição e as características da estrutura da população para os entes territoriais subnacionais, de nível local, frente à escassez de fontes, instrumentos e pesquisas adequadas, com o nível de desagregação requerido.

Por se tratar de um trabalho de ordem mais macro, reconhece-se a sua incompletude. Entre outras, as restrições para aprofundamento sobre as causas e consequências em áreas específicas. Não se trata de um trabalho definitivo, mas de uma etapa que se julga relevante à qual se pretende dar continuidade. São necessários maiores esforços para estabelecer as repercussões do processo migratório, considerando as especificidades das mudanças demográficas no contexto do desenvolvimento histórico das diferentes microrregiões. Contudo, este parece ser um processo de longa duração que se inaugura com a apresentação dos capítulos seguintes.

2. INTERPRETAÇÃO DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO CONTEMPORÂNEO À LUZ DAS ABORDAGENS TEÓRICAS

A construção e discussão conceitual, teórica e metodológica sobre migração é relativamente nova, comparada a outras áreas de estudo da sociedade e do comportamento humano sobre as quais boa parte já havia sido elaborada e consolidada no século XIX (Hobsbawm, 1995). O interesse acadêmico sobre o assunto aumentou em torno da década de 1950, relacionado com a expansão do sistema econômico capitalista e as novas dinâmicas de produção industrial e do comércio internacional do pós-guerra, que conduziram ao aumento da população e de novas trocas migratórias internacionais e dentro dos países. Nas décadas de 1960 e 1970 as expressivas taxas de crescimento demográfico, o ressurgimento de um novo mundo urbano e, com ele, os traslados massivos de população a partir das áreas rurais, aglutinariam o foco da atenção de acadêmicos, políticos e planejadores sobre as causas e as implicações da migração interna, principalmente o crescimento urbano.

No último quarto do século XX e nesta primeira década do século XXI, uma produção incontável de trabalhos empíricos e teóricos vem enriquecendo a análise da migração, o que, talvez, mais do que confirmar a sua complexidade, como o manifestam alguns teóricos (Arango, 2003; Sánchez, 2010, Castles, 2008), traz novas possibilidades de estudo e esclarece aspectos de um fenômeno que não se esgota, mas que adquire novas expressões que precisam ser reconhecidas. A ênfase teórica mais recente, entretanto, tem se colocado principalmente sobre a perspectiva da migração internacional e da sua relação com o desenvolvimento, uma vez que têm se consolidado as áreas urbanas, deixando fora algumas das particularidades que revestem a migração interna e, inclusive, a sua relação com os fluxos internacionais no contexto contemporâneo.

No período histórico relativamente curto frente ao qual surgiram as explicações teóricas da migração, os padrões migratórios se transformaram: mudaram as causas, a direção ou intensidades dos fluxos, o volume da migração, o tipo de atores, a natureza dos movimentos forçados ou livres e, inclusive, a natureza da forma como ingressam os migrantes nos lugares de destino, de maneira forçada, livre, legal ou ilegal (Castles, 1993; Massey, 1996; Brettel, 2011; Wihtol de Wenden, 2013). Isto, de forma conjunta, se expressaria em consequências diferenciadas, tanto para os lugares de origem quanto de destino, e em consequências diferenciadas segundo a escala dos territórios envolvidos e a natureza das suas fronteiras, nacionais e internacionais.

Aqueles que se interessam atualmente pelo estudo da migração encontram, como nunca antes, um repertório extraordinário de conceitos, aproximações teóricas, marcos analíticos e trabalhos empíricos. Isso configura uma oportunidade e um desafio para selecionar e aprimorar os estudos pertinentes frente ao amplo espectro de produção empírica e teórica.

No que refere à América Latina, é relevante o trabalho do Grupo de Trabalho de Migração organizado pela CLACSO na década de 1970, que se orientou justamente em avançar no conhecimento dos processos das migrações internas, a fim de construir um marco integral que permitisse a análise das migrações internas sob uma perspectiva histórica e dentro de um contexto estrutural voltado às características e realidades da região (Lerner, 1971). Esse trabalho, um referencial para a compreensão do processo migratório na América Latina, evidencia a influência, da perspectiva histórico-estrutural, de fontes teóricas marxistas que, na década dos anos 60, forneciam uma explicação plausível da estrutura e lógica da ordem econômica internacional e na qual as migrações cumpririam um papel decisório como contraposição à explicação neoclássica.

Para o contexto latino-americano recente, o trabalho de Rodríguez (2004; 2009) conforma uma das principais referências e de marcos analíticos sobre o estudo e compreensão do fenômeno migratório interno, com perspectiva comparada dos países na América Latina. Não faz expressamente uma construção teórica, nem é o seu propósito, mas fornece elementos que, sem dúvida, orientam a explicação das causas e a natureza dos fluxos e trocas migratórias dentro das fronteiras nacionais. A literatura revisada revela a ampla produção acadêmica para a análise das dinâmicas de migração de países da América Latina (Rodríguez, 2004, 2009, 2011), como o Chile (Aroca, 2004; Pizarro, 2002), a Argentina, o México e o Brasil (Brito, 2000, 2007, 2009; Baeninger, 2008; 1999; Carvalho, 1992; Carvalho & Rigotti, 1998), principalmente, de dimensões continentais. Mas se evidencia um vazio para os outros países, entre eles a Colômbia.

A fim de contribuir para a discussão teórica sobre as migrações internas e internacionais em países em desenvolvimento, e de expor as bases teóricas e conceituais que sustentam a elaboração desta tese, este capítulo persegue dois objetivos. Primeiramente, apresentar as bases conceituais e teóricas que orientam a definição e operacionalização do *padrão migratório* considerado para este estudo; e, em segundo lugar, discutir as principais abordagens teóricas de ordem macro com o intuito de identificar elementos teóricos e conceituais para a interpretação do padrão migratório colombiano.

2.1 O conceito de padrão migratório

Um aspecto a esclarecer com relação ao alcance e delimitação do objetivo de pesquisa para esta tese refere-se ao significado de *padrão migratório*.

Na revisão da literatura a noção de padrão aparece iterativamente, alude a múltiplas questões e abarca diversas dimensões da migração. Em termos gerais, o conceito de padrão se pressupõe como entendido e, com algumas exceções, delimitado. Ele evoca tanto a ideia de regularidade quanto de mudança e de variação.

Lates (1983), em seu trabalho sobre os padrões de migração mundial, se refere a uma série de conceitos e perspectivas, que procuram evidenciar a complexidade dos movimentos e tendências que se apresentavam no final da década de 1970 e início da década de 80. Mas não alude a um conceito unívoco.

Lucas (1997) estabeleceu os padrões que caracterizam as migrações dos países em desenvolvimento em termos de: *a orientação dos fluxos*, com predominância rural – urbana; *o papel da migração no crescimento urbano, tanto demográfica, quanto espacialmente*; *a seletividade* com maior proporção dos jovens adultos; e em termos do *caráter de temporalidade*, aludindo que os movimentos populacionais rurais - urbanos dos países na América Latina, na sua maioria, são migratórios e definitivos, em contraste com a predominância de movimentos temporários dos países da África. Ele também concluiu que o conhecimento dos padrões está restrito à disponibilidade dos dados censitários.

Rogers (2002) considerou a regularidade empírica que subjaz ao fenômeno migratório e introduziu, no conceito de padrão migratório, a ideia de *estrutura espacial dos fluxos migratórios*.

Na extensa produção empírica e literária sobre migração se destaca a proposta de definição *padrão migratório* de Brito (2009). Ele reconhece a ambiguidade sobre o significado de padrão e observa que, ao aludir às diversas categorias que envolvem o processo da migração, pode carecer de sentido se ela não estiver referida a um contexto histórico particular.

Brito (2009) resgata o conceito de migração como evento demográfico com atributos de regularidade empírica, susceptível de medição, e como fenômeno social. Ele introduz o conceito de *trajetórias migratórias*, as quais expressariam espacialmente uma ordem estrutural da sociedade, resultado da forma como ela se organiza em função do seu processo de produção e “reprodução” econômica e social. O padrão migratório, para

Brito, estaria referido ao modo como se dá a articulação entre as trajetórias migratórias e a dinâmica econômica e social em um contexto histórico particular.

Este estudo sustenta-se na proposição conceitual de padrão migratório de Brito. A noção do padrão migratório para esta tese integra a análise das categorias de *tamanho, direção, distribuição e composição dos fluxos migratórios em termos de idade, sexo e nível educacional*, como uma expressão dos processos históricos experimentados no país no final do século XX e começos do século XXI.

O intuito de “repassar” as etapas migratórias e seus respectivos trajetos pressupõe a possibilidade de compreender o parcimonioso e desigual processo de desenvolvimento da Colômbia, o qual estabeleceria o padrão migratório prevalecente. O padrão migratório se contornaria com as particularidades da geografia colombiana, determinante no processo de povoamento e no perfil produtivo e econômico, e se tornaria ainda mais complexo perante as tendências globais no marco econômico do neoliberalismo. O que, de maneira conjunta, determinam tanto regularidades espaciais das trajetórias migratórias quanto a sua composição.

2.2 Pressupostos frente ao padrão migratório colombiano

Parte-se do pressuposto de que a dinâmica da migração de um país em desenvolvimento, como é o caso colombiano, embora tenha atravessado diversas etapas vinculadas aos processos econômicos e de transformação produtiva - no início, predominantemente rural, em seguida, de transição rural urbana e hoje, principalmente urbana - apresenta particularidades que definem um padrão migratório distinto para o seu território, marcado por aspectos estruturais da sua história econômica e política, da geografia, de seu ordenamento político e administrativo, e de sua heterogeneidade interna.

Desta forma, os distintos estágios de desenvolvimento que atravessam os municípios e, com eles, as disparidades na capacidade de responder às demandas e ofertas da população atuam como fatores determinantes do tipo de trocas populacionais no território, seu tamanho, sua intensidade, sua configuração no espaço e sua composição, o que se expressa nas dinâmicas de migração interna e internacional e, portanto, na definição de um padrão migratório distinto para o caso colombiano.

Enquanto as migrações correspondem a processos sociais nos quais participam indivíduos, pressupõe-se que eles são dotados de caráter e com potencial decisório, o que os torna possíveis agentes de mudança histórica. Ao mesmo tempo, pressupõe-se que os indivíduos não estão isentos de encontrar limites e restrições a suas decisões, enquanto existem estruturas de caráter econômico, político, cultural e social que, em

alguma medida, ordenam, interferem, restringem ou facilitam as suas decisões, entre elas, a decisão de migrar.

As migrações serão, em consequência, um resultado da permanente interação entre as motivações e as ações individuais e a força da estrutura econômica e social à qual pertence. Essa interação muitas vezes se torna uma relação contraditória. Decorrente disso, as migrações adotaram tendências, direções, dimensões e composições específicas, em correspondência às estruturas econômicas dominantes e aos processos históricos, que atravessam tanto os indivíduos como o conjunto social ao qual correspondem em um espaço geográfico particular.

Este estudo localiza-se na dimensão macro dos estudos sobre migração. Para a identificação, análise e interpretação do padrão migratório colombiano propõe-se combinar, de um lado, uma abordagem macro histórica, e, de outro, uma análise de resultados empíricos das migrações internas e internacionais, de natureza voluntária e de natureza forçada. Combinam-se tanto a utilização de dados de corte transversal, como são os censos demográficos, quanto os registros contínuos sobre os eventos de deslocamento forçado.

Na seção seguinte serão apresentados alguns elementos teóricos e conceituais sobre os quais se sustenta a ideia de identificação, operacionalização e análise de um padrão migratório.

2.3 Elementos conceituais para identificação, operacionalização e análise de um padrão migratório

No processo de revisão teórica, tanto o trabalho de Ravenstein (1885 - 1889) quanto o trabalho de Zelinsky (1976) representam pedras angulares para dimensionar as migrações desde uma perspectiva macro e para vislumbrar o comportamento das migrações perante processos econômicos específicos, como a industrialização ou as diferentes etapas da modernização dos espaços nacionais. Estes, por sua vez, seguem e exemplificam formas de operacionalização e de interpretação de padrões migratórios integrando: a direção dos fluxos, o seu volume, sua composição sociodemográfica e as suas causas, particularmente.

2.3.1 As leis de migração

O trabalho de Ravenstein, que data de 1889, conforma e continua sendo um referencial para a análise dos padrões migratórios. A partir da análise sistemática do censo demográfico de 1881, ele registrou e standardizou os padrões de movimentos migratórios observados, hoje reconhecidos como as *leis de migração de Ravenstein*.

Essas regularidades foram observadas para um momento histórico, quando a Grã-Bretanha passava pela transição da revolução industrial.

Ravenstein conseguiu captar movimentos migratórios representativos das áreas que experimentam tanto a intensificação dos movimentos dentro das mesmas áreas rurais, derivados dos investimentos em tecnologia para a produção agropecuária; como processos de despovoamento rural e concentração acelerada da população nos centros urbanos, induzidos pelas pressões que geravam as mudanças do sistema produtivo de produção agrícola para a produção industrial; quanto eventuais processos de retorno. Essa dinâmica de migração serviu, de forma conjunta, de referencial de comparação para os países que, em outros continentes, experimentariam posteriormente processos de industrialização, inclusive um século depois, como o caso da Colômbia.

De forma sucinta, as leis de migração são as seguintes:

1. A maioria das pessoas migra por curtas distâncias;
2. A migração pode ocorrer por etapas, em direção aos grandes centros;
3. A corrente migratória produz uma corrente inversa;
4. Indivíduos residentes em zonas rurais possuem maior propensão a migrar;
5. Na migração de curta distância, predominam as mulheres;
6. O desenvolvimento econômico contribui para aumentar a migração;
7. O motivo principal para a migração é o econômico.

Frente aos objetivos desta tese, o trabalho de Ravenstein fornece elementos para considerarmos uma forma possível de operacionalização das informações sobre migração, a partir de dados censitários; conforma um referencial de comparação sobre as regularidades migratórias que se observaram para o caso colombiano em décadas anteriores, quando o país atravessava os processos de industrialização, ainda que frente a contextos geográficos e históricos diferentes; e fornece elementos gerais para refletir sobre os fatores de expulsão e de atração desde as áreas de origem e destino.

No entanto, as leis de Ravenstein, não esgotam os requerimentos de discussão que envolvem o conceito de padrão migratório que propõe Brito: sobre os elementos de contexto histórico, econômico e social que contribuem na compreensão das regularidades empíricas e que explicam particularidades, neste caso, para a Colômbia no final do século passado e no decorrer do século XXI, particularmente o aumento das migrações internacionais e o aumento das migrações forçadas. Contudo, ainda que em posteriores estudos o trabalho de Ravenstein não seja considerado como uma teoria constitui, sim, um aporte teórico à análise das migrações.

2.3.2 A teoria da transição da mobilidade

O trabalho posterior de Zelinsky (1971) conforma outro referencial para a análise dos padrões migratórios que podem experimentar os países em algum período histórico determinado. Diferente de Ravenstein, Zelinsky não desenvolveu estudos empíricos para estabelecer regularidades do comportamento migratório. Seu aporte consistiu em propor modelos plausíveis das tendências, dos níveis e da estrutura etária das migrações em função do nível de modernização dos países. Seu trabalho pressupõe um avanço linear no processo de “ascensão das sociedades” de estados primitivos a mais evoluídos através do tempo. Uma ideia objeto de discussão não só frente a Zelinsky (Skeldon, 2010), mas perante as evidências empíricas que mostram que a modernização não necessariamente se traduz em desenvolvimento (Fontana, 2011).

Conforme Zelinsky (1971), a cada fase do processo de desenvolvimento corresponderia um padrão de migração específico. Na primeira fase, as migrações estariam subordinadas à produção agrícola das sociedades tradicionais pré-modernas. Na segunda fase, o volume das migrações aumentaria e obedeceria aos processos de concentração urbana e à colonização de novos territórios por parte de sociedades que Zelinsky denomina como *sociedades em estado inicial de transição*. Na terceira etapa, as migrações diminuiriam, persistiriam os fluxos de origem rural e se esgotariam os fluxos para a colonização, neste caso, por sociedades em estado avançado de transição. Na quarta etapa, predominariam e aumentariam os fluxos entre cidades e entre áreas metropolitanas; aumentariam os fluxos por parte de trabalhadores pouco qualificados desde países com baixo nível de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a circulação global de trabalhadores de alta qualificação, mas diminuiriam ostensivamente os fluxos de origem rural, isto por parte de sociedades avançadas. Na quinta fase, Zelinsky propõe que sociedades muito avançadas aumentam a circularidade global, a mobilidade interurbana, mas diminuem a migração residencial.

Se o trabalho de Ravenstein é reconhecido pelos aportes que envolveram a análise empírica de regularidades (Castles, 1998), embora criticado pela ausência de discussão teórica, o trabalho de Zelinsky (1971) é reconhecido por ter-se antecipado em vislumbrar outras formas de migração e, a partir delas, por dimensionar a complexidade de que se revestem os processos migratórios (Rodríguez & Busso, 2009). Não obstante, não apenas poderia ser questionada a ausência de análise empírica, mas principalmente a redução das complexidades que envolvem os processos de modernização, os quais não conduzem necessariamente ao desenvolvimento linear e homogêneo das sociedades. Essa crítica é sólida particularmente para países onde os processos de modernização não têm avançado a um mesmo ritmo e não se traduzem necessariamente em desenvolvimento, como no caso da Colômbia.

O conceito de padrão migratório centrado nas trajetórias e em como elas revelam aspectos estruturais do seu modo de produção econômica e social, sob contextos históricos específicos, proposto por Brito (2000); o qual, por sua vez, se complementa com a proposta de operacionalização dos fluxos migratórios e na busca empírica de regularidades, inspirada nos aportes de Ravenstein (Ravenstein, 1889 em Moura, 1980) e articulada no debate sobre a mudança de padrões migratórios, em função das fases de desenvolvimento propostas por Zelinsky (1971), conformam o ponto de partida para o estudo das migrações contemporâneas, focalizado no caso colombiano.

2.4 Elementos teóricos e conceituais das teorias tradicionais de migração para a interpretação das migrações contemporâneas

Com o intuito de identificar os elementos teóricos que permitam interpretar as tendências globais das migrações e as que correspondem ao caso da Colômbia na segunda metade do século XX, quando aconteceram os processos migratórios vinculados ao processo de industrialização, nesta seção se explicam e integram as abordagens analíticas tradicionais sobre migração, com ênfase nas perspectivas macro. Em lugar de privilegiar um modelo explicativo, busca-se entender e identificar para cada modelo os supostos e as hipóteses centrais e, desta forma, comparar, contrastar e estabelecer se eles sustentam as evidências empíricas dos padrões migratórios recentes.

Vale dizer que a revisão das abordagens teóricas esteve orientada sob a premissa de que não existe uma teoria que tenha explicado o fenômeno migratório na sua integralidade (Arango, 2000; 2003; Sánchez, 2008) e que, dada a complexidade e a natureza multifacetada da migração, são precisos diferentes supostos, perspectivas de análise e níveis de aproximação (Massey, 1993; Bretteld & Hollifield, 2000).

2.4.1 O modelo de equilíbrio da teoria econômica neoclássica

À segunda guerra mundial sucedeu-se uma reconfiguração dos limites nacionais e dos poderes nos territórios na Europa e nos territórios coloniais dos países em vias de desenvolvimento (Hobsbawm, 1995; Fontana, 2011). Isto provocou, inicialmente, reassentamentos massivos de população na própria Europa, mas de caráter forçado, e, posteriormente, dinâmicas de troca populacional, que respondiam às novas demandas da nova ordem econômica internacional, caracterizada pela intensificação da indústria nos países do Ocidente e pela provisão de bens de consumo primário às populações dos países do então chamado Terceiro Mundo (Hobsbawm, 1995; Fontana, 2011; Harvey, 1996).

Neste contexto, surge o modelo de “desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de trabalho”, de Artur Lewis (1954), no qual o papel das migrações é central para explicar a estrutura de funcionamento da nova ordem econômica internacional do pós-guerra. Este

modelo, que não é explicitamente um modelo de migração, mas um marco de análise para contribuir à teoria de desenvolvimento econômico, conteria os elementos essenciais que mais tarde adotaria a escola neoclássica para explicar aspectos macroeconômicos da dinâmica da migração, conhecido como a perspectiva de equilíbrio.

Lewis denominou como “economia dual” a relação de interdependência econômica entre o setor moderno, caracterizado pela produção industrial, e o setor tradicional, caracterizado pela agricultura de subsistência e a exploração de matérias-primas. Neste modelo, os diferenciais salariais entre os dois setores seriam suficientemente altos, o que propiciaria movimentos massivos de trabalhadores. A expansão do setor moderno atrairia suficiente mão de obra do setor tradicional, onde a produtividade marginal seria zero e os salários muito baixos. O setor tradicional, ao manter uma oferta ilimitada de mão de obra, permitiria a expansão do setor moderno, sem que os salários aumentassem, o que, por sua vez, possibilitaria uma alta taxa de benefícios (Arango, 2000, 2003).

A emigração se coloca, assim, como a única forma para que o setor tradicional liberasse os excedentes de mão de obra. Através dessa interdependência, se conseguiria, no longo prazo, a articulação entre os processos de transformação produtiva e de diminuição das inequidades entre as áreas de origem e destino. As migrações se constituiriam, neste caso, em mecanismo fundamental do desenvolvimento para a economia como um todo, permitindo explorar o potencial inerente às disparidades econômicas (Ibid).

O modelo de Lewis (1954), que surgiu para contribuir à teoria de desenvolvimento econômico, conteria os elementos essenciais que, mais tarde, seriam adotados pela escola neoclássica para explicar aspectos macroeconômicos da dinâmica de migração.

O modelo de equilíbrio da teoria neoclássica se sustenta tanto na explicação de Lewis quanto nos princípios microeconômicos neoclássicos, que explicam distintos aspectos do comportamento humano frente à tomada de decisões e eleições individuais, nas quais se encaixaria a perspectiva micro sobre a escolha de migrar.

Em uma perspectiva macro, o modelo neoclássico argumenta que as migrações surgem como consequência dos diferenciais geográficos de salários e de condições de emprego (Harris e Todaro, 1970; Todaro, 1976). A teoria explica que nos países ou regiões onde o fator trabalho é escasso em relação com o capital, os salários são maiores; e nas áreas onde o fator trabalho é abundante seu preço diminui.

Sob uma perspectiva micro, o modelo pressupõe que as escolhas dos indivíduos estão mediadas por decisões racionais, mediante as quais se procura maximizar os benefícios

e, frente a rendimentos líquidos esperados, os indivíduos assumem pagar alguns custos. Deste modo, a migração pode ser considerada como uma forma de investimento em capital humano (Massey, 1993). Eles, por sua vez, estão afetados pela mobilidade dos fatores de produção e pelas diferenças salariais próprias do sistema de acumulação de capital.

Os diferenciais estruturais entre as regiões em nível macro configuram-se para que em um nível micro os indivíduos empreendam a migração. Desta forma, as migrações seriam o resultado de decisões individuais por parte de indivíduos racionais, que, na busca da melhora do seu nível de vida e do aumento do seu salário, escolherão, entre várias opções, aquele lugar onde o valor de seu trabalho seja mais bem retribuído, comparado com aquele que obtém na sua própria região de origem.

Esta tem sido, indiscutivelmente, uma das propostas teóricas mais influentes para explicar a migração, frente a todas aquelas que se desenvolveriam posteriormente; e talvez a única em receber o qualificativo de modelo teórico de migração. Não apenas por ser uma das primeiras, mas, também, porque, a partir dela, derivaram-se outras, tanto para refutar como para complementar o modelo original, na medida em que ele não conseguiria acompanhar as mudanças aceleradas da sociedade desde que foi formulado (Massey, 1993; Arango, 2000).

2.4.2 O modelo de equilíbrio frente aos padrões vigentes na Colômbia

A perspectiva neoclássica pode ajudar a esclarecer os movimentos massivos de população, experimentados pelos diferentes países quando estes atravessavam os processos de industrialização, os quais aconteceriam principalmente durante a segunda metade do século XX, especialmente na década de 1960 no caso da Colômbia. E ela continua sendo útil para explicar, de forma geral, tanto os movimentos voluntários dos colombianos que migram internamente das áreas rurais para os centros urbanos, das cidades intermédias para as cidades capitais e entre cidades capitais, quanto daqueles que têm migrado para países mais desenvolvidos, particularmente para a Espanha e para os Estados Unidos, em busca de melhores oportunidades.

Enquanto o modelo de equilíbrio se centra na mobilidade de mão de obra desde setores tradicionais para setores mais modernos, pode-se supor que a qualificação dos trabalhadores incidirá na decisão de migrar de duas formas: motivando à migração para investir em educação e motivando à migração aos indivíduos que, uma vez qualificados, não se vêm satisfatoriamente compensados em seus salários. Isto ajudaria a explicar a seletividade migratória que se evidencia entre áreas rurais e urbanas, entre áreas urbanas e nos movimentos migratórios internacionais, os quais explicariam a composição dos fluxos migratórios da Colômbia.

Múltiplas evidências empíricas confirmam que os indivíduos, quando optam pela migração, o fazem levando em consideração a perspectiva de melhora das condições de vida. A migração se converte efetivamente em uma forma de investimento, seja para a melhora direta dos ingressos e a melhora dos indivíduos e das famílias; e como uma estratégia de promoção social através de investimentos em educação, que poderia ser obtida principalmente nos centros urbanos mais desenvolvidos.

No entanto, o modelo de equilíbrio minimiza os fatores externos, que podem tornar a migração um ato involuntário. À explicação neoclássica escapam as migrações forçadas internas e internacionais que, ao fechar o ano de 2013, contabilizavam no mundo 50 milhões de migrantes forçados, entre os quais se incluem perto de seis milhões de colombianos (ACNUR, 2014; RNI, 2014). Mesmo que os migrantes forçados ainda compartilhem a expectativa de melhorar as suas condições de vida, como o postula o modelo neoclássico, este não se sustenta, na medida em que esses indivíduos não tiveram escolha, senão a de sair das suas residências.

Por outro lado, a teoria neoclássica, ainda que permita encontrar nas disparidades de desenvolvimento regional uma das principais causas dos movimentos massivos de população rurais – urbanos, e hoje, urbanos – urbanos, de um lado, parece superestimar os fatores de atração de ordem mais econômica, e subestimar os fatores de expulsão de ordem mais política, que persistem dentro do país. Por outro lado, esta corrente teórica está longe de corresponder a seus próprios augúrios para o longo prazo, sobre a inevitável tendência ao equilíbrio regional mediante as migrações que, para o caso colombiano, é contra evidente internamente e no cenário internacional. As inequidades espaciais continuam sendo uma experiência compartilhada na maior parte dos diferentes países latino-americanos e em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento. Somam-se elementos para ajustar o modelo neoclássico e entender, a partir dele, os elementos e as relações que levam ao desequilíbrio.

2.4.3 A Teoria da Dependência

Em contraste com o modelo neoclássico, que atribui à migração o mecanismo mediante o qual as regiões ou países atingem o equilíbrio geral da distribuição dos fatores de trabalho e capital, o que, por sua vez, harmoniza as condições de desenvolvimento entre regiões, a Teoria da Dependência considera a situação do desequilíbrio como condição inexorável do desenvolvimento; a migração, ao invés de mitigar os desequilíbrios, tende a intensificá-los (Singer, 2003).

A Teoria da Dependência não seria uma proposta teórica construída especificamente para a explicação da migração. Ela deriva-se da perspectiva histórico-estrutural de bases teóricas marxistas.

Nesta perspectiva teórica, a lógica de crescimento econômico e de acumulação de capital envolveria a contradição permanente das disparidades regionais, sobre as quais se sustentaria a ordem econômica internacional. Esta ordem se explicaria através de relações de dependência entre um núcleo de países industrializados, em torno dos quais estariam países periféricos, provedores de alimentos e matérias-primas para a produção industrial. Os primeiros dependeriam dos produtos primários para sustentar seu crescimento, e os segundos permaneceriam em condição de subordinação e atraso, o que frustraria sua própria possibilidade de desenvolvimento. Dessa forma, o subdesenvolvimento seria um subproduto e uma condição do desenvolvimento (Singer, 2003; Arango, 2003).

2.4.4 A teoria da dependência frente aos padrões vigentes na Colômbia

Esta perspectiva pode ser útil para entender, de uma parte, as relações funcionais e desiguais que persistem dentro do território nacional nas quais participam as dinâmicas de migração, e para localizar a histórica relação de dependência, “desigual e permanente”, da Colômbia com os Estados Unidos, desde a “Aliança para o Progresso” na década de 1960, o “Plano Colômbia para a luta contra as drogas” na década de 90 ou o recente “Tratado de Livre Comércio” (Suárez, 2007). Seria inapropriado, porém, reduzir a complexidade das relações econômicas e sociais que já experimentam as regiões do país com o próprio centro do país e dentro delas mesmas, para concluir que a fonte explicativa dos processos migratórios internos e internacionais é a exclusiva posição da Colômbia como país periférico e sob o domínio norte-americano.

No entanto, ao pressupor que todos os movimentos migratórios que levam aos centros urbanos, industriais e financeiros, seja desde as áreas rurais para as cidades capitais ao interior dos países, ou desde os países do “Sul” para o “Norte”, apresentam-se em condição de dependência, implicitamente também se pressupõe que todos os movimentos são forçados e que todos acontecem por motivações econômicas.

Desta forma, a teoria da dependência não resiste às evidências empíricas que revelam que os fatores aceleradores do deslocamento forçado são essencialmente políticos (Schmeidl 1997, 2001; Zolberg, 2006;); que muitos migrantes em condição livre e forçada procurem destinos da mesma condição da “dependência”, como no caso dos migrantes e refugiados colombianos que migram para o Equador ou a Venezuela; assim como não explica as migrações voluntárias por motivações diferentes das econômicas.

Se o modelo de equilíbrio da teoria econômica neoclássica reduz a importância dos fatores externos na decisão de migrar, do lado oposto, a teoria da dependência reduz a

capacidade dos indivíduos para optar pela migração e, de alguma forma, sugerir que todas as migrações são forçadas.

Tanto o modelo neoclássico quanto a teoria da dependência se tornariam insuficientes para explicar as novas expressões da migração interna e internacional. A procura por melhores salários, que justifica os movimentos massivos rurais – urbanos, estaria se esgotando dentro das fronteiras nacionais. Os movimentos internacionais, motivados pela mesma causa, seriam inexpressivos frente ao que sugere o modelo de equilíbrio geral (Arango, 2000; 2003); e seriam mínimos se se tomasse como referencial a noção de “exércitos de reserva” prontos para ingressar nas plataformas de produção industrial, que possibilita salários exíguos na lógica de acumulação de capital dos países hegemônicos do modelo centro - periferia.

O princípio de liberdade de movimento, implícito na perspectiva micro da escola neoclássica e que possibilita para o potencial migrante a escolha do destino onde os salários são maiores, se converte em um sofisma, quando a melhor opção seria cruzar as fronteiras dos países mais desenvolvidos. Esta restrição faz da migração internacional uma “empresa” muito custosa, que só uma parcela mínima consegue assumir, dadas as novas restrições no cruzamento de fronteiras, o que conjuntamente não evidencia nenhum dos arcabouços teóricos.

Estas questões alimentariam o debate teórico sobre a migração, embora mais orientado ao cruzamento de fronteiras internacionais. Durante a década de 1990, as novas concepções teóricas tentariam superar a ênfase dual entre o ator individual e as forças macroestruturais subjacentes aos processos migratórios. Entre elas sobressaem: a Nova Economia das Migrações e a Teoria dos Sistemas Migratórios, o papel das redes e com esta última a hipótese sobre causalidade acumulativa.

2.4.5 A aproximação analítica push – pull

Desde a perspectiva econômica, a aproximação analítica conhecida como push – pull distingue, como principais fatores de expulsão, as pressões demográficas, a falta de oportunidades econômicas e a repressão política; e como fatores de atração, a demanda por trabalho, as oportunidades econômicas e a liberdade política. Não pode, porém, ser localizada no mesmo nível de comparação dos marcos analíticos anteriores para explicar os padrões de migração contemporâneos. Pois não oferece um modelo de relações para explicar os padrões migratórios passados ou as tendências globais recentes. A sua utilidade reside em organizar os fatores que operam para expulsar e para atrair população, os quais estão presentes tanto no “mundo hipotético da teoria da dependência” quanto no “mundo hipotético da economia neoclássica”.

Sob a consideração de que a distribuição dos fluxos migratórios no espaço revelam aspectos estruturais do tipo de relações sociais e econômicas nos processos de produção, distribuição e consumo num momento histórico determinado (Brito, 1999), poder-se-ia afirmar que os fatores push – pull também mudam. Os fluxos demográficos vinculados aos processos de industrialização e de modernização, os quais seriam explicados de formas dissimiles pelas duas perspectivas macro, se sustentaram graças aos reservatórios demográficos que justamente não absorveriam as economias de subsistência e de base agrícola em outros períodos históricos.

No caso da Colômbia, as migrações de origem rural de começos do século XXI não encontrariam como fator de expulsão as pressões demográficas, mas a pressão de grupos econômicos e políticos para o controle dos territórios através de meios violentos, de forma que a cada etapa histórica correspondem ou predominam determinados fatores de expulsão ou de atração.

2.4.6 A teoria dos sistemas mundiais

Da mesma fonte histórico-estrutural, que explica as migrações como o resultado de relações desiguais de interdependência econômica entre países fortemente industrializados e países com economias de base agrícola, surge nos anos 1970 a Teoria dos Sistemas Mundiais. Esta indica, não obstante, que as migrações são o resultado dos desequilíbrios que envolveram a penetração do sistema capitalista nos países menos desenvolvidos como parte da estrutura do mercado laboral mundial que se desenvolve e expande desde o século XVI (Massey, 1993).

O historiador Immanuel Wallerstein (1974) propôs que o sistema capitalista nascido na Europa no século XVI teria se expandido no resto do mundo, num sistema que ele denominou como “moderno sistema mundial”, inicialmente através do projeto colonialista e, posteriormente, através do neocolonialismo e da multiplicação das empresas multinacionais. Na procura de mão de obra barata, matérias-primas, terra e novos mercados de consumo, os proprietários e administradores de empresas capitalistas, algumas vezes os mesmos detentores de poder político nas regiões dos países periféricos, criariam estratégias para perpetuar o poder político e para garantir a produção e reprodução do sistema de acumulação de capital (Massey, 1989, 1993; Harvey, 2001).

As estratégias e os métodos de penetração do sistema de acumulação de capital envolveriam a consolidação da posse das terras, se necessário, através de métodos violentos, para garantir a mecanização agrícola e a introdução de cultivos rentáveis. Nesse processo torna-se inevitável: a destruição dos sistemas tradicionais, tanto de posse de terra, quanto de produção agrícola e pecuária; e a criação de trabalhadores

“desnecessários”, os que uma vez deslocados encontram na migração para as periferias dos centros urbanos ou para outros países uma alternativa de sobrevivência (Massey, 1989, 1993).

A penetração do capital não seria exclusiva à produção agrícola de altos rendimentos. Outra forma de inserção consiste no investimento direto de plantas para montar e produzir produtos de exportação em países em desenvolvimento, onde os salários são baixos, particularmente se a mão de obra é feminina.

As migrações neste processo histórico de expansão cumpririam o papel de manter relações desiguais. Os países periféricos não só forneceriam as matérias-primas para a produção industrial dos países do centro, mas também proporcionariam o capital-trabalho a preços baratos, o que sustentaria a acumulação de capital. Esta transferência de recursos naturais e de mão de obra se daria mediante a introdução de novas e modernas práticas de produção nos países e regiões periféricas, como a agricultura extensiva, que substitui as formas de produção tradicional e que não absorve o total de mão de obra disponível. Ao mesmo tempo, a introdução de novas cadeias de mercado, vinculadas às novas práticas modernas de produção, conduziriam a uma espiral de crescimento de setores de serviços de baixa produtividade, necessários para a reprodução do sistema capitalista (Massey, 1989, 1993; Arango, 2000, 2003).

2.4.7 Elementos para a interpretação do padrão migratório colombiano a partir da teoria dos sistemas mundiais

A Teoria dos Sistemas Mundiais fornece elementos importantes para distinguir e localizar o papel das migrações no novo cenário econômico global, caracterizado pela internacionalização da produção à abertura dos mercados internacionais, o ambíguo papel do Estado Nação para gerar os mecanismos que garantam o bem estar da sociedade e, ao mesmo tempo, para sustentar os rendimentos do capital financeiro investido por empresas e corporações, que supõe o complexo processo de expansão e transformação do sistema capitalista e que, atualmente, se demarca no desenvolvimento geográfico desigual do neoliberalismo.

Ainda que esta teoria se torne demasiado abrangente, consegue explicar a maneira como são introduzidas as relações econômicas capitalistas nos espaços locais das regiões periféricas e como elas se articulam no espaço internacional, criando assim as condições para as migrações internas e internacionais, e mostrando como elas podem fazer parte de processos que podem tornar as migrações um evento forçado.

A teoria dos sistemas mundiais, mais do que um marco restrito para identificar as causas das migrações, conforma um modelo analítico para entender a estrutura de

funcionamento e de expansão do sistema capitalista no qual as migrações desempenham um papel central, que Massey (1993) considera como um resultado natural. Sob este arcabouço teórico é possível vislumbrar que as migrações internas não podem ser fragmentadas, mas que elas abrangem também os deslocamentos forçados, os quais respondem em maior medida a questões políticas e a conflitos ao interior dos territórios nacionais.

Mas isto seria possível também pelo melhoramento e expansão dos sistemas de transporte e pelo desenvolvimento das redes de telecomunicações, condições necessárias para a abertura de mercados, a circulação do capital financeiro, de mão de obra e de produtos manufaturados (Harvey, 2001, 2007). De maneira decorrente o avanço e acesso às telecomunicações e os novos canais de mercado acelerariam a expansão das redes de contato e, com elas, a sustentação dos novos fluxos de migração que inclusive superariam os limites internacionais (Massey, 1993).

Esta teoria é correspondente e pode ser melhor compreendida com o modelo analítico da “Produção Capitalista do Espaço”, desenvolvido por Harvey (2001) sustentado na teoria marxista, que será discutido posteriormente.

2.4.8 O modelo sobre a produção capitalista do espaço

Na tentativa de ampliar a compreensão sobre as relações econômicas e sociais subjacentes aos novos padrões migratórios e de esclarecer como participam e se articulam as migrações internas e internacionais, no processo de revisão de literatura foi identificado também o marco analítico sobre a relação sociedade-espaço, desenvolvido por David Harvey (2001), embasado nos preceitos da teoria social de Marx. Ainda que os pontos de partida sejam distintos, o modelo de Harvey e a teoria dos sistemas mundiais são coerentes, complementares, e fornecem elementos que, de forma conjunta, esclarecem a estreita relação entre as novas tendências da economia global, o papel das migrações internas e internacionais, e as suas repercussões no espaço.

O ponto de partida desta perspectiva é compreender a produção desigual do espaço e do desenvolvimento geográfico, retomando a teoria da acumulação do capital de Marx. Harvey argumenta que Marx reconhecia que a acumulação do capital ocorre em contextos geográficos a partir dos quais cria tipos diferenciados de estruturas geográficas (Harvey, 2005).

Harvey explica que, em Marx, no sistema capitalista o crescimento econômico se centra na acumulação do capital: “A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanente revolucionária, que, incessante e constantemente,

reforma o mundo em que vivemos...” (Harvey, 2005, p.42). Nesse processo de acumulação do capital, porém, prevalecem tensões e contradições internas que, paradoxalmente, são as que garantem essa mesma acumulação e as que reproduzem diversas formas de crise, a saber:

- existência de um excedente de mão de obra que permita alimentar a expansão da produção;
- existência no mercado de meios de produção (maquinaria, matérias-primas, infraestrutura física, etc.) que permitam os reinvestimentos do capital e a expansão da produção;
- existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas, o que supõe, por um lado, a geração de necessidades para os bens e, por outro, a geração de condições para que esses bens sejam consumidos efetivamente.

Qualquer barreira que o progresso de acumulação encontre para garantir estes elementos precipitará uma crise em forma de desemprego, excedente de capital, inflação ou superacumulação e, como consequência, as reações à crise levariam paralelamente a crises de ordem social. A falha de algum destes elementos será suficiente para que desapareçam as condições da acumulação, de forma que a superação da crise se traduz em gerar condições para sustentar e renovar o sistema de acumulação de capital (Ibid, p.47).

As crises vinculadas ao processo de acumulação servem para a mesma expansão da capacidade produtiva e para a renovação das condições da acumulação num nível cada vez mais superior. Com a renovação dos meios de produção e com eles o aumento da produtividade, há uma diminuição do custo de mão de obra e geração de desemprego, o qual poderá ser absorvido em novas fases de expansão produtiva, sempre que se façam os investimentos de capital em áreas novas mais lucrativas.

A expansão do capital em novas áreas terá efeito enquanto se garanta o aumento da capacidade de demanda efetiva capaz de absorver os novos produtos. Harvey salienta que isto pode ser possível por meio da mistura e sobreposição de quatro elementos:

- a penetração do capital em novas esferas de atividade econômica: mediante a organização de formas preexistentes de atividades capitalistas, como, por exemplo, a transformação da agricultura de subsistência do camponês em agricultura empresarial; ou mediante a expansão de pontos de intercâmbio do sistema de produção e a diversificação da divisão do trabalho;

- a criação de novos desejos e necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos;
- a facilitação e o estímulo para o crescimento populacional compatível com a acumulação a longo prazo, a partir da qual se garante a base da acumulação como processo contínuo, do ponto de vista do aumento da oferta de mão de obra e de mercado para produtos; e
- a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando capital e criando o mercado mundial.

Os três primeiros elementos referem-se à intensificação do capital, e o quarto, refere-se à organização espacial e à expansão geográfica como produto necessário para o processo de acumulação do capital. Harvey salienta que quanto mais difícil for a intensificação, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação do capital (Harvey, 2005, p.49).

O processo de expansão geográfica do sistema de acumulação e a sua reprodução espacial não se detêm com os limites político-administrativos dos países. No entanto, o acesso a mercados mais distantes, a novas fontes de matérias-primas e novas oportunidades para o emprego pressupõem um aumento do tempo de movimento do capital, salvo se são feitas melhoras para aumentar a velocidade de circulação. Quanto mais longo o tempo de giro do capital, menor o rendimento anual; quanto maior a velocidade de circulação do capital, maiores as possibilidades de contribuir na acumulação.

Assim, no sistema de produção capitalista existe uma grande motivação para reduzir o tempo de circulação ao mínimo, o que Marx, em palavras de Harvey, salienta como a necessidade de anular o espaço pelo tempo, e que em parte se supera, por exemplo, com os sistemas de crédito (Ibid, p.51). Isto, fundamentalmente, estaria acompanhado com o aperfeiçoamento dos meios de transporte e as telecomunicações nas últimas décadas.

A consolidação dos processos de urbanização, segundo este modelo analítico, se explicaria graças à necessidade de acumulação do capital. Enquanto minimizar o custo de circulação e o tempo de giro torna-se uma necessidade crescente para o processo de acumulação de capital, será conveniente aglomerar a produção em centros urbanos, as quais Marx denominaria como as “oficinas de produção capitalista” (Em Harvey, Ibid, p. 52). Mas esta aglomeração apresenta um efeito duplo. Primeiramente, a localização das atividades umas próximas das outras reduzem os custos de movimentação dos produtos

intermediários. E segundo, junto com a concentração da mão de obra e de capital, se facilita a concentração de grandes quantidades de capital em poucas mãos.

Como também foi postulado na teoria da dependência, Harvey explica que do processo de expansão e concentração não se produz uma relação de equilíbrio e harmonia, mas de tensão e contradição em diferentes escalas – locais, regionais e globais. Isto obedece às condições físicas, que podem aumentar ou restringir a produtividade de mão de obra, e que podem favorecer perfis ou monopólios produtivos, gerando vantagens produtivas relativas.

Seguindo a discussão proposta por Harvey, as migrações internas e internacionais, de natureza voluntária ou forçada, podem ser definidas como parte de uma estrutura econômica que conflui para sustentar a intensificação e a expansão do capital.

Harvey considera, no processo de intensificação do capital, a absorção das formas de produção pré-capitalistas, o que explicaria substancialmente a formação de excedentes de mão de obra e, com eles, os fluxos migratórios internos de origem rural. Não obstante, não explicita que a penetração do capital pode significar a destruição dessas formas pré-capitalistas e, com elas, a expulsão passiva ou violenta de populações camponesas e de grupos aborígenes, o que tornaria boa parte das migrações em deslocamentos forçados. Isto, porém, está considerado explicitamente por Massey (1996), na Teoria dos Sistemas Mundiais.

Ainda segundo Harvey, as migrações internacionais, por um lado, seriam fruto dos excedentes de mão de obra que não são absorvidos pelos sistemas capitalistas consolidados, particularmente nas áreas urbanas dentro de fronteiras nacionais. Por outro lado, estas serviriam à expansão geográfica para as novas regiões e à criação e consolidação do mercado mundial.

O esforço de criação de oportunidades para a acumulação acaba produzindo tanto a expansão geográfica quanto a concentração da produção e do capital. Isso pode ser entendido independente das fronteiras políticas, o que ajuda a compreender que a criação dos mercados permite a multiplicação dos fluxos de capital e de mão de obra no espaço. A produção de subemprego e desemprego e, com eles, a disponibilidade de mão de obra são necessários, tanto para as migrações internas quanto para as migrações internacionais.

2.4.9 Considerações finais

Pelo fato de as teorias considerarem diferentes níveis de análise (micro, macro, nacional, internacional) para explicar as relações ligadas à migração, não seria apropriado concluir

que são absolutamente incompatíveis. Como foi antes mencionado, mesmo que os indivíduos racionalmente procurem aumentar a sua renda e melhorar as suas condições de vida, forças estruturais - local e globalmente - operam para acelerar e orientar os movimentos migratórios.

Em consideração aos objetivos e avanços deste estudo, que foca processos migratórios agregados, pode-se deduzir que as teorias que privilegiam uma escala macro ou regional de análise, ilustradas pelo antagonismo aparente entre as abordagens estruturalistas, as abordagens de modernização e a neoclássica, são incompletas, mas fornecem alguns elementos explanatórios para compreender as mudanças das etapas migratórias na Colômbia para o período recente.

O arcabouço teórico tradicional para a explicação das migrações se torna fragmentado e descompassado historicamente. E, em alguns casos, as explicações teóricas se tornaram uma contraevidência do que elas prognosticavam frente às tendências da migração.

Na revisão da literatura recente, os trabalhos coincidem em que o fenômeno migratório do final do século passado e deste novo século é, ante tudo, um fenômeno global (Castles, 1993; Massey, 1993, 1996; Massey & Taylor, 2004; Wihtol de Wenden, 2013). No entanto, os cientistas sociais que analisam as causas e consequências da migração, não somente se centram na migração internacional, assumem que as migrações internas se esgotaram e excluem as migrações forçadas. Com algumas exceções, por exemplo, Castles (1993), poucas vezes é salientado que as distintas formas e tipologias de migração fazem parte de um mesmo processo, e que, em condições ideais, deveriam ser estudadas de maneira conjunta. As abordagens sugerem que eles tratam as três formas de migração como se fossem fundamentalmente diferentes, o que também foi observado por Aristide Zolberg mais de vinte anos atrás (Zolberg *et al.*, 1989).

As evidências empíricas sobre migração e, no contexto histórico, as circunstâncias econômicas e políticas nos países fornecem elementos para supor que as migrações internas dificilmente podem ser entendidas isoladamente, e que se torna fundamental compreender como elas participam e, se possível, entender como elas se articulam com as migrações internacionais, sob as novas estruturas econômicas que impõem a globalização e o neoliberalismo. Razão pela qual o objetivo desta tese não se restringe a captar o padrão das migrações internas, mas incorpora aquele que envolve o cruzamento de limites internacionais; e de maneira correspondente se incluem na análise as migrações de natureza forçada.

Se a teoria dos sistemas mundiais, inspirada em Wallesterin e apurada por Massey, *et al.* (1996), descreve claramente como participam e se articulam as distintas formas de

migrar no cenário mundial, o marco analítico sobre a produção capitalista do espaço, de inspiração marxista e desenvolvido por Harvey (2001) detalha como o processo de acumulação do capital se materializa espacialmente. Os dois arcabouços são congruentes, complementares e sustentam a premissa de que as *trajetórias migratórias* revelam espacialmente a ordem estrutural da sociedade, resultado da forma como ela se organiza em função do seu processo de produção e “reprodução” econômica e social em um contexto histórico particular, neste caso, do sistema de acumulação do capital na nova fase histórica do capitalismo global da economia neoliberal.

3. CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E GEOGRÁFICAS SOBRE AS CAUSAS ESTRUTURAIS DO PADRÃO MIGRATÓRIO COLOMBIANO

Este capítulo tem por objetivo resgatar alguns dos antecedentes históricos e de contexto geográfico que determinaram o sistema de povoamento no território colombiano e as diferentes etapas da migração, de que se derivaria posteriormente o padrão de migração interna na época contemporânea. Desta forma, abre-se o espaço para refletir e aprofundar sobre as questões que salientam os arcabouços analíticos para a migração das últimas décadas, sobre a necessidade de considerar diferentes enfoques, modelos ou aproximações teóricas para explicar o fenômeno migratório num espaço determinado, em função do momento histórico e das especificidades do processo de desenvolvimento.

3.1 Traços geográficos determinantes do processo de povoamento e das migrações internas

A Colômbia é mais geografia do que Estado. Esta foi uma expressão que um ex-vice-presidente da Colômbia, Gustavo Bell, utilizou para se referir não apenas à dimensão complexidade, heterogeneidade e fragmentação da geografia colombiana, mas principalmente aos problemas que historicamente o Estado colombiano tem tido para se impor no território e para “ajustar o político com o geográfico” (García Villega & Espinosa, 2011). Como é essa dimensão? O que a torna tão difícil? E por que resulta pertinente compreendê-la no contexto das dinâmicas de migração interna? Estas questões são relevantes para identificar elementos fundamentais do padrão histórico migratório colombiano.

As características geográficas e climáticas desta esquina do continente se tornaram uma barreira mais do que uma porta de ingresso e penetração para a América do Sul. De fato, a sua estrutura espacial não favoreceu o surgimento de algum grande império indígena. Em contraste com os outros territórios da América, como o México com os Aztecas; o Peru e o Chile com os Incas, as condições topográficas do caso da Colômbia configuram o cenário sobre o qual se assentariam e surgiriam diferentes grupos de população, que consolidariam uma diversidade de culturas regionais, mas que não conseguiram se unificar (Guhl, 1975; Gouset, *et al.*, 1999; Palácios & Safford, 2002).

A estrutura ecológica e espacial desse “canto” integra cinco regiões naturais heterogêneas e complexas: *a Região do Pacífico; a Costa Caribe; as Planícies Orientais; a Região Amazônia; e a Região Andina, subdividida nas cordilheiras ocidental, central e oriental.* Estas determinariam os trajetos do processo de povoamento pelos povos indígenas, os caminhos de penetração dos conquistadores, e o demorado, descontínuo e

desigual processo de desenvolvimento do país (Guhl, 1975; Palácios & Safford, 2002; Bushnell, 2007; Fals Borda, 1996).

Poucos traços geográficos têm determinado tanto a história da Colômbia como os Andes. Não alcançam as alturas das montanhas do Peru, da Bolívia ou do Chile. Mas quem, por exemplo, tenha visitado este país vizinho e se aproximado da cordilheira e sua fragmentação com o território argentino, pode formar uma ideia da Região Andina na Colômbia, só que, neste caso, fragmentada em três ramais: a Cordilheira Ocidental, entre a floresta tropical úmida do Pacífico e o vale do rio Cauca; a Cordilheira Central, a mais imponente e difícil de atravessar entre os rios Cauca e Magdalena; e a Cordilheira Oriental, a mais larga, que se ramifica caminho à Venezuela e que circunda as vastas planícies do oriente do país (Guhl, 1975, 1991). A figura 3.1 pode fornecer uma ideia sobre as grandes regiões naturais e a localização da população.

Mapa 3.1 Grandes Regiões Naturais da Colômbia



Fuente: Instituto Geográfico Agustín Codazzi

Nas Cordilheiras Oriental e Ocidental, assim como na Serra isolada de Santa Marta, próxima do mar do Caribe, as comunidades indígenas alcançaram um maior grau de desenvolvimento em relação a outras regiões, e foram as que se transformaram mais rapidamente (Busnell, 2007; Guhl, 1991). Entre os séculos XVI e XIX, as comunidades localizadas nas ladeiras cultiváveis da Cordilheira Oriental (Departamento de Boyacá, Cundinamarca e Santander) e da Cordilheira Central (Departamentos de Antioquia) deram origem a movimentos colonizadores que estabeleceram uma cadeia de povoados que, mais tarde, viriam conformar as áreas mais densamente povoadas do país (Palácios & Safford, 2002; López Toro, 2009).

Os primeiros roteiros conduziram às minas de ouro os conquistadores espanhóis que penetraram facilmente, desde as costas do Oceano Atlântico em direção aos territórios da América Central e às ilhas do Caribe, mas dificilmente para as terras centrais da Colômbia. Da mesma forma, pelo Oceano Pacífico, os conquistadores penetrariam com menor dificuldade os territórios do México, do Equador, do Peru e do Chile, em busca dos tesouros indígenas (Guhl, 1876, 1991). Não aconteceu o mesmo no caso da Colômbia. As barreiras geográficas foram superadas apenas no século XX, o que retardaria a abertura de mercados internos e, conjuntamente, os avanços da modernização (Palácios & Safford, 2002; Bushnell, 2007).

A maior parte do território é formada por planícies baixas, onde as temperaturas permanecem altas e as densidades demográficas pequenas. Estas integram os vales dos rios interandinos, como o Cauca e o Magdalena; as planícies da Costa Caribe; as planícies do sul oriente, conhecidas como “Los Llanos Orientales”; as Florestas da Amazônia; e as Florestas do Pacífico. Uma vez que se ascende nas diferentes cadeias montanhosas, a temperatura média diminui e a natureza muda. As montanhas integram uma série de vales e planícies entre 1.000 e 3.000 metros de altitude sobre o nível do mar; apresentam temperaturas moderadas e, em quase todos os casos, os melhores solos, justamente onde teriam lugar as maiores densidades demográficas do território. Razões que explicam porque em 15% do território se estabeleceria algo em torno de 60% da população total (Villegas & Espinosa, 2011; Palácios & Safford, 2002).

Nas planícies baixas da Costa Caribe, do Vale do Rio Magdalena e dos “Llanos Orientales” que circundam as cordilheiras até encontrar as florestas amazônicas, a população tendeu a se dispersar em comunidades muito pequenas, de forma que sua densidade demográfica permaneceu baixa. Nessas áreas extensas, planas e de baixa densidade populacional, a maior parte da terra se destinaria, até hoje, à criação de gado, que, aliás, requer pouca força de trabalho.

Dentro destas áreas de baixa altitude, a de maior povoamento foi a Costa Caribe, que acolhia comunidades indígenas numerosas. Durante e depois do período Colonial, a

região Caribe seria o canal intermediário entre o mundo exterior e as regiões povoadas dos Andes, particularmente a partir do começo do século XIX. Cidades como Rioacha, Cartagena, Santa Marta e Barranquilla, estas três últimas conectadas com o Rio Magdalena, a artéria fluvial mais importante do país, seriam os lugares de trânsito dos produtos de importação e exportação, a partir do século XIX (Fals Borda, 1982; Palácios & Safford, 2002).

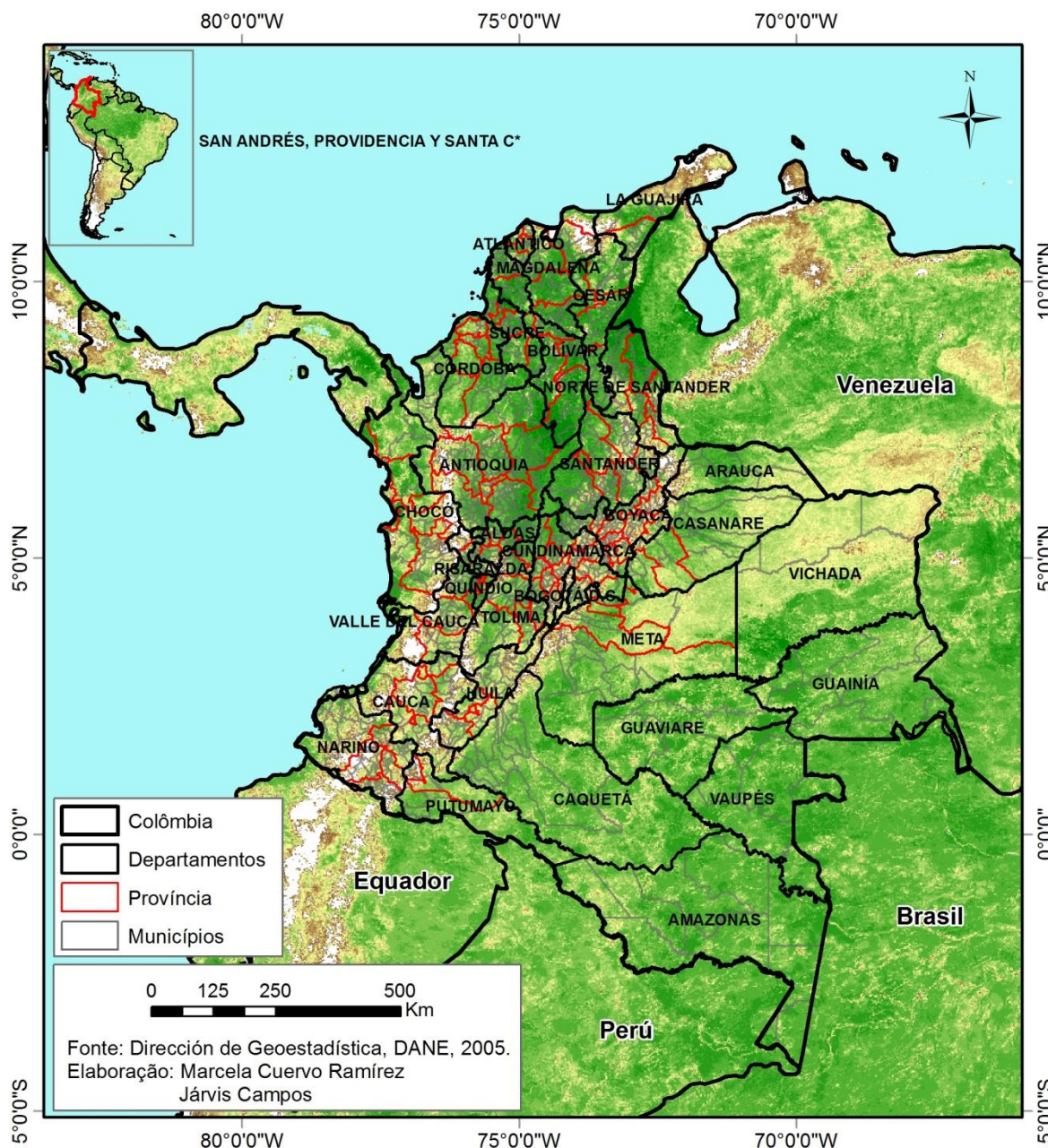
O Istmo de Panamá também foi um importante centro de trânsito entre os oceanos Atlântico e Pacífico, mas não dentro do território continental, dadas as dificuldades de acesso à floresta úmida do Darien, que separa o Panamá da Colômbia. Esta peculiaridade do Istmo de Panamá marcada pela geografia, historicamente fortaleceu os canais e a relação entre os países da América do Norte e do Sul, mas não com o resto da Colômbia, o que contribuiu para sua autonomia administrativa e econômica, desde o período colonial, e para sua desvinculação política da República da Colômbia, no começo do século XX (Guhl, 1991; Gousët, *et al.*, 1999; Bushnell, 2007).

As florestas tropicais úmidas do Pacífico e da Amazônia, com sistemas ecológicos complexos e heterogêneos, foram povoadas por algumas comunidades que conseguiram se adaptar às suas difíceis condições. Segundo Safford (2002), essas áreas permaneceram praticamente ignoradas pelos colombianos até o século XX, e, inclusive atualmente, estariam apenas parcialmente integradas à política e à economia nacionais. A Região Pacífica, por exemplo, foi o lugar de abrigo de populações de origem africana que, durante a época da conquista, mediante o comércio de escravos, ingressaram pelos poucos portos do Pacífico. Aquelas populações que colonizaram a parte norte dessa região, no Departamento conhecido como Chocó, registram os maiores índices de pobreza e fazem parte das áreas menos desenvolvidas do país (PNUD, 2011).

Esse sistema de povoamento, caracterizado por uma colonização centrífuga na Região Andina, no longo prazo reforçaria a dispersão da população no resto do território (Palácios, 2002). No começo do século XIX, a Colômbia já era um país com um grande número de povoados médios e pequenos e com regiões culturais, econômica e politicamente bem diferenciadas (Gousët, *et al.*, 1999; Palácios & Safford, 2002; Fals Borda, 1996).

O mapa 3.2 apresenta a distribuição política e administrativa do país em departamentos e municípios. O mapa permite observar que a região andina é a que apresenta a maior fragmentação espacial. Nela se localizam as principais cidades capitais que, por sua vez, consolidam os principais conglomerados metropolitanos.

Mapa 3.2 Colômbia. Localização dentro da América do Sul e Divisões político-administrativas de Departamentos, Províncias e Municípios



O fato da Colômbia se localizar sobre a linha Equatorial faz com que as variações da temperatura dependam da altitude, do “*piso térmico*”, mas não de mudanças de estação. Ao nível do mar e nas terras baixas, o território é conhecido como “*tierra caliente*”; não se conhece o outono; mas em lugares localizados entre 1.000 e 2.000 metros de altitude, reconhece-se a “*eterna primavera*” e o “*clima templado*” (*temperado*); entre os 2.000 e 3.000m, o “*clima frio*”; e existem as “*neves perpétuas*” acima de 4.000 metros, em picos de montanhas sobre as Cordilheiras Central e Oriental e sobre a isolada Serra de Santa Marta, em proximidades do mar do Caribe. Em geral, o clima de

inverno se associa a temporadas acompanhadas de chuvas, e o verão, a períodos de tempo seco.

A relativa estabilidade da temperatura e a chuva abundante nas distintas altitudes do território produzem uma vigorosa vegetação e uma ampla diversidade de produtos agrícolas dentro de espaços relativamente próximos, localizados sobre as ladeiras íngremes das cordilheiras e interconectados em tendência vertical. O intercâmbio de uma ampla variedade de produtos, dentro de curtas distâncias, favoreceria a consolidação das pequenas populações dispersas nas diferentes cadeias montanhosas.

Paradoxalmente, a combinação destas vantagens naturais propiciaria uma “confortável complementariedade local” (Palacios & Safford, 2002) que, somadas às barreiras de transporte impostas pela geografia, reforçariam o isolamento, a dispersão da população, diminuiriam o comércio de longa distância e conduziriam a uma sorte de autarquia provincial. Isto explica, em parte, porque na Colômbia, diferente de outros países latino-americanos, as condições geográficas impediram o surgimento de uma região ou uma cidade dominante, assim como também porque se retardariam os investimentos em infraestrutura para o melhoramento dos canais de comunicação e, conseqüentemente, o começo tardio do processo exportador no século XIX e de industrialização no século XX, frente aos outros países da América Latina (Guhl, 1975; Bushnell, 2007; Palacios & Safford, 2002; Gousët, *et al.*, 1999).

Se existiram intercâmbios comerciais com regiões de longa distância, como com os Incas muito além do lado sul do território, não se conhecem vestígios que poderiam ter influenciado o desenvolvimento das civilizações nativas na Colômbia, em aspectos cruciais como a dieta e os meios de transporte. A “Llama”, por exemplo, que serviu como besta de carga, fonte de lã e de proteína nos Andes Centrais, não era conhecida na atual fronteira com o norte do Equador. Os povos nativos da Colômbia dependeram totalmente da força humana para o transporte e, embora a dieta fosse rica em carboidratos derivados do milho e da batata e de outros frutos e vegetais, o consumo de carne foi escasso no território (Bushnell, 2007).

Se estes fatores conjuntamente criaram obstáculos para o comércio entre regiões, se depreende então que as migrações internas na escala inter-regional seriam pequenas, mas, entre municípios e entre províncias, seriam intensas.

A dinâmica de intercâmbio comercial de curta distância entre as populações indígenas desde tempos pré-colombianos e, posteriormente, as políticas de administração do Sistema de Encomenda pelos conquistadores espanhóis, que integravam espacialmente agrupamentos de comunidades indígenas em torno de vilas de população espanhola, convergiram no processo de conformação e consolidação econômica e cultural das

províncias dentro de cada região, o qual até hoje subsiste (Fals Borda, 1982). A escolha da unidade espacial de província para a análise dos fluxos migratórios internos para o caso colombiano reside, em parte, nesta explicação geográfica e histórica.

3.2 A Colômbia no contexto da América Latina

No contexto da América Latina, a Colômbia foi um dos países que mais tardiamente iniciou o seu processo de industrialização: apenas na segunda década do século XX (Robinson & Urrutia, 2007; Echavarría & Villamizar, 2007; Pécaut, 2013; Kalmanovitz, 2010). Isso se deveu em parte aos enormes custos do transporte e, com eles, a sua parcimônia para fortalecer o mercado entre as regiões e para se inserir na dinâmica de comércio internacional (Palácios & Safford, 2002), mas também devido aos conflitos políticos e regionais que deixaram em ruínas a economia no ocaso do século XIX, em particular, “*a guerra de los mil días*”, quando o país perdeu o istmo de Panamá (Deas, 2000).

Enquanto países como o Brasil, o México e a Argentina tinham feito enormes avanços no desenvolvimento industrial ao final do século XIX, na Colômbia os intentos orientados à criação de empresas industriais fracassavam (Echavarría & Villamizar, 2007).³

A decolagem da economia colombiana obedeceu ao auge das exportações de café, principalmente nas províncias de Antioquia (com capital Medellín) e com estas, ao surgimento de uma classe média que demandava produtos industriais e de consumo básico. Isto se daria em um período de relativa paz política e de governos que promoveram obras públicas que facilitaram a integração do mercado nacional (Urrutia & Posada, 2007), principalmente no sistema de transportes terrestres e de vapor pelo Rio Magdalena (Ramírez, 2007).

O nível de abertura da economia colombiana se manteve relativamente baixo durante todo o século XX e aumentou ligeiramente nas décadas de 1980 e de 1990. Apesar das melhoras e diminuição dos custos no sistema de transporte e comunicações e à diminuição das barreiras tarifárias, as políticas protecionistas prevalecentes na Colômbia durante a maior parte do século XX obedeceram à ausência de uma base exportadora diversificada, que contrastara com o domínio das vendas externas do café (Villar & Esguerra, 2007).

Como em muitos países em desenvolvimento, os produtos básicos constituíram os principais itens de exportação da Colômbia durante o século XX. O ouro foi a principal exportação durante a época colonial e no século XIX; a sua importância decresceu com

³ Segundo Ocampo (1984) para começos do século XX, a Colômbia e o Haiti apresentavam os índices de comércio exterior, investimento estrangeiro e construção de ferroviários mais baixos da América Latina.

o incremento das vendas de café. Durante as primeiras décadas do século XX o ouro e a platina ainda representavam 20% das exportações e, durante as décadas de 1930 e 1940, as exportações de produtos mineiros aumentaram a 25%. Para finais da década de 1920, começou a produção de petróleo, mas somente na década de 1990 estes se converteram nos principais produtos de exportação. No começo deste novo século, ocupariam praticamente um 40% das exportações (Villa & Esgurra, 2007; Palácios & Safford, 2002). O comércio de manufaturas só foi desenvolvido na década de 1970 das quais um 40% começou a ser exportado a países como a Venezuela e o Equador sob convênios de integração comercial.

Assim, o perfil exportador colombiano nas últimas décadas se tornou essencialmente extrativista: setores que não representam plataformas de articulação da crescente mão de obra no país e que não exigem da população altas qualificações. Um fator que, sem dúvida, não tem contribuído à articulação da população, em idades economicamente ativas, à base produtiva do país durante as últimas décadas.

Durante praticamente todo o século XX, o país manteve um crescimento econômico estável, embora decrescente (Urrutia & Posada, 2007; Kalmanovitz, 2010). Segundo Urrutia e Posada (2007), apesar dos baixos e decrescentes níveis de poupança e de investimentos que não sustentaram níveis de produtividade suficientes para acelerar o crescimento frente aos padrões internacionais, o crescimento da economia colombiana obedeceu a uma combinação de fatores. Primeiramente, à mudança setorial da produção que, de predominantemente rural, passou a sustentar-se de forma misturada nos setores rural, industrial e de serviços. Este processo de mudança esteve demarcado no processo de desindustrialização desde a década de 1970 (Echavarría & Villamizar, 2007). Foi igualmente crucial o controle da taxa de câmbio, que se manteve relativamente estável durante o século, excetuando os períodos de instabilidade da moeda relacionados com a bonança cafeeira e o desenvolvimento industrial entre 1935 e 1955; com o déficit fiscal financiado com dívida externa na década de 1980; e com a descoberta do petróleo e a entrada massiva de capitais na década de 1990 (Ibid).

Durante a década de 1980, a Colômbia não padeceu os problemas inflacionários que experimentaram diferentes países da América Latina, em parte como resultado da extraordinária prudência no manejo da política macroeconômica (Robinson, 2007). O que de passo pode explicar a “extraordinária prudência” à abertura da imigração internacional em contraste com a maior parte dos países da região.

Mas a cautela frente à abertura de mercados se romperia gradualmente desde 1989 até que, em 1990, foram eliminadas todas as restrições quantitativas às exportações; mas a abertura comercial coincidiu com uma forte reavaliação da moeda, propiciando principalmente o aumento das importações frente às exportações, gerando por sua vez

um agudo desajuste na balança de pagamentos (Villar & Esguerra, 2007). Fatores que somados aos acordos comerciais posteriores na última década colocaram em extrema vulnerabilidade a economia colombiana (Sarmiento, *Los desaciertos del libre comercio*, 2014; Sarmiento, *¿Qué se esperaba de los TLC?*, 2014).

Para finais da década de 1990 o país tinha caído numa das maiores recessões econômicas da sua história. O produto interno bruto, que tinha mantido taxas de crescimento positivas durante mais de cinquenta anos, se reduziu em mais de 4% em 1999 e não conseguiu se recuperar tão facilmente (Villar & Esguerra, 2007). Outros pesquisadores, não obstante, consideram que, graças às políticas de abertura econômica, aumentou a eficiência do setor empresarial e a modernização do setor industrial, tornando-os mais competitivos e preparados para o desafio da globalização (Echavarría & Villamizar, 2007).

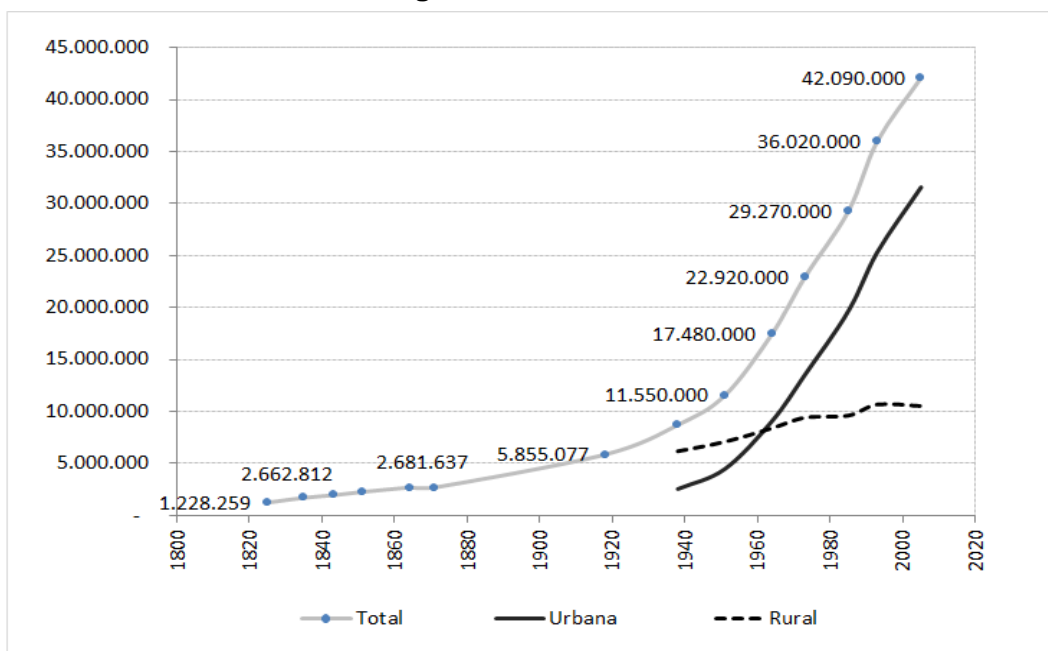
Contudo, ainda que o crescimento econômico da Colômbia durante o século XX tenha se mantido relativamente estável, foi insuficiente para articular a população em idades produtivas no sistema laboral formal, para sustentar salários estáveis e para garantir os benefícios da seguridade social, isto para 55% da população no final da década (Kalmanovitz, 2010).

3.3 Aspectos do processo da transição demográfica na Colômbia

A Colômbia, como grande parte dos países da América Latina, experimentou um processo acelerado de transição demográfica. Este processo teve duas fases claramente diferenciadas. A primeira, entre 1950 e 1965, se caracterizou pela contínua queda da mortalidade e pela estabilidade da fecundidade, em um nível próximo de 6,5 filhos por mulher. A combinação de uma menor mortalidade e uma elevada fecundidade tiveram como resultado um alto crescimento da população, superior a 3% ao ano. Nesse período, a população passou de 12,568 para 19,591 milhões de habitantes (DANE, 2007; Flórez, 2002).

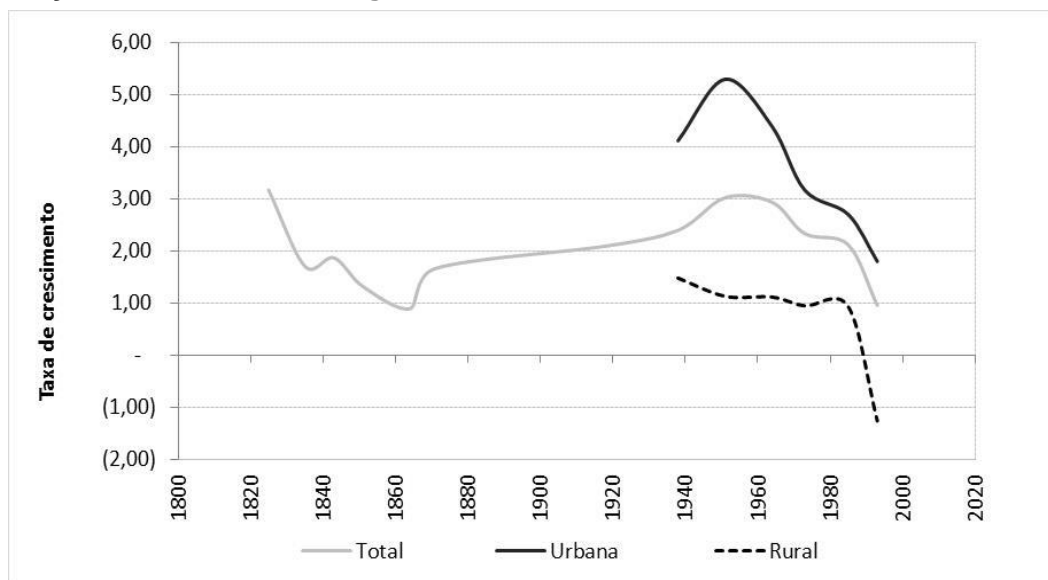
Durante o último quarto do século XX e primeiro do XXI, os censos indicam profundas transformações na sociedade colombiana, através dos indicadores sociais e das cifras que revelavam os censos (Gráficos 3.1 e 3.2). Mas essas transformações, também positivas, aconteceram apenas durante a segunda metade do século, que poucos acadêmicos e observadores captavam (Flórez, 2000), enquanto centravam o seu interesse sobre as causas das violências por razões políticas ou por narcotráfico.

Gráfico 3.1 Colômbia. Evolução do tamanho da população urbana e rural, 1800 – 2005. Segundo os censos - DANE



Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE de 1825, 1835, 1843, 1851, 1864, 1871, 1918, 1938, 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005. Elaboração própria.

Gráfico 3.2 Colômbia. Taxa Média de Crescimento Demográfico Intercensitária da População Urbana e Rural, segundo os censos - DANE



Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE de 1825 a 2005. Elaboração própria.

Na segunda fase da transição, que começou na metade da década de 1960, a fecundidade caiu aceleradamente (Chackiel, 2004). Em menos de meio século, reduziu-se em quase 60%, alcançando no final do ano de 1990 o número médio de filhos por mulher de 2,8 (DANE, 2007; ENDS, 1995, 2000, 2005). Em consequência, a taxa de crescimento da população total passou a 1,95%, momento para o qual a população

estaria perto dos 35 milhões. Entre 2000 e 2010, a fecundidade se aproximaria a seu limite de reposição, com 2,1 filhos por mulher (ENDS, 2011), e a população estaria crescendo a uma taxa media anual levemente superior a 1%, para alcançar em 2005 uma população aproximada de 45 milhões (Censo 2005). A população atingiria em 2014 perto de 47.6 milhões de habitantes (DANE, 2011).

Mas o percurso da transição demográfica estaria vinculado a um complexo, desigual e heterogêneo processo de desenvolvimento no território, que confluiria para que, através das dinâmicas de migração, boa parte da população se concentrasse e crescesse progressivamente nas áreas urbanas, e outra parte se mantivesse em condições desfavoráveis nas áreas rurais.

No início dos anos 70, a população rural era de 8 milhões de pessoas e crescia a taxas próximas de 1%, embora o crescimento natural permanecesse alto (UEC, 2007, p.8). No entanto, a população rural tinha começado a decrescer, aproximando-se de 10 milhões, apesar de desempenhar um papel fundamental na economia do país, como provedora de alimentos e agente crucial na sustentabilidade alimentar; como ofertante de mão de obra potencial para o desenvolvimento do setor primário; e como reservatório dos ainda existentes movimentos populacionais a partir de, para, e dentro das áreas rurais, como o revelam as cifras do último Censo 2005.

Entre os principais progressos na segunda metade do século XX se identificam os investimentos para a melhora na cobertura e qualidade da educação. O número médio de anos em educação por pessoa se incrementou de 2,66 em 1950, para 9,14 em 1992, um dos avanços mais rápidos na América Latina (Posada & Urrutia, 2007). O analfabetismo se reduziu progressivamente ao longo do século: de perto de 70% da população maior de 14 anos, em 1920, declinou a níveis de 8% em final de século. Na década de 1940 os avanços foram exíguos, mas se aceleram nas décadas de 1960 e 1970 no período conhecido como o Frente Nacional (Kalmanovitz & López, 2007).

O trabalho de Flórez (2000) confirma que a educação rural teve menor cobertura que a urbana, onde raramente se estendeu acima da escola básica e o ensino fundamental. Enquanto a população entre 7 e 14 anos nas áreas urbanas de cada município (cabeceiras municipais) registrava uma taxa de alfabetismo de 38% em 1938, a população rural (resto) registrava 67%. Em 1993, a diferença se reduziu, embora 7% das áreas urbanas e 18% das rurais continuassem em condição de analfabetismo.

A mudança nos setores produtivos esteve acompanhada da concentração populacional nas áreas urbanas. A população rural diminuiu entre 1950 e 1955 em -6,0% e entre 1955 e 1960 em -6,4%. Esta diminuição se localiza na média da América nos mesmos

períodos, mas é consideravelmente inferior àquela que experimentaram a Argentina, Chile e a Venezuela, de -11% em média (ONU, 2011).

Ainda é discutida a explicação sobre se os processos migratórios de origem rural para os urbanos obedeceram exclusivamente aos diferenciais de renda (Urrutia & Robinson, 2007). No entanto, seria também desacertado atribuir ao conflito conhecido como "La Violencia" todos os movimentos migratórios que confluíram ao processo de urbanização nessas décadas. Se esse fosse o caso, os movimentos migratórios se configurariam como fundamentalmente forçados.

Deve ser levado em consideração, aliás, que, no mesmo momento em que o país experimentava o auge da industrialização, foram emitidas novas disposições a fim de promover a ocupação e colonização em terras das áreas de fronteira (Fajardo, 2010), aspectos que podem ser classificados como fatores aglutinadores de população. A redistribuição das populações rurais, tanto para as áreas urbanas como para novos centros de colonização, diluiriam como a causa fundamental das migrações, as causas diretas do conflito. Urrutia e Possada (2007) citam o estudo de Mc Greevey (1968) acerca de uma pesquisa sobre imigrantes realizada em Bogotá nos anos 60, na qual apenas 1% declarou ter migrado em Bogotá por causa da violência, enquanto 85% atribuía a migração a razões econômicas e familiares. Urrutia e Possada (2007) também citam o estudo de Schultz (1969) quem encontra que a emigração desde as áreas rurais poderia ter sido menos de 13% a aquela que tivesse existido em ausência da violência entre 1951 e 1964.⁴

Desde o foco dos fatores de expulsão demográfica, nas décadas de 1950 e de 1960, se configuraram as pressões demográficas e, principalmente, a estrutura fundiária e de distribuição das terras. Este último aspecto é fundamental para compreender também os fatores de expulsão dos padrões migratórios recentes, os quais se tornaram ainda mais difíceis com a incursão dos grupos armados e com o complexo negócio do narcotráfico, aspectos que serão ampliados posteriormente.

Como outros países colonizados pela Espanha, a Colômbia se caracterizou por distribuir as terras segundo critérios de linhagem e de raça, em uma sociedade segmentada entre populações brancas, mestiças, indígenas e negras (Fals Borda, 1982). A distribuição foi desigual e somente no caso de povoamentos por espanhóis pobres foi menos concentrada, o que favoreceu uma maior capacidade política e econômica, como no caso das províncias de Santander e Antioquia, onde se combinaram atividades da

⁴ Não foi possível acessar estes trabalhos nas bibliotecas virtuais, mas se incluem as referências: William Paul McGreevey (1968) Causas de la migración interna en Colombia. Center for Latin American Studies, Institute of International Studies, University of California. Schultz, T. P. (1969). Population Growth and Internal Migration in Colombia. Santa Mónica, California. The Rand Corporation.

mineração, a agricultura e a produção artesanal, e onde prosperaria a produção cafeeira (Fals Borda, 1982; Busnhell, 2007; Fajardo, 2009; López Toro, 2009).

Nas restantes regiões se aprofundou o sistema de encomenda e os resguardos indígenas, erguidos sobre relações de parceria e aluguel em que não eram definidos direitos de propriedade sobre a terra nem sobre as residências (Kalmanovitz & López, 2007). As raízes deste sistema prevaleceram durante o século XIX e ainda no século XX.

Não se conhece uma verdadeira reforma agrária, direcionada e formalizada desde o Estado Central, que contribuísse para uma melhora na distribuição da terra e para uma ordem nos direitos de propriedade. Pode-se afirmar que as reformas agrárias foram de fato exercidas por grupos à margem da lei, tanto para a produção de cultivos ilícitos como para a lavagem de dinheiro. Não se consolidou uma política de tributação sobre a propriedade e a produção da terra, o que frustrou condições sustentáveis para seu desenvolvimento desde o nível local, que, por sua vez, fosse revertida para investimentos nos setores sociais e de infraestrutura, e que permitisse uma maior eficiência dos recursos estatais desde os pequenos municípios. Os administradores locais, ou não contam com o respaldo político e técnico para fazer efetiva a tributação, ou, em alguns casos, como proprietários de grandes extensões de terra, não se mostram interessados em promover a aplicação tributária. (Kalmanovitz & López, 2007; García, Árias & Hernández, 2011).

No interior do espaço rural, a estrutura de concentração das terras, a precariedade dos direitos de propriedade, os baixos níveis de educação das populações camponesas e os conflitos políticos, onde se expressavam com intensidade, retardaram o desenvolvimento da agricultura. Agregado a isto, a saída exacerbada de capital que propiciou a abertura econômica da década de 1990, aprofundou a crise do setor agrícola.

Estes elementos, de forma conjunta, tornam-se fatores que continuam expulsando as populações desde as áreas rurais e desde as províncias de menor desenvolvimento para as cidades intermediárias e para as capitais dos departamentos.

3.4 Cenário do conflito armado contemporâneo frente às trajetórias migratórias dos colombianos

Para entender os aspectos estruturais que explicam as emigrações internas e internacionais da Colômbia, não pode ser esquecida a discussão teórica e histórica sobre as raízes do conflito armado colombiano, no qual se envolvem o fenômeno de deslocamento forçado e, derivado deste, o aumento do número de refugiados internacionais.

Dos mais variados âmbitos e disciplinas, diversos pesquisadores têm produzido marcos explicativos e trabalhos empíricos para tentar compreender as causas estruturais da violência na Colômbia e, como parte dela, do fenômeno do deslocamento forçado. No avanço dessa revisão, vários autores concordam em que a estrutura fundiária e as desigualdades na repartição da terra, as inequidades regionais, o centralismo econômico e a fragmentação espacial fazem parte dos fatores que explicam a história dos conflitos do país (Palácios & Safford, 2002; Fajardo, 2010, Robinson, 2010; Pécaut, 2013). No entanto, é preciso salientar que existem nítidas diferenças entre as causas fundamentais dos conflitos que o país experimentou durante o século XIX e aqueles que ele vem experimentando desde o século XX.

O processo de povoamento e de colonização esteve sempre envolvido pelo fator violência. O sociólogo Alfredo Molano, que tem desenvolvido seu trabalho de pesquisa percorrendo o país para estudo do fenômeno do deslocamento forçado e que, como tantos outros pesquisadores, experimentou o exílio por fazê-lo e por explicar quais são os responsáveis diretos, descreve:

“La gente me contó mil cuentos. En todos estos hay un elemento en común: el desalojo por razones políticas, pero con fines económicos. A los campesinos los expulsaban los ricos por ser liberales o por ser conservadores para expulsarlos de sus tierras y quedarse con ellas. Siempre las guerras se han pagado en Colombia por tierras. Nuestra historia es la historia de un desplazamiento incesante, sólo a veces interrumpido” (Desterrados: crónicas del desarraigo - Molano, 2001).

Ainda que seja difícil de classificá-lo, e inclusive de localizar temporalmente a data do seu começo, o conflito colombiano atual guarda algumas particularidades que o diferenciam de outros conflitos do passado e que o singularizam frente aos conflitos políticos que persistem em outras latitudes.

As confrontações acontecidas durante o século XIX, depois da guerra de independência, na sua maioria, foram derivadas das disputas políticas entre os partidos políticos tradicionais, liberal e conservador, e inclusive dentro deles mesmos, e envolveram praticamente todas as províncias do território (Deas, 2000; Pardo, 2008).

No século XX, quando nas áreas urbanas se consolidava o processo de industrialização, nas áreas rurais a inércia desses conflitos políticos alimentaria uma nova guerra conhecida como “La Violencia”, entre 1946 e 1960, na qual os camponeses seriam ainda mais afetados, com perto de 200.000 mortes (Pardo, 2008; Pécaut, 2001). Essa guerra suscitou o único golpe de estado conhecido na história colombiana, no ano de 1953, através do qual foi restabelecida a ordem e apaziguadas as tensões políticas.

Se durante décadas foi impensável um consenso entre os partidos políticos tradicionais, foi o novo mandato em mãos das forças militares o que urdiria a primeira coalisão política entre liberais e conservadores, denominada como a *Frente Nacional* no ano de 1957, a fim de pacificar o país, dar término à *Violencia*, reprimir a ditadura (Pardo, 2008; Pécaut, 2004) e de recuperar as instituições republicanas “de forma civilizada” (Vallejo, 2014). A coalisão combinou revezar os períodos presidenciais por períodos de quatro anos e distribuir os lugares do congresso e os cargos públicos em partes iguais durante 16 anos (Bushnell, 2007; Vallejo, 2014). Pécaut (2004) afirma que este pacto se manteve de forma acomodada durante dez anos mais.

Existe consenso em que os objetivos centrais da coalisão foram atingidos (Kalmanovitz & López, 2007). Nesse período, por exemplo, se estabeleceram redes públicas e privadas para a administração de programas de planejamento familiar, particularmente nos períodos em que os liberais estavam no mando, o que contribuiu na diminuição da fecundidade (Palácios, 2002). Os programas em educação se intensificaram e se reduziram as taxas de analfabetismo, em particular nas áreas urbanas (Flórez, 2000). E foi desenvolvido um programa nacional para a modernização das explorações camponesas mediante acesso a crédito e tecnologia, mas sem que fosse reestruturada a propriedade da terra (Kalmanovitz & López, 2007). Durante esse período se observaram altas taxas de crescimento demográfico, próximas a 4% anuais, como também as maiores taxas de crescimento urbano, as quais superaram o 6% anual entre 1953 e 1964 (Censos DANE).

Por outro lado, a literatura é extensa frente às implicações políticas, sociais e econômicas da criação da Frente Nacional. Historiadores e sociólogos consideram que esta foi uma estratégia política custosa para a sociedade colombiana. Pécaut (2001) explica que a permanência no poder por parte das elites políticas tradicionais, as menos afetadas pela “La Violencia”, desconhecera qualquer possibilidade de elaboração e reparação frente às vítimas. Ninguém foi culpado. Não se reconheceram ganhadores. Mas os perdedores, a maior parte camponesa, descobriria que essa luta não somente não era sua, mas que persistiam as condições de atraso de marginalidade e desigualdade.

O que parece não ter sido vislumbrado é que a repartição dos poderes, de cargos públicos e de investimentos, privilegiaria os centros urbanos do país, enquanto o campo continuava ressarcido dos benefícios da estratégia de apaziguamento da violência. O tempo que levou a gestação e desenvolvimento do Frente Nacional seria suficiente para que as múltiplas insatisfações rurais emergissem, em particular frente às desigualdades na distribuição e as condições de produção da terra.

3.5 As migrações forçadas no final do século XX e começos do século XXI como produto da combinação das formas de luta

Até este momento tem se tentado identificar, tanto através da formação histórica da Colômbia, quanto das teorias da migração, elementos estruturais para entender os padrões migratórios de maneira geral, levando em consideração o que as teorias de migração oferecem. A questão que parece oportuno introduzir seria: como é que se produz e reproduz o deslocamento forçado até se tornar um evento padrão?

O deslocamento forçado tem sido acompanhado de uma desapropriação sem precedentes da propriedade da terra: mais de 4 milhões de etárias tem passado a novas mãos, o que por sua vez aprofunda a concentração da terra (Pécaut, 2013; Fajardo, 2010).

O conflito armado que hoje se reconhece na Colômbia se originou paradoxalmente quando as lideranças dos partidos políticos tradicionais deixaram as rixas e formalizaram sua coalisão política. Ao mesmo tempo em que decorria o período do Frente Nacional surgiam as guerrilhas camponesas e as suas lutas revolucionárias, mais exatamente na década de 1960 (Bushnell, 2008; Palácios & Safford, 2002; Pardo, 2008).

Na década de 1970, com a aparição e extensão dos cultivos de maconha e folha de coca,⁵ as guerrilhas encontrariam uma forma de financiamento que ajudaria a esquecer suas motivações de reivindicação como populações camponesas. O conflito que nascia como uma luta revolucionária, que inclusive foi reconhecido como uma guerra civil não declarada, se “contagiaria” duas décadas depois do negócio do narcotráfico e do terrorismo (Palácios & Sáfford, 2002; Pardo, 2008), o qual se intensificaria, na década de 1990, com a incursão de outros atores conhecidos como paramilitares, tornando-lhe ainda mais complexa e de difícil resolução.

Tanto as áreas de fronteira interna, como os territórios de colonização, quanto as áreas limítrofes com outros países foram onde melhor localizaram-se as Guerrilhas desde a década de 1980; onde os grupos de paramilitares eram mais numerosos, e onde eram mais frequentes os despojos e os deslocamentos forçados. Isto em grande medida pela ambiguidade dos direitos de propriedade, o que, por sua vez, está relacionado com a fraca presença do Estado (García & Revelo, 2011; Fajardo, 2010; Pécaut, 2013).

⁵ Urrutia e Posada (2007) explicam que nos anos setenta surgiu um excesso de demanda de maconha nos Estados Unidos pela repressão da oferta mexicana, o que estabeleceu uma oportunidade de exportação ilegal desde a Costa Atlântica colombiana. Depois, quando se originou a demanda de cocaína, algumas das anteriores redes de exportação ilegal na Colômbia se utilizaram para a exportação. A comercialização foi facilitada no país por razões geográficas e depois também a sua produção.

Nas décadas posteriores surgiram nestas mesmas áreas polos de produção de riqueza, derivados da mineração do petróleo, o ouro, o gado, o agronegócio e a droga, o que provoca a afluência de população, de capitais e de conflitos não controlados ao redor da distribuição dos novos fluxos de capital financeiro (Fajardo, 2010, Pécaut, 2013; González *et al.* 2002).

No final da década de 1980, numerosas áreas de agricultura consolidada permaneciam relativamente protegidas da violência, seja o minifúndio tradicional, a grande propriedade e, particularmente a média propriedade nas áreas de produção cafeeira. Todas estas áreas se encontram afetadas atualmente, como as cifras censitárias e do deslocamento o revelam. As guerrilhas com sua economia da droga fizeram ali uma nova irrupção violenta, e mais de 40% dos municípios produtores de café estão afetados. Estas áreas já teriam sido golpeadas pela violência nos anos de 1950, teriam sido recuperadas com as bonanças do café, mas a queda dos preços na década de 1990 tornaram vulneráveis os produtores, facilitando posteriormente o cultivo da amapola e o incremento dos negócios do narcotráfico (Fajardo, 2010; Pécaut, 2013). A expansão do negócio atingiria também as áreas urbanas onde as guerrilhas e os paramilitares reforçaram sua presença. Os famosos “carteles de la droga” da década de 1990 derivaram seu poder das diversas formas de controle sobre os circuitos de exportação (Pécaut, 2013).

A implantação dos Grupos Paramilitares segue os passos dos Grupos Guerrilheiros. É a coexistência de uns e de outros e as ações da Polícia e das Forças Armadas o que engendra a violência espalhada durante as décadas de 1990 e de 2000, já não somente nas áreas de fronteira e de colonização, mas praticamente em todo o território nacional, inclusive na Região Andina, dentro dela, nos principais corredores de tráfico e exportação, quer dizer, nas principais cidades, Bogotá, Cali, Medellín y Barranquilla.

Esse é o marco de conflito e de violência do padrão migratório colombiano desde a década de 1980, que, segundo estatísticas oficiais da Rede Nacional de Informação da Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas, em 2014, se contabilizam em torno de 6,372,539 vítimas do conflito armado, das quais 5.535.883 milhões seriam vítimas de deslocamento forçado, o que representa perto de 87% do total entre 1985 e 2014 (RNI, 2014). Como consequência do conflito, 400.000 pessoas procuram refúgio em outros países, como o constatam as estatísticas da ACNUR (2012), sem contar as migrações internas e internacionais relacionadas indiretamente com o deslocamento.

Para tentar identificar elementos adicionais sobre a relação entre o padrão migratório emergente e a evolução do conflito armado, no período que vai do final do século XX a começos do século XXI, devem ser levados em consideração os seguintes aspectos: em primeiro lugar, a população civil é a que registra a maior parte das vítimas, o que não seria um traço exclusivo do conflito na Colômbia, pois aparece em todas as guerras civis

internas e internacionais (Pécaut, 2013). Por outro lado, isto não significa que a população se posicione unificada perante o conflito ou completamente passiva, mas se encontra sob influência de diversas formas.

O conflito não pode ser reduzido pelas contradições entre dois bandos, entretanto, nele participam diferentes atores, particularmente desde que se intensificaram os negócios ilícitos nos anos 1980. O que se detecta a partir da literatura é que um dos protagonistas centrais nesta escalada de violência é o narcotráfico (González *et al.*, 2002; Fajardo, 2010; Pécaut, 2013; Robinson, 2013). Este envolve as ações terroristas das guerrilhas, dos grupos paramilitares, de outros grupos de narcotraficantes, os bandos delinquentes urbanos, a delinquência organizada, como também setores de representação social como pessoas do poder político e das forças militares. Não obstante, como discute Pécaut (2001), o problema do protagonismo do narcotráfico, na área da dimensão econômica, é que ele dilui o que é próprio do político e suas implicações na dimensão social, particularmente o que toca às principais vítimas que, no caso da Colômbia, tomou dimensões insuspeitadas décadas atrás e que hoje fazem parte dos seus processos sociais, de seu padrão migratório.

Uma década atrás o país tinha a maior taxa de homicídio do mundo e era o centro internacional da indústria da droga (Echandía, 2008). O sequestro tornou-se quase um evento normal. Uma série de líderes políticos foi assassinada e provavelmente um terço de todos os senadores eleitos em 2002 estabeleceu algum tipo de relação política com grupos paramilitares (Romero, 2007; Valência, 2007). A combinação de forças de luta de atores não estatais, as guerrilhas de esquerda e os paramilitares de direita, se aproximavam em 50% do tamanho do exército nacional, e as guerrilhas tinham programado um plano para cercar e capturar a cidade de Bogotá (González *et al.* 2002; Pécaut, 2013). Pessoas da alta sociedade padeciam um pânico inusitado, o que motivou sua saída massiva e de seus recursos para outros destinos internacionais (Robinson, 2013).

As coisas mudaram em 2002, quando Álvaro Uribe foi eleito presidente com o seu programa de governo conhecido como “Seguridad Democrática”. Uribe incrementou os gastos em defesa de 10% do tamanho do PIB e aumentou o tamanho do exército de 203.000 soldados, uma década antes, a 283.000, financiado com uma taxa imposta aos cidadãos com alta renda, a qual se aproximou em média ao 0,35 % do PIB por ano. O seu objetivo foi substancialmente abater o principal grupo de insurgência armada de linhas de esquerda, “Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia - FARC”. Frente aos grupos da ‘linha de direita’, em 2005, Uribe persuadiu em torno de 30.000 membros de grupos paramilitares para desmobilizar e confessar seus crimes, em troca de sentenças reduzidas (Valência, 2007; Romero, 2007; Robinson, 2013).

A situação de segurança melhorou e, com ela, a imagem internacional do país. Isto teve consequências diretas no investimento estrangeiro direto que durante uma década aumentou de \$1,5 bilhão a \$13 bilhões, os investimentos e a poupança aumentaram também, de 17% a 27%, e a 18% do PIB, respectivamente. A dívida diminuiu de 60% do PIB em 2003 para 43% em 2013. Assim, a taxa de crescimento econômico, que entre 1990 e 1999 se manteve em torno de 3%, se incrementaria em média em 4,2% entre 2000 e 2011. Em 2011 o presidente Barak Obama firmou o tratado de livre comércio com a Colômbia.

Sobre estes avanços o atual Presidente Juan Manuel Santos, ainda mantendo a iniciativa militar do ex-presidente Uribe, tem procurado resolver o conflito colombiano através de dois objetivos centrais. Primeiro, com a restauração das vastas quantidades de terras às pessoas que tinham sido despossuídas, grande parte delas vítimas também de deslocamento forçado, e que se sustenta numa nova lei de reforma agrária, como parte da Lei de Vítimas 1448, assinada em 2011. E segundo, com o processo para a negociação da paz, o qual se desenvolve em Havana, Cuba. Objetivos que a sociedade colombiana em geral também espera sejam alcançados, que envolvem por sua vez enormes desafios, mas que precisam ser acompanhados de outras mudanças estruturais.

Contudo, o deslocamento forçado faz parte das estratégias que os atores do conflito armado têm adotado, dentre as quais a população civil é utilizada para ganhar o controle regional militar, político e econômico. Assim o demonstram a concentração das ações armadas, a expansão territorial e a geografia do deslocamento (Ruiz, 2007). Pela sua natureza, os eventos de deslocamento recaem nas áreas rurais e nas populações camponesas.

Entre todas as questões que suscita o fenômeno de deslocamento forçado, uma que toma enorme relevância tem a ver com as fontes de informação de deslocados. Dada a magnitude da problemática e suas diversas implicações, várias entidades procuram fazer seu acompanhamento.

Embora existam diferenças nas cifras das fontes sobre o tamanho e a estrutura demográfica e espacial do deslocamento, os esforços destas instituições têm permitido dimensionar seu comportamento e evolução. Não obstante, a necessidade de reconhecer o fenômeno na sua real magnitude, para responder à demanda de atenção efetiva por parte do Estado Colombiano, motivou o Governo Nacional a adotar recentemente um sistema integral para sistematizar a informação sobre as circunstâncias e determinantes do conflito, e para facilitar o reconhecimento das vítimas: a Rede Nacional de Informação RNI da Unidade para a Atenção e Reparação Integral às Vítimas

(DRI, 2011). Deve ser salientado que este sistema não se restringe a contar deslocados, mas integra informação sobre os distintos tipos de evento do conflito.

A RNI faz parte da implementação da Lei 1448 de 2011, que emite as medidas de atenção, assistência e reparação integral às vítimas do conflito armado e na qual se articulam mais de 60 instituições do Estado e de Agências de Cooperação Internacional (RNI, 2011).

Levando em consideração a experiência de silêncio frente a “La Violencia” dos anos 1950, cabe dizer que essa iniciativa representa um passo relevante na história do país. Não apenas porque a RNI permite medir as consequências da guerra, mas porque entre seus propósitos se busca de alguma forma a reparação das vítimas, particularmente, com a restituição das suas terras.

3.6 Discussão sobre os fatores subjacentes ao padrão migratório colombiano

Como tem sido reiterado ao longo deste documento, a literatura sobre a história econômica da Colômbia, particularmente para o século XX, e sobre as raízes do conflito armado e a violência é extensa. No avanço da sua revisão, porém, se torna difícil estabelecer quais são os fatores explanatórios sobre as causas subjacentes ao padrão migratório colombiano, à luz dos marcos analíticos sobre as causas da migração.

Pode-se dizer, não obstante, que o fenômeno migratório colombiano é resultado de uma complexa inter-relação de problemáticas, que dificilmente podem ser entendidas isoladamente, porquanto perdem a sua autonomia e seu poder explanatório. A partir da evidência empírica e do contraste entre os marcos de análise para a migração e da literatura sobre a história econômica e política da Colômbia, a seguir se discutem distintos conjuntos de relações que podem ajudar na compreensão do padrão migratório colombiano de final de século XX e de começos do século XXI.

Um primeiro conjunto de inter-relações dessas problemáticas se centra na carência de uma política estruturada do Estado para o setor rural (Machado, 2014), o que acarreta a permanência e aprofundamento das inequidades, tanto sociais, quanto entre as regiões, o que, por sua vez, retroalimenta a história de conflito armado com todas as suas derivações, entre elas as migrações de origem rural para as principais cidades, mas principalmente, a fuga de pessoas com as suas famílias em condição forçada, dentro do mesmo país e fora dele.

Centrando a atenção sobre as inequidades, identificam-se dois níveis. Primeiro, as inequidades no acesso e distribuição de fatores produtivos, especialmente a terra (García, Arenas & Hernández, 2011). E segundo, no acesso aos bens públicos e

serviços, que inclui a conectividade assimétrica aos mercados, o que restringe abruptamente o acesso às oportunidades das populações rurais (García & Espinosa, 2011).

Estas inequidades se aprofundam na maneira como o Estado historicamente tem se posicionado no território nacional: centralizando seu foco de ação na capital do país, localizada literalmente no centro do território nacional; privilegiando seus investimentos nas áreas urbanas; e delegando, nas regiões que assume como periféricas, funções e responsabilidades que elas não conseguem sustentar, porquanto se encontram menos capacitadas para fazê-lo (García & Revelo, 2011; García & Espinosa, 2011).

Por outro lado, no avanço da revisão da extensa literatura sobre a história da violência na Colômbia é possível detectar três aspectos marcantes. Primeiramente, a maior parte dos conflitos tem sido de caráter doméstico. O país não tem enfrentado graves ameaças externas. Isto explica, em alguma medida, que o corpo militar tenha permanecido relativamente pequeno para fazer frente ou conter os conflitos regionais; e suficientemente fraco para que não representasse uma ameaça de golpe de Estado (Robinson, 2007; García & Espinosa, 2011). As Forças Militares apenas se ampliaram e se modernizariam neste novo século, como parte do Plano Colômbia assinado com os Estados Unidos para a luta contra os cartéis da droga, dentro dos objetivos do programa de governo de Seguridade Democrática de luta contra as guerrilhas, durante os mandatos de Álvaro Uribe entre 2002 e 2008 (Pécaut, 2013).

Em segundo lugar, independentemente do lugar das causas e motivações dos conflitos, fosse que se derivassem dos conflitos entre os políticos regionais ou diretamente, desde o Estado Central, na capital eles têm sido protagonizados de maneira fundamental nas províncias e, dentro delas, nas rurais por populações camponesas. Isto explica em alguma medida por que razão o conflito tem durado tanto tempo.

Daniel Pécaut (2013) acrescenta, por exemplo, que no plano institucional a fragmentação das redes de poder favorece as condições de violência. E James Robinson (2011) sustenta empiricamente que o conflito colombiano obedece não somente à fragmentada presença do Estado nas regiões e a sua fragilidade institucional para abranger o território nacional, mas principalmente à forma de governar, que em termos práticos não teria mudado desde o período colonial.

Robinson (2011) também argumenta que as elites políticas que residem nas áreas urbanas, particularmente desde Bogotá, têm delegado o funcionamento do campo e das outras áreas periféricas nas elites locais. Paralelamente, estas se dão a liberdade em executar as coisas segundo os seus interesses pessoais, procurando sua representação na legislatura, em troca de apoio político, mas sem desafiar o centro (Robinson, 2013).

Isto tem favorecido, nas áreas de baixa densidade e na periferia, as condições para o crescimento das máfias do narcotráfico, a ilegalidade, as guerrilhas de esquerda, os grupos paramilitares, os quais conjuntamente têm exacerbado os problemas do país, gerando paradoxalmente a expulsão das populações desde as áreas periféricas para o centro do país e fora dos seus limites nacionais, mas que encontram sua fonte na forma de administração do país.

4. MARCO METODOLÓGICO

Para atingir os objetivos propostos integram-se quatro etapas metodológicas consecutivas e complementares, as quais se explicam detalhadamente ao longo deste capítulo. A primeira etapa corresponde, fundamentalmente, à aplicação dos conceitos, medidas, procedimentos e técnicas diretas de estimação da migração a partir dos Censos de 1993 e 2005. Nesta mesma etapa, igualmente, com o propósito de reconhecer o comportamento do deslocamento forçado no padrão migratório colombiano, aplicaram-se técnicas diretas para a estimação de deslocamento, a partir de fontes de informação direta e também do Censo 2005.

O instrumento fundamental para a aplicação das medidas de migração e para o estudo dos padrões migratórios são as matrizes de origem e destino. Sua obtenção requer a apropriação e compreensão da estrutura dos formulários censitários e de um adequado tratamento das bases de dados. A construção das matrizes envolveu, de maneira prévia, a programação e leitura dos microdados, através do Software SAS, e vários testes para organizar e filtrar as informações segundo a variável de migração em estudo, no nível de desagregação requerido. Na organização das informações e outras filtragens de dados utilizou-se o programa Excel, especificamente a ferramenta de Tabelas Dinâmicas.

Graças à disponibilidade dos microdados censitários obtiveram-se, no total, dez matrizes de migração: três matrizes para cada censo nas escalas espaciais de *departamento*, *província* e *município*; e quatro matrizes segundo os tipos de movimentos migratórios: rural-urbano, urbano-rural, rural-rural, e urbano-urbano na escala de município; estas últimas possíveis de construir exclusivamente com os dados do Censo 2005.

A segunda etapa, com o propósito de reconhecer a distribuição dos fluxos migratórios, distinguir as trajetórias migratórias dominantes e secundárias, e dimensionar espacialmente as perdas e ganhos populacionais, como consequência das trocas migratórias, foram utilizados softwares de processamento espacial para a elaboração de diferentes tipos de mapas: mapas de fluxos e mapas coropléticos.

Na terceira etapa, a fim de identificar regularidades espaciais, produtos das múltiplas e diversificadas trocas migratórias dentro do território colombiano, mas levando em consideração atributos dos migrantes, aplicaram-se as técnicas estatísticas multivariadas, de análise de agrupamento e análise fatorial, a partir das quais também foram elaborados mapas de fluxos migratórios.

A quarta etapa conforma uma combinação de procedimentos metodológicos para a identificação de grupos de migrantes segundo trajetórias e causas migratórias, e a aplicação de técnicas básicas de análise demográfica, para reconhecer e desagregar o padrão migratório colombiano, considerando a composição por idade, sexo e o nível educacional dos migrantes.

Nesta seção, apresentam-se os conceitos, as medidas e os procedimentos que se seguiram para a observação e análise do padrão migratório colombiano. A ordem da apresentação reflete as etapas que progressivamente se desenvolveram.

4.1 Técnicas diretas de migração: Conceitos, medidas e procedimentos aplicados

4.1.1 O conceito de migração

Diferente dos nascimentos e das mortes, que têm definições bastante precisas (deixando de lado os debates filosóficos), distintas perspectivas sobre migração resultam, dependendo da forma como é definida e como é medida (Plane & Rogerson, 1994; Cavalho & Rigotti, n.d.).

A migração é conceitualmente complexa e alguns dos seus indicadores são definidos arbitrariamente, segundo a distância, os intervalos de tempo, os limites geográficos, a permanência dos movimentos e as noções de residência temporal ou habitual, o que pode ser evidenciado ao longo deste estudo e é salientado com frequência por diversos autores (ONU, 1970; Bilsborrow, 1996; Siegel & Shryrock, 2004).

Segundo a definição do Manual VI das Nações Unidas (1970), a migração é definida como um movimento desde uma determinada área de migração para outra, o que foi realizado durante um intervalo de tempo e envolveu uma mudança de residência. De forma correspondente, o migrante refere-se à pessoa que tem mudado o seu lugar usual de residência, desde uma área de emigração definida, pelo menos uma vez durante um intervalo de tempo estabelecido para a migração.

Para diferentes tipos de movimentos podem ser dados diferentes tipos de nomes. Uma distinção fundamental, por exemplo, tem a ver com aquela que se faz entre a migração interna (dentro de uma mesma nação) e a migração internacional. Para a migração internacional, as pessoas que entram em um país e assumem a residência são geralmente denominadas *imigrantes internacionais*, e aquelas que renunciam ao seu domicílio para passar a outra nação são denominadas *emigrantes internacionais*. Dentro de uma mesma nação, as pessoas que entram em uma unidade espacial específica são reconhecidas como imigrantes internos, em contraste com aqueles que saem, os quais

recebem o nome de *emigrantes internos* (ONU, 1970; Siegel & Swanson, 2004; Plane & Rogerson, 1994).

Cada *movimento migratório* é uma saída com relação à área de origem e uma entrada com relação à área de destino. Cada migrante é um emigrante com relação à área de origem e um imigrante com relação à área de destino, enquanto a *migração total* refere-se a todas as emigrações e imigrações. A soma das duas pode se relacionar com a migração total em uma área. A *migração líquida* resulta do balanço calculado entre a imigração e a emigração. E os *fluxos de migração* correspondem ao grupo de migrantes que compartilham uma origem e um destino comum dentro de um período de tempo de migração definido. Os movimentos na direção oposta ao fluxo recebem o nome de contrafluxo. De modo que se a direção do fluxo é de A para B durante um período, o contrafluxo será de B para A durante o mesmo período. Os conceitos de fluxo e contrafluxo foram usados inicialmente por Ravenstein (1889). Da diferença entre um fluxo e seu contrafluxo entre duas áreas resulta o intercâmbio líquido entre as áreas. Da mesma forma, a soma do fluxo e do contrafluxo é chamado o intercâmbio bruto entre as duas áreas (Siegel & Shryock, 2004). O *migrante de retorno* se refere à pessoa que se muda de volta para a área da sua anterior residência.

Entre todas as dificuldades de que se revestem a categorização e a medição da migração, uma das maiores tem a ver com a definição da causa e ou dos motivos para a migração. Este é um aspecto que deve ser salientado perante os objetivos deste trabalho, na medida em que se procura reconhecer o comportamento da migração como um todo, usualmente assumida como migração voluntária, assim como os movimentos forçados derivados do conflito armado, sejam tanto as migrações forçadas (entre municípios), quanto os deslocamentos forçados no interior dos próprios municípios.

Assim como na literatura se observa certa imprecisão na definição de padrão migratório, como foi discutido anteriormente, também se percebe ambiguidade na definição de causa, motivo ou razão para migrar. A expressão *causa* se refere mais à ideia de voluntário ou forçado. E a expressão *motivo* se refere à noção de atividade, como trabalho e estudo, principalmente. Algumas vezes, as expressões são utilizadas indistintamente. De qualquer modo, nem sempre é fácil estabelecer uma causa ou motivos unívocos. As pessoas podem migrar por motivos de trabalho e estudo e, ao mesmo tempo, fazê-lo de forma involuntária. Por outro lado, pode resultar difícil estabelecer o grau de vontade ou liberdade com que as pessoas escolhem migrar, o que conjuntamente estará afetado pelos instrumentos de coleta de informação e pelas opções que os respondentes encontrem para declarar as razões da migração.

Contudo, pretende-se reconhecer não apenas que podem existir dificuldades na hora de estabelecer os motivos, mas também que existem diferentes graus de “voluntariedade”

no ato de migrar. Para efeitos operacionais e em função dos objetivos deste estudo, são reconhecidos como movimentos forçados aqueles derivados do conflito armado na Colômbia, os quais são autodeclarados pelas próprias vítimas, aspectos que serão explicitados posteriormente.

4.1.2 A dimensão espacial de migração

A mobilidade espacial é um termo que abrange diferentes tipos de movimentos, entre eles: (a) viagens (por exemplo, entre o trabalho e o local de residência); (b) movimentos estacionários ou temporários, os que com frequência são realizados por trabalhadores, nômades e estudantes (em alguns casos, quando estes movimentos são repetitivos recebem o nome de *circulação*); (c) mobilidade residencial intraurbana, que inclui as mudanças de residência, sem que isso envolva mudanças do trabalho ou do estudo; (d) mudança de residência entre diferentes áreas geopolíticas, as que tipicamente envolvem mudanças no status laboral, ou no nível de estudo; e (e) as mudanças de residência internacionais (Plane & Rogerson, 1994).

A migração consensualmente tem sido definida como aquela que envolve não apenas mudanças de residência, mas o cruzamento de limites espaciais políticos e administrativos, dentro de uma mesma nação ou entre diferentes nações. Da tipologia anterior somente as categorias (d) e (e) são reconhecidas como migração.

O deslocamento forçado que conceitualmente envolve um tipo específico de causa, a partir da qual se origina a mudança de residência relacionada ao risco de morte que padece uma pessoa por permanecer na sua residência, pode ser localizado, ou no grupo das migrações, sempre que se realizem cruzamentos de limites espaciais político-administrativos, ou no grupo da mobilidade, quando as mudanças de residência acontecem dentro da mesma área geopolítica, como, por exemplo, dentro do mesmo município.

4.1.3 A dimensão temporal no conceito de migração

Enquanto a migração é fundamentalmente uma variável de fluxo, o período de tempo deve ser considerado para a definição e para a medição dos eventos migratórios. Com relação à dimensão temporal, dois tipos de dados sobre migração podem ser coletados. O primeiro tipo são sistemas de registros de movimentos migratórios que, por questões de custos e aspectos culturais, excepcionalmente são implementados em países da Europa ou da América do Norte. Estes podem fornecer informações, tanto do número de migrantes quanto do total de movimentos migratórios, em diferentes momentos do tempo, entre os quais se incluem aqueles que uma mesma pessoa realiza.

A alternativa ao sistema de registro são as informações sobre migração, coletadas através de fontes de informação de tipo transversal, como os censos demográficos ou pesquisas amostrais, a partir de perguntas sobre as mudanças de residência. As opções de perguntas sobre migração mais utilizadas envolvem duas dimensões temporais diferentes. Um primeiro tipo de pergunta orienta-se a identificar as mudanças de residência segundo o lugar de nascimento. E o segundo tipo orienta-se a identificar as mudanças de residência entre dois momentos fixos do tempo. Os dois tipos de perguntas envolvem vantagens e restrições, a saber:

a. Migração segundo o lugar de nascimento

As pessoas que na data do censo declararam o seu lugar de residência diferente do lugar de nascimento são parte da “imigração acumulada”. E o número total destas pessoas refere-se aos “migrantes acumulados”. Corresponde a todos aqueles que emigraram alguma vez no passado e, em seguida, não retornaram ao lugar de nascimento nem morreram (ONU, 1970).

Este número, obviamente, é uma medida *limitada* da migração. Primeiramente, por se tratar do total dos migrantes sobreviventes em um lugar de destino, desconsidera a data de chegada dos migrantes e, portanto, dificulta análises comparativas. Por outro lado, a medida exclui todos os movimentos que os migrantes realizaram entre a saída do lugar de nascimento e a chegada ao lugar de residência na data do censo. Ademais, não incorpora os migrantes que saíram do lugar de nascimento e retornaram antes da data do censo, assim como aqueles que morreram antes da data do censo (Carvalho & Rigotti, 1998).

b. Migração segundo lugar de residência em uma data fixa anterior

A informação que se obtém da pergunta no censo sobre o lugar de residência em uma data fixa anterior, geralmente cinco anos, possibilita comparações e permite reconstruir as trocas populacionais no território e analisar suas implicações, tanto nos lugares de origem, quanto de destino (Rigotti, 1999; Rodriguez & Busso, 2009).

Esta medida incorpora as pessoas que viviam em outro lugar na data de referência e sobreviveram na data do censo. Trata-se de uma medida sobre os migrantes sobreviventes, tanto à mortalidade, quanto à remigração, em um período definido de tempo.

Esta informação apresenta também algumas restrições, a saber:

- Não registra os movimentos intermediários entre o local de residência na data fixa anterior (geralmente 5 anos antes da data do censo) e o local de residência atual.
- Não registra as pessoas que residiam fora, na data fixa, em seguida emigraram e posteriormente morreram antes da data de referência do censo.
- Não registra as pessoas que migraram para outro país durante o período e lá permaneceram.
- Não contabiliza os migrantes de retorno pleno durante o intervalo migratório, aqueles que saíram e retornaram ao seu local de origem.⁶
- Não inclui os menores de cinco anos na data do censo.

4.1.4 As medidas e conceitos relativos à migração considerados para esta tese

Os censos populacionais da Colômbia de 1993 e de 2005 possibilitam operacionalmente a identificação de migrantes internos, de imigrantes internacionais e de emigrantes internacionais. Em função dos objetivos da tese e em consideração às potencialidades das fontes de informação censitária, este estudo toma como informação de referência a migração com relação a uma data fixa anterior (cinco anos) dos Censos de 1993 e de 2005, produzidos pelo DANE, a partir das seguintes perguntas:

Pergunta 30: ¿En dónde vivía... hace cinco años:

1. *No había nacido*

2. *En este municipio?*

3. *En otro municipio colombiano?*

Nombre del departamento _____

Nombre del municipio _____

4. *En otro país?*

Para a migração interna consideram-se três tipos de deslocamentos: a) movimentos migratórios entre as divisões administrativas de departamentos; b) movimentos migratórios entre divisões administrativas dos municípios; c) movimentos migratórios entre microrregiões (províncias).

Dado que o Censo 2005 incluiu uma pergunta que permite identificar o tipo de área (rural ou urbana) onde estava localizada a residência na data fixa anterior, foram possíveis identificar as quatro tipologias tradicionais de fluxos migratórios: rural-urbana, urbana-rural, rural-rural e urbana-urbana. Aclara-se que nos municípios colombianos a área urbana refere-se fundamentalmente ao lugar conhecido como *cabeceira municipal*, e a

⁶ Retornado pleno é o migrante que na data fixa residia no lugar, durante o período em análise emigra, retornando, em seguida, para o mesmo lugar em que residia na data fixa, lá sendo enumerado na data do censo (Carvalho & Rigotti, 1998).

área rural, também conhecida como *resto*, abrange, segundo o caso, *centros povoados, corregimientos, inspeções de polícia, caseríos, e os campos.*

A pergunta no censo que permite esta identificação é a seguinte:

Pergunta 31: ¿El lugar donde vivía... hace cinco años era

- 1. La cabecera municipal (donde está la Alcaldía)?*
- 2. Un centro poblado, corregimiento, inspección de policía, caserío?*
- 3. Parte rural (vereda, campo)?*

São as seguintes as definições dos termos que envolvem a área urbana e a área rural, segundo o Manual de Conceitos Harmonizados do DANE:

Área urbana

“Refere-se às áreas do território distrital, municipal, ou áreas não municipalizadas, destinadas a usos urbanos pelo Plano de Ordenamento Territorial (POT), de cada município ou distrito, que contem com infraestrutura de vias e redes primárias de energia, aqueduto e esgoto. Também poderão pertencer a esta categoria aquelas áreas com processos de urbanização incompletos, compreendidos nas áreas consolidadas com edificação, que sejam definidas como áreas de melhoramento integral nos POT. Caracteriza-se por estar conformada por conjuntos de edificações e estruturas contíguas agrupadas, delimitadas por ruas e avenidas, principalmente. Geralmente contam com uma dotação de serviços essenciais para a população como aqueduto, esgoto, redes de energia elétrica, hospitais e escolas, entre outros. Nesta categoria estão incluídas as cidades capitais e as cabeceiras municipais restantes.”

Cabeceira municipal

“Delimitação geográfica definida pelo DANE para fins estatísticos, alusiva à área geográfica delimitada pelo perímetro censitário. No seu interior localiza-se a sede administrativa do município, conhecida como alcaldía (prefeitura).”

Área rural

“Divisão cartográfica criada pelo DANE para fins estatísticos. É a maior área definida para a área rural dos municípios. Corresponde em média a extensões geográficas de 100 km quadrados cujas áreas se encontram delimitadas para fins administrativos, assim como elementos naturais e culturais da paisagem. Esta divisão contém ou agrupa centros povoados, corregimientos, inspeções de polícia, caseríos e outras seções rurais como veredas e o campo.”

Para maiores informações pode-se acessar o Manual de conceitos harmonizados do DANE no site: <http://190.25.231.251:8080/senApp/module/conceptosModule/index.html>.

Como o Censo 2005, em particular, incorporou no formulário censitário as causas da migração, para este estudo foram considerados como **migrantes forçados** os migrantes que escolheram, entre várias opções de resposta, aquela que especifica como causa principal: *amenaza o riesgo para su vida, su libertad o su integridad física ocasionada por la violencia*. Os quesitos sobre a causa da migração estão incorporados na pergunta 32 no item 1.4, da seguinte forma:

Pregunta 32: Durante los últimos cinco años ... ¿cambió su lugar de residencia?

Item 1.4: ¿La principal causa por la que...cambió su lugar de residencia en esa ocasión fue:

1. *Dificultad para encontrar trabajo o ausencia de medios de subsistencia?*
2. *Riesgo de desastre natural (inundación, avalancha, deslizamiento, terremoto, etc.) o como consecuencia de éste?*
3. *Amenaza o riesgo para su vida, su libertad o su integridad física ocasionada por la violencia?*
4. *Necesidades de educación?*
5. *Motivos de salud*
6. *Razones familiares?*
7. *Miembro pueblo nómada u otra razón?*

Por razões operacionais e para facilitar a diferenciação frente aos migrantes forçados, aqueles migrantes que escolheram qualquer uma das restantes opções de resposta foram considerados como **migrantes voluntários**. Cabe dizer que esta classificação se reconhece como indiscutivelmente arbitrária. De fato, entre as opções de resposta não se inclui alguma que sugira uma escolha livre de dificuldade. De modo que os movimentos implicitamente envolvem algum grau forçoso.

Com relação à emigração internacional, o Censo 2005 incorporou duas perguntas ao módulo de domicílios do formulário censitário para indagar sobre a direção e o volume dos emigrantes internacionais, as quais foram direcionadas ao universo dos domicílios do país, a saber:

Pregunta 22: Alguna o algunas personas, siendo miembros de este hogar, se han ido a vivir de MANERA PERMANENTE al exterior?

1. Si

2.No

1.1 *Cuántas en total*

1.2 *¿En qué países residen actualmente y en cuál de los siguientes periodos se produjo su salida? (2001-2005; 1996-2000; Antes de 1996)*

Observe-se que, em termos empíricos, esta forma de coleta de informação sobre migração refere-se a ex-moradores sobre os quais familiares reportam ausência. A mobilidade é captada pela não residência.

4.1.5 Aplicação das medidas diretas de migração a partir dos censos demográficos

Levando em consideração as restrições que os censos impõem para captar migrantes entre duas datas fixas no tempo, pode-se dizer que a migração não é medida na sua totalidade mediante os censos, enquanto estes permitem captar apenas os migrantes sobreviventes à mortalidade e à remigração (Carvalho, 2014). As medidas que se apresentam nesta seção envolvem esta restrição.

a. As taxas de migração e a população base

Conceitualmente, a base apropriada para calcular qualquer taxa é a população ao risco de ocorrência de experimentar o evento em consideração (Preston, 2002). No caso da mortalidade e da fecundidade a base é clara. A população ao risco de morrer em uma área é a população na área; e a população ao risco de ter filhos, são as mulheres em idade materna. Para o cálculo das taxas de migração, a escolha do denominador não é tão óbvia, não apenas para estabelecer qual é a população ao risco e qual o período de referência adequado: se a população ao início do período, ao final, ou se população média.

Para a emigração desde uma área, a população ao risco é claramente a população da mesma área. Para a imigração, porém, poderiam ser consideradas todas as restantes áreas do país susceptíveis de receber imigrantes, o que torna o cálculo extremamente complexo. Ou, em outro sentido, ser considerada, apenas, a mesma unidade de destino, mas considerando o risco de receber imigrantes.

No caso das taxas de migração líquida, o mais conveniente seria que as taxas de emigração e imigração tenham a mesma população base, o que seria viável se fosse calculada a população meia entre a origem e o destino. Por razões práticas, neste estudo, seguiram-se as recomendações do Manual VI da ONU que considera como alternativa utilizar, no denominador, a população de origem na metade do período analisado.

A taxa expressa a probabilidade que pessoas vivendo em i na primeira data (t) e sobrevivam na segunda data ($t+1$) estariam residindo em qualquer outro lugar j na segunda data (ONU, 1970). O denominador restringe a medida, de um lado, às pessoas que estavam vivas no momento inicial e sobreviveram ao final do intervalo, e de outro,

garante que sejam considerados no lugar i seus respectivos emigrantes, o que, aliás, é calculado para o ponto médio do intervalo.⁷

Deste modo, as taxas de migração respectivamente representam-se como:

Taxa de Imigração:

$$m_{.i} = \left(\frac{M_{.i}}{P_{i,t+n} - 0,5(M_{.i} - M_i)} \right) * k \quad (1)$$

Onde,

$m_{.i}$ = a taxa de imigração

$M_{.i}$ = refere-se a todos os imigrantes à área i

M_i = refere-se a todos os emigrantes desde i

P_i = a população exposta à probabilidade de migrar durante o intervalo.

k = um valor constante, que pode ser 100 ou 1000.

Taxa de Emigração:

$$m_{i.} = \left(\frac{M_{i.}}{P_{i,t+n} - 0,5(M_{i.} - M_i)} \right) * k \quad (2)$$

Onde,

$m_{i.}$ = a taxa de emigração

$M_{i.}$ = refere-se a todos os imigrantes à área i

M_i = refere-se a todos os emigrantes desde i

P_i = a população exposta à probabilidade de migrar durante o intervalo.

k = um valor constante, que pode ser 100 ou 1000.

De modo que as taxas de imigração e emigração diferenciam-se apenas pelo numerador. Sendo assim, a taxa líquida de migração seria:

$$m_{(i-i)} = \left(\frac{M_{i.} - M_i}{P_{i,t+n} - 0,5(M_{i.} - M_i)} \right) * k \quad (3)$$

Onde,

⁷ De maneira alternativa o denominador pode se dividir pelo número de anos do intervalo para ter uma ideia do comportamento migratório médio anual na área.

- $m_{(i-i.)}$ = a taxa líquida de migração. As taxas de imigração e emigração se diferenciam apenas pelo numerador
- m_i = a taxa de imigração
- $m_{i.}$ = a taxa de emigração
- M_i = refere-se a todos os imigrantes à área i
- $M_{i.}$ = refere-se a todos os emigrantes desde i
- P_i = a população exposta à probabilidade de migrar durante o intervalo.
- k = um valor constante, que pode ser 100 ou 1000.

A forma como é calculada, com uma mesma base para as três taxas, possibilita a sua comparação. Esta parece ser, ao final das contas, uma alternativa adequada para estabelecer não somente uma população ao risco, mas para dimensionar como pode ser afetada a população de uma área específica pelo comportamento da imigração, a emigração e o balanço das duas, quer dizer da taxa líquida de migração.

b. Porcentagem de migração

É interpretado como a frequência relativa de migrantes dentro da população nacional de referência.

$$PM = \left(\frac{M}{PNR} \right) * 100 \quad (4)$$

Aplicado na escala nacional, o numerador refere-se a todas as pessoas classificadas como migrantes (M): todos os indivíduos cujo lugar de nascimento ou de residência cinco anos antes do censo não coincide com o lugar de residência habitual no momento do censo. O denominador corresponde à população nacional de referência ao final do período, que exclui tanto os migrantes internacionais, quanto aqueles que não especificaram o lugar de residência cinco anos antes.

c. Porcentagem de emigrantes

Interpreta-se como a parcela de população que representa os emigrantes dentro da população de origem.

$$PE_i = \left(\frac{M_{i.}}{PO_i} \right) * 100 \quad (5)$$

O numerador corresponde a todos os emigrantes da localidade de origem i . O denominador refere-se à população na localidade i no início do período de referência. Interpreta-se como a parcela de população que representa os emigrantes dentro da população de origem.

d. Porcentagem de imigrantes:

$$PI_i = \left(\frac{M_{.i}}{PR_i} \right) * 100 \quad (6)$$

O numerador corresponde aos imigrantes sobreviventes à mortalidade e à remigração ao final do período na localidade de destino. No caso do denominador, de forma intuitiva deveria ser a população residente no local de destino PR_i . Interpreta-se como aquela fração que representa os imigrantes dentro da população residente em i . Uma forma possível de construir este indicador é utilizando o mesmo denominador que se utiliza na fórmula (2), o que permitiria obter um indicador de porcentagem de migração líquida.

e. Índice de eficácia migratória

O índice de eficácia migratória em uma área específica i refere-se à relação entre a migração líquida e a migração total da área i (Plane & Rogerson, 1994).

$$IEM_i = \left(\frac{M_{.i} - M_{i.}}{M_{.i} + M_{i.}} \right) * 100 \quad (7)$$

Onde,

$M_{.i}$ = refere se a todos os imigrantes à área i
 $M_{i.}$ = refere-se a todos os emigrantes desde i

f. Índice de reposição

$$IR_i = \left(\frac{M_{.i}}{M_{i.}} \right) * 100 \quad (8)$$

Onde,

$M_{.i}$ = refere se a todos os imigrantes à área i
 $M_{i.}$ = refere-se a todos os emigrantes desde i

O índice de reposição expressa a quantidade de imigrantes que entraram por cada emigrante que saiu.

Estes dois últimos indicadores dependem exclusivamente dos eventos migratórios, considerando um lugar de ocorrência durante um período específico, independentemente do tamanho da população da área em estudo (Plane & Rogerson, 1994).

4.1.6 Taxas de migração forçada e taxas de deslocamento forçado

a. Taxa de migração forçada

Seguindo o mesmo raciocínio para a construção das taxas de migração, propõe-se distinguir, no numerador, as pessoas que declararam no censo ter migrado porque a sua vida corria risco. Conceitualmente, estes corresponderiam a migrantes forçados: migraram a outros municípios, mas o fizeram de forma involuntária. O denominador mantém-se na medida em que corresponde à mesma população em risco fornecida pela fonte censitária 2005. As taxas de imigração e emigração forçada se diferenciam apenas pelo numerador.

A Taxa líquida de migração forçada:

$$mf_{(i-i)} = \left(\frac{Mf_i - Mf_i}{P_{i,t+n} - 0,5(Mf_i - Mf_i)} \right) * 100 \quad (9)$$

Onde,

$mf_{(i-i)}$ = à taxa líquida de migração forçada.

mf_i = a taxa de imigração forçada

mf_i = a taxa de emigração forçada

Mf_i = refere se a todos os imigrantes à área i

Mf_i = refere-se a todos os emigrantes desde i

P_i = corresponde à população na área i , cinco anos atrás, que sobreviveu à data do censo.

b. Taxas de deslocamento forçado

As taxas de deslocamento forçado foram construídas a partir de fontes de informação diferentes do censo. Como se explica na seção sobre fontes de informação neste capítulo, existem diferentes fontes de dados sobre deslocados forçados na Colômbia. Entre todas, foi considerada a fonte oficial Rede Nacional de Informação da Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas – RNI, que administra o Sistema Registro Único de População Deslocada RUPD. Esse sistema está orientado em registrar as

vítimas do conflito armado, entre elas, os deslocados forçados, e fornece informações anualmente desde 1985.

A taxa de deslocamento forçado apresenta diferenças substanciais com a taxa de migração forçada.

Em primeiro lugar, as diferentes naturezas das fontes de informação fazem com que as migrações forçadas sejam eventos unívocos, mas os deslocamentos forçados eventos com mais do que uma possibilidade de ocorrência.

Assim como a migração voluntária, o deslocamento forçado pode ser um evento que uma mesma pessoa experimenta mais de uma vez. A diferença reside em que o sistema de registro RUPD-RNI contabiliza todos os eventos de deslocamento, independentemente de se foi experimentado pela mesma pessoa mais de uma vez, em contraste com o censo, em que os eventos de migração correspondem explicitamente aos migrantes sobreviventes à mortalidade e à remigração, quer dizer são eventos unívocos.

Em segundo lugar, o sistema de registro RUPD-RNI capta todos os deslocamentos forçados, independentemente de se eles envolveram ou não o cruzamento de limites espaciais políticos e administrativos. Conceitualmente, isto significa que, sob o conceito de deslocamento forçado, são abrangidos tanto a mobilidade quanto a migração involuntária.

Conceitualmente, a taxa de expulsão por deslocamento forçado expressa a relação entre o número total de deslocamentos forçados, ocorridos desde uma área i para outra área qualquer j , e a população que poderia ter experimentado o evento na metade do período (que, para possibilidades de comparação com a migração de data fixa entre 2000-2005, a partir do Censo 2005, foi calculada para o período 2001 - 2005), a saber:

Taxa de Expulsão por Deslocamento Forçado

$$df_i = \left(\frac{Df_i}{P_{i,t+n} - 0,5(Df_{i,i} - Df_{i,o})} \right) * 100 \quad (10)$$

Onde,

df_i = à taxa de expulsão por deslocamento forçado

$Df_{i,i}$ = refere-se a todos os deslocados forçados que entraram na área i

$Df_{i,o}$ = refere-se a todos os deslocados forçados que saíram da área i

P_i = a população exposta à probabilidade de sair da área i por causa do deslocamento forçado durante o intervalo

Taxa de Atração por Deslocamento Forçado

$$df_i = \left(\frac{Df_i}{P_{i,t+n} - 0,5(Df_i - Df_{i.})} \right) * 100 \quad (11)$$

Onde,

- df_i = à taxa de atração por deslocamentos forçados
 Df_i = refere-se a todos os deslocados forçados que entraram na área i
 $Df_{i.}$ = refere-se a todos os deslocados forçados que saíram da área i
 P_i = a população exposta à probabilidade de sair da área i por causa do deslocamento forçado durante o intervalo

Taxa Líquida de Deslocamento Forçado

$$tdf_{(i-i)} = \left(\frac{D_i - D_i.}{P_{i,t+n} - 0,5(M_i - M_i.)} \right) * 100 \quad (12)$$

Onde,

- $tdf_{(i-i)}$ = à diferença entre a taxa de atração e a taxa de expulsão por deslocamento forçado.
 df_i = à taxa de atração por deslocamentos forçados
 $df_{i.}$ = à taxa de expulsão por deslocamentos forçados
 Df_i = refere-se a todos os deslocados forçados que entraram na área i
 $Df_{i.}$ = refere-se a todos os deslocados forçados que saíram da área i
 P_i = a população exposta à probabilidade de sair da área i por causa do deslocamento forçado durante o intervalo

4.2 Aplicação de técnicas de análise espacial exploratória

Um aspecto central neste estudo é a dimensão espacial onde os eventos migratórios aconteceram. Como foi sugerido nos capítulos 2 e 3, as trajetórias migratórias acabam revelando uma espécie de “pegada” dos processos históricos complexos, que fazem parte da construção de uma região ou de uma nação. Por esta razão, alguns esforços metodológicos estiveram orientados a mostrar essa “pegada” que as migrações produzem espacialmente desde diferentes perspectivas. O propósito fundamental foi identificar as regularidades espaciais e vislumbrar as mudanças do padrão migratório em termos da direção, o tamanho e a composição dos fluxos.

Deste modo, uma vez construídas as matrizes de origem e destino nas diferentes escalas espaciais e obtidos os indicadores sobre migração, a segunda etapa metodológica consistiu na aplicação de softwares de geoprocessamento espacial para a elaboração de *mapas coropléticos* e de *mapas de fluxos de migração*. Os softwares utilizados foram Excel, Acces e ArcMap, e as bases de dados utilizadas foram os microdados censitários e a base cartográfica sobre a qual o DANE elabora os censos demográficos.⁸

No primeiro conjunto de *mapas coropléticos* representam-se espacialmente na escala espacial de província o comportamento das taxas de imigração, emigração, taxa líquida de migração e do índice de eficácia migratória, para cada um dos censos demográficos 1993 e 2005.

No conjunto de *mapas de fluxos* aparecem representadas espacialmente três tipos de informações: (1) a distribuição dos fluxos de migração no nível de município a partir das matrizes de origem/destino (matrizes de 1120 x 1120); (2) o resultado da aplicação das técnicas de análise fatorial que permite reconhecer as regularidades das trocas migratórias em termos dos principais origens e os principais destinos na escala de província e para cada um dos censos; e (3) o resultado da aplicação das técnicas de análise fatorial levando em consideração o nível educacional dos migrantes, a fim de identificar também as regularidades de intercâmbio espacial dos principais origens e dos principais destinos, na escala de província e para cada um dos censos.

A elaboração dos mapas de fluxos envolveu a utilização dos softwares Excel, Access e ArcMap, especificamente uma extensão do ArcMap chamada Flow Data Model Tools. A pretensão de representar espacialmente os fluxos de migração na escala de município (1120), e para cada um dos censos, multiplicou o número de procedimentos e atividades que normalmente envolvem a elaboração de mapas de fluxo.

Enquanto o software ArcMap permite processar matrizes no máximo de 500 fileiras e 500 colunas para a representação espacial dos fluxos, foi preciso fragmentar as matrizes de origem destino ao nível de município (de 1119 x 1119) em matrizes menores. Esta fragmentação, porém, gerava um novo problema: matrizes imperfeitas com informações diferentes em fileiras e colunas. Para “restaurar” as novas matrizes fragmentadas sem afetar as informações de migração, foi necessário quadruplicar o tamanho de cada uma, de maneira que os lugares de origem fossem correspondentes com os lugares de

⁸ Cabe dizer que, para o caso da Colômbia, a informação cartográfica não está disponível na internet e que, por políticas da instituição, a informação não é gratuita. O acesso aos microdados censitários e à informação cartográfica significou um tempo considerável que envolveu diferentes atividades de gestão em Bogotá. Em primeiro lugar, para a solicitação oficial dos microdados em reuniões e na gestão de ofícios às diretivas da entidade para justificar o requerimento; e em segundo lugar, se destinou um tempo importante na espera mesma das informações.

destino, e preencher com valores zero as áreas sem informação. Procedimento que se fez para os dois censos, em cada caso para 25 matrizes.

Para se ter uma ideia deste primeiro procedimento na elaboração dos mapas de fluxos, em seguida se apresenta um esquema no qual se indica a matriz original e, dentro desta, as matrizes que, uma vez fragmentadas, foi preciso converter em matrizes quadradas com origens e destinos iguais, excetuando as matrizes da diagonal (Tabela 4.4).

Tabela 4.1 Esquema de fragmentação da matriz de migração de origem – destino para a elaboração dos mapas de fluxo no nível de município

		Municípios de destino (1119)				
Municípios de origem (1119)	224	224	224	224	224	223
	224	224	224	224	224	223
	224	224	224	224	224	223
	224	224	224	224	224	223
	223	223	223	223	223	223

Uma vez transformadas as matrizes em arquivos Excel, procedeu-se a organizar as coordenadas cartográficas dos municípios de origem destino para cada matriz. As informações de cada matriz e das suas correspondentes coordenadas em arquivos diferentes de Excel se trasladavam logo a arquivos de leitura plana. De modo que para cada arquivo por matriz (txt) correspondia outro de coordenadas (txt). Estes dois arquivos, por matriz, seriam os insumos para a elaboração progressiva do mapa de fluxos, mediante a ferramenta Flow Data Model Tools do programa de geoprocessamento ArcMap.

Por sua vez, a ferramenta Flow Data Model Tools integra três processos diferentes. O primeiro, a geração de arquivos *mdb*, nos quais as informações em forma de matriz transformavam-se em três colunas (coordenada de origem, coordenada de destino e total de fluxos). Uma vez obtida esta nova informação, mediante o uso do programa Access procedia-se a “limpar” as fileiras onde o total de fluxos fosse igual a zero. Os novos arquivos em Access “reduzidos” pela eliminação das fileiras sem fluxos, foram posteriormente utilizados no segundo e terceiro passo do processo de aplicação da ferramenta do ArcMap, a saber, a geração dos shapes e da base de dados de fluxos. Ao final deste processo, no programa ArcMap, agregavam-se todas as informações e procedia-se à produção do mapa completo. Este foi um processo que se desenvolveu também para os mapas que mostravam os resultados da aplicação da análise fatorial na escala de província para os dois censos.

4.3 Aplicação de técnicas de análise multivariada

Se um padrão de eventos pontuais apresentam desvios significativos do comportamento esperado para uma distribuição de Poisson, indica-se a existência de uma distribuição espacial diferente da completa aleatoriedade, que merece ser objeto de maior análise (Câmara, Sá Carvalho, Gonçalves, & Correa, Análise espacial e geoprocessamento, 2004).

Sustentado na premissa de que as trajetórias migratórias são o resultado da forma em que a sociedade se organiza para seus processos de produção, distribuição e consumo, e de que, nesse sentido, elas configuram o espaço físico, espera-se demonstrar que existe uma estrutura subjacente da qual deriva um padrão de migração específico para o caso colombiano.

A fim de verificar se a distribuição espacial dos fluxos migratórios exibe algum padrão sistemático e não uma distribuição aleatória, por exemplo, regiões de migração, em que grupos de municípios ou províncias apresentam padrões similares de intercâmbio de migrantes, aplicaram-se as técnicas estatísticas de análise multivariada: a Análise Fatorial e, como parte dela, a Análise de Componentes Principais. Estas técnicas possibilitam extrair quadros simplificados dos padrões espaciais de distribuição dos fluxos inerentes a uma matriz de origem destino maior (Plane & Robinson, 1994). As técnicas de Análise Multivariada foram aplicadas não apenas para identificar as regularidades das trocas migratórias como um todo, mas para identificar regularidades levando em consideração o nível educacional dos migrantes.

Estes métodos de análise têm sido amplamente aplicados para o estudo dos fluxos migratórios do caso brasileiro (por Rigotti, 2006; Rigotti & Vasconcellos, 2005) e conformam um referencial de enorme utilidade para visualizar claramente os subconjuntos de áreas de atração e repulsão populacionais.

Nesta seção, apresenta-se de forma geral em que consiste cada técnica, como foi realizado este processo e quais foram os passos e procedimentos para a sua aplicação.

4.3.1 Aplicação do método de Análise Fatorial

A Análise Fatorial refere-se a um conjunto de métodos estatísticos multivariados desenvolvidos para identificar e definir a estrutura subjacente em uma matriz de dados. Isto é feito a partir da análise da inter-relação entre as variáveis, de tal modo que essas variáveis possam ser descritas por um grupo de categorias básicas, em número menor que as variáveis originais, chamadas fatores (Vicini, 2005). Na análise, os fatores

explicam a variância das variáveis observadas, segundo as correlações das variáveis observadas.

Um dos métodos conhecidos para a identificação de fatores é o método de Análise de Componentes Principais. Este método permite transformar um conjunto de variáveis iniciais correlacionadas entre si, em outro conjunto de variáveis não correlacionadas (ortogonais), que são as componentes principais que resultam das combinações lineares do conjunto inicial.

4.3.2 Aplicação do método de Componentes Principais

A Análise de Componentes Principais é uma técnica matemática de análise multivariada, que possibilita análises de grande número de dados. A técnica transforma um conjunto de variáveis correlacionadas num conjunto menor de variáveis independentes, a partir de combinações lineares das variáveis originais, designadas por componentes principais (Maroco, 2003).

As novas variáveis geradas possuem independência estatística e são não correlacionadas. Para a determinação dos componentes principais é necessário construir a matriz de variância e covariância, ou a matriz de correlação (R), encontrar os autovalores e autovetores e escrever as combinações lineares, que serão as novas variáveis.

Tanto a análise de componentes principais, quanto a análise fatorial são técnicas da análise multivariada, mediante as quais se procura descobrir quais das variáveis, de um conjunto dado, são mais relevantes na composição de cada fator, sendo estes independentes um dos outros. O objetivo da Análise de Componentes Principais não consiste em explicar as correlações existentes entre as variáveis, mas encontrar funções matemáticas, entre as variáveis iniciais, que expliquem a variação existente nos dados e permita descrever e reduzir as variáveis (Vicini, 2005). Com a Análise Fatorial busca-se explicar a estrutura das covariâncias entre as variáveis. Os fatores representam o que existe de comum nas variáveis originais (Ibid, 34).

As matrizes de origem e destino são o insumo fundamental na aplicação destes métodos. Quanto maior a desagregação da escala espacial de uma matriz, maior a possibilidade de reconhecer o sistema de distribuição e de intercâmbios migratórios, mas, ao mesmo tempo, maior a dificuldade de “administração” e de análise da informação.

Para a elaboração do mapa dos fluxos migratórios da Colômbia, mediante os software ArcMap descritos na etapa anterior, foi preciso restringir todos os fluxos em que

participaram 500 pessoas ou menos. A exibição da totalidade dos fluxos simplesmente restringiria a identificação de trajetórias dominantes e secundárias.

A aplicação da Análise de Componentes Principais ajuda a identificar diferentes dimensões da variação, dentro da matriz, e identificar conjuntos de subsistemas de migração produto da interação dos fluxos (Braga, 2009). Para a identificação do padrão de distribuição dos fluxos, o nível de desagregação da informação foi a escala de província (municípios contíguos espacialmente que compartilham atributos geográficos, econômicos e culturais). O tamanho da matriz foi de 146 origens x 146 destinos (com zeros na diagonal).

O primeiro passo foi tratar cada uma das filas ou das colunas da matriz de migração como *variáveis* para calcular as correlações entre cada par e produzir, assim, a matriz dos coeficientes de correlação. Os coeficientes obtêm-se da correlação (r) entre cada linha da tabela e todas as outras restantes linhas da tabela. Este procedimento permite, por sua vez, medir a magnitude à qual cada emigrante, entre cada par de províncias, escolhe em similar proporção as 145 outras províncias possíveis como destino. De forma similar, se este primeiro passo é calculado desde as colunas da matriz, as correlações mediram de forma equivalente as origens dos imigrantes (Plane & Rogerson, 1994, p.116).

O segundo passo consistiu em obter os componentes principais, mediante o software SPSS, a partir da ferramenta Statistical Package for the Social Sciences. Destes, identificam-se conjuntos de províncias com padrões similares de migração. Assim, as províncias que apresentaram o mesmo componente são aquelas que apresentam destinos semelhantes para os seus emigrantes.

No passo seguinte, a critério do pesquisador, precisa ser estabelecido o número de componentes para as etapas seguintes do processo e, também, mudar ou não o plano de rotação para simplificar a estrutura de análise. Uma vez obtidos esses resultados, retomam-se os procedimentos da segunda etapa metodológica, apresentados na seção anterior deste capítulo, para representar espacialmente os subsistemas de distribuição dos fluxos, mediante a utilização do software ArcMap.

4.4 Aplicação de técnicas básicas de análise demográfica para grupos de migrantes segundo trajetórias migratórias

Com o objetivo de dimensionar o padrão migratório como um todo sem perder a perspectiva das suas especificidades, na quarta etapa combina-se procedimentos de programação e a aplicação de técnicas básicas de análise demográfica.

Para a diferenciação dos distintos grupos de migrantes, segundo trajetórias migratórias, e levando-se em consideração atributos sócio-demográficos que permitam a análise de seletividade, efetuaram-se em primeiro lugar procedimentos de programação no software SAS para o processamento da base de microdados censitários.

Os atributos demográficos considerados foram a idade, o sexo e o nível educacional. Para esta última variável foram selecionados os migrantes acima de 25 anos, pressupondo-se que, nesta idade mínima, as pessoas que tiveram as condições materiais, sociais e econômicas já teriam completado o ciclo acadêmico estandardizado para a educação formal.

Como resultado desta etapa, consolidam-se em diferentes tabelas o padrão migratório colombiano, em função das trajetórias migratórias, as causas da migração, a estrutura demográfica e a seletividade por nível educacional dos migrantes.

4.5 As fontes de dados para a identificação do padrão de migração interna

4.5.1 Os censos demográficos na Colômbia

A Colômbia tem uma ampla tradição de realização de censos populacionais. Durante o período Colonial foram realizados cinco censos (1770, 1778, 1782, 1803 e 1810); na época da República, no século XIX, seis, um em cada década (1825, 1835, 1843, 1851, 1864, 1870). Posteriormente, no século XX foram realizados dez censos (1905, 1912, 1916, 1928, 1938, 1951, 1964, 1973, 1985, 1993); e, recentemente, no século XXI, foi realizado o último censo no ano 2005 (DANE, 1980).⁹

As primeiras operações censitárias da época colonial foram *enumeraciones simples* de pessoas, segundo variáveis de sexo e raça, principalmente. Os processos posteriores, como no caso do Censo de 1825, incorporaram perguntas relativas aos eventos vitais, como casamentos, nascimentos, mortes e sobre a filiação política (DANE Censo de 1825). O Censo de 1912 foi o primeiro a incluir perguntas sócio-demográficas sobre trabalho, educação e saúde (DANE Censo 1912).

As inovações tecnológicas, os avanços no processamento de bases de dados e os desenvolvimentos conceituais e teóricos em matéria demográfica, somados às demandas crescentes de informação para o diagnóstico e orientação dos assuntos públicos, confluíram para que, na década de trinta, fosse ampliada a oferta de tópicos tratados nos censos (Florez, 2001). O Censo de 1938 foi o primeiro a incorporar a enumeração de edificações. O subsequente, de 1951, o primeiro a introduzir,

⁹ A biblioteca virtual do DANE oferece todas as publicações dos censos desde 1825 a 2005 escaneadas, no site: http://www.dane.gov.co/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=156

formalmente, a contabilização de moradias. Desde então, se realizam, conjuntamente, os censos de população e de domicílios. De forma que o Censo de 1951 corresponde ao XII Censo Nacional de População e I Censo Nacional de Domicílio (DANE, 1977).

Os progressos tecnológicos para tabulação, processamento, armazenamento e difusão permitiram, a partir do Censo de 1964, a organização e acesso aos microdados censitários originais e em meio magnético, em nível amostral; e a partir do Censo de 1973, em nível do universo, ampliando, significativamente, as possibilidades de análise. A tabela 4.2 apresenta um resumo da evolução dos censos levando em consideração os principais aspectos técnicos e metodológicos.¹⁰

Tabela 4.2 Aspectos metodológicos dos censos colombianos

Censos	Data de referência	Tempo de coleta dos dados	Operativo Censitário	Tipo de enumeração	Tipo e número de questionários
1964	15 de julho	Três meses:	De <i>fato</i> e com imobilização da população urbana.	Censo - universo (não incluiu população indígena)	Um questionário para população em Domicílios Particulares
1973	23 de outubro	Quatro meses	De <i>facto</i> e com imobilização da população urbana.	Censo – universo	Três questionários diferenciados para: (1) Domicílios particulares (2) Domicílios coletivos (LEAS) (3) População indígena
1985	15 de outubro	Seis meses	De <i>jure</i> e sem Imobilização	-Numeração básica amostra -Censo indígena	Três questionários (1) Domicílios particulares (2) Domicílios coletivos (LEAS) (3) População indígena
1993	15 de outubro	Cinco meses	De <i>jure</i> e com imobilização da pop urbana	Censo – universo	Três questionários (1) Domicílios particulares (2) Domicílios coletivos (LEAS) (3) População indígena
2005	30 de junho	Dez meses	De <i>jure</i> sem imobilização	Censo – universo	Um questionário (incluída população em domicílios particulares, LEAS (Lugares Especiais de Alojamento) e população indígena).

Fonte de dados básicos: DANE - Censos da Colômbia – Elaboração própria.

Os censos posteriores, de 1985, 1993 e 2005, apresentam mudanças importantes em termos do desenho metodológico: a inovação dos instrumentos de coletas das informações; a inclusão de quesitos sobre áreas temáticas de difícil medição; e as diferentes estratégias para tentar superar os desafios impostos pela geografia nacional, assim como pela situação do conflito armado no país. Razões essas que se somaram para que no Censo de 2005 se optasse por uma nova proposta metodológica, que gerou

¹⁰ A biblioteca virtual do DANE oferece todas as publicações dos censos desde 1825 a 2005 escaneadas no site: http://www.colombiastad.gov.co/index.php?option=com_jbook&Itemid=49&catid=154

muitos questionamentos pela comunidade de demógrafos, que será discutido no presente capítulo.

4.5.2 Aspectos metodológicos do censo 1993 frente à medição da migração

Os censos foram incorporando paulatinamente diferentes quesitos para a medição e o reconhecimento da estrutura espacial dos fluxos, assim como os atributos dos migrantes. A tabela 4.3 permite dimensionar como foram evoluindo os censos em torno da medição da migração.

Tabela 4.3 Os quesitos sobre migração nos censos da Colômbia

Censo	Data de referência	Lugar de nascimento	Migração em uma data fixa anterior	Duração de última residência	Lugar de última residência
Censo 1964	15 de julho	En qué municipio nació...?	<i>Não aplica</i>	¿Hace cuánto tiempo que vive en este municipio?	¿Cual fue el municipio de residencia inmediatamente anterior?
Censo 1973	23 de outubro	En qué municipio nació...?	<i>Não aplica</i>	¿Cuánto tiempo seguido lleva viviendo en este municipio?	¿En qué municipio vivía inmediatamente antes de trasladarse al municipio dónde vive actualmente?
Censo 1985	15 de outubro	Nació en este municipio? Si, No?	Dónde vivía em octubre de 1980?	<i>Não aplica</i>	<i>Não aplica</i>
Censo 1993	15 de outubro	En qué municipio nació...?	En qué municipio vivía... en octubre de 1988?	<i>Não aplica</i>	<i>Não aplica</i>
Censo 2005	15 de junho	Dónde nació?	El lugar donde vivía... hace cinco años era:	Durante los ÚLTIMOS cinco años, ¿... cambió su lugar de residencia? Si? No? En qué año fue la última vez?	En esa ocasión vivía: 1. En este municipio? 2. En otro municipio? 3. En otro país?

Fonte: Elaboração própria, a partir de DANE - Questionários censitários da Colômbia Censos 1964, 1973, 1985, 1993 e 2005.

A seguir são apresentados os principais aspectos metodológicos dos censos de 1993 e de 2005, os quais constituem as fontes centrais para este estudo.

a. Censo de 1993

Foi um censo de *jure*, com imobilização da população urbana durante o dia do censo. A operacionalização do censo nas áreas rurais realizou-se nos dois meses seguintes à data do censo (15 de outubro) e, nas áreas tropicais da floresta amazônica (antigos

territórios nacionais), transcorreu de agosto a dezembro do mesmo ano. Como nos Censos de 1964 e de 1973, no de 1993 programou-se um único procedimento de coleta de dados (censo universal); ao mesmo tempo, utilizaram-se os três tipos de instrumentos de coleta, introduzidos no Censo de 1985, diferenciados para: a população em domicílios particulares, a população indígena e a população em domicílios coletivos (DANE, 1996).

Esse censo mantém os mesmos quesitos sobre os movimentos migratórios intermunicipais com relação a uma data fixa anterior, cinco anos antes, especificamente para o ano de 1988. No entanto, como no Censo de 1985, omite as perguntas relacionadas à migração de última etapa. Os quesitos também não permitem distinguir se o migrante vem da área urbana ou rural, tanto em relação ao lugar de nascimento, quanto ao lugar de residência cinco anos atrás.

No questionário do Censo Demográfico de 1993, foram incluídos os seguintes quesitos relativos à migração interna:

Pergunta 30:

Em que município nasceu?

Aqui? (no município de residência atual?)

Em outro município? (Nome do município e Nome do Departamento)

Em outro país? (Nome do país)

Pergunta 31:

Em que município vivia... em outubro de 1988?

Aqui? (no município de residência atual?)

Em outro município? (Nome do município e Nome do Departamento)

Em outro país? (Nome do país)

b. Censo de 2005

Foi um censo de *jure*, que solicitou à população permanecer em seus domicílios na data programada para a visita do censo, estratégia que a “Equipe Técnica” para o Censo do DANE reconhece como “inmobilización asincrónica” (DANE, 2008). Integrado por dois procedimentos de investigação: o censo básico e uma amostra ampliada probabilística dos domicílios censitários, realizada em forma simultânea com o censo. A fração amostral variou segundo o tamanho dos municípios para garantir representatividade em nível municipal. O DANE utilizou, pela primeira vez, dispositivos eletrônicos de captura de dados (DANE, Manual Técnico Censo General 2005).

Foi, ainda, o primeiro censo no país a incorporar, além de perguntas relativas à população e ao domicílio, quesitos sobre: (a) entorno urbanístico, para pesquisar aspectos sobre hábitat, paisagem urbana e qualidade de vida; (b) unidades econômicas destinadas à indústria, comércio e serviços, para atualizar os marcos estatísticos dos

estabelecimentos econômicos; e (c) atividades agropecuárias vinculadas aos domicílios rurais. Pela inclusão das variadas temáticas, o censo foi denominado Censo Geral 2005.

Para a coleta das informações sociais e demográficas, o Censo Básico, dirigido ao universo da população e que incorpora as perguntas sobre migração, foi realizado através de um mesmo questionário dirigido a todas as pessoas indistintamente, incluídos os domicílios particulares, assim como a população indígena, o que difere de censos anteriores.

- *Um censo itinerante por conglomerados de municípios*

Com o intuito de atingir a maior cobertura da totalidade do território nacional, a Equipe Técnica do Censo planejou a realização do censo por conglomerados de municípios, agrupados por critérios de similaridade de “dinâmica populacional” e características geográficas e culturais, em cinco etapas de coleta de dados durante 10 meses, entre 22 de maio de 2005 e 6 de março de 2006. O que, por sua vez, requereu a aplicação de um modelo matemático para ajustar a população a um único momento estatístico (20 de outubro de 2005) (DANE, Manual Técnico Censo General 2005, 2005). O Anexo 1 apresenta a explicação que o DANE faz para “levar” a população a uma única data censitária, o que denomina como “*restitución a un único momento estadístico*”.

A conformação dos conglomerados considerou, além da localização geográfica, o comportamento de variáveis demográficas: *fecundidade, mortalidade, migração e deslocamento forçado*; econômicas: *rendas municipais*; e sociais: *estatísticas de educação do nível básico e ensino médio*; estabelecidos mediante o método de componentes principais e técnicas de análise multivariada (DANE, 2005).

Da aplicação destes métodos resultaram cinco agrupamentos de municípios, organizados em categorias de “dinâmica populacional”. Um primeiro grupo, de “dinâmica alta”, conformado por 316 municípios, fundamentalmente por aqueles que integram as áreas metropolitanas e as principais cidades capitais, com seus municípios circundantes, localizados na Região Andina e parte da Costa Caribe, e onde se concentra perto de 70% da população do país. Estes municípios foram enumerados entre oito de outubro e 16 de dezembro de 2005.

Um segundo grupo, de “dinâmica baixa”, foi conformado por 684 municípios, localizados principalmente nas Regiões Andinas e do Caribe, com predominância de população rural, e que concentram perto de 25% da população colombiana e numerados entre 26 de janeiro e 6 de março de 2006. O terceiro grupo, de 12 municípios, como parte da prova piloto, também de “dinâmica baixa” e que contém perto de 2% da população, foi numerado entre 22 de maio e 23 de agosto de 2005. O quarto grupo, de “dinâmica

baixa”, corresponde a 15 municípios localizados na Região Caribe: diferencia-se, fundamentalmente, porque, em uma parte, se localizam os povos indígenas da Serra Nevada e os demais pertencem ao Departamento da Guajira, também com população indígena, no norte da Colômbia, nos limites com a Venezuela.

O último grupo de 92 municípios, localizados em regiões de difícil acesso, de baixa densidade populacional e de extensas áreas, corresponde principalmente às Áreas de Florestas Tropicais do Litoral Pacífico e da Região Amazônica. Neste caso, a operação censitária se reconhece como *rutas* e, também, foi executado entre 26 de janeiro e março de 2006.

O Anexo 2 apresenta um esquema com as fases da coleta das informações censitárias para cada grupo de municípios. O Anexo 3 apresenta um mapa sobre a cobertura do Censo 2005. E o Anexo 4 inclui um mapa que mostra a localização dos municípios segundo as etapas de execução do censo.

- Os riscos do desenho metodológico do Censo 2005 sobre a qualidade dos dados

Desde o momento em que se iniciou a preparação do Censo, intensos debates se desenvolveram entre a Equipe Técnica DANE do Censo de 2005 e pesquisadores de diversas disciplinas, principalmente a comunidade dos demógrafos.¹¹ Os pontos do debate incluíam: (1) a abrangência dos temas censitários, além da população e dos domicílios; (2) a utilização de dispositivos eletrônicos para captura de dados; (3) pesquisa paralela ao censo, com seleção automática da amostra; (4) o uso do método de conciliação censitária como instrumento principal para estimar a omissão do censo; e (5) o tempo prolongado para a coleta dos dados.

Uma reação positiva por parte do DANE, frente a esta crítica, foi a criação do Comitê Técnico Consultivo do Censo de 2005, que incorporou representantes dos críticos de diferentes instituições. Porém, os distintos atores “não conseguiram encontrar mecanismos operacionais que lhes permitissem fazer parte de um mesmo processo” (Sainz, Ryten & Schwartzman., 2008, p.5), de forma que o debate se intensificou, mas a comunicação se diluiu, sem que se chegasse a um consenso aceitável sobre os diferentes aspectos estruturais do desenho do censo. Quando foram publicados os resultados, o debate aumentou e gerou uma situação de desconfiança sobre as possibilidades de seu uso. Isto levou o DANE, sob uma nova administração, a propor

¹¹ Esta decisão metodológica foi amplamente questionada tanto por demógrafos no país quanto fora dele, o que motivou a realização do Foro Latino Americano de Censos, organizado pelo Centro de Investigação em Dinâmica Social da Universidade Externado da Colômbia e UNFPA, para o qual foram convidados especialistas na realização de censos de diferentes países da América Latina, no ano 2003 (UNFPA-UEC, 2005).

que uma missão internacional avaliasse a situação e indicasse recomendações para tentar superá-la.

A missão esteve formada por Jacob Ryten, ex-vice-diretor de Statistics do Canadá; Pedro Sainz, ex-diretor da Divisão de Estatística e Projeções da CEPAL; e Simón Schwartzman, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A missão concluiu “que não seria necessário, útil ou procedente pensar em uma alternativa ao censo” (Ibid., p.5), mas gerou uma série de recomendações em relação a cada um dos pontos enunciados previamente. Isso levou à criação de cinco grupos mistos de trabalho, liderados por especialistas externos ao DANE e por profissionais da instituição, com o objetivo de aprofundar nos quesitos críticos do censo, avaliar os impactos nos resultados e gerar recomendações.

O produto desse processo de avaliação evidenciou que a Metodologia do Censo Geral 2005 teve tanto aspectos positivos, como impactos negativos nos resultados censitários. Entre eles se destacam:

- A utilização de máquinas digitais para a captura de dados, DMCa, assegurou a consistência interna da informação censitária; facilitou o trabalho de controle de qualidade dos recenseadores; e permitiu a seleção aleatória automática para a aplicação da amostra paralela ao censo (DANE, Evaluación Grupo 1, 2008).
- O maior impacto desta situação se apresentou para aqueles municípios que tinham sido programados para numeração entre novembro e dezembro de 2005. Por restrições de tempo e de caráter administrativo, as DMCs, não estiveram disponíveis nesse período para a captura dos dados; para suprir sua falta foi necessário adiar o período de enumeração e recorrer a questionários impressos que estavam desenhados para as datas de 2005. Assim, os nascimentos ocorridos em 2006 não foram contabilizados para uma quarta parte das mulheres no país, aquelas que moravam em algum dos 775 municípios recenseados em 2006. Existe sub-registro diferencial dos nascimentos (respostas às perguntas sobre fecundidade) para este grupo de municípios (DANE, Evaluación Grupo 2, 2008).
- A coleta dos dados através das DMCs e a incorporação da data de nascimento para controle da idade melhora, significativamente, a qualidade da informação da variável básica do Censo de 2005: a idade (DANE, Evaluación Grupo 2, 2008).

- De que forma essa metodologia pode ter afetado a medição da migração?

A conformação dos conglomerados de municípios para a coleta progressiva dos dados foi um “caminho” metodológico que não seguiu estritamente o princípio de simultaneidade, o que se espera dos censos demográficos e como o recomendam as Nações Unidas (ONU, 2010). No caso colombiano, os censos anteriores evidenciaram, também, que este princípio dificilmente pode ser cumprido. A jornada de um dia não é suficiente e são necessários vários meses para atingir a totalidade dos habitantes no território. Porém, se um período de dez meses, pertencentes a dois anos diferentes, teve, por exemplo, impactos negativos no caso da coleta das informações sobre fecundidade, o que acontece no caso das medidas sobre migração?

Enquanto a coleta das informações é progressiva, não simultânea, um dos problemas potenciais seria a dupla numeração das pessoas que, uma vez registradas, migrassem para algum município a ser numerado. Este risco seria evitado mediante as perguntas de controle 10, 11 e 12 do questionário básico, que indagam se a pessoa já foi enumerada:

CTL10. ¿...fue censado este año (o el año pasado) en ESTE O EN OTRO MUNICIPIO DEL PAÍS? (BÁSICO).

CTL11.¿ ... dónde fue censado: (BÁSICO)

1. En este municipio?

Zona

1. Cabecera municipal

2. Parte rural

2. En otro municipio? DMC

Nombre del Departamento _____ despliega

Nombre del Municipio _____ lista

Zona

1. Cabecera municipal

2. Parte rural

CTL12. ¿En qué mes fue censado? (BÁSICO)

Mes:

CTL13. Número del certificado censal asignado a la persona: (BÁSICO)

Do cotejo das informações a partir destas perguntas de controle frente à base censitária foram identificadas 170.100 pessoas que já haviam sido enumeradas (DANE, Evaluación Grupo 1, 2008).

No entanto, aquelas pessoas que tinham emigrado de um conglomerado ainda não enumerado, para outro onde já houvesse ocorrido a enumeração, não foram contabilizadas. Neste caso, o sub-registro não foi estimado. O DANE sugere utilizar um proxy dos “já enumerados” (Ibid., p.18).

O outro problema refere-se à dificuldade de localizar em um único dia do passado a resposta ao período de data fixa: “¿En donde vivía hace cinco años?”, considerando que a pergunta sobre o lugar de residência foi feita em diferentes momentos do tempo. Como

se garante o rigor estatístico neste caso? Até onde um modelo matemático pode superar o possível viés dos resultados de um censo “itinerante”?

A procura da maior cobertura geográfica, paradoxalmente, pode ter significado alguma perda de informação, sobre a qual se desconhece o seu tamanho e, ao mesmo tempo, pode ter levado a um desajuste em termos do momento de referência, devido, justamente, à natureza dinâmica das populações.

Esses fazem parte dos desafios que precisam ser encarados para a medição e análise das medidas de migração, além daqueles causados por problemas de cobertura que, no caso da Colômbia, se aproxima, segundo o DANE, de 3,7% (DANE, Conciliación censal 1985 - 2005. Calidad de los datos Censo 2005, 2007).

4.6 As fontes de dados para dimensionar a migração forçada: o deslocamento forçado e os refugiados internacionais

Pela dimensão, duração e complexidade do conflito armado na Colômbia, o qual tem cobrado milhões de vítimas durante as últimas cinco décadas, o deslocamento forçado e, a partir dele, a saída de migrantes forçados para outros países deixaram de ser eventos raros até se converterem em fatos frequentes, que inclusive parecem ser assumidos socialmente como normais. Como se explicará posteriormente são diversas as causas e diversos os graus de relação entre o Estado, as instituições e a população, que se configuram para que, dentro da Colômbia, a expulsão violenta das pessoas e de comunidades inteiras da sua própria casa e de seus próprios territórios tenha se tornado um evento frequente e que, portanto, ocupa um lugar preponderante dentro do padrão migratório colombiano.

Segundo as Nações Unidas, nos Princípios Reitores do Deslocamento Interno, os deslocados internos são pessoas ou grupos de pessoas que têm se visto forçadas ou obrigadas a escapar ou fugir do seu lar ou lugar de residência habitual, em particular como resultado ou para evitar os efeitos de um conflito armado, de situações de violência generalizada, violações de direitos humanos ou de catástrofes naturais e ou feitos pelo homem, e que não têm cruzado a fronteira estatal internacionalmente reconhecida. (Princípios Reitores do Deslocamento Interno, 1998).

Quanto aos refugiados, a comunidade internacional formulou na Convenção de Genebra, em 1951, o estatuto dos refugiados e do direito de asilo, o qual nasceu fundamentalmente para responder às demandas de proteção das populações da Europa que procuravam refúgio depois da queda dos grandes potências ao final da Primeira Guerra Mundial. Para esse momento, a convenção de Genebra definia *refugiado* como “uma pessoa que devido a fundados de ser perseguida por motivos de raça, religião,

nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou opiniões políticas se encontre fora do país da sua nacionalidade e não possa ou, a causa de estes temores, não procure se acolher à proteção de tal país, ou que carecendo de nacionalidade e encontrando-se, como consequência de estes acontecimentos, fora do país onde antes tivesse sua residência habitual, não possa ou, por causa de ditos temores, não possa ou não queira retornar a ele” (ONU, 1951).

Ainda que a Convenção de 1951 fosse originalmente restrita à Europa, se difundiu pelo mundo inteiro mediante o Protocolo de 1967 (Whitol de Wenden, 2013). Posteriormente, o termo "refugiado" foi ampliado, como consequência de múltiplos acordos regionais para cobrir uma variedade de pessoas em diversas situações que precisam de assistência e proteção. Segundo Loescher e Milner (2011) a mais notável dessas expansões é encontrada na Convenção que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África, um instrumento regional adotado pela Organização de Unidade Africana (OUA), em 1969, que, para além da definição da Convenção de 1951, define um refugiado como uma pessoa que foge da “agressão externa, guerra civil interna, ou eventos que perturbam gravemente a ordem pública” nos países africanos.

A Declaração de Cartagena de 1984, que se interessou pelos refugiados da América Central, foi mais longe do que a Convenção de 1951, incluindo "pessoas que tenham fugido dos seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública". Contudo, os direitos dos refugiados foram incorporados em outras áreas de direito internacional e regional, proporcionando, assim, uma fonte complementar de proteção jurídica aos refugiados (Zolberg, 1989; Wihtol de Wenden, 2013; Loescher & milner, 2011).

A característica que compartilham um deslocado interno e um refugiado é, fundamentalmente, que tem se trasladado involuntariamente. O que os diferencia é que, no caso do deslocado interno, não tem cruzado a fronteira internacional.

Os deslocados internos são diferentes dos outros tipos de migrantes por três razões principais. Primeiramente, por definição, eles se deslocam dentro das fronteiras estatais reconhecidas internacionalmente. Em segundo lugar, os deslocados internos são quase sempre cidadãos nos países nos quais eles se deslocam. Quer dizer, eles têm direitos a todos os direitos dos demais cidadãos, em contraposição aos direitos limitados outorgados aos migrantes e aos refugiados internacionais. E em terceiro lugar, a responsabilidade primordial de que os deslocados façam uso de seus direitos recai aos próprios estados, mas não na comunidade internacional (Khosier, 2011).

4.6.1 Fontes de dados para o deslocamento interno

A fim de explicitar os critérios de eleição das fontes de dados sobre os deslocamentos forçados para este estudo, precisam ser esclarecidas tanto as dificuldades que revestem a medição do fenômeno, quanto as diferenças entre as distintas fontes de informação, assim como as suas mudanças recentes.

Dada a magnitude e evolução da problemática do deslocamento forçado, a identificação e medição dos deslocados tem sido um processo dinâmico e em permanente evolução, o qual envolve e afeta aspectos normativos, técnicos e institucionais, e envolve instituições do Estado e organismos não governamentais.

Por parte do Estado, a instituição estatal orientada ao seguimento, identificação e medição dos deslocados forçados correspondia à Ação Social da Presidência da República até o ano 2010. Para este fim, a entidade administrava duas fontes de informação: o Registro Único de População Deslocada (RUPD), o qual registrava as declarações livres e espontâneas das pessoas que reclamavam a atenção do Estado pelos eventos de deslocamento; e os Comitês Territoriais de Deslocamento, que coletavam informação sobre deslocados em cada município e a partir dos quais se realizavam estimativas de população deslocada.

Com a sanção da lei 1448 de 2011, durante a administração do atual presidente Juan Manuel Santos, o Estado ampliou a sua capacidade para tentar atender, assistir e reparar a todas as vítimas de graves violações aos direitos humanos e/ou infrações do direito internacional humanitário, vinculadas ao conflito armado, entre os quais se incluem os deslocados forçados (RNI, 2013). Isto significou uma mudança substancial com relação à política de atenção às vítimas de distintos fatos de violência, que vinha fazendo o Estado, e também uma transformação no processo de registro da população vítima. Razão pela qual foi criada a Rede Nacional de Informação da Unidade de Atenção e Reparação Integral às Vítimas - RNI e, com ela, um sistema de informação no que se unificam tanto as informações sobre as vítimas de distintos tipos de vulnerações de direitos derivadas do conflito armado¹² em forma retrospectiva desde o primeiro de janeiro de 1985, denominado Registro Único de Vítimas - RUV, quanto o Registro Único de População Deslocada - RUPD, que vinha sendo administrado pela Entidade Ação Social. Para acessar estas informações basta visitar o site: www.rni.unidadvictimas.gov.co.

¹² Os fatos abrangem: abandono ou despojo forçado de terras, atos terroristas, combates, atentados, ameaças, delitos contra a integridade sexual, desapareição forçada, homicídio, minas e artefatos explosivos, perda de bens imóveis, sequestro, tortura, vinculação de crianças e adolescentes.

Uma terceira fonte de informação, de ordem não estatal, é a Conferência Episcopal da Igreja Católica que, através do sistema de informação RUT, consolida três fontes de dados: a) deslocados que procuram ajuda nas paróquias e dioceses; b) busca de deslocados por parte de paróquias e dioceses; e c) informações adicionais das paróquias sobre os deslocamentos massivos.

A quarta fonte é a organização não governamental de caráter internacional: Consultoria para los Derechos Humanos y el Desplazamiento – CODHES, que consolida os dados através de uma pesquisa sobre deslocamento e direitos humanos, de fontes secundárias e trabalho de campo.

Finalmente, a quinta fonte de informação sobre o deslocamento corresponde ao último censo de população de 2005, no qual foi incluída uma pergunta sobre as causas da migração, entre as quais aparece a opção *ameaça para a sua vida*.

Para dimensionar as tendências, composição e as trajetórias do deslocamento no país, as informações utilizadas foram os resultados do Censo 2005 e os registros que reporta o Sistema Único de População Deslocada RUPD da nova fonte da RNI. Ainda que a fonte censitária restrinja a identificação de boa parte dos deslocados forçados, enquanto eles podem se deslocar dentro do mesmo município, esta permite dimensionar a participação do deslocamento como parte da migração, reconhecer aspectos de composição dos migrantes e identificar aspectos da estrutura espacial das trajetórias do deslocamento forçado.

4.6.2 As fontes de dados dos refugiados internacionais

A fonte de informação sobre os refugiados é fundamentalmente a Agência das Nações Unidas para os Refugiados ACNUR, criada em 1950, a fim de proteger os refugiados e assegurar a sua eventual integração no seu país de origem ou em outro país. Através de seu site (<http://data.unhcr.org>) é possível acessar as informações de refugiados para a maioria dos países e identificar se eles estão em condição de asilo, em lista de espera ou, inclusive, se já foram retornados. Existem, não obstante, restrições na informação para conhecer as características sócio-demográficas das pessoas refugiadas. Em alguns casos se identifica o sexo e a idade, em outros, apenas o total. Não existe a classificação segundo o nível educacional, variáveis essas de interesse para este estudo.

4.7 As fontes de dados para dimensionar a migração internacional

Para dimensionar o volume e a composição dos emigrantes colombianos residentes em outros países se consideraram quatro fontes de informação. Em primeira instância, o último Censo de população 2005 do DANE, que incluiu um conjunto de quesitos dirigidos

a todos os domicílios, a partir dos quais se buscava detectar o volume e as tendências da migração internacional. As perguntas explícitas foram:

Pergunta 22: alguma ou algumas pessoas, sendo membros deste lar (domicílio), têm ido viver de maneira permanente no exterior?

1. SIM () 2. NÃO ()

1.1 Quantas no total? (_ _)

1.2 Em quais países residem atualmente e em qual dos seguintes períodos se produziu a saída?:

País de residência atual: _____ 2001 e 2005 () ; 1996 e 2000 () ; Antes de 1996 ()

Esta fonte não permite conhecer as características dos migrantes e não sustenta numericamente o volume de emigrantes internacionais de origem colombiana que outras fontes confirmam, mas fornece pistas sobre as origens no nível de município, os principais destinos internacionais e sobre as tendências da emigração internacional, o que será ampliado no capítulo quatro.

A segunda fonte considerada, também do DANE, corresponde às diferentes estimativas indiretas sobre migração internacional que realiza o Grupo de Projeções do DANE, baseadas no sistema de informação de viajeros internacionais que controla o Departamento Administrativo de Segurança DAS e nas informações censitárias de outros países (DANE, 2007). Estas estimativas fornecem uma aproximação ao volume das migrações internacionais para períodos quinquenais desde 1970 a 2005.

Finalmente, para dimensionar o volume de emigrantes colombianos e aspectos da sua composição por sexo, idade e nível educacional se acessaram e se revisaram, de um lado, as estatísticas sobre migrantes internacionais que aparecem na coleção de dados do Integrated Public Use Microdata Series, International, da University of Minnesota – IPUMS; e de outro, a fonte de dados sobre migração internacional da CEPAL conhecida como Investigación de la Migración Internacional en Latino América – IMILA.

5. COMPORTAMENTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS COMO PARTE DAS TRANSFORMAÇÕES DO FIM DO SÉCULO XX E DE COMEÇOS DO SÉCULO XXI

No capítulo três foram apresentados aspectos do contexto geográfico e da história econômica e política da Colômbia, a fim de encontrar elementos que se integrem à interpretação do padrão migratório e de como ele configura migrações categorizadas como voluntárias e forçadas, as quais conformam o padrão migratório colombiano.

Este capítulo tem como propósito analisar o processo de consolidação do padrão migratório colombiano espacialmente. A partir das informações censitárias e de outros trabalhos empíricos, busca-se, em primeiro lugar, apresentar alguns elementos sobre a consolidação das trajetórias migratórias dominantes e secundárias que surgiram com o processo de industrialização do país durante toda a segunda metade do século XX. Posteriormente, se avança na análise das principais mudanças do padrão migratório do final das décadas de 1990 e de 2000, salientando a combinação da migração interna e internacional e, dentro delas, do comportamento das migrações forçadas.

A terceira seção centra-se fundamentalmente na análise e discussão sobre os movimentos migratórios internos que se detectam através dos censos demográficos de 1993 e de 2005, a partir de perguntas sobre o lugar de residência cinco anos antes de cada censo. Para atingir uma maior compreensão, tanto das trajetórias migratórias quanto do balanço de perdas e ganhos populacionais como consequência dos intercâmbios populacionais no espaço, são levadas em consideração diferentes unidades de análise espaciais, a saber, a unidade departamental (equivalente às Unidades de Federação no Brasil), a escala provincial (ou microrregiões dentro de cada departamento), a escala municipal e algumas seleções especiais de municípios, como as Áreas Metropolitanas.

5.1 O papel da industrialização na consolidação das trajetórias migratórias na segunda metade do século XX

A pressão demográfica vinculada aos fatores estruturais de expulsão de ordem econômica e política nas áreas rurais, somada à demanda de mão de obra da indústria florescente nas cidades, tornaram as migrações em um processo praticamente inevitável a partir da década de 1950 na Colômbia.

Desde este momento se definiriam as trajetórias migratórias dominantes, lideradas inicialmente pelas cidades capitais, que conseguiram incursionar mais cedo no processo

de industrialização, como Bogotá, Cali e Medellín, Bucaramanga, Pereira e Manizales, localizadas sobre a região dos Andes; e como a cidade de Barranquilla na região do Caribe. As trajetórias estruturadas neste período demarcariam o processo de povoamento, facilitariam a integração das grandes regiões, dinamizariam a economia e a urbanização, mas contribuiriam para o aprofundamento dos desequilíbrios espaciais, essencialmente entre as Regiões Andina e do Caribe, frente às Florestas Tropicais da Amazônia e do Pacífico.

As cidades que conseguiram instaurar a indústria consolidariam, desde a segunda metade do século XX, os canais para a imigração e, conseqüentemente, para o processo de urbanização. Este processo pode ser interpretado sob os arcaísmos teóricos estruturalistas utilizados tanto para ilustrar as causas e os processos migratórios (Singer, 1976 em Moura, 1980; Massey *et al.* 1996) como para explicar a lógica do sistema de acumulação de capital no espaço (Harvey, 2007). Sob estas óticas, os processos de urbanização são o resultado da aglomeração de infraestrutura, serviços e mão de obra que permitam a diminuição dos custos de produção e que garantam e acelerem a acumulação do capital.

No caso da Colômbia, ainda que a indústria tenha surgido ao final do século XIX, a sua consolidação foi possível apenas na terceira década do século XX, em grande medida pelos altos custos do transporte e pela conseqüente dificuldade para integração dos mercados regionais e com o mundo exterior.

Alguns autores outorgam ao desenvolvimento da economia cafeeira o maior aliado da industrialização (Palácios & Safford, 2002; Kalmanovitz, 2010). Outros argumentam, porém, que nos períodos de bonança de café, quando aumentavam os fluxos de capital para o país, o crescimento industrial declinava, justamente o que aconteceu nas primeiras décadas do século XX (Echavarría e Villamizar, 2007).

A literatura coincide em dois aspectos centrais sobre o processo de industrialização. Primeiro, em que a industrialização no país foi essencialmente um processo autônomo. Entanto a Colômbia mantinha uma posição tênue no cenário internacional e uma fraca integração dos seus mercados internos, o desenvolvimento do setor financeiro se manteve baixo e restringiu o crescimento do setor, obrigando as firmas a depender fundamentalmente de capital reinvestido (Echavarría e Villamizar, 2007). Assim, a industrialização foi sustentada com capital colombiano e com escassa participação estrangeira (Kalmanovitz, 2010), o que, aliás, também explica que a industrialização tenha começado tardiamente. Na década de 1830, Bogotá teria feito seus maiores esforços para se fortalecer; e em 1890, Antioquia, com a capital Medellín, haveria iniciado a criação de indústrias. Mas, foi a partir da crise de 1929 que a expansão industrial se intensificou (Echavarría, 2007).

Por outro lado, em vários trabalhos sobre história econômica colombiana é salientado que o processo de industrialização teve curta duração (Kalmanovitz, 2007, 2010). Não apenas começou tarde, mas se desmantelaria prematuramente. Esse processo, conhecido como de desindustrialização, que no caso colombiano teria começado na década de 1980, aprofundar-se-ia a partir da aplicação das políticas de abertura econômica, ao final da década de 1990, e com a correspondente mudança do papel do Estado na economia, que historicamente tinha mantido um caráter protecionista.

Todos estes elementos permitem inferir que a plataforma industrial foi insuficiente historicamente para articular, de maneira adequada, boa parte da oferta de mão de obra, em princípio, aquela proveniente desde as áreas rurais. Por outro lado, aquela população que uma vez instaurada ou nascida nas cidades e que não tivesse encontrado oportunidades ou alternativas para ascender socialmente, teria procurado outras cidades do país ou outros destinos internacionais, como o sugerem as estatísticas e as estimações de migração internacional a partir da década de 1990 (DANE, 2007).

Os censos demográficos disponíveis mostram que praticamente durante todo o século XIX a taxa de crescimento demográfico se manteve próxima de 1,7% anual. Com essa taxa a população incrementou de 1.228.000 mil habitantes em 1825 a 5.860.000 habitantes em 1918. Só até a terceira década do século XX a taxa de crescimento se aproximou a 2% anual, favorecendo o aumento da população que, em 1938, atingiria 8.700.000 habitantes. Este crescimento pode ter sido influenciado pela cadeia de avanços que decorreram dos investimentos a favor da indústria e a incorporação de trabalhadores ao incipiente mercado de trabalho urbano.¹³

É a partir da década de 1950 que o crescimento demográfico se intensifica. A população total cresce 3% anual e o número de habitantes passa de 11.5 milhões em 1953 a 17.5 milhões em 1964. O crescimento é mais expressivo nas áreas urbanas, onde a população se incrementou de 4,5 milhões em 1951 a 9 milhões em 1964, com taxas próximas ao 4,5% anual. Isto obedeceu tanto às altas taxas de fecundidade, que no período atingiram o máximo conhecido na história do país, de seis filhos em média por mulher, nos centros urbanos, e de oito nas áreas rurais (Flórez, 2000), quanto ao comportamento da migração interna que, para o período, alcançaria taxas próximas de 2,3% anual (Banguero *et al.* 1983).

Em menos de cinco décadas a população praticamente se quadruplicou. A participação porcentual da população rural, de 70% na década de 1930, passa a ocupar apenas 30% ao final do século. Cabe dizer que a população rural, ainda que desacelerasse o seu crescimento, não se esgotou e continuou exercendo um papel fundamental na economia

¹³ Apenas a partir de 1938 se tem informação sobre a distribuição da população segundo áreas urbana e rural.

colombiana. Desde 1960 até começos de 2000, a agricultura camponesa contribuía com 50% da produção agropecuária e era a principal geradora de empregos rurais (Jaramillo, 2002). É apenas a partir do século XX que esta população decresce em valores absolutos, devido fundamentalmente à contínua perda de população por migração, como se mostrará posteriormente, enquanto a taxa de fecundidade se mantinha alta em 3,8 filhos por mulher, entre 1990 e 2000 (ENDS, 1990 - 2000).

Se algo deve ser destacado de todo este processo de “combustão” demográfica é o acelerado ritmo de urbanização. Durante apenas meio século a população se multiplicou 5,6 vezes, de 4.7 milhões para 31.7 milhões antes de acabar o século, com uma taxa média anual de crescimento de 3,6% e na qual contribuíram a fecundidade e a migração de origem rural. A população urbana superou a população rural já na década de 1960, o que significaria transformações sociais e econômicas muito aceleradas, justo no período do Frente Nacional e quando se desenvolveriam programas em educação, investimentos em infraestrutura física, como nos sistemas de transportes e um maior apoio às firmas industriais (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 Colômbia. População segundo diferentes agregações espaciais urbana e rural. Censos 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005

	1951	1964	1973	1985	1993	2005
Áreas Metropolitanas	2.409.519	5.194.153	8.168.775	11.667.335	15.170.436	18.338.252
Núcleos	1.903.929	4.292.583	6.802.560	9.428.121	12.014.954	14.083.414
Municípios Periféricos	389.041	720.909	1.106.792	1.790.465	2.433.369	3.146.485
População Cidades Médias	2.254.958	3.495.470	4.902.280	6.929.396	8.974.115	10.581.258
População Urbana Total	4.701.000	9.359.000	13.888.000	20.308.000	25.204.000	31.276.348
Municipios menos 50.000 hab	6.663.733	8.594.421	9.755.034	11.418.591	13.442.541	13.135.149
População Colômbia	12.149.000	17.996.000	23.436.000	31.004.000	36.724.000	41.174.853
AM/Pop Colômbia	19,8	28,9	34,9	37,6	41,3	44,5
AM/Pop Urbana	51,3	55,5	58,8	57,5	60,2	58,6
Núcles/Pop Urbana	40,5	45,9	49,0	46,4	47,7	45,0
Municípios Periféricos/ Pop Urbana	8,3	7,7	8,0	8,8	9,7	10,1
Cidades Médias/Pop Colombia	18,6	19,4	20,9	22,4	24,4	25,7
Cidades Médias/Pop Urbana	48,0	37,3	35,3	34,1	35,6	33,8
Mpios menos 50.000 hab/Pop Colomb	54,9	47,8	41,6	36,8	36,6	31,9

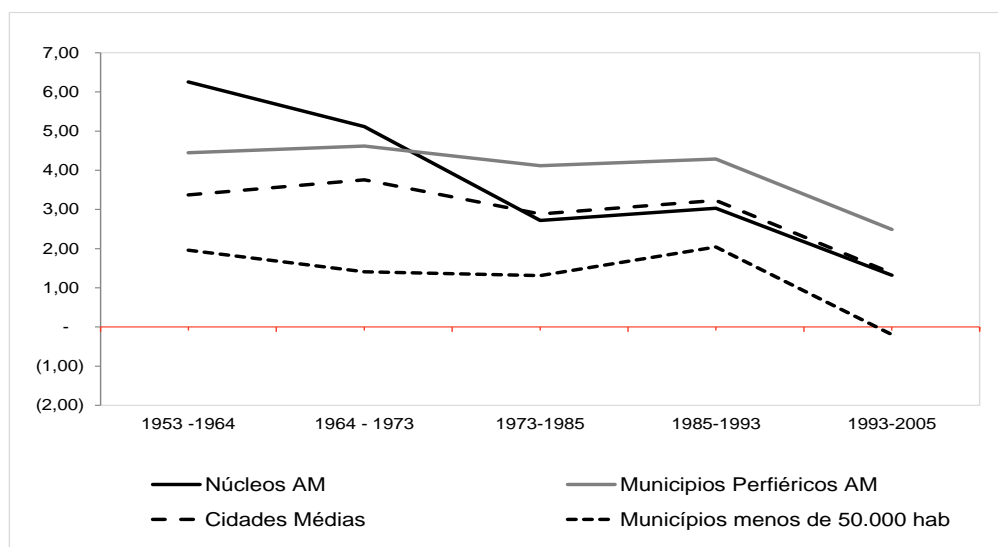
Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE. Elaboração própria.

Nesta transição de redistribuição populacional as cidades capitais de departamento, particularmente aquelas que se consolidaram industrialmente, e seus municípios contíguos, denominados como Áreas Metropolitanas, cresceram aceleradamente e concentraram a população de maneira progressiva. Em 1951 estas abrigavam perto de 20% da população, enquanto 60% se distribuíam nos municípios menores de 50.000

habitantes (predominantemente rurais) e o 20% restante nas cidades médias, algumas das quais correspondem a capitais departamentais. Esta distribuição foi se transformando, de modo que, em 2005, 70% da população estava concentrada entre as áreas metropolitanas e as cidades médias; e 30% restante nos municípios com predominância rural.

É incontestável o crescimento absoluto das Áreas Metropolitanas e como estas concentraram progressivamente a população colombiana. Dentro delas, foram as cidades núcleo as que comandaram a maior aglutinação de pessoas desde a segunda metade do século XX, ainda que seu ritmo de crescimento tenha se desacelerado de forma mais acentuada a partir da década de 1960. As cidades médias conseguiram manter taxas de crescimento acima de 3% anual durante praticamente quatro décadas, e inclusive superaram a velocidade de aumento populacional das cidades núcleo a partir dos anos 1970 até começos do século quando suas taxas se aproximavam a 1,3% anual, respectivamente.

Gráfico 5.1 Colômbia. Taxas de Crescimento agregações de municípios Censos 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005

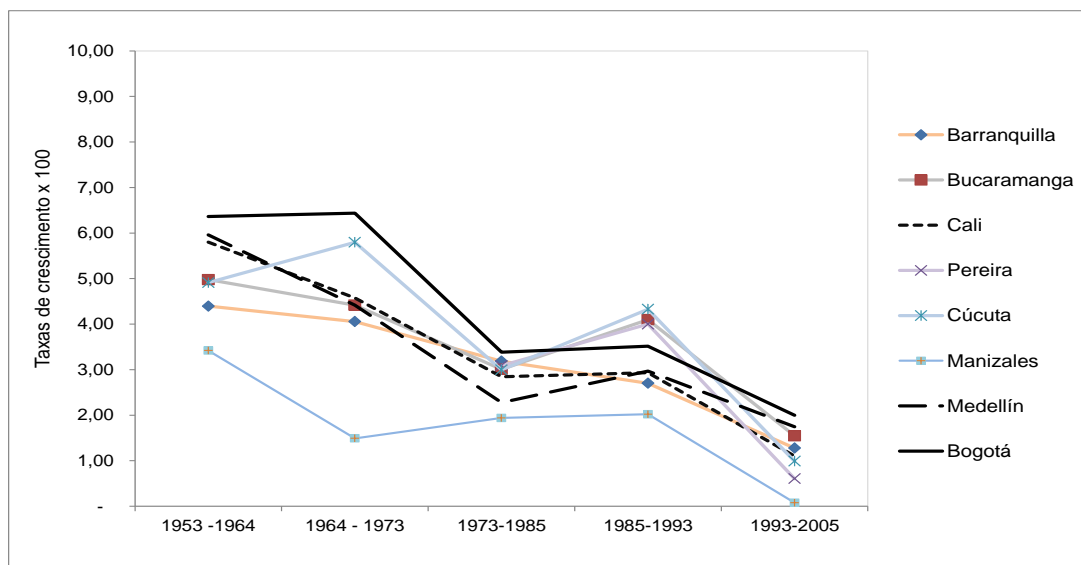


Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE. Elaboração própria.

Quando a análise se foca exclusivamente sobre as áreas metropolitanas, se observa que elas compartilham as mesmas tendências de crescimento: altas taxas entre as décadas de 1950 e de 1960, queda acelerada e constante até princípios de 1980 e, posteriormente, sua recuperação até começos de 1990. Desde então apresentam uma nova fase de declínio, tão acelerada como na década de 60 (Gráfico 5.3). Este último declínio obedeceu tanto à acentuada queda das taxas de fecundidade que para as Áreas Metropolitanas se aproximava a 2,8 em 1990 e a 2,0 em 2000 (ENDS, 1990, 2000), quanto à queda dos seus saldos migratórios, que de 755.361 no período 1988 – 1993

diminuíram para 377.633, o que corresponde a uma diminuição da taxa líquida média anual de migrantes internos de 2,3% e de 1,4%, respectivamente.

Gráfico 5.2 Colômbia. Taxas de crescimento das Áreas Metropolitanas. Censos 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005

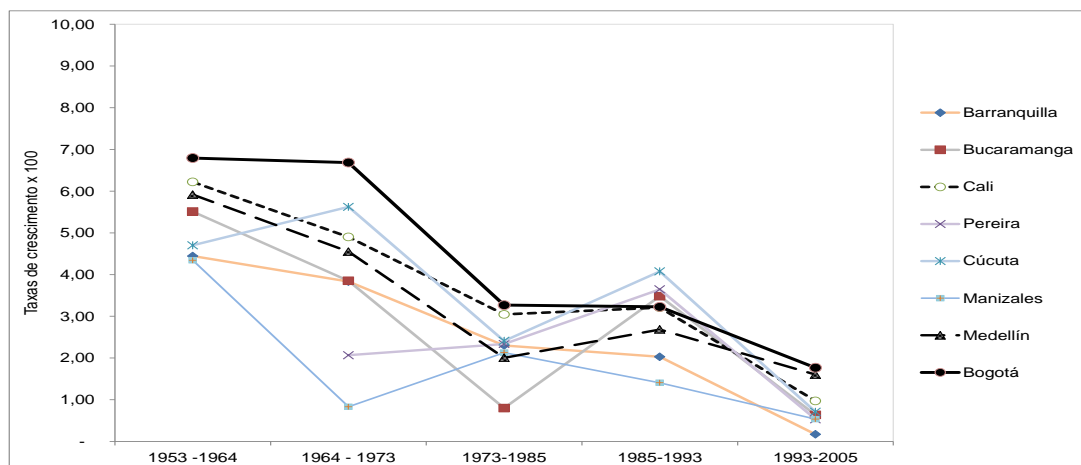


Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE. Elaboração própria.

Pelo maior tamanho populacional, com relação aos municípios periféricos, as cidades núcleo acabam determinando em grande medida as tendências de crescimento dos aglomerados metropolitanos (Gráfico 5.3). As cidades núcleo tiveram um crescimento anual consideravelmente baixo nas décadas de transição do século XX para o século XXI. Os principais núcleos, Bogotá, Medellín e Cali, experimentaram taxas de apenas 1,8%, 1,6% e 1,0% anual, respectivamente, e nas restantes cidades as taxas foram inferiores à unidade. A cidade de Bogotá, não obstante, continuou ocupando o primeiro lugar no ritmo de crescimento.

O decréscimo populacional obedeceu igualmente, de uma parte, à queda das taxas de fecundidade que, no caso de Bogotá, por exemplo, passou de 2,5 em 1990 a 2,2 em 2005, ou Medellín, ainda mais acentuada, de 2,8 para 1,6, nos mesmos períodos (ENDS, 1990, 2000); e, por outro lado, à queda das taxas de migração. Estas cidades experimentaram quedas pronunciadas nos seus saldos migratórios no último período analisado. Nos três casos, as taxas líquidas que oscilavam em média 2% entre 1988 e 1999, diminuíram para 1% entre 2000 e 2005. De forma correspondente, o índice de reposição que expressa a quantidade de imigrantes que entraram por cada emigrante que saiu, diminuiu em todos os casos e apenas superou a unidade nas três cidades principais Bogotá, Cali e Medellín, de 1,0, 1,3 e 1,2 respectivamente.

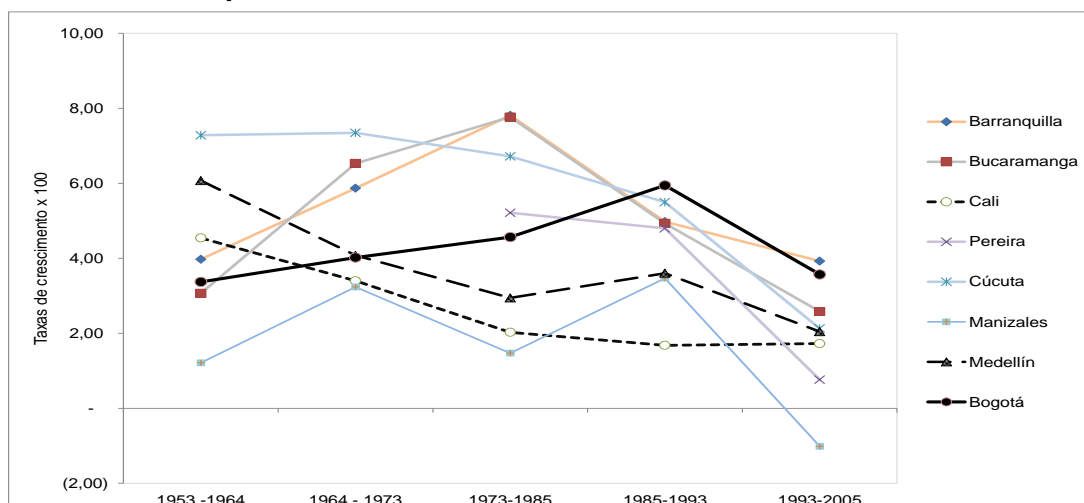
Gráfico 5.3 Colômbia. Taxas de crescimento Núcleos das Áreas Metropolitanas. Censos 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005



Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE. Elaboração própria.

Quando o foco é colocado sobre os municípios periféricos nos aglomerados metropolitanos, observam-se fortes contrastes. Ainda com a mesma tendência de diminuição, as taxas de crescimento demográfico foram consideravelmente superiores às que experimentaram os núcleos durante o período 1993 – 2005, excetuando-se os municípios periféricos do aglomerado de Manizales que decresceram até perder população em termos absolutos. Os maiores aumentos, sobre 3% anual, se apresentaram nos municípios metropolitanos de Barranquilla e de Bogotá, os quais alcançaram taxas de 3,6% e 4,0% ao ano, respectivamente. Estes ganhos demográficos obedeceram fundamentalmente à contribuição da migração como se apresentará posteriormente (Gráfico 5.4).

Gráfico 5.4 A Colômbia. Taxas de crescimento Municípios Periféricos Áreas Metropolitanas. Censos 1951, 1964, 1973, 1985, 1993, 2005.



Fonte de dados básicos: Censos demográficos DANE. Elaboração própria.

A tendência à diminuição do crescimento é uma característica comum para todas as agregações espaciais, sendo que o comportamento da fecundidade contribuiu sem dúvida para este declínio. Em três décadas o país diminuiu em 50% as suas taxas de fecundidade, de 6,3 filhos por mulher da década de 1960 para 2,9 em 1990; e em começos do século a taxa decresceu para 2,4. Não obstante, nesta desaceleração demográfica, a migração desempenhou um papel crucial.

Uma das principais mudanças do padrão migratório que o país experimentou durante o século XX, mais exatamente a partir da década de 1970, e que se mantém neste novo século, é o domínio que passaram a exercer os municípios periféricos às cidades capitais dentro das áreas metropolitanas, como novos centros de atração migratória, enquanto a velocidade do declínio de crescimento demográfico dos núcleos foi acelerada.

Contudo, enquanto os “caminhos” da urbanização que seguiam às cidades industriais foram fragmentados e heterogêneos espacialmente, se acentuaram os desequilíbrios entre regiões e entre as áreas rural e urbana. No final do século XX, o país tinha alcançado muitos avanços. Não obstante, a inércia à concentração destes avanços nos polos de atração das áreas metropolitanas, concentradas na Região dos Andes, retardaram em contrapartida as possibilidades para o desenvolvimento em boa parte do território colombiano. Isto significou um custo muito alto em termos sociais e políticos, que desbordou a capacidade de administração do Estado, o que facilitou o aprofundamento e a propagação de um conflito armado, perto de completar cinquenta anos. Frente a este processo as migrações responderam de forma incontestável, como o sugerem a perda acentuada de população rural dentro dos limites nacionais, a inércia e sua concentração nas áreas urbanas e a intensificação da saída de colombianos para outros países à procura não apenas de oportunidades para melhorar a renda e o nível de vida, mas de condições para a sua sobrevivência.

5.2 As migrações voluntárias e forçadas no padrão migratório colombiano de final do século XX e começos do século XXI

5.2.1 As migrações voluntárias

O primeiro aspecto a salientar frente ao comportamento da migração interna, segundo o último lugar de residência cinco anos antes do censo, é a sua marcada diminuição entre o fim do século XX e sua transição ao século XXI.

Entre 1993 e 2005, a população colombiana cresceu apenas 1,3% ao ano e aumentou aproximadamente 6 milhões de habitantes. Mas o número de migrantes internos de data fixa diminuiu 36% entre 1988-1993 e 2000-2005. Entre 1988 e 1993, perto de 13% da

população mudou de município de residência, enquanto apenas 6,5% o fizeram entre 2000 e 2005. Esta tendência não parece seguir a tendência da migração dos países da América Latina para os mesmos períodos. Nos restantes países as mudanças foram mínimas e inclusive aumentaram (Busso & Rodríguez, 2009). A tabela 5.2 mostra essas diferenças para sete países da região.

Tabela 5.2 Países da América Latina. Participação porcentual dos migrantes com relação à população total, segundo Departamentos e Municípios. Censos décadas de 1990 e 2000

País	Ano do censo	População total país	Segundo lugar de nascimento				Segundo uma Data Fixa anterior			
			Departamentos		Municípios		Departamentos		Municípios	
			Migrantes	% de População migrante	Migrantes	% de População migrante	Migrantes	% de População migrante	Migrantes	% de População migrante
Argentina	2001	33.550.307	6.676.511	19,9	1.076.836	3,3
Bolívia	1992	6.343.514	875.405	13,8	1.547.497	25,0	304.894	5,6	514.945	9,60
	2001	8.169.553	1.241.772	15,2	2.126.486	26,3	424.671	6,0	709.248	10,00
Brasil	1991	146.095.284	21.622.102	14,8	5.012.251	3,8
	2000	169.200.812	26.056.925	15,4	62.768.192	37,1	5.196.093	3,4	15.315.242	10,00
Chile	1982	11.217.854	2.389.403	21,3	5.701.448	50,7	595.013	5,9	1.537.652	15,30
	1992	12.963.842	2.631.660	20,3	5.877.032	46,0	698.534	6,1	1.966.466	17,10
	2002	14.469.771	3.038.652	21,0	7.094.591	48,9	783.430	5,8	2.156.325	16,00
México	1990	80.247.241	13.963.020	17,4	3.468.508	5,0
	2000		17.791.208	18,5	3.784.323	4,4	5.848.692	6,90
Colômbia	1993	32.132.721	7.241.938	22,5	12.721.377	39,6	2.394.044	7,5	4.161.864	12,95
	2005	41.174.853	8.396.706	20,4	14.715.391	35,7	1.454.956	3,5	2.666.142	6,48

Fonte: Rodríguez & Busso (2009, p.117) para Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e México; Censos de 1993 e 2005 para a Colômbia. Elaboração própria a partir de Rodríguez & Busso (2009).

O declínio do número de migrantes internos de data fixa na Colômbia, porém, não pode ser interpretado como uma simples diminuição do estoque de migrantes potenciais nas áreas rurais ao longo da primeira metade do século XX, em função das disparidades de absorção de mão de obra do mercado de trabalho e de diferenças salariais entre as áreas rural e urbana: como supõe o modelo de equilíbrio da teoria neoclássica, ou as restrições à competitividade impostas pelas economias centrais de ocidente, sob a perspectiva teórica estruturalista do modelo centro periferia.

A indiscutível queda do volume de migrantes de data fixa pode ser atribuída a quatro situações conjuntas e inter-relacionadas. Por um lado, à exacerbação do conflito político e armado, justo em finais da década de 1990 e começos de 2000, e a seus impactos no

comportamento do deslocamento forçado, pode ter afetado as tendências da migração interna de três formas diferentes.

Em primeiro lugar, é plausível que naqueles municípios onde os deslocamentos forçados tenham acontecido dentro dos mesmos limites político-administrativos, geralmente desde as áreas rurais para os casos urbanos, a probabilidade à migração dos mesmos deslocados para outros municípios tenha-se visto diminuída, impactando negativamente a migração intermunicipal, o qual precisará ser corroborado em pesquisas futuras.

Em segunda instância, a mesma situação de crise política e a situação de insegurança e medo em que se encontravam envolvidas as pessoas que tivessem efetuado movimentos migratórios intermunicipais em condição forçada, poderiam ter omitido informação na sua condição de migrantes, impactando assim a sua contabilização e, portanto, o volume da migração de forma geral.

Em terceiro lugar, de forma correspondente ao aprofundamento do conflito armado pode ter derivado no aumento de migrantes internacionais, de natureza voluntária e forçada, diminuindo assim o potencial de migrantes internos.

E finalmente, é plausível que a acentuada diminuição do número de migrantes internos de data fixa entre os dois períodos da análise reflita, em alguma medida, uma perda de cobertura de migrantes internos que, paradoxalmente, o desenho metodológico do Censo 2005, *itinerante por conglomerados de municípios*, derivou, sob o pretexto de garantir a maior cobertura da população em todo o território nacional, como já foi discutido no item 4.5.2.

As anteriores ponderações permitem concluir que a interpretação do comportamento da migração de data fixa entre os dois períodos de análise não pode ser feita sem considerar, paralelamente, o comportamento das outras formas de mobilidade que acabam integrando o padrão de mobilidade colombiano. Neste mesmo sentido, cabe advertir ao leitor que, para a análise e interpretação do padrão de mobilidade e suas variações nos períodos de análise, apresentado na tabela 5.3, devem ser levados em consideração os seguintes aspectos:

- a) a natureza metodológica do censo 2005, *itinerante e por conglomerados de municípios*, restringe a estrita comparabilidade do volume de migração de data fixa frente ao Censo de 1993;
- b) os plausíveis impactos do conflito armado na autodeclaração de migrantes e de deslocados forçados e portanto no seu volume no Censo 2005;
- c) a impossibilidade de dimensionar o volume de migrantes forçados frente ao total de migrantes internos no caso do Censo de 1993.

Tabela 5.3 Primeiro cenário do Padrão de Mobilidade Colombiano quinquênio 1988–1993 e 2000-2005. Migrantes e Deslocados Internos de Data Fixa Intermunicipais, Deslocamentos Forçados Internos intra e intermunicipais, Migrantes Internacionais e Refugiados Internacionais, segundo escala e causa dos movimentos.

Cáusa e escala espacial dos movimentos	1988 -1993	2000 - 2005
Movimentos Internos		
Migrantes "Voluntários" de Data Fixa segundo Censo (1)	4.161.862	2.455.473
Migrantes Forçados de Data Fixa segundo Censo (2)	?	210.669
Deslocamentos Forçados segundo Registro Único de População Deslocada (3)	108.950	2.208.920
Movimentos Internacionais		
Migrantes Internacionais (4)	783.496	883.420
Refugiados internacionais (5)	2.178	145.655

Fontes de informação:

(1) Censos de 1993 e de 2005 do DANE;

(2) Migrantes forçados de data fixa obtidos especificamente para o Censo 2005 DANE;

(3) Registro Único de População Deslocada (RUPD) da Rede Nacional de Informação RNI da Unidade de Vítimas do Conflito Armado na Colômbia;

(4) Estimacões migração internacional do DANE, 2007

(5) Agência de Refugiados para as Nações Unidas – ACNUR

Segundo os registros do DANE sobre colombianos residentes em outros países, na década de 1960 já se contabilizavam ao redor de 192 mil colombianos, em 1980 perto de 818 mil, em 1985 perto de 1,2 milhão e em 1993 perto de 2,3 milhões DANE (2007). O que sugere também que a consolidação dos fluxos de colombianos para outros países teria sido paralela ao processo de consolidação das trajetórias migratórias internas desde a segunda metade do século XX. A partir desses registros e dos microdados do Sistema de Informação de Movimentos Internacionais do Departamento Administrativo de Segurança – DAS, o DANE estimou a emigração internacional para períodos quinquenais desde 1970 até 2005, durante os quais teriam emigrado no total ao redor de 4 milhões de colombianos (Tabela 5.4).

Tabela 5.4 Emigrantes internacionais de origem colombiana segundo o DANE entre 1970 e 2005

Quinquênio	Emigrantes estimados
1970 - 1975	179.891
1975 - 1980	262.201
1980 - 1985	377.755
1985 - 1990	547.563
1990 - 1995	786.880
1995 - 2000	994.993
2000 - 2005	883.420

Fonte: Estimativas do Grupo de projeções do DANE a partir de registros de colombianos no exterior e dos microdados de mobilidade internacional do Departamento Administrativo de Seguridad – DAS.

Por interpolação, a fim de compatibilizar essas estimações ao período de referência 1988 – 1993 o número de migrantes internacionais neste período teria sido de 783.496 (DANE, 2007) como é apresentado na tabela 5.3.

Os censos demográficos têm permitido verificar as variações do número de migrantes dentro do país, aquelas que hipoteticamente são produzidas de forma voluntária. Perante as dimensões da problemática do conflito armado e da necessidade de medir seu impacto, o DANE, no último Censo 2005, fez uma primeira tentativa para medir tanto a emigração forçada interna, quanto a emigração internacional. Para esta última incorporou perguntas sobre familiares no estrangeiro, formulada a todos os domicílios. No Censo 2005, em 296.063 domicílios os entrevistados declararam ter pelo menos um membro da família residindo em um país estrangeiro, o que no total corresponde a 460.232 emigrantes.

Os resultados do Censo 2005 do DANE não coincidem nem com o que revelam outras fontes de dados nem com o que sugerem as estimativas de emigração internacional da mesma instituição. Deve ser considerado que grupos familiares completos puderam ter-se reunido nos destinos internacionais e, conseqüentemente, não foram captados no censo. Os resultados censitários, porém, fornecem pistas acerca das suas tendências e sobre a estrutura espacial de origens e destinos, de absoluta relevância frente aos objetivos deste estudo e sobre os quais se pretende aprofundar em estudos futuros. A distribuição destes emigrantes em diferentes períodos do tempo pode ser apreciada na tabela 5.5.

Tabela 5.5 Distribuição dos emigrantes internacionais de origem colombiano segundo país de destino e período da emigração

	Antes de 1996	%	1996 - 2000	%	2001 - 2005	%	Total	%
Venezuela	40.192	31,5	15.100	12,5	36.796	17,3	92.132	20,0
Equador	2.543	2,0	2.331	1,9	9.236	4,4	14.114	3,1
Panamá	1142	0,9	1136	0,9	4135	1,9	6.415	1,4
Costa Rica	592	0,5	1.131	0,9	3.560	1,7	5.284	1,1
México	1.115	0,9	1.166	1,0	2.788	1,3	5.071	1,1
Perú	273	0,2	233	0,2	889	0,4	1.395	0,3
Bolívia	139	0,1	114	0,1	395	0,2	648	0,1
USA	55.363	43,5	46.565	38,6	57.184	27,0	159.194	34,6
Espanha	9.662	7,6	34.690	28,8	61.653	29,1	106.041	23,0
Canadá	1.687	1,3	2.568	2,1	5.853	2,8	10.111	2,2
Austrália	525	0,4	529	0,4	1.229	0,6	2.284	0,5
Otros	14.182	11,1	15.077	12,5	28.459	13,4	57.742	12,5
	127.415	100	120.640	100	212.177	100	460.432	100

Fonte: Censo 2005. Elaboração própria.

Em ordem de importância os principais destinos internacionais foram os Estados Unidos, a Espanha e a Venezuela. Os resultados censitários mostram claramente que em todos os períodos o principal destino foi Estados Unidos. A Venezuela diminuiu a captação de colombianos, enquanto a Espanha a aumentou. Embora em menor proporção, os países fronteiriços de Equador e Panamá, vêm aumentando a participação como principais destinos.

O maior número de migrantes internacionais significou um lucro sem precedentes em termos monetários, se se considerar a entrada de divisas internacionais que os colombianos enviam desde o exterior. Pelo conceito de remessas o país percebeu, já em 1990, USD\$ 488 milhões de dólares, o que aumentou progressivamente. Em 2000 ingressaram perto de USD\$ 1.700 milhões de dólares, em 2005 ingressaram ao redor de USD\$ 3.314 milhões de dólares; e segundo registros do Banco da República de Colômbia, em 2011 as remessas alcançaram USD\$ 4.167. Em termos da participação no PIB isto significou um aumento de 1% em 1990 a 3,3% em 2005; e em termos da participação nas exportações isto representou um aumento de nove pontos percentuais, de 6,9% em 1993 a 15,9% de (Khoudour-Cásteras, 2007).

As divisas pelo conceito de remessas evidentemente não compensam nem a perda incomensurável do capital humano, nem as inequidades espaciais, nem resolvem as raízes estruturais do conflito e as condições para o desenvolvimento do país.

Cabe dizer que dada à histórica situação de conflito e as escassas políticas para promover o país como destino promissor, a Colômbia tem mantido um nível baixo de imigrantes internacionais. A partir das fontes censitárias, ao país teriam imigrado entre 1988 – 1993 apenas 118 mil pessoas, e entre 2000 – 2005 perto de 107 mil.

5.2.2 As migrações forçadas

No censo 2005 foram detectados 210.669 migrantes que mudaram de residência porque sua vida tinha sido ameaçada e corria perigo. Isto corresponde a 8% do total dos migrantes internos de data fixa. As fontes de informação no país dedicadas à medição do deslocamento forçado, que levam registros desde a década de 1980 mediante o Registro Único de População Deslocada, administrada atualmente pela Rede Nacional de Informação da Unidade de Vítimas – RNI indica, porém, que o número total de deslocados, apenas em 2000, foi de 415.354 pessoas, praticamente o dobro do registrado pelo censo em um quinquênio. Segundo esta fonte, no quinquênio 1988-1993, foram deslocadas em torno de 98.245 pessoas; e no quinquênio 2000-2005, em torno de 2.249.955 pessoas.

A marcante diferença do volume de deslocamentos no último quinquênio entre as duas fontes de informação, o Censo 2005 e o RUPD-RNI, obedece fundamentalmente a que são dois eventos de naturezas diferentes. Levando em consideração a escala espacial, primeiro, o deslocado forçado não precisa sair de um mesmo município para ser considerado como deslocado. Muitos dos eventos forçados acontecem dentro do mesmo município, desde as áreas rurais para as respectivas “cabeceiras” urbanas, pelo que não foram contabilizados no censo. Por outro lado, a natureza do evento de deslocamento envolve muito mais do que uma mudança de residência e, de fato, um deslocado forçado pode ter sido deslocado mais de uma vez, o que também escapa à fonte censitária, mas não ao sistema de registro contínuo. Dada a situação de vulnerabilidade e medo que envolve a condição de deslocado, não se descarta que no momento do censo possa ter omitido informação, afetando também a numeração de migrantes forçados.

A partir das duas fontes, porém, é possível verificar dois aspectos relevantes do comportamento dos movimentos forçados. Em primeiro lugar, as duas fontes confirmam que mais de 95% dos municípios experimentaram eventos de expulsão forçada. E em segundo lugar, que existem regiões onde a incidência da expulsão foi mais intensa, o que coincide nas duas fontes. No final do capítulo seis, amplia-se a análise dos movimentos forçados, sendo calculadas taxas de migração forçada TMF (a partir da fonte censitária) e taxas de deslocamento forçado TDF (a partir da fonte RUPD-RNI).

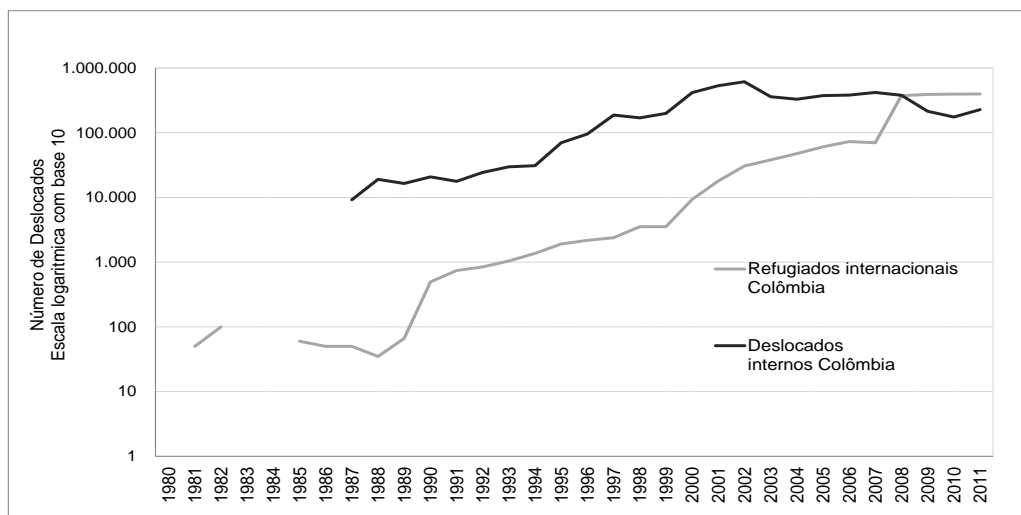
Quando um deslocado forçado se encontra coagido a sair da sua residência e procurar outro destino além dos limites nacionais, pesa fundamentalmente o temor de não receber suficientes garantias para a preservação da sua vida. Este é, de fato, um dos elementos sobre o qual se constrói o conceito atual de refugiado (ONU, 1956). Desde 1980 até o ano 2012, a Agência das Nações Unidas para os Refugiados apresentava um registro de 2.313.884 de refugiados procedentes da Colômbia.¹⁴ Observe-se que as tendências do número de deslocados e de refugiados são similares (Gráfico 5.5), o que é de se esperar, já que um refugiado internacional tem sido previamente um deslocado forçado. A diferença, porém, está em que não necessariamente todo refugiado internacional foi contabilizado previamente como deslocado forçado.

O que é possível identificar são os destinos internacionais. Do total de refugiados internacionais entre 2000 e 2012, que somam 2.198.541, os principais destinos foram a Venezuela, com 46%, e o Equador com 28,7%. Estes dois países abrigaram durante este período 75% dos refugiados de origem colombiana, quer dizer 1.642.615. Em ordem

¹⁴ Cabe mencionar que existem migrantes internacionais em condição forçada que não são reconhecidos como tal, na medida em que algumas solicitações de asilo são rejeitadas nos países de destino. Existem outros casos em que os migrantes internacionais em condição forçada preferem não solicitar o asilo nem adquirir a condição de refúgio para não perder o direito de votar no país de destino nem no país de origem.

de importância se encontram Estados Unidos (8,6), Costa Rica (4,16), Canadá (5,4) e Panamá (3,9), para um total de 485.128 refugiados.

Gráfico 5.5 Deslocados forçados e refugiados internacionais da Colômbia. Série 1980 a 2001



Fonte de dados: ACNUR (Mundo), A Colômbia (RNI).

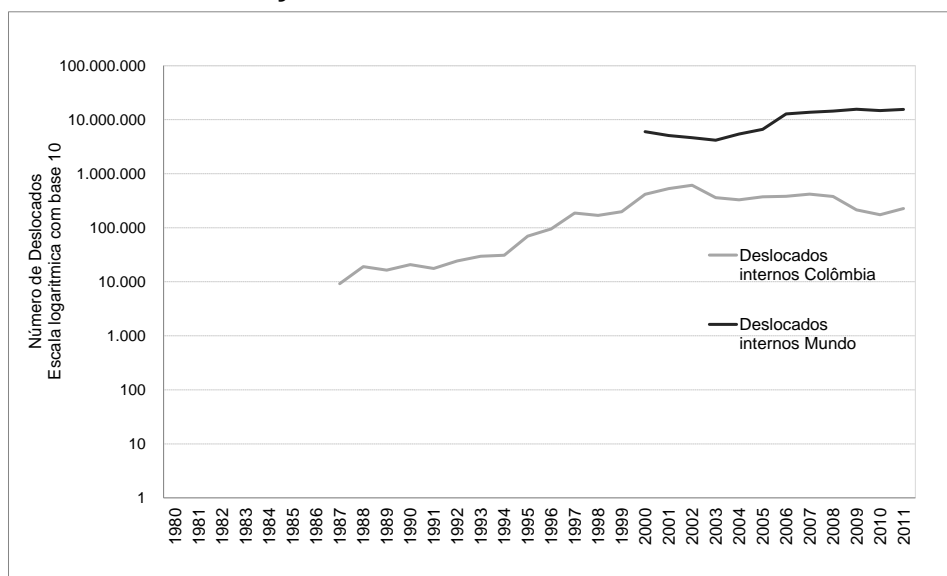
Observe-se que a participação na cobertura dos refugiados diminui na medida em que as distâncias geográficas aumentam. Um terceiro grupo de países de asilo corresponde a países da Europa, como o Reino Unido, a Espanha e Suécia que, conjuntamente, abrigaram 25.851 colombianos. Entre os outros países da América Latina, os destinos principais foram Chile (0,29%), Brasil (0,21) com 6.338 e 4.721, respectivamente. Cifras que percentualmente parecem insignificantes, mas que em termos absolutos não deixam de ser alarmantes.

O migrante quando é expulso da sua própria casa, da sua própria terra, já experimenta a degradação da sua dignidade e torna-se extremamente vulnerável e susceptível de ser vítima de outros impérios. A escolha que cabe ao deslocado parece ser unicamente o destino. E se essa escolha implica o cruzamento das fronteiras internacionais, o que se revela é, antes de tudo, uma profunda perspectiva de não futuro e de abandono por parte do Estado, incapaz de garantir tanto as condições para a sua sobrevivência econômica, quanto as possibilidades para a preservação da sua vida, poderosas forças de expulsão que escapam às abordagens teóricas de migração, inclusive aquelas de ordem estruturalista, que se centra em aspectos exclusivamente econômicos.

O aumento do número de deslocados forçados e, a partir deles, de refugiados internacionais na Colômbia e no Mundo, desde o final do século XX (Gráficos, 5.5 e 5.6), revela uma problemática mais profunda sobre a relação do Estado com os cidadãos do que se supõe representar. Este é um assunto sobre o qual precisam ser incorporadas outras abordagens teóricas interdisciplinares, de ordem política e sociológica, que

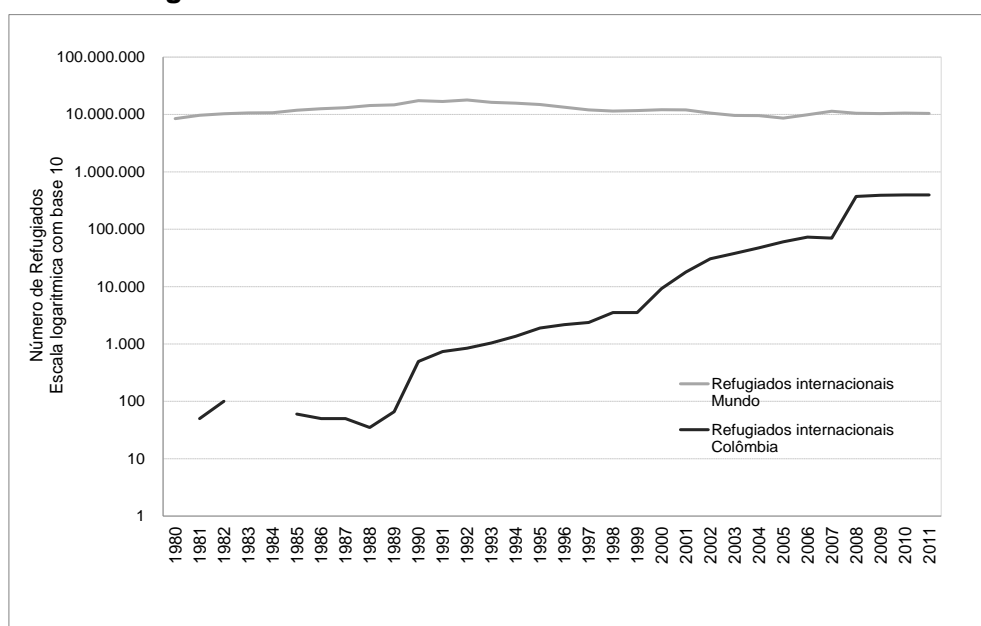
superam inicialmente o escopo deste estudo, mas que pretendem ser considerados em pesquisas futuras.

Gráfico 5.6 Deslocados forçados na Colômbia e no Mundo. Série 1980 a 2011.



Fonte de dados: ACNUR (Mundo), A Colômbia (RNI).

Gráfico 5.7 Refugiados Internacionais na Colômbia e no Mundo. Série 1980 2011.



Fonte de dados: ACNUR (Mundo), A Colômbia (RNI).

Contudo, o amplo volume da migração interna entre 1988 e 1993, a sua diminuição entre 2000 e 2005, e o recíproco aumento da migração internacional, refletem fundamentalmente a extensão e o aprofundamento dos fatores de expulsão. As áreas

rurais perderam população em valores absolutos, e o crescimento da população colombiana como um todo se desacelerou, tendências envolvidas com o comportamento da migração rural-urbana e com a migração internacional, respectivamente.

5.3 Estrutura e regularidades espaciais da migração interna

Na tentativa de identificar regularidades de intercâmbio entre diferentes unidades espaciais, de descobrir outras trajetórias migratórias, não apenas as que conduziram às áreas metropolitanas, e de compreender melhor a natureza dos desequilíbrios espaciais que caracterizam a Colômbia, nesta seção se expõe, em primeiro lugar, uma análise da distribuição dos migrantes e dos fluxos migratórios dentro dos limites nacionais captados através dos censos demográficos. Em segundo lugar, se apresenta o balanço geral das perdas e ganhos espaciais derivados das trocas migratórias, tomando como unidade de referência as microrregiões conhecidas como províncias. E em terceiro lugar, se apresenta também o balanço de perdas e ganhos espaciais no quinquênio 2000-2005 derivado especificamente das migrações e dos deslocamentos forçados, segundo o que proporcionam tanto a fonte censitária de 2005, quando a fonte oficial RNI através do Registro Único de População Deslocada.

5.3.1 Distribuição dos migrantes entre regiões, departamentos e províncias

A estrutura espacial do território colombiano em cinco regiões naturais é determinante na distribuição da população e dos fluxos migratórios. A Região Andina, que integra 768 municípios, aglutinou 73% dos imigrantes entre 1988 e 1993, e 77%, entre 2000-2005. A Região Caribe, com 192 municípios, diminuiu a participação porcentual da imigração entre os dois períodos, de 18,3% para 13%, o que significou uma taxa líquida de migração média anual de 0,11% e -0,07%, respectivamente. A Floresta tropical da Região do Pacífico, com 47 municípios, no período 1988-1993, recebeu 79 mil imigrantes (1,2)% e expulsou 90 mil, o que equivaleu a uma taxa líquida média anual de migração de -0,2%. Entre 2000 e 2005, porém, o balanço foi positivo: recebeu 63 mil imigrantes e expulsou 46 mil, para uma taxa de 0,3%.

No sul oriente do território colombiano, a extensa região do Orinoco, também conhecida como “Los Llanos Orientales”, participou com cerca de 158 mil imigrantes (3,8%) entre 1988-1993, e com 131 mil entre 2000-2005. Esta região não apenas manteve uma taxa líquida de migração positiva, mas aumentou entre os dois períodos de 0,3% para 0,6%. Nesta região se localizam os principais campos de exploração de petróleo, inaugurados em começos da década de 1990, os quais aglutinam mão de obra. Finalmente, também no sul oriente do país, a Região Amazônica, a menos povoada, com 6% da população e com 118 municípios, parece ter experimentado um aumento das suas taxas líquidas de migração de 0,01% para 0,05% entre os dois períodos.

Precisa ser colocado, não obstante, que algumas das províncias localizadas nas áreas de florestas tropicais da região Pacífica, da Amazônia e da Orinoquia, apresentaram baixos níveis de cobertura censitária no censo 2005 (Anexo 3). Estes obedeceram às dificuldades de acesso geográfico e à presença de grupos armados que impediram o ingresso dos recenseadores durante o operativo censitário, o qual afetou a contabilização da população base para o cálculo das taxas e a identificação de possíveis imigrantes. As províncias que superaram 30% de cobertura censitária foram excluídas da análise do balanço de perdas e ganhos, mas não da análise sobre o tipo de intercâmbios migratórios, a saber, as províncias de Amazonas, Guaviare, Guainia, Vaupés e Vichada.

Em termos políticos e administrativos, o país está dividido em 32 Departamentos (equivalente às Unidades dos Estados Federais do Brasil) e 1119 municípios. As 146 províncias (microrregiões) são agrupamentos de municípios vizinhos dentro de cada Departamento que não administram recursos financeiros por parte do Estado, mas que se reconhecem por compartilhar características geográficas, econômicas e tradições históricas de caráter cultural e político. Algumas delas, na Região Amazônica e da Orinoquia, correspondem aos mesmos Departamentos, sendo que não só compartilham as características mencionadas, mas se dividem em pouquíssimos municípios.

Graças à disponibilidade de microdados censitários é possível detectar que o volume de trocas residenciais entre municípios ou entre províncias é significativo, mas eles ficam ocultos quando se privilegia a análise entre departamentos. A vantagem de focar a análise na escala provincial é que, com ela, se superam os problemas relacionados à escassa população, em que qualquer movimento pode superdimensionar o impacto da migração frente ao conjunto da população. Igualmente se supera a dificuldade que envolve a desagregação espacial em termos político-administrativos de alguns municípios, o que afeta a comparação entre censos.

Por outro lado, como a maioria dos departamentos apresentam internamente abruptos contrastes geográficos, culturais e econômicos que podem determinar áreas diferenciadas de atração ou expulsão populacional, que se desvirtuam quando a unidade de análise é a escala departamental, estas se detectam quando a unidade de análise é a microrregião que, para este caso, corresponde à província. A seguinte tabela 5.6 permite apreciar o tamanho da migração segundo escala espacial.

Tabela 5.6 Tamanho da migração acumulada e de data fixa segundo diferentes unidades escala de análise espacial. Censos 1993 e 2005.

Censo	1993				2005			
População Censada*	32.132.721				41.174.853			
Área	Migrantes acumulados	% de População migrante	Migrantes de data fixa	% de População migrante	Migrantes acumulados	% de População migrante	Migrantes de data fixa	% de População migrante
DEPARTAMENTO	7.241.938	22,54	2.394.044	7,45	8.396.706	20,39	1.454.956	3,53
PROVÍNCIA	10.410.662	32,40	3.398.613	10,58	-	-	2.186.700	5,31
MUNICÍPIO	12.721.377	39,59	4.161.864	12,95	14.715.391	35,74	2.666.142	6,48

Fonte de dados básicos: Censos 1993 e 2005 da Colômbia (sem ajuste). Elaboração própria.

Enquanto em 1993 22,5% da população residia em um departamento diferente do departamento onde tinha nascido, a proporção aumenta para 32,4% quando a unidade de referência é a província, e a 40% quando é o município. A relação é similar para o total de migrantes segundo uma data fixa anterior. Em 1993 se identificaram perto de 2,4 milhões de pessoas (7,45% do total da população) que residiam em um departamento diferente daquele onde residiam cinco anos atrás. Mas, se a unidade de análise é o município, o total de migrantes aumenta para 4,1 milhão (perto de 13%), de forma que, para cada 100 migrantes interdepartamentais, existem 180 migrantes intermunicipais, relação que se aproxima também para o total de migrantes segundo o lugar de nascimento.

Deve ser salientada a predominância da participação porcentual dos fluxos entre províncias diferentes, que se manteve alta em 82% durante os dois períodos de análise. Apenas 18% dos migrantes trocaram de municípios pertencentes a uma mesma província.

A participação porcentual dos migrantes interdepartamentais passa a 59%, e intradepartamentais aumenta para 41%, nos dois períodos. Levando em consideração as duas escalas espaciais, poder-se-ia estabelecer que perto de 18% dos migrantes participaram em fluxos de curta distância, 22% em fluxos de média distância, e 60% em fluxos de longa distância. As variações foram mínimas entre os dois períodos analisados, mas tornam-se relevantes ao vislumbrar uma maior tendência à concentração populacional nos polos de atração das áreas metropolitanas, enquanto a participação dos migrantes nos fluxos de longa distância na dinâmica migratória se incrementou de 57,5%, entre 1988-1993 para 58,9% entre 2000-2005. Este comportamento sugere uma

forte inércia das trajetórias migratórias estabelecidas desde a segunda metade do século XX, desde municípios predominantemente rurais, para cidades intermediárias da mesma província e/ou para as principais cidades capitais do país, entre elas os núcleos das áreas metropolitanas e as suas áreas periféricas.

5.3.2 Origens e destinos das migrações segundo o tamanho dos municípios

A maior fonte de migrantes internos, em termos de valores absolutos, foram os municípios de menor tamanho populacional, na sua maioria predominantemente rurais. A proporção de emigrantes, no período 1988-1993, foi superior com relação à proporção de migrantes de municípios de outros tamanhos. Estes distribuíram perto de 15% da sua população para outros municípios nesse período. Entre 2000 e 2005 distribuíram em torno de 6,6%, o que confirma a tendência concentradora da população nas áreas mais densamente povoadas desde décadas anteriores e, portanto, a diminuição das “reservas” demográficas nos municípios menores, como o indica a Tabela 5.7.

Estudos anteriores sobre migração no nível departamental mostram que as áreas de abastecimento tradicional da migração para a capital eram os departamentos de Boyacá, Cundinamarca, Caldas, Tolima y Meta (Martínez, 2001); (Gousët *et al.*, 1999). Estes departamentos estão integrados por municípios com alta proporção de população rural e com uma alta propensão a migrar.

Em relação às cidades capitais principais, entre as quais se incluem os núcleos das Áreas Metropolitanas, predominantemente urbanas e com tamanhos de população superiores a 500.000 habitantes, algumas diminuíram suas taxas líquidas positivas de migração de forma significativa entre os dois períodos. Em outros casos tornaram-se expulsoras.

Em Bogotá, a maior cidade do país com aproximadamente sete milhões de habitantes em 2005, a taxa líquida de migração passou de 11,39 por mil, no período 1988-1993, a 2,14 por mil no quinquênio 2000-2005. As cidades seguintes, em ordem de importância, Medellín e Cali, com aproximadamente dois milhões de habitantes em 2005 atingiram, no primeiro período analisado, taxas líquidas próximas a 1,00 e 17,64 por mil, respectivamente. E no segundo período, taxas de 0,06 e 1,69, respectivamente.

Tabela 5.7 Colômbia. Volume e taxas da migração de data fixa segundo o tamanho dos municípios. Censos 1993 e 2005.

Tamanho dos municípios	Ano do Censo	Imigrantes internos	Emigrantes internos	Migração Líquida	Participação frente ao total dos Imigrantes %	Participação frente ao total dos Emigrantes %	Taxas de imigração anual x1000	Taxas de emigração anual x1000	Taxas de migração líquida x 1000	Taxas de migração total x 1000
0 - 50.000	1993	1.306.560	1.755.984	(449.424)	31,39	42,19	24,31	29,24	(5,69)	53,63
	2005	841.696	891.862	(50.166)	31,57	33,45	12,74	13,29	(0,59)	26,04
50.000 - 99.999	1993	394.501	336.364	58.137	9,48	8,08	31,58	26,84	5,55	58,48
	2005	282.926	187.896	95.030	10,61	7,05	15,64	10,49	5,51	26,20
100.000 - 199.999	1993	415.574	322.103	93.471	9,99	7,74	31,93	22,91	10,45	55,07
	2005	275.025	187.008	88.017	10,32	7,01	16,25	11,10	5,52	27,42
200.000 - 499.999	1993	755.038	476.310	278.728	18,14	11,44	31,31	23,34	9,23	54,84
	2005	561.244	346.943	214.301	21,05	13,01	17,51	10,96	7,05	28,59
500.000 - 999.999	1993	205.216	169.976	35.240	4,93	4,08	25,25	20,35	5,54	45,67
	2005	99.507	135.526	(36.019)	3,73	5,08	10,57	13,52	(3,13)	24,11
1.000.000 - 10.000.000	1993	1.084.975	716.919	368.056	26,07	17,23	24,77	15,28	10,55	40,31
	2005	605.742	555.964	49.778	22,72	20,85	12,95	12,95	(0,00)	25,90
Migrantes de origem desconhecido	1993		384.206							
	2005		361.050							
Total	1993	4.161.864								
	2005	2.666.142								
Áreas Metropolitanas	1993	1.912.505	1.157.144	755.361	45,95	27,80	29,10	18,30	12,30	47,70
	2005	1.274.488	896.855	377.633	47,80	33,64	14,60	10,10	4,90	24,80

Fonte de dados básicos: Censos DANE, 1993 e 2005.

Para cidades entre 500.000 e 1 milhão de habitantes o comportamento foi similar. Cidades que no intervalo 1988-93 foram altamente receptoras de população, com taxas líquidas de migração expressivas, como Cartagena (14,37 ‰) e Cúcuta (9,8 ‰), passariam a ter taxa líquida basicamente nula (0,35 ‰) e negativa no caso de Cúcuta - 2,87 por mil. Aquelas que no período 1988-1993 já expulsavam população, como Barranquilla (-0,07‰) e Bucaramanga (-9,47‰), acentuam a sua tendência no período 2000-2005, com taxas de -7,08 e de -11,31 por cada mil, respectivamente.

5.3.3 Repartição da migração segundo tipo de fluxos migratórios e segundo tamanho dos municípios

A desagregação das informações segundo o tipo da área de origem e destino e segundo o tamanho dos municípios permite verificar três aspectos relevantes do padrão migratório colombiano. Primeiro, a predominância da migração interurbana, com 65,6% das trocas. Segundo, a existência nada desprezível dos fluxos de origem rural que, entre 2000-2005, alcançaram no total 25,1%. E terceiro, a maior participação de migrantes em fluxos dirigidos aos municípios menores de 50.000 habitantes (Tabela 5.8).

Tabela 5.8 Colômbia. Migrantes de data fixa 2000 – 20005 segundo tipos de fluxos migratórios e segundo tamanho dos municípios. Censo 2005.

Tamanho dos municípios	Total municípios	Participação frente à migração total	Fluxo migratório Tipo 1 Urb - Urb	Fluxo migratório Tipo 2 Rural - Urb	Fluxo migratório Tipo 3 Urb - Rural	Fluxo migratório Tipo 4 Rural - Rural	Fluxo migratório Origem Desconhecida	Total de Emigrantes
0 - 50.000	1012	Total	495.613	194.019	53.088	149.037	105	891.862
		%	18,59	7,28	1,99	5,59	0,00	33,45
50.000 - 99.999	54	Total	127.297	26.617	15.320	18.646	16	187.896
		%	4,77	1,00	0,57	0,70	0,00	33,45
100.000 - 199.999	27	Total	139.550	19.663	14.496	13.161	138	187.008
		%	5,23	0,74	0,54	0,49	0,01	33,45
200.000 - 499.999	19	Total	270.534	25.612	31.884	18.734	179	346.943
		%	10,15	0,96	1,20	0,70	0,01	33,45
500.000 -999.999	3	Total	108.790	11.689	10.439	4.549	59	135.526
		%	4,08	0,44	0,39	0,17	0,00	33,45
1.000.000 - 10.000.000	4	Total	430.409	37.112	67.556	20.594	293	555.964
		%	16,14	1,39	2,53	0,77	0,01	33,45
Fluxos conhecidos na matriz de migração	1.119	Total	1.572.193	314.712	192.783	224.721	790	2.305.199
		%	58,97	11,80	7,23	8,43	0,03	86,46
Migrantes de origem desconhecido na matriz		Total	178.304	48.723	46.756	81.206	5.954	360.943
		%	6,69	1,83	1,75	3,05	0,22	13,54
Total		Total	1.750.497	363.435	239.539	305.927	6.744	2.666.142
		%	65,66	13,63	8,98	11,47	0,25	100,00

Fonte de dados básicos: Censos 2005 da Colômbia. Elaboração própria.

Para facilitar a interpretação das informações da tabela, adverte-se o leitor que, embora seja conhecida a origem segundo área rural ou urbana, não se identifica se ele corresponde a um município predominantemente rural, uma cidade intermediária, ou uma cidade capital. No entanto, identifica-se o destino.

Quanto à migração interurbana, observe-se que as trocas migratórias concentram-se essencialmente em dois grandes grupos: entre as “cabeceiras” dos municípios menores de 50.000 habitantes, que experimentarão o 18,6%; e entre as sete principais cidades capitais do país, acima de 500.000 habitantes, com o 20,2%, quer dizer, entre os núcleos das áreas metropolitanas. O que também deve ser salientado é que não foram os municípios menores de 50.000 habitantes das periferias metropolitanas os maiores receptores, os quais receberam 64.725 de um total de 495.613 imigrantes.

Quanto às trocas migratórias de origem rural, os maiores ofertantes foram novamente os municípios menores de 50.000 habitantes. O que é de se esperar, pois neles predomina a maior porcentagem de população rural. Do total de intercâmbios migratórios de origem rural, tanto para as áreas urbanas quanto para destinos rurais, estes municípios participaram com aproximadamente 13%.

Desde uma perspectiva macro, a concentração dos migrantes nas áreas urbanas se reproduz nas diferentes escalas, tanto para os municípios de menor tamanho quanto para as cidades capitais. Seria interessante verificar a incidência da concentração urbana inclusive dentro dos mesmos municípios, o que só seria plausível se fossem incorporados quesitos sobre mudanças de residência dentro dos mesmos. Isto, por sua vez, contribuiria na estimativa dos deslocamentos forçados.

5.3.4 As trajetórias migratórias que conduzem às Áreas Metropolitanas

As oito províncias que correspondem às áreas metropolitanas apresentam um comportamento diferente frente às 138 restantes. Para as áreas metropolitanas cabe distinguir inclusive a participação dos movimentos migratórios que acontecem dentro dos municípios periféricos e daqueles que se realizam *para* e *desde* as cidades-núcleo nos aglomerados metropolitanos.

Os oito aglomerados metropolitanos integram apenas 52 municípios, entre os quais se incluem as três principais cidades capitais do país: Bogotá com cerca de 7 milhões de habitantes, e Cali e Medellín, cada uma com aproximadamente 2,2 milhões de habitantes em 2005. O conjunto dos aglomerados teve um aumento da população de 13.335.555 em 1993 para 18.548.166 em 2005, a uma taxa de crescimento intercensitária de 1,68% ao ano, assim como a concentração da população total de 37,2% para 43,2%. As taxas líquidas de migração participaram nestes incrementos. Entre 1988 e 1993 os aglomerados experimentavam uma taxa líquida média de migração de 1,3% anualmente, que se manteve positiva ainda que em descenso, em 0,4%, entre 2000 e 2005. Os aglomerados receberam 1.912.5005 imigrantes entre 1988-1993 e 1.247.488 entre 2000-2005, o que corresponde a 45,6% e 47,8% do total de imigrantes no país, respectivamente. Estas conservaram o comando da atração populacional, mas no seu interior as diferenças entre núcleos e municípios periféricos foram marcantes.

Os núcleos metropolitanos diminuíram ligeiramente a participação porcentual como destino migratório nos períodos de referência 1988-1993 e 2000-2005. No primeiro período estes receberam 1.303.344 migrantes, que correspondia a 31,3% dos imigrantes, e no segundo receberam 748.265 migrantes, 28,0%. Do balanço de entradas e saídas, este comportamento se reflete também nas taxas líquidas médias anuais de migração que caíram de 1,3% para 0,4% entre os dois períodos.

As pessoas que migraram para as oito capitais metropolitanas eram procedentes, em mais de 70%, de todos os municípios espalhados do território nacional, diferente de seus municípios periféricos e de outros núcleos. Em todos os casos se identificam áreas que aportam percentualmente mais migrantes, geralmente as províncias próximas geograficamente e/ou que fazem parte do mesmo departamento, as quais historicamente têm sustentado os fluxos migratórios.

O aporte por parte dos municípios periféricos metropolitanos para os núcleos oscilou em apenas 8,0% para o período 1988-1993 e 8,8% entre 2000-2005. Em contraste, foi superior a contribuição das cidades capitais (os núcleos) para as mesmas cidades capitais que, no primeiro período, atingia 16,5% e que ascendeu para quase 19% entre 2000-2005. Da capital, Bogotá, saíram 5% dos migrantes que foram recebidos pelas restantes cidades metropolitanas no primeiro período. Mas o seu aporte desceu para apenas 4,2% no segundo período. Cali e Barranquilla, por exemplo, foram as únicas que aumentaram a sua participação percentual no aporte de migrantes intercapitais. Barranquilla contribuía inicialmente com 1,6% e passou a aportar 2,3%. E Cali que aportava 2,1% passaria a 3,0%. Cabe ainda conhecer se aqueles migrantes “intercapitais” apresentam algum padrão seletivo. Esta questão se resolverá no próximo capítulo.

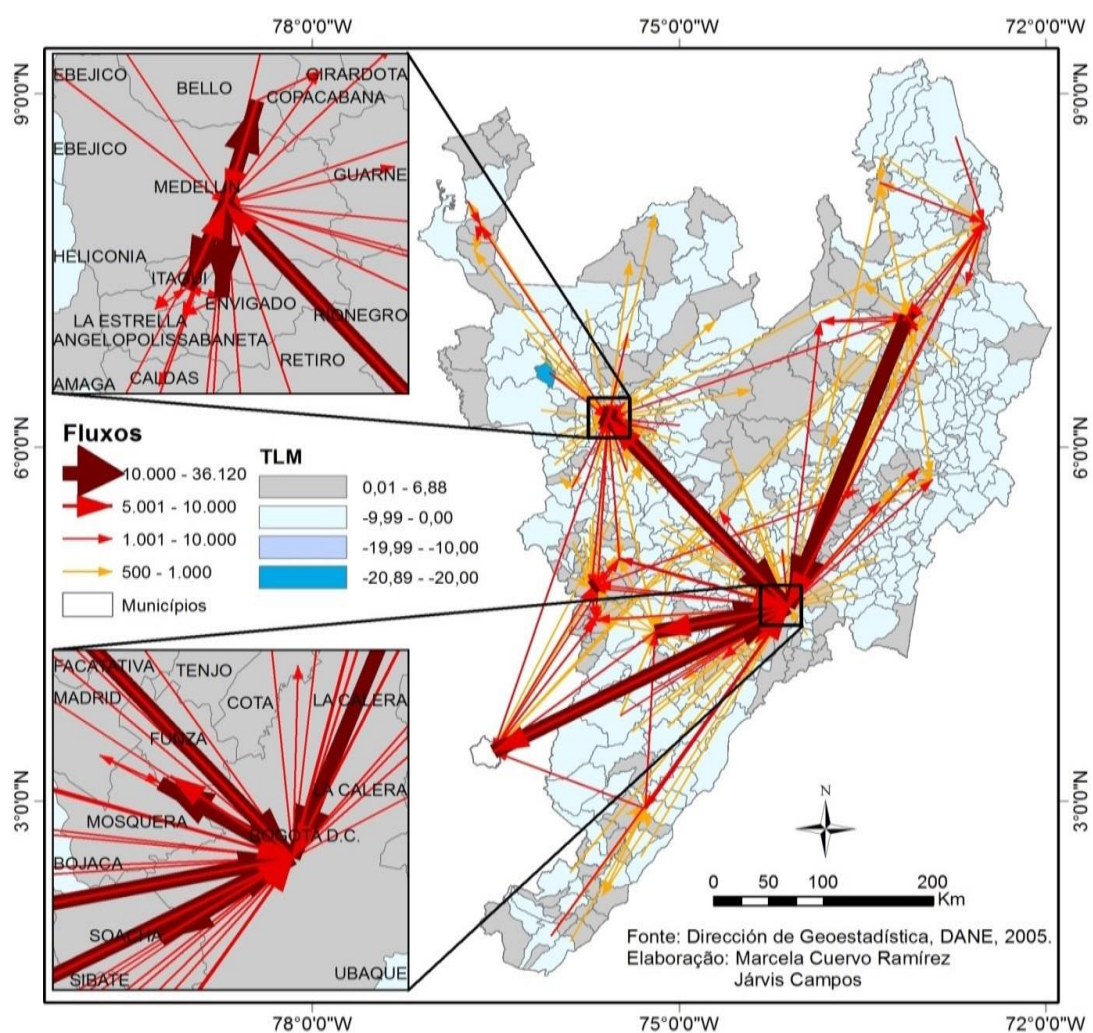
Quando o foco são os municípios periféricos nas áreas metropolitanas, o comportamento dos fluxos migratórios foi muito diferente. Estes receberam entre 1988 e 1993 perto de 600.000 migrantes e entre 2000 e 2005, perto de 526.000. Ainda que o volume diminuísse, a participação porcentual dos imigrantes que se concentraram nestes municípios aumentou de 14,6% para 19,7%, o que contrasta com o comportamento dos núcleos como destino migratório. Este comportamento corresponde a uma taxa líquida de migração média anual de 2,6% no primeiro período e de 1,5% entre 2000-2005.

Entre 1988 e 1993, os migrantes que escolheram como destino as áreas periféricas dos aglomerados metropolitanos procediam 45% de municípios dos diferentes cantos do país, principalmente de províncias próximas geograficamente e pertencentes ao mesmo Departamento; apenas 9,8% provinham de seus municípios “pares” localizados na mesma área metropolitana. Não obstante, os maiores contribuintes foram os núcleos metropolitanos, os quais aportaram 45,2% e 50,5% dos migrantes em 1993 e em 2005, respectivamente. Nas três principais cidades capitais metropolitanas Bogotá, Medellín e Cali, por exemplo, o padrão foi similar: elas expulsaram parte da sua população para as suas próprias periferias de forma crescente entre os dois períodos. Este aspecto do padrão migratório merece uma análise mais profunda e cuidadosa. Frente à tendência podem ser colocadas várias hipóteses que precisam ser verificadas empiricamente. A tendência pode estar vinculada ao mercado imobiliário que fornece melhores preços nas

áreas periféricas, ou à pauperização da população que, ao não resistir aos elevados custos de vida dentro dos núcleos, procura os municípios vizinhos, entre outras causas.

O mapa 5.1 focalizado nas três principais áreas metropolitanas Bogotá, Medellín e Cali, combina três variáveis do padrão migratório: o volume dos fluxos, a sua direção e as taxas líquidas de migração de alguns municípios das suas respectivas áreas de influência geográfica. O mapa permite apreciar, em primeira instância, que o volume dos fluxos de migração direcionados para Bogotá foi maior em comparação com os fluxos que se direcionam para Medellín e Cali, acima de 10.000 migrantes.

Mapa 5.1 Colômbia. Áreas Metropolitanas da Região Andina. TLM e Fluxos de migração interna de data fixa, segundo tamanho e direção, na escala municipal. Censos 1993 e 2005.



As taxas de migração para as três cidades e para os municípios contíguos geograficamente foram positivas, e negativas para os municípios que aparecem mais distantes e de onde se originam alguns fluxos de menor volume. No quadro enfocado para Bogotá e Medellín, por sua vez, registram-se os fluxos que, originados nas cidades-

núcleo, se dirigem para os municípios periféricos, nas suas respectivas áreas metropolitanas e para as quais as taxas líquidas de migração são positivas.

Contudo, as tendências e a o tamanho das migrações revelam que as áreas metropolitanas continuam a exercer o maior poder de atração dos migrantes. E esta concentração a compartilham tanto os núcleos quanto as periferias. A estas últimas não apenas chegam migrantes provenientes de todos os cantos do país, mas boa parte procede de seus respectivos núcleos.

5.3.5 Regularidades na distribuição espacial dos fluxos migratórios

Pese às restrições de cobertura censitária que impõe a geografia e a situação de conflito nas florestas tropicais, o que impediu a identificação de alguns dos fluxos migratórios, confirma-se que no caso colombiano a maior densidade de trocas migratórias se concentra nas Regiões Andina e do Caribe, segundo o indicam as informações apresentadas nas seções anteriores e o confirmam os mapas 5.1 e 5.2.

Como foi descrito no capítulo metodológico, esses mapas de fluxos foram obtidos mediante o módulo de análise de Flow Data Model Tools do software ArcMap 1996, a partir das matrizes de migração no nível de município. A aplicação desta ferramenta de espacialização, porém, restringe a representação espacial dos fluxos de baixa densidade, de modo que, quanto maior a desagregação espacial, maior o risco de perda de informação.

Enquanto as trocas migratórias dos 1119 municípios abrangem grande parte do espaço nacional, a sua representação gráfica seria ilegível. Por esta razão, optou-se por mostrar espacialmente os fluxos em que participassem no mínimo 500 migrantes. Assim, as diferenças na cor e na densidade de cada fluxo representam os intervalos segundo o tamanho dos fluxos acima de 500 migrantes, e as setas indicam a sua respectiva direção.

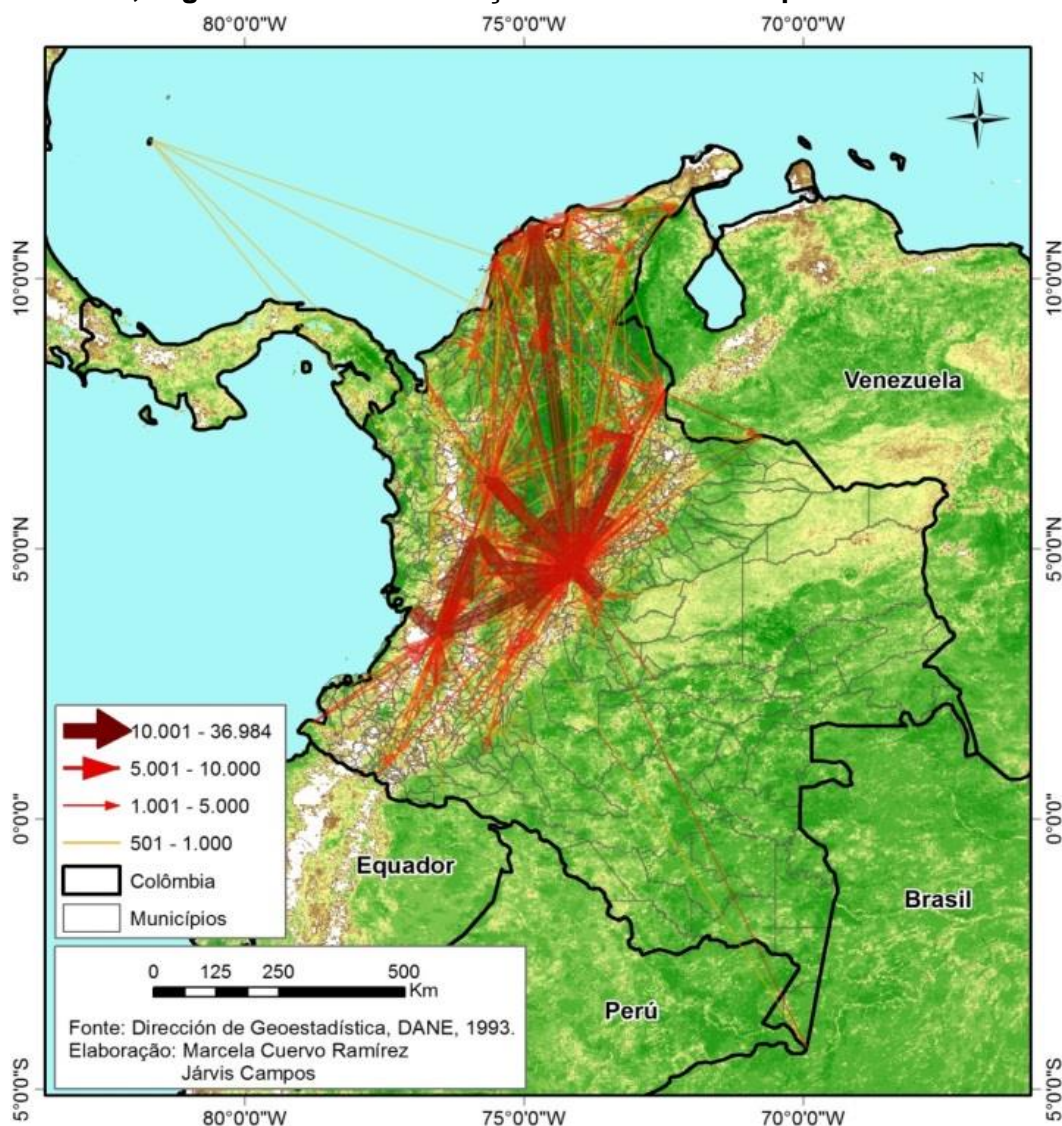
Os mapas 5.2 e 5.3 mostram claramente que as trocas populacionais no espaço colombiano se concentram na região andina e na região do caribe durante os dois períodos analisados. As linhas mais grossas, os fluxos mais frequentes, se apresentam justamente entre as principais cidades do país, que fazem parte das áreas metropolitanas e onde a população é majoritariamente urbana. Quer dizer, as trajetórias migratórias dominantes, consolidadas durante a segunda metade do século XX em função do processo de industrialização, prevalecem em começos deste novo século.

A confluência dos fluxos migratórios ao centro do país é incontestável. Não obstante, deve ser levado em consideração que nestes mapas não se observam claramente os

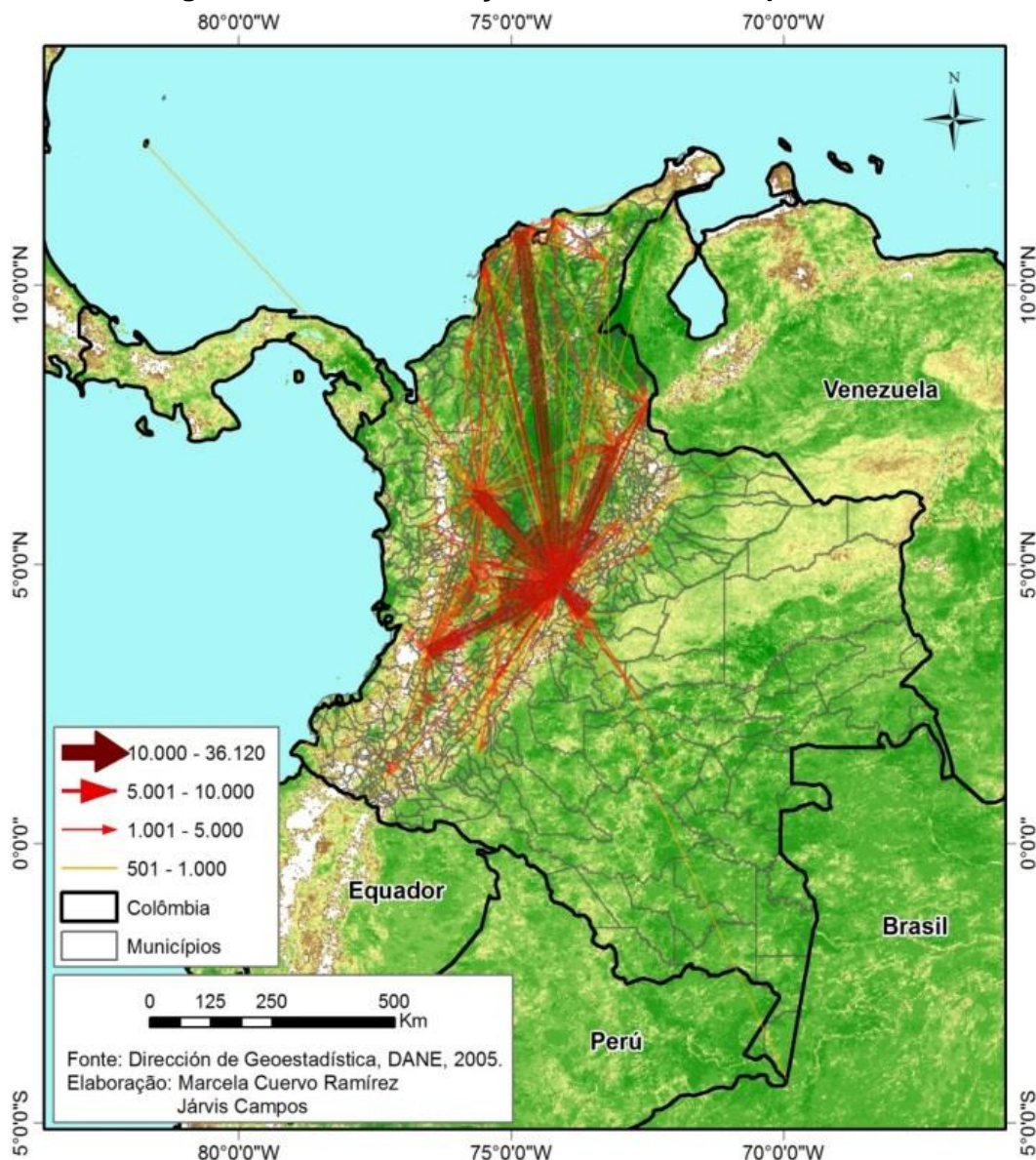
fluxos que confluem diferencialmente para os núcleos e para as periferias metropolitanas, como foi apresentado no mapa da seção anterior.

As diferenças da distribuição dos fluxos entre os dois períodos são sutis. Em primeiro lugar, a densidade dos fluxos diminui no período 2000-2005 com relação ao período 1988-1993, enquanto o volume da migração é menor. Observa-se também que alguns fluxos de densidade diferente desaparecem. As trocas migratórias que se registraram entre as ilhas de San Andrés e Providência e cidades do Caribe não se percebem mais no período 2000-2005. Isto não significa que tenham se esgotado as trocas migratórias entre as duas áreas, mas que o seu volume diminui a menos de 500 migrantes e, portanto, não alcançou a ser representado no mapa.

Mapa 5.2 Colômbia. Fluxos de migração interna em relação a uma data fixa anterior, segundo tamanho e direção na escala municipal. Censo de 1993.



Mapa 5.3 Colômbia. Fluxos de migração interna em relação a uma data fixa anterior, segundo tamanho e direção na escala municipal. Censo de 2005



Ainda que a aplicação deste software seja poderosamente útil para a análise da distribuição espacial dos fluxos migratórios, torna-se ineficiente quando a escala de desagregação diminui. O mais conveniente nestes casos é recorrer a métodos de análise multivariada, que permitem extrair, a partir de grandes conjuntos de dados, os conjuntos ou elementos mais representativos, significativos ou que explicam melhor relações complexas entre diferentes variáveis.

Assim, a fim de complementar a análise da distribuição espacial dos fluxos migratórios e de superar as restrições que envolveram esta primeira estratégia de espacialização, a seguir são apresentados os resultados da aplicação dos métodos de análise multivariada, a saber, a Análise Fatorial e a Análise de Componentes Principais.

A aplicação da Análise de Componentes Principais e da Análise Fatorial confirma a força concentradora de migrantes em todas as áreas metropolitanas e em algumas das cidades intermédias capitais de Departamento. Em termos da hierarquia, que supõe a ordem dos fatores estabelecidos com o método de Análise Fatorial, a Área Metropolitana de Bogotá ocupa o primeiro lugar nos dois períodos analisados.

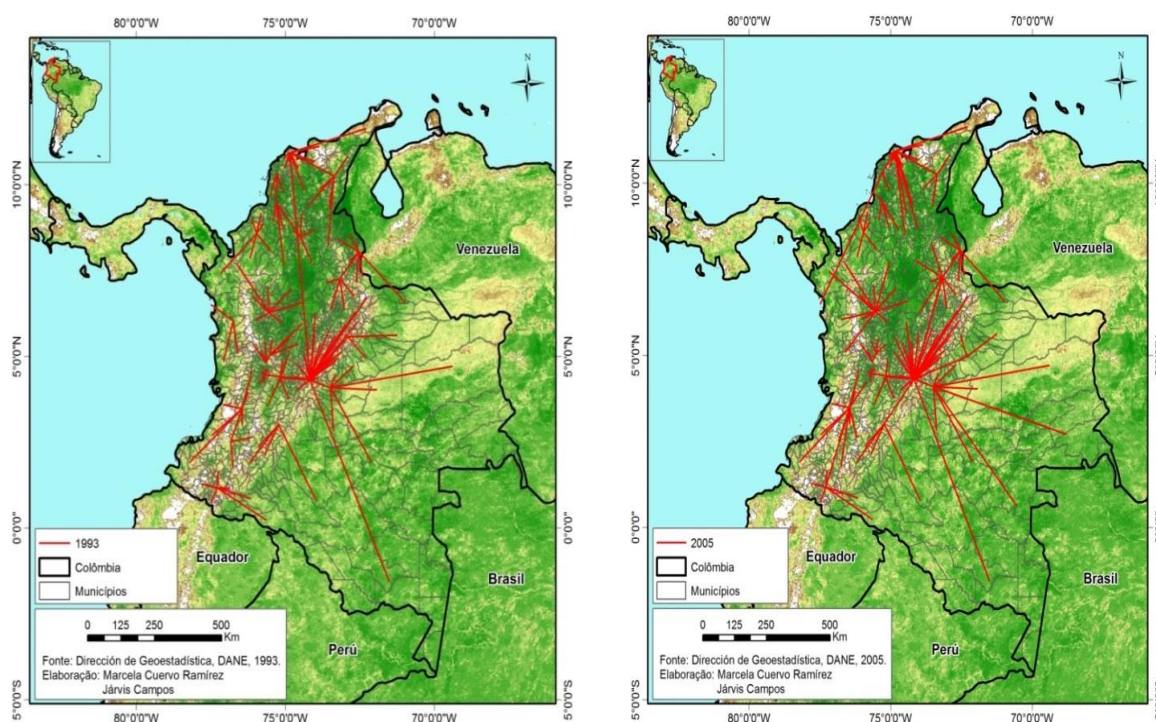
As diferenças do padrão migratório entre os dois períodos não parecem tão óbvias. Em primeiro lugar porque a maior densidade das trocas migratórias se conserva na Região Andina, onde se localizam as principais áreas metropolitanas, assim como a Região do Caribe.

Não obstante, a natureza da fragmentação espacial que determinou o sistema de povoamento colombiano se revela novamente. Observe-se que em todos os casos o sistema de trocas migratórias predominante acontece entre as cidades-núcleos e os municípios das suas respectivas áreas de influência. Inclusive para o sistema migratório da cidade-capital Bogotá e sua área metropolitana, a que se articula com as outras grandes regiões, a maior porcentagem das trocas migratórias acontecem com as províncias mais próximas.

Uma das principais mudanças do padrão migratório colombiano entre os dois períodos analisados reside na consolidação dos sistemas de trocas migratórias intrarregionais na primeira década do século XXI. Observe-se que no período 2000-2005, para cada um dos sistemas de trocas migratórias, os “raios de ação” aumentaram a sua densidade e o seu alcance. Isto parece estar relacionado com dois tipos de comportamento. Por um lado, o enfraquecimento de algumas áreas de influência migratória (que já não se registram no censo 2005) e em compensação, o fortalecimento e articulação de novos (possivelmente antigos) fluxos intrarregionais. Na região pacífica, por exemplo, desaparece do mapa de 2005 o único sistema migratório que se registrava a partir do censo de 1993, mas, ao mesmo tempo, observam-se novas trocas migratórias, que nascem na região pacífica e se articulam com Área Metropolitana de Medellín.

Por outro lado, os novos fluxos que registra o último censo apresentam duas características especiais: maiores distâncias entre origens e destinos e novas áreas migratórias de influência que acabam complementando os raios de ação para todos os sistemas migratórios. Este comportamento evidencia-se claramente no principal sistema migratório da região dos “LLanos Orientais” que tem como centro a cidade-capital conhecida como Villavicencio, a qual estabelece trocas migratórias, não apenas com as províncias do próprio Departamento do Meta, mas com a capital Bogotá, com as províncias da Orinoquia e da região da Amazônia (Mapas 5.4).

Mapa 5.4 Colômbia. Fluxos de migração interna com relação a uma data fixa anterior, segundo tamanho e direção, na escala municipal. Análise fatorial censos 1993 – 2005.



Mediante a aplicação das técnicas de análise multivariada, é possível enxergar que as trajetórias migratórias dominantes são essencialmente inter-regionais. Estas permanecem ocultas quando é considerado apenas o volume dos intercâmbios. Sob a perspectiva dos mapas do volume de fluxos, a capital Bogotá parece ser o único e maior epicentro para os migrantes no contexto nacional. Esta perspectiva, não obstante, é insuficiente para visibilizar que inclusive para a área de influência de Bogotá é maior a intensidade dos intercâmbios migratórios de ordem intrarregional.

5.4 Balanço de ganhos e perdas espaciais como resultado das trocas migratórias na escala de província

5.4.1 Comportamento das taxas de Imigração

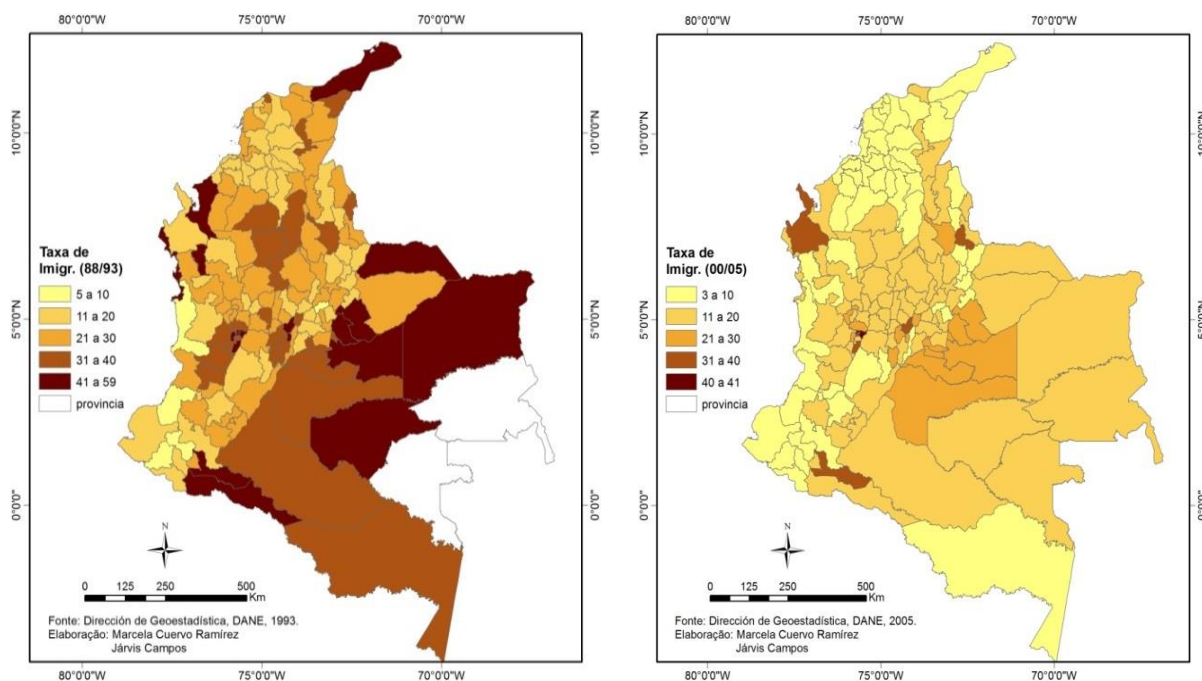
No período 1988-1993 a maior parte das microrregiões localizadas nas áreas de baixa densidade demográfica, da região dos “Llanos Orientais” e da Região Amazônica, assim como nas áreas da fronteira nos quatro extremos do país, na fronteira com Panamá, com a Venezuela (norte e sul oriente) e com Equador foram, aparentemente, receptores de importantes fluxos de migrantes, com taxas anuais que, inclusive, superavam 40 por mil. Isto, no entanto, seria de se esperar, pois nestes amplos territórios, com fraca presença do Estado, se consolidavam corredores-chave do narcotráfico, que aglutinavam

trabalhadores rurais, assim como integrantes dos grupos armados, sejam das FARC, os grupos de paramilitares e a presença das Forças Armadas do Estado.

As altas taxas revelam também problemas de omissão censitária que afetam a numeração da população e, com ela, o cálculo das taxas de migração. No mapa 5.5 as áreas em branco, correspondentes aos Departamentos de Vaupés e Guania, são excluídas da análise pelos problemas mencionados. Assim também, nos casos específicos da Península da Guajira, no extremo norte do país, e na região da Amazônia se apresentaram problemas de cobertura censitária (Mapas 5.5).

Ainda que as taxas de imigração fossem expressivas tanto nas áreas metropolitanas quanto nas áreas de fronteira, advertem-se sobre as restrições de comparação entre estes dois grupos de municípios, considerando-se as grandes diferenças nos tamanhos da população e os problemas de cobertura censitária. As áreas mais escuras, de cor marrom sobre as Cordilheiras dos Andes que apresentaram também taxas importantes de imigração, correspondem justamente às províncias das três principais áreas metropolitanas de Cali, Medellín e Bogotá, localizadas sobre os três ramos das cordilheiras, respectivamente (Cordilheiras Ocidental, Central e Oriental) e as províncias contíguas da região cafeeira.

Mapa 5.5 Colômbia. Taxas de imigração segundo data fixa na escala de província. Censos 1993 e 2005.



Por outro lado, as províncias que alcançaram as maiores taxas de imigração nesse período experimentavam a descoberta e a exploração do petróleo dos poços de Cusiana e Cupiagua, que converteram as províncias do Departamento do Casanare nos

principais produtores de petróleo da Colômbia (Florez, 1999). Essa fase de inauguração da indústria petroleira no final dos anos 80 e começo dos 90 configurava a região como um forte aglutinador de população, não somente de população masculina, de todos os cantos do país, mas, principalmente, das províncias próximas da cordilheira, nos Departamentos de Boyacá e Cundinamarca, de onde, um século atrás, também tinham chegado correntes migratórias.

Para o período 2000-2005 a magnitude das taxas de imigração diminuiu consideravelmente em todas as províncias do país com relação ao comportamento da imigração entre 1988-1993. O interessante agora é distinguir quais províncias e por quais razões apresentaram processos migratórios importantes que fazem com que as taxas de imigração sejam sobressalientes.

As únicas províncias do país que, para este período, experimentaram taxas de imigração média anual acima de 20 por cada mil pessoas, correspondem a três grupos de províncias muito distintas.

Sobressaem, novamente, as províncias do Casanare, toda a área que se estende ao sul oriente da Região dos “Llanos Orientales”, no departamento de Meta. Essas áreas se consolidaram desde décadas anteriores com as principais produtoras de gado e de petróleo, e nelas recentemente têm se desenvolvido processos produtivos agroindustriais para a produção de palma africana, entre outros (Suárez, 2007).

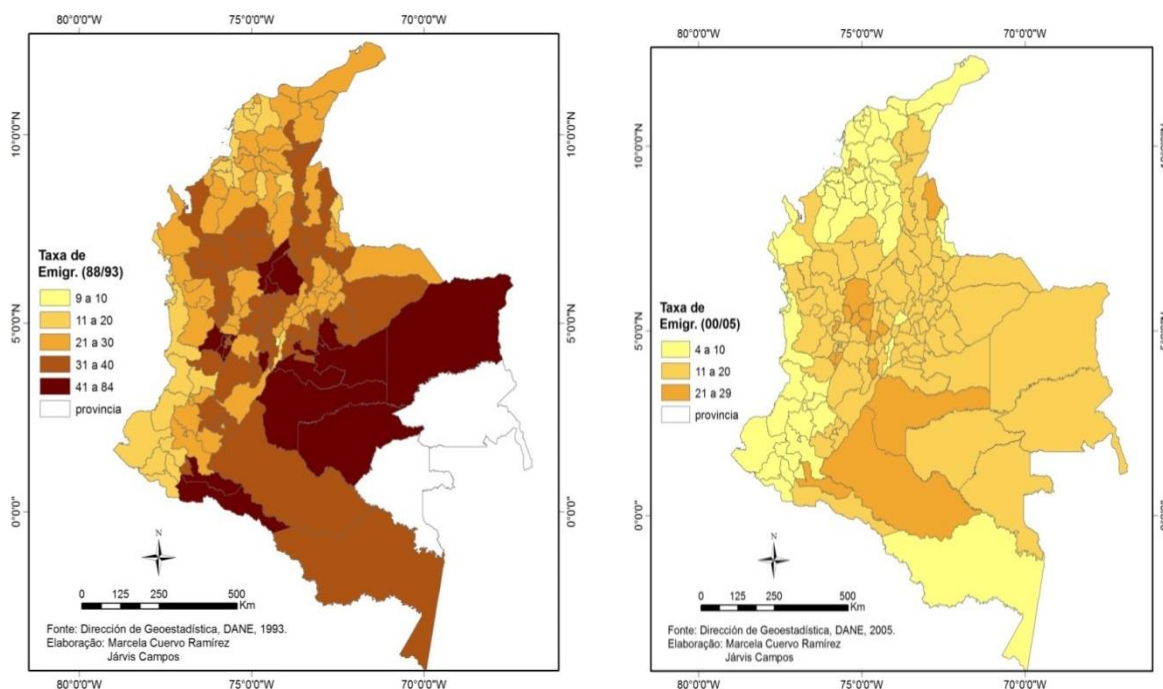
Outro grupo corresponde às províncias que circundam Bogotá e que integram sua Área Metropolitana, as quais apresentam dinâmicas econômicas e sociais diferenciadas. A primeira integra, de um lado, polos de crescimento industrial, e de outro, áreas de crescimento residencial da população de classe média e alta proveniente de Bogotá. A segunda tem consolidado a produção de flores para exportação, que provoca fluxos migratórios significativos de populações de estratos baixos, assim como de outras linhas de produção industrial. E a província de Soacha, também foco de produção industrial, mas preponderantemente onde se localizam populações de estratos baixos, entre eles, deslocados forçados de diferentes regiões do país (Dureau, 2000; Lulle, 2000). E novamente aparecem como províncias de expressiva imigração aquelas localizadas na região cafeeira, nos Departamentos de Quindío e Risaralda.

Assim como no período anterior, entre 2000 e 2005 sobressaem províncias com altas taxas de imigração em regiões fronteiriças internacionais. Em primeiro lugar, na fronteira com Panamá, conhecida como a província da “Selva del Darien”; na fronteira com a Venezuela; e na província do “Medio Putumayo” com o Equador.

5.4.2 Comportamento das taxas de Emigração

Frente ao comportamento da emigração, o primeiro aspecto a salientar é que algumas das províncias que apresentaram as maiores taxas de imigração correspondem às que mais expulsaram no período 1988-1993 (Mapa 5.6).

Mapa 5.6 Colômbia taxas de emigração segundo data fixa na escala de província. Censos 1993 e 2005.



A intensidade e volume da emigração foram menores entre 2000 e 2005. Das 146 províncias, apenas 52 experimentaram taxas de emigração inferiores a 10 por cada mil. O mapa de expulsão abrange praticamente todo o território nacional, mas as províncias com menores taxas concentram-se na região do Caribe e no sul ocidente do país. As maiores taxas de expulsão para este período foram registradas pelas províncias da região “Llanos Orientales”, da região amazônica e do oriente de Antioquia. Nestas províncias, a presença de grupos armados insurgentes era e continua sendo comum. Como se observa posteriormente, as áreas onde são mais intensas as taxas de emigração correspondem àquelas onde são mais intensas as taxas de deslocamento forçado.

5.4.3 Comportamento das taxas líquidas de migração

Do balanço de entradas e saídas de migrantes, tanto as províncias produtoras de petróleo, nos Departamento de Casanare e Arauca, quanto as circundantes à cidade de Bogotá e na região cafeeira tornaram-se fortemente ganhadoras para o período 1988 – 1993. Com menor intensidade, províncias do norte do país na região do Caribe também ganharam população. Cabe dizer novamente que a península da Guajira, no extremo norte do país, em limites com a Venezuela, apresentou problemas de cobertura censitária em 1993 que puderam afetar as taxas (Mapas 5.7).

Outras áreas Metropolitanas, diferentes das do interior andino como Bogotá e as áreas cafeeiras, também figuram como ganhadoras de população no quinquênio 1988-1993, entre elas, Barranquilla e Santa Marta no litoral do Caribe e a província de Cúcuta na fronteira com a Venezuela.

E finalmente chama fortemente a atenção as expressivas taxas líquidas de migração no litoral do mar Pacífico, nos limites com o Panamá, sobre o qual também se precisará indagar, assim como os ganhos de população nas províncias do Vale do Magdalena Meio, região de enorme complexidade, onde se sobrepõem a produção de petróleo, a produção de gado e a mineração de ouro, mas também a produção e tráfico de psicotrópicos e onde se mantém a presença de grupos armados insurgentes.

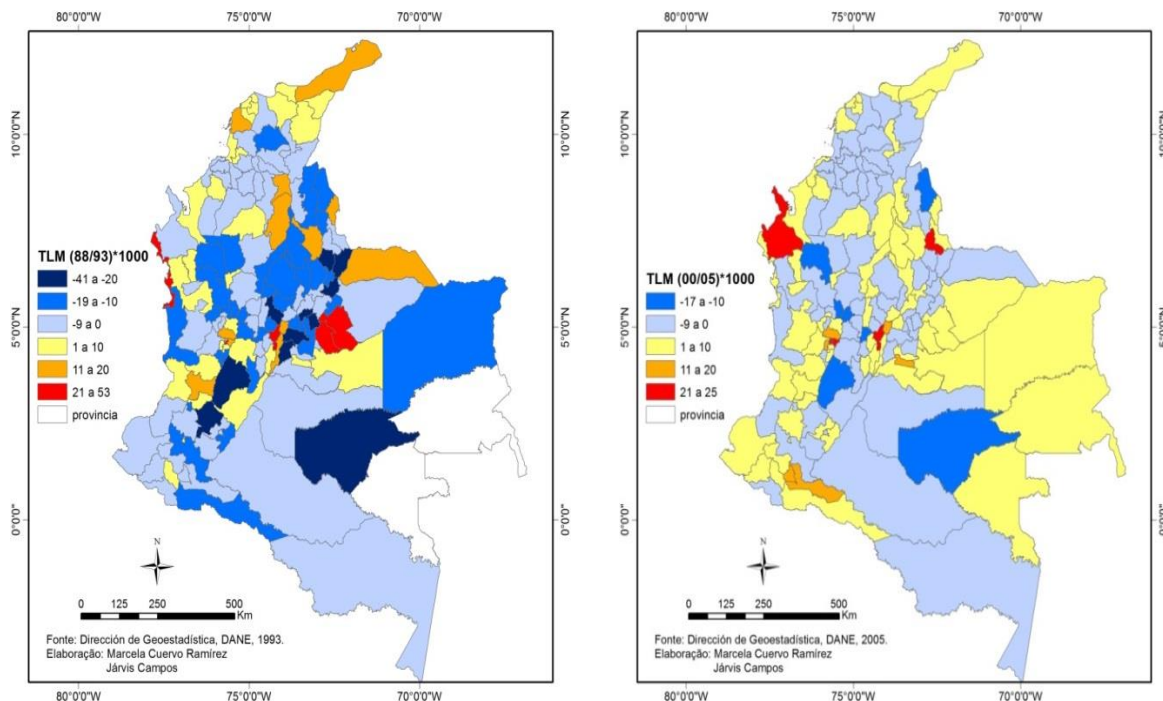
Em contraposição, em boa parte do território, as províncias experimentaram taxas líquidas de migração negativas no período 1988-1993. Províncias que desde décadas passadas se caracterizaram pela intensa densidade demográfica sobre as cordilheiras dos Andes, continuam sustentando os fluxos de emigrantes para as cidades capitais de departamento e para as principais áreas metropolitanas. Entre elas, as províncias dos departamentos de Boyacá e Cundinamarca, sobre a cordilheira oriental, que proveem de migrantes à Área Metropolitana de Bogotá e os corredores do petróleo nos “Llanos Orientales”, com taxas de emigração que oscilam entre -10 e – 20 por cada mil.

As províncias do oriente de Antioquia, de Caldas, Bolívar, Sucre, Chocó, de onde procedem os imigrantes, se instauram na Área Metropolitana de Medellín e em algumas cidades do Caribe, para as quais as taxas líquidas variam também entre -10 e -20 por mil.

Contudo, as maiores perdas por emigração experimentaram as províncias de tradição de expulsão sobre a Região Andina e províncias nas quais predominavam, no período, a ausência do Estado e a presença de grupos vinculados ao conflito armado,

particularmente no litoral do mar Pacífico, nas áreas de fronteira com o Equador, em um dos corredores fronteiriços com a Venezuela.¹⁵

Mapa 5.7 Colômbia - Taxas Líquidas de Migração segundo data fixa na escala de Província. Censos 1993 e 2005.



O comportamento das taxas líquidas de migração para o período 2000-2005 apresenta importantes contrastes com o período anterior. Províncias que experimentavam taxas líquidas de migração negativa se tornariam regiões de atração uma década depois. Em particular, as áreas de fronteiras internacionais com Panamá, Equador e a Venezuela.¹⁶

A região do Darien na fronteira com Panamá, que perdia população por migração, com taxas que oscilavam entre -1 e -10 por cada mil anualmente, registrou entre 2000 e 2005 taxas líquidas positivas superiores a 20 por cada mil habitantes. Esta região tem sido conhecida por fazer parte das áreas de refúgios de diversos grupos armados e por ser um dos principais corredores do narcotráfico. No caso da fronteira com o Equador e em províncias da região do sul do mar pacífico, que experimentaram taxas líquidas negativas, se tornariam também em regiões de atração populacional. E finalmente

¹⁵ A recente publicação: La frontera caliente entre Colombia y Venezuela (2012) confirma que diferentes pontos do cruzamento da fronteira entre a Colômbia e a Venezuela são áreas vinculadas às dinâmicas de conflito armado e crime organizado. Estatísticas do conflito contabilizam, por exemplo, uma média de 1 milhão de galões de combustível ilegal transportados a cada ano, a captura de dezenas de narcotraficantes, paramilitares e guerrilheiros, e perto de 30 mil homicídios na última década.

¹⁶ Não se desconsideram as dificuldades de cobertura do censo 2005, como já foi comentado, particularmente nas províncias da região da Orinoquia e da Amazônia no sul oriente do país.

províncias nos limites com a Venezuela, que antigamente expulsavam migrantes, converteram-se em áreas de atração.

Entre as províncias que mantiveram taxas líquidas positivas entre os dois períodos incluem-se: as Áreas Metropolitanas; as províncias de tradição extrativista e de mineração do petróleo, no oriente do país e nas planícies baixas da região conhecida como “Magdalena Medio”; e as áreas de produção cafeeira na cordilheira central.

Finalmente, a tendência à expulsão se conserva na maior parte das províncias que, já em 1993, registravam taxas líquidas de migração negativa: as províncias de tradição agrícola e de minifúndio das cordilheiras andinas; algumas localizadas nas planícies baixas da região caribe, com escassos desenvolvimentos produtivos; assim como aquelas que fazem parte das áreas das florestas tropicais, igualmente de escasso desenvolvimento e em condições de fragilidade estatal que facilitaram a presença de grupos à margem da lei.

5.4.4 O índice de eficácia migratória

O índice de eficácia migratória, que mede os ganhos demográficos como resultado do comportamento dos eventos migratórios, independentemente do volume da população, conforma um indicador de valiosa utilidade para complementar a análise do padrão migratório. Na medida em que o indicador não envolve os problemas inerentes da população base, pode ser um referencial de comparação frente ao comportamento das taxas de migração.

O primeiro aspecto a salientar é que entre todas as províncias, a única que apresentou ganhos demográficos superiores a 70%, derivados da migração total e durante os dois períodos de análise, foi a província de Soacha, que faz parte da Área Metropolitana de Bogotá e concentra, fundamentalmente, população de estratos baixos procedentes de diversos lugares do país, entre eles, população deslocada (Mapas 5.8).

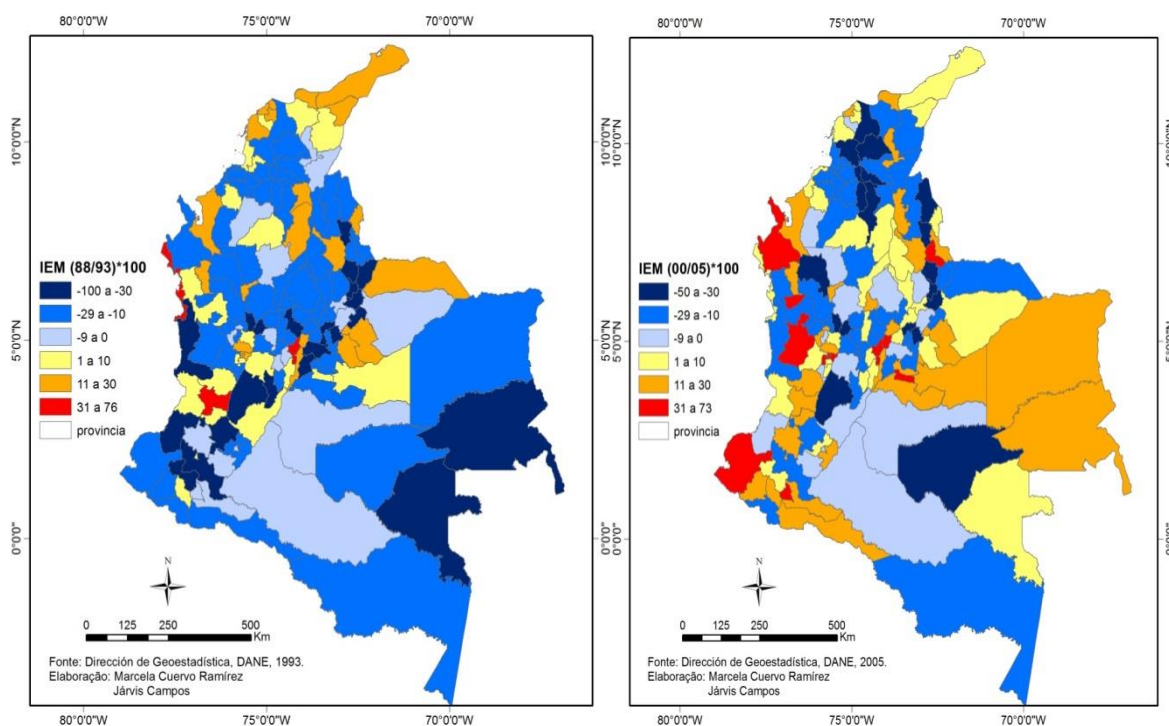
Entre 1988 e 1993 apenas quatro províncias perceberam ganhos demográficos superiores a 30% por conta do volume das imigrações. Soacha, a que mais se destacou, e outras províncias circundantes a cidades de Cali e Bogotá, com ganhos demográficos próximos de 30%. No extremo norte ocidental do país, na fronteira com Panamá, se registra a quarta província que atingiu uma eficácia migratória próxima de 50%. Se comparado com as taxas de imigração, esta mesma província localiza-se entre o conjunto de províncias com as maiores taxas de imigração.

No período 2000-2005 aumentou o número de províncias com ganhos importantes de imigrantes derivados das trocas migratórias. No extremo sul ocidente do país, nas

florestas tropicais em fronteira com o Equador sobressaem, agora, outras províncias que se favorecem com a maior porcentagem de imigrantes derivados do volume das suas respectivas migrações, as províncias da Costa de Nariño e do alto Putumayo, para as quais o índice de eficácia migratória foi superior a 40%.

Por outro lado, a análise do comportamento das províncias da parte central da Amazônia colombiana precisa ser corroborada em fontes secundárias e em literatura recente. Em princípio, se pressupunham restrições censitárias de cobertura que alterariam as taxas migratórias, as quais sobressaem como de alta expulsão e de alta imigração no período 1988-1993. Os dados do Censo 2005 revelam um comportamento singular, que evidencia novamente um volume significativo da migração total, mas explicado pela alta emigração.¹⁷

Mapa 5.8 - Colômbia. Índice de eficácia migratória. Censos 1993 e 2005.



O índice de eficácia migratória permite divisar dinâmicas migratórias em áreas que historicamente não têm se beneficiado dos processos de desenvolvimento concentrados principalmente nas regiões andina e do caribe. Chama poderosamente a atenção o comportamento deste índice nas áreas de fronteiras internacionais sobre as quais se têm

¹⁷ Este território corresponde à reconhecida “*área de distención o de despeje*” que, durante o período de governo de Andrés Pastrana (1999 - 2002) o Estado concedeu às FARC, como parte dos acordos de “uma paz negociada”, mas que acabou em frustração para o país. Um território de mais de 40.000 km, que seria o cenário das negociações de paz, a guerrilha utilizou como base para ações subversivas e lugar de retenção de sequestrados.

informações, de outras fontes, de que elas conformam corredores-chave do narcotráfico aos quais estão vinculados grupos à margem da lei (García & Espinosa, 2011; Ávilla, 2012).

Árias (2012) sustenta que uma das explicações da prosperidade do narcotráfico na Colômbia está nas fronteiras não controladas pelo Estado. A coincidência de altas taxas de imigração, emigração e o ganho demográfico como consequência das trocas migratórias nas áreas de fronteira, que revelam os dados censitários, sugerem mais do que novos investimentos para agricultura e a mineração, como fontes de atração de trabalhadores. O caso mais impressionante são as províncias na fronteira com Panamá, nos departamentos do Chocó e de Antioquia, as quais registram uma eficácia migratória próxima de 60%, a segunda maior depois de Soacha. Estas províncias ocupam uma das florestas tropicais mais densas e úmidas do mundo, está atravessada por rios caudalosos que levam ao mar pacífico ao longo de milhares de quilômetros sem portos nem vias de comunicação (García & Espinosa, 2011).

Pesquisas em profundidade serão necessárias para conhecer os fatores que explicam estes ganhos e que permitam superar a hipótese de que, nestes territórios fronteiriços internacionais, imersos nas dificuldades que revestem as áreas das florestas tropicais, se encontram as condições ideais para resguardar grupos ilegais, vinculados ao negócio do narcotráfico, os quais acabam gerando intensos movimentos migratórios.

5.4.5 Comportamento da expulsão forçada

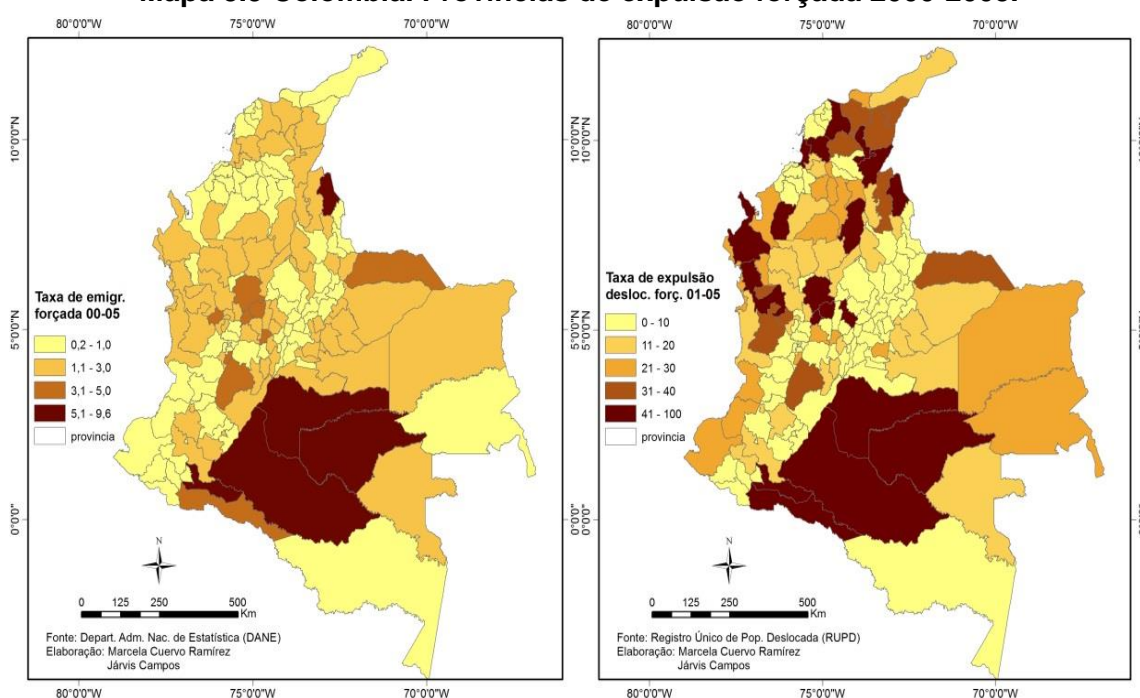
A expulsão forçada faz referência, tanto às Taxas de Emigração Forçada (TEF), calculadas a partir do Censo 2005 dos migrantes que declararam ter emigrado para outro município, no ano 2000, por que a sua vida corria perigo no município de origem, quanto às Taxas de Deslocamento Forçado (TDF), dos deslocados que fugiram de suas casas, que tenham ou não saído do próprio município e que, autonomamente, se registraram no Sistema Único de População Deslocada, administrada pela Rede Nacional de Informação da Unidade de Vítimas do Conflito Armado (RUPD-RNI) entre 2001-2005.

Como foi esclarecido no capítulo metodológico sob o conceito de migração, que considera como migrantes aqueles que mudam de residência, mas que tenham cruzado limites político-administrativos, o Censo 2005 não mede os possíveis deslocados forçados que mudaram de residência dentro do mesmo município. Isto faz com que o volume da migração forçada seja consideravelmente inferior ao volume de deslocados que registra a fonte oficial RUPD-RNI, o que repercute no cálculo das taxas, na medida em que, com a segunda fonte, é maior a população em risco.

A partir da comparação das taxas, o primeiro aspecto a salientar é que a geografia da expulsão forçada que registra as duas fontes é correspondente. Pela natureza das fontes, a intensidade da expulsão na escala de província é diferente, mas não a sua localização (Mapas 5.9).

As duas fontes de informação revelam que existem províncias para as quais as taxas de expulsão forçada é mais intensa e que elas se distribuem em diferentes áreas do país. As duas fontes confirmam que perto de 95% dos municípios do país experimentaram algum grau de expulsão forçada. As áreas de menor incidência de expulsão forçada se apresentaram em algumas províncias da região andina, o que também confirmam as duas fontes.

Mapa 5.9 Colômbia. Províncias de expulsão forçada 2000-2005.



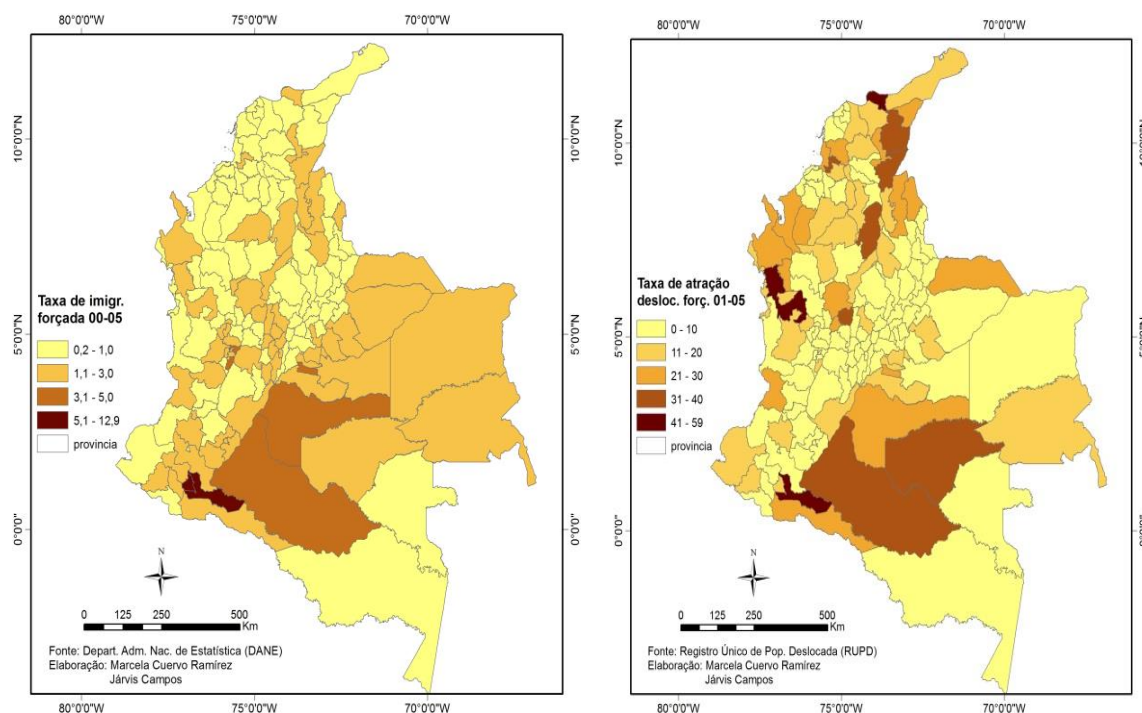
As províncias com maior intensidade de expulsão localizam-se: na região das florestas amazônicas no sul ocidente do país, mais exatamente naquelas províncias próximas às fronteiras com o Equador; nas províncias localizadas nas florestas tropicais da região pacífica no extremo ocidental do país, principalmente na área que limita com Panamá; nos três corredores fronteiriços com a Venezuela, os quais diferencialmente fazem parte da região da orinoquia, da região andina e da região caribe; e nas planícies baixas do sul oriente do Departamento de Antioquia. Estas regiões se registram como expulsoras de deslocados forçados para as duas fontes.¹⁸

¹⁸ Em futuras pesquisas pretende-se aprofundar na análise sobre a relação entre as áreas de atração e expulsão no nível dos municípios. Uma primeira tentativa se apresenta no Anexo 5.

5.4.6 Comportamento das taxas de deslocamento forçado

A geografia das taxas de imigração de deslocados forçados indica igualmente as áreas onde é mais intensa a sua recepção (Mapas 5.10). Mediante as duas fontes, verifica-se que as áreas de expulsão correspondem em grande medida às áreas de atração dos deslocados. Quanto ao número de municípios que participam como receptores diminui para 1019: isto corresponde a 90% dos municípios, segundo a fonte oficial RUPD.

Mapa 5.10 Colômbia. Províncias de atração forçada 2000-2005.



O agrupamento dos municípios em microrregiões torna-se muito útil para entender também o padrão do deslocamento forçado. As províncias de atração de deslocados que revela o Censo 2005 permitem verificar que uma parcela dos deslocados migra para municípios da sua própria província, possivelmente os polos de atração secundários, que em vários casos correspondem às capitais dos Departamentos. Isto por sua vez permite verificar que nem todos os deslocados se concentram na capital do país, mas nas capitais ou nos polos de atração intrarregional.

6. COMPOSIÇÃO E SELETIVIDADE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

Lee (1966) propõe uma discussão sistemática sobre a questão da seletividade nos processos migratórios. Ele advertiu que existe um conjunto de fatores que interferem no processo migratório, os quais correspondem diferencialmente aos lugares de origem, aos lugares de destino e às características dos migrantes, que fazem com que a migração não apenas aconteça, mas que determinem sua direção, expansão e composição.

A direção dos fluxos migratórios estaria mediada pelas similaridades ou diferenças entre os polos de origem e destino, as condições econômicas e por outros obstáculos que ele denomina como obstáculos intervenientes. A expansão ou contração dos fluxos estaria determinada pelo volume de população no lugar de origem e destino, as condições econômicas das regiões, as suas flutuações econômicas e também por outros obstáculos. A composição estaria determinada tanto pelo grau de seletividade que envolve diferencialmente o conjunto dos fatores anteriores, que Lee estabelece como “seletividade bimodal”, quanto por características dos migrantes, de ordem biológica como o sexo e o momento do seu ciclo de vida, pelas suas possibilidades econômicas, assim como por atributos pessoais relativos ao caráter e inteligência, o que conjuntamente determinaria a tipologia dos migrantes.

Contudo, Lee estabelece que a migração é essencialmente um processo seletivo. Assim, os migrantes que respondem primeiramente aos fatores de atração no destino tendem a ser positivamente selecionados, e os que respondem primeiramente aos fatores de “fraqueza” nos lugares de origem tendem a ser negativamente selecionados. Nessa perspectiva, o paradoxo da migração é que emigram possivelmente as pessoas mais competentes com relação ao lugar de origem e, portanto, tende a diminuir a “qualidade” da população nos dois lados, tanto na origem quanto no destino (Lee, 1966).

A partir dessa orientação, os atributos estudados dos migrantes para esta tese foram o sexo, a idade e nível educacional. A análise da composição dos migrantes segundo o nível educacional restringiu-se aos migrantes acima de 24 anos de idade, levando em consideração que nessa idade, grande parte das pessoas já poderia ter cursado e aprovado em todos os níveis de ensino, ou pelo menos até o máximo grau dentro da escala convencional de educação formal. Esta marca de classe tem sido utilizada em outros estudos empíricos que se tomam também como referencial para este estudo, particularmente o trabalho de Rigotti (2006).

Para a análise da composição, se estabeleceram três agrupações: a educação de nível baixo, que inclui tanto as pessoas acima de 25 anos, que não cursaram a escola, até aquelas que apenas completaram o ensino básico; a agrupação do nível médio, que inclui as pessoas que contavam com o mínimo grau de formação no ensino médio, ainda que não tivessem ingressado no nível superior; e finalmente, o grupo de alta escolaridade, referente àqueles que atingiram um grau de formação do nível superior, ainda que estejam cursando ou não programas de mestrado ou doutorado.

6.1 Composição das migrações internas nos quinquênios 1988-1993 e 2000-2005

6.1.1 Composição por idade e sexo das migrações voluntárias

O padrão migratório colombiano de final do século XX e começos do século XXI foi dominado por jovens e adultos e, principalmente, por mulheres nas suas idades produtivas. No quinquênio 1988-1993, a composição dos migrantes segundo o sexo foi de 47,7% para os homens e de 52,3% para as mulheres. No quinquênio 2000-2005 a composição mudou ligeiramente: para os homens aumentou a 48,3% e diminuiu para as mulheres a 51,7%.

Precisa ser colocado que não se desconhecem duas situações que podem ter afetado as tendências da migração interna em termos da composição e da seletividade: as restrições de cobertura dos censos e a situação de conflito armado. Como já foi esclarecido, o grau de cobertura dos censos de forma geral pode ter afetado, em alguma mínima medida, a contabilização de homens e mulheres. Não obstante, os maiores impactos podem se apresentar nos municípios onde o conflito armado tem sido mais agudo, justamente nas áreas de baixa densidade nas regiões das Florestas Tropicais da Amazônia e do Pacífico, onde também a cobertura censitária foi relativamente baixa.

As repercussões das duas situações, conflito e baixa cobertura, puderam recair particularmente em uma menor contabilização de população masculina, na medida que (auto) omissão é maior, ou seja, porque os homens estão mais diretamente vinculados aos eventos do conflito e, portanto, sofrem diretamente as consequências. Em decorrência, podem existir casos nos quais se apresentou uma maior representação de população feminina, afetando os indicadores de composição e de seletividade na escala local.

Levando-se em consideração tanto os fatores econômicos e sociais envolvidos nos processos migratórios, quanto as mudanças demográficas da população colombiana durante toda a década de 1990 e a primeira metade da década de 2000, se esperaria que a composição demográfica dos migrantes apresentasse também variações. Durante

aproximadamente quinze anos que separam os períodos de análise, se incrementou o volume da população no país, de 35 milhões a 43 milhões; diminuiu a taxa de fecundidade de 3,34 a 2,6; diminuiu a taxa de mortalidade infantil de 43,2 a 24,4; e conseqüentemente, aumentou a esperança de vida total de 67,99 a 72,56 anos. De modo que a idade média da população aumentou de 22,23 a 25,35 (DANE, 2005).

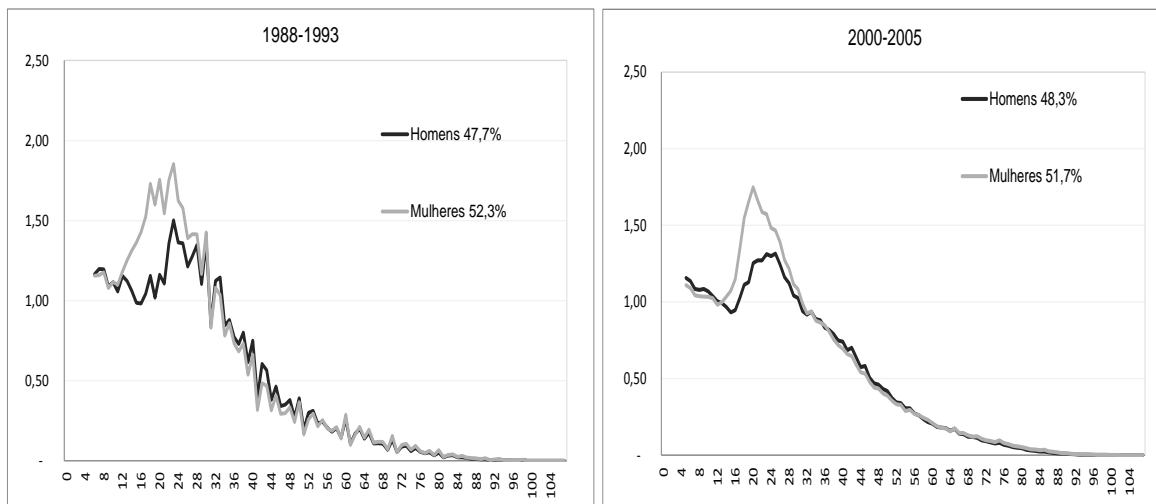
A partir das informações censitárias foi possível estabelecer que a idade média da migração aumentou entre os dois períodos analisados de 26,97 para 28,5. De forma congruente, a participação porcentual dos migrantes com menos de 17 anos diminuiu entre os dois períodos de 30,32% para 27,45%, mas a participação de população adulta, entre 18 e 59 anos, aumentou 2,5 pontos percentuais de 64,64% a 67,06%. Foi menor a variação da participação porcentual dos migrantes com idades acima de 60 anos, que aumentou de 5,04 a 5,48%.

Em termos da composição por idade e sexo e as suas variações no padrão, observa-se que existem duas fases etárias de “feminização” da migração. A primeira fase começa nas idades jovens próximas dos dez anos, aumenta progressivamente até alcançar um nível máximo, e cai novamente até se estabilizar nas idades adultas acima dos 30 anos. A segunda fase começa nas idades adultas acima dos 60. Desde esta idade, a participação das mulheres se mantém superior até o final da idade.

A “feminização” da migração para o grupo de migrantes do quinquênio 1988-1993 começou aos 10 anos, com uma relação de masculinidade próxima à unidade de 0,99, aumentou progressivamente até alcançar o máximo na idade de 19, onde a relação de masculinidade foi de 0,63 e se estabilizou à idade de 30 anos, onde a relação de masculinidade se aproximou a 1,02.

Para o grupo de migrantes do quinquênio 2000-2005 a maior representação de mulheres migrantes começou mais tardiamente em relação ao grupo anterior, aos 13 anos, e alcançou seu nível máximo aos 19, onde a relação de masculinidade foi de 0,68. A idade de início da segunda fase foi também diferencial para os períodos analisados. Para os migrantes do primeiro período analisado, a segunda fase da “feminização” da migração começou em 63 anos e para o segundo em 65. O gráfico 6.1 permite observar claramente os aspectos de composição por idade e sexo da população migrante.

Gráfico 6.1 A Colômbia. Estrutura por idade e sexo dos migrantes de data fixa segundo os Censos de 1993 e de 2005.



Fonte de dados básicos: Censos de 1993 e 2005. Elaboração própria.

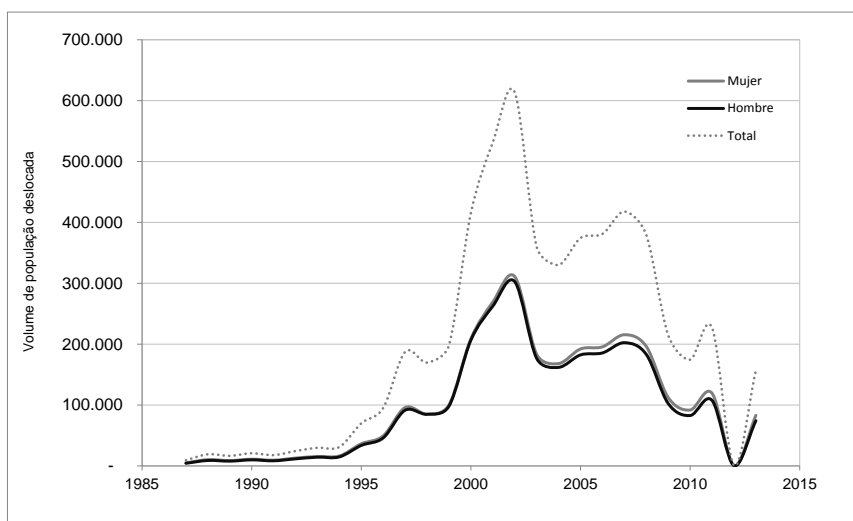
O nível educacional melhorou para toda a população, o que qualificou os fluxos migratórios entre os dois períodos analisados. No primeiro período, 1988-1993, apenas 22,4% dos migrantes tinham alcançado o nível de educação média e alta, entre 2000-2005 ascendeu para perto de 30%.

6.1.2 Composição por idade e sexo das migrações forçadas

No caso das migrações voluntárias, de uma forma muito geral e levando em consideração os pressupostos teóricos do modelo de equilíbrio, uma primeira leitura sobre a maior participação das mulheres nos fluxos migratórios é que elas emigram dos seus lugares de origem em busca de novas oportunidades educacionais e laborais. Desta forma, a “feminização” por sua vez sugere certo grau de autonomia e de condições materiais que a sociedade propicia às mulheres para o seu próprio desenvolvimento. No caso da migração forçada, a leitura deve levar em consideração a condição do fato involuntário. Em condições de conflito armado, a maior presença de mulheres deslocadas não evoca precisamente a ideia de autonomia, mas de maior vulnerabilidade.

O Sistema de Registro Único de População Deslocada RUPD, administrado pela RNI, permite observar que no deslocamento forçado tem sido historicamente maior a participação das mulheres (Gráfico 6.2). Segundo esta fonte de informação, no quinquênio 1988-1993 a participação porcentual de homens foi de 47,08% e de mulheres de 52,91%, muito próxima da composição que se observou para os migrantes voluntários no mesmo período, a partir do Censo de 1993.

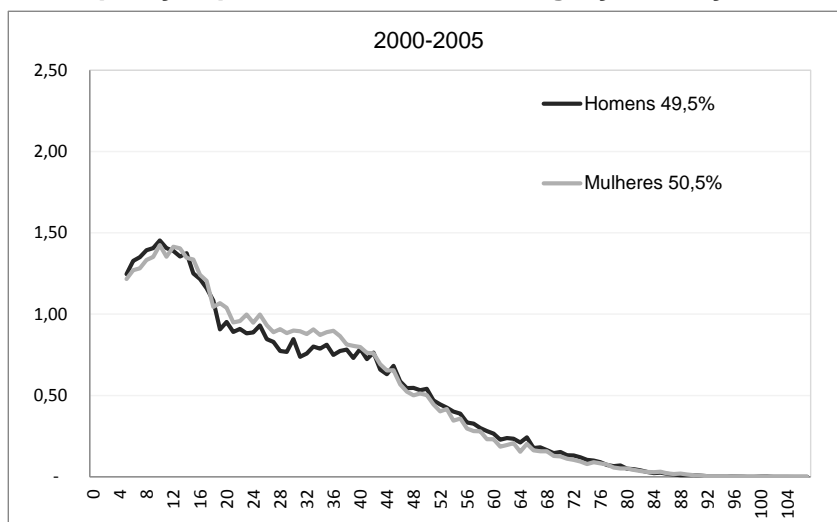
Gráfico 6.2 Volume do deslocamento forçado na Colômbia desde 1987 a 2014 para homens e mulheres.



Fonte de dados básicos: Sistema Único de População Deslocada da Rede Nacional.

Para o período 2000-2005, segundo a fonte RUPD-RNI, a composição dos fluxos migratórios foi de 49,10% para os homens e de 50,89% para as mulheres. Nesse período, a diminuição da participação das mulheres no deslocamento forçado seguiu a tendência das migrações voluntárias. O Censo 2005, que permite identificar dentro dos migrantes aqueles que saíram das suas residências em condição forçada, confirma não apenas a diminuição da participação das mulheres nas migrações forçadas no período, como a proximidade com a participação porcentual que revela a fonte oficial do deslocamento RUPD-RNI. A composição das migrações forçadas segundo o censo foi de 49,15% homens e 50,85% mulheres. As diferenças registram-se na estrutura etária das migrações forçadas frente às das migrações voluntárias (Gráfico 6.3).

Gráfico 6.3 Composição por idade e sexo das migrações forçadas na Colômbia.



Fonte de dados básicos: Censo DANE de 2005.

Os migrantes que saíram em condição forçada e que foram identificados no Censo 2005 foram, em média, mais jovens que os migrantes voluntários, com uma idade média de 27,19 anos. Enquanto para os migrantes voluntários no quinquênio 2000-2005 a participação de crianças e jovens entre 5 e 17 anos foi de 27,45% para os migrantes forçados foi de 31,31%. Na mesma relação, foi maior a participação de população acima de 60 anos com 7,09% e menor a participação porcentual dos jovens e adultos em idades produtivas, entre 18 e 59 anos, com 51,32%, muito inferior, comparada com a que apresentaram os restantes migrantes.

Deve ser salientado também que a participação das mulheres nas migrações forçadas não apenas começa mais cedo, na idade de 12 anos, mas termina mais tarde, na idade de 44 anos. Desde esse momento se observam oscilações ano após ano na relação de masculinidade, mas em geral predomina a participação feminina.

As tabelas 6.1 e 6.2 resumem os indicadores de composição para cada um dos períodos e inclui informações sobre o nível educacional dos migrantes, o que será analisado na seção seguinte. Aclara-se, que os indicadores calculados para as migrações forçadas foram construídos a partir da fonte do Censo 2005, graças à disponibilidade das informações.

Tabela 6.1 Colômbia. Padrão migratório segundo causa, escala e composição por idade, sexo e nível educacional, quinquênio 1988 – 1993.

Causa e escala da migração	Volume de migrantes	Composição da migração por idade e sexo						Escolaridade Migrantes >= 25 em 1993		
		Homens (%)	Mulheres (%)	Idade meia	Infantil e juvenil (5-17) %	Adulta (18 - 59) %	Ad Maior (60 e +) %	Baixa	Meia	Alta
Migração Voluntaria										
Migração Interna (1)	4.161.862	47,74	52,26	26,97	30,32	64,64	5,04	52,3	34,1	11,8
Migração Internacional (2)	783.496									
Migração Forçada										
Deslocamento forçado (3)	108.950	47,44	52,56	31,80	31,52	57,60	9,13			
Refugiados internacionais (4)	2.178									
Total migrantes	5.056.486									

Fontes de informação:

(1) DANE, Censo 1993.

(2) DANE, Estimaciones migración internacional, 2007.

(3) Rede Nacional de Informação RNI sobre Víctimas do conflito armado na Colômbia.

(4) Agência de Refugiados para as Nações Unidas – ACNUR.

(a) A estrutura etária para os migrantes internos corresponde aos migrantes maiores de cinco anos de idade.

(b) A escolaridade dos deslocados forçados corresponde aos deslocados detectados a partir do Censo 2005.

Tabela 6.2 Colômbia. Padrão migratório segundo causa, escala e composição por idade, sexo e nível educacional, quinquênio 2000 - 2005

Causa e escala da migração	Volume de migrantes	Composição da migração por idade e sexo em 2005						Escolaridade Migrantes >= 25 em 2005		
		Homens (%)	Mulheres (%)	Idade meia	Infantil e juvenil (5-17) %	Pop Adulta (15 - 65) %	Pop Ad Maior (60 e +) %	Baixa	Meia	Alta
Migração Voluntária										
Migração Interna (1)	2.666.142	48,29	51,71	28,50	27,45	67,06	5,48	41,9	43,1	15,1
Migração Internacional (2)	883.420									
Migração Forçada										
Migrantes forçados (3)	2.208.920	49,15	50,85	27,19	30,31	51,32	7,09	63,8	30,2	6,0
Refugiados internacionais (4)	145.655									
Total migrantes	5.904.137									

Fontes de informação:

(1) DANE, Censos 2005.

(2) DANE, Estimaciones migración internacional, 2007.

(3) Censo 2005

4) Agência de Refugiados para as Nações Unidas – ACNUR.

(a) A estrutura etária para os migrantes internos corresponde aos migrantes maiores de cinco anos de idade.

(b) A escolaridade dos deslocados forçados corresponde aos deslocados detectados a partir do Censo 2005.

Quanto à composição dos refugiados internacionais de origem colombiana segundo o sexo, as séries de registro do ACNUR (2014) disponíveis a partir de 2000 revelam variações na composição ano após ano. No quinquênio 2000-2005 a composição em média foi de 45,56% homens e 54,44% mulheres, uma participação feminina muito acima das tendências que apresentam os migrantes e os deslocados forçados. As informações por idade que o ACNUR reporta para a Colômbia apresentam algumas omissões que impedem calcular os diferentes indicadores.

6.2 Seletividade dos migrantes em função das causas e das trajetórias migratórias internas

As tabelas/resumo acima apresentadas permitem observar que o nível de escolaridade dos migrantes em forma geral aumentou entre os dois períodos analisados. Pela natureza das fontes de informação não é possível detectar se essa maior escolaridade foi adquirida nos lugares de origem ou nos lugares de destino. Observe-se que, em média, o estoque dos migrantes era mais qualificado no lugar de destino no segundo período 2000-2005, mas não seria apropriado dizer que os fluxos se qualificaram para o que são necessárias pesquisas complementares.

O que é incontestável é que a parcela de migrantes que mudou de residência em condição forçada apresenta um nível de escolaridade majoritariamente baixo, em comparação com os migrantes voluntários. Essa característica pode se apresentar como uma contraevidência frente aos postulados teóricos de Lee (1966), enquanto os atributos

que se espera devem ter os potenciais migrantes para que respondam positivamente aos fatores de atração nos lugares de destino.

Uma das hipóteses que surgem deste estudo frente ao padrão migratório colombiano é que, em condições de conflito armado, aqueles migrantes que foram expulsos de maneira forçada, intrinsecamente terão menor nível de qualificação, pelo fato de proceder de lugares onde as possibilidades de desenvolvimento são restritas. Paradoxalmente, estes emigrantes terão maiores dificuldades para concorrer com os residentes nos lugares de destino, pelo que demorariam um tempo maior para melhorar o seu nível de vida.

A outra hipótese que se propõe é que os migrantes voluntários que também procedem de lugares onde as condições para o desenvolvimento são restritas, sejam ou não áreas de conflito armado, estarão em condições similares às do deslocado forçado no local de destino. Quer dizer, também se encontraram em condição desvantajosa frente aos residentes no destino para concorrer, ascender socialmente e para melhorar a sua condição de vida. Para avançar na resolução desta hipótese, uma análise que pode ser adiantada é verificar se existe seletividade dos migrantes segundo as trajetórias migratórias.

Nesta seção articulam-se de maneira sucinta grande parte das informações abordadas ao longo desta tese, a fim de revisar o padrão migratório colombiano, até agora decifrado, mas incorporando as variáveis de composição e de seletividade. Integra-se finalmente uma nova aplicação dos métodos estatísticos de análise multivariada para identificar as regularidades espaciais que surgem em função da seletividade.

As tabelas 6.3 e 6.4 apresentam, de forma desagregada, as trajetórias migratórias que integram o padrão de migração interna para os períodos compreendidos entre 1988-1993 e 2000-2005. A informação está organizada a fim de dimensionar como vão mudando o volume dos migrantes e a sua participação percentual, segundo as trajetórias dominantes e secundárias e a causa da migração, e levando em consideração, adicionalmente, os aspectos de composição e seletividade.

O primeiro aspecto que deve ser salientado é que, com exceção dos fluxos que conduzem para os municípios com predominância rural, em todas as trajetórias a participação percentual das mulheres foi maior, tanto para a migração entre 1988-1993 quanto para a migração entre 2000-2005. Com exceção, novamente, dos fluxos que conduzem aos municípios rurais, em todos os casos diminuiu a participação das mulheres entre os dois períodos. Confirma-se que predomina a presença feminina, ainda que a sua tendência diminua.

Em termos da composição etária, os fluxos nos quais participaram migrantes mais jovens correspondem àqueles que conduzem para os municípios rurais, com uma idade média de 26,50, no primeiro período e de 27,70, no segundo, em contraposição aos migrantes que participaram nos fluxos que se originam nos núcleos para as áreas metropolitanas, que apresentam a idade média mais alta, de 30,2 no período 2000-2005. A idade média dos migrantes aumentou para todas as trajetórias. Confirma-se assim uma leve tendência ao envelhecimento da população migrante.

E finalmente, de maneira congruente com o aspecto anterior, os fluxos com maior participação seletiva de população adulta, correspondem àqueles que conduzem às áreas metropolitanas, principalmente os que se originam das cidades núcleo, para os quais a participação foi de 74,88%, segundo o censo 2005.

Tabela 6.3 Colômbia. Padrão de migração interna segundo trajetória migratória e composição por idade, sexo e nível educacional, quinquênio 1988 – 1993.

Trajetória migratória	Volume migrantes quinquenio 1988 - 1993		Estrutura da migração por idade e sexo em 1993 Migrantes >= 5						Nível de Escolaridade >= 25 em 2005		
	Total imigrantes	Participação dos Imigrantes frente ao total %	Homens (%)	Mulheres (%)	Idade média	Infantil (5-17) %	Adulta (18 - 59) %	Adulto Maior (60 e +) %	Baixa	Meia	Alta
Todas as trajetórias	4.161.864	100,00	47,70	52,30	26,97	30,32	64,64	5,04	52,31	34,14	11,77
De qualquer município para as Áreas Metropolitanas	1.912.505	45,95	46,20	53,80	27,37	26,85	68,12	5,02	44,80	39,38	14,29
De qualquer município para os Núcleos Metropolitanos	1.303.345	31,32	45,40	54,60	27,30	25,42	69,62	4,96	43,67	38,74	16,05
De qualquer município para as Periferias Metropolitanas	609.160	14,64	47,90	52,10	27,60	29,93	64,92	5,15	47,02	40,64	10,83
Desde os Núcleos para as Periferias Metropolitanas	275.459	6,62	48,00	52,00	28,00	30,22	64,85	4,93	37,60	46,01	15,31
Entre Núcleos Metropolitanos	214.881	5,16	48,70	51,30	28,40	24,26	71,16	4,58	25,15	42,85	31,24
De qualquer município para as Cidades Médias	1.042.289	25,04	46,70	53,30	26,80	32,01	62,99	5,01	50,15	34,95	13,03
De qualquer município para municípios de menos de 50.000 hab (rurais)	1.205.015	28,95	51,00	49,00	26,50	34,35	60,54	5,10	66,44	24,89	6,57
Entre municípios menores de 50.000 habitantes (rurais)	552.940	13,29	51,60	48,40	26,10	35,95	59,13	4,93	76,73	18,16	2,67

Fonte de dados básicos: Censo 1993. Elaboração própria

Tabela 6.4 A Colômbia. Padrão de migração interna segundo trajetória migratória e composição por idade, sexo e nível educacional, quinquênio 2000 – 2005.

Trajetória migratória	Volume migrantes quinquênio 2000 - 2005		Estrutura da migração por idade e sexo em 1993 Migrantes >= 5 anos						Nível de escolaridade Migrantes >=25 anos		
	Total imigrantes	Participação dos Imigrantes frente ao total %	Homens (%)	Mulheres (%)	Idade média	Infantil (5-17) %	Adulta (18 - 59) %	Adulto Maior (60 e +) %	Baixa	Meia	Alta
Todas as trajetórias	2.666.134	100,00	48,30	51,70	28,52	27,45	67,06	5,48	41,86	43,07	15,06
De qualquer município para as Áreas Metropolitanas	1.274.488	47,80	47,10	52,90	29,00	24,08	70,46	5,46	34,20	47,62	18,18
De qualquer município para os Núcleos Metropolitanos	748.265	28,07	46,40	53,60	28,70	22,04	72,68	5,29	33,08	45,80	21,12
De qualquer município para as Periferias Metropolitanas	526.223	19,74	48,10	51,90	29,40	27,00	67,30	5,70	35,64	49,97	14,39
Desde os Núcleos para as Periferias Metropolitanas	268.219	10,06	47,90	52,10	30,20	26,91	67,19	5,90	29,43	50,05	20,52
Entre Núcleos Metropolitanos	139.158	5,22	48,60	51,40	29,80	20,33	74,88	4,79	16,94	45,87	37,20
De qualquer município para as Cidades Médias	642.332	24,09	47,60	52,40	28,00	28,79	65,93	5,28	40,29	43,68	16,03
De qualquer município para municípios de menos de 50.000 hab (rurais)	747.651	28,04	50,90	49,10	28,14	32,05	62,25	5,70	56,77	34,51	8,72
Entre municípios menores de 50.000 habitantes (rurais)	255.069	9,57	51,30	48,70	27,70	33,40	61,01	5,59	69,46	26,21	4,33
Trajetórias de origem urbano para destinos urbanos	1.750.496	65,66	47,20	52,80	28,70	25,51	69,18	5,31	31,60	48,98	19,42
Trajetórias em condição forçada	210.669	7,90	49,15	50,85	27,19	30,31	51,32	7,09	63,83	30,17	6,00

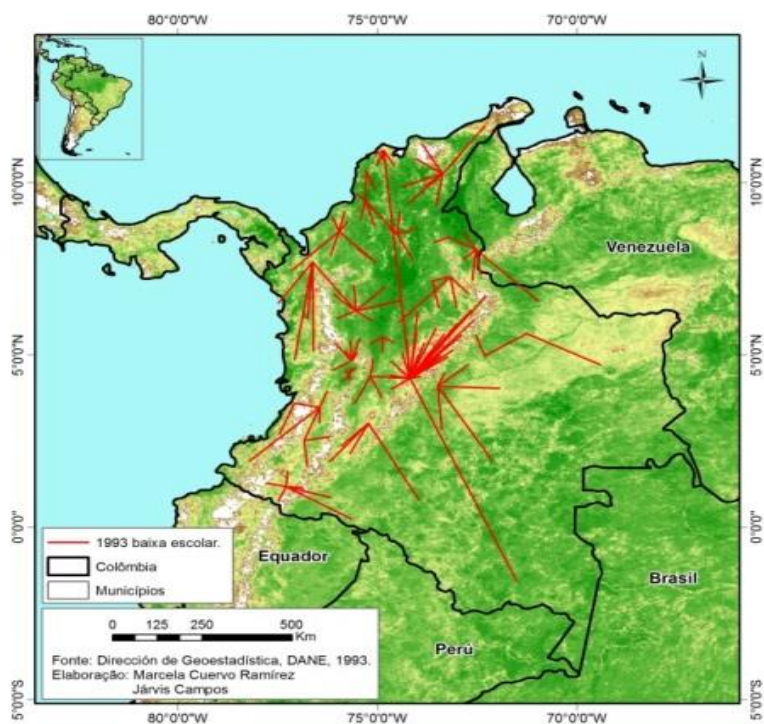
Fonte de dados básicos: Censo 2005. Elaboração própria

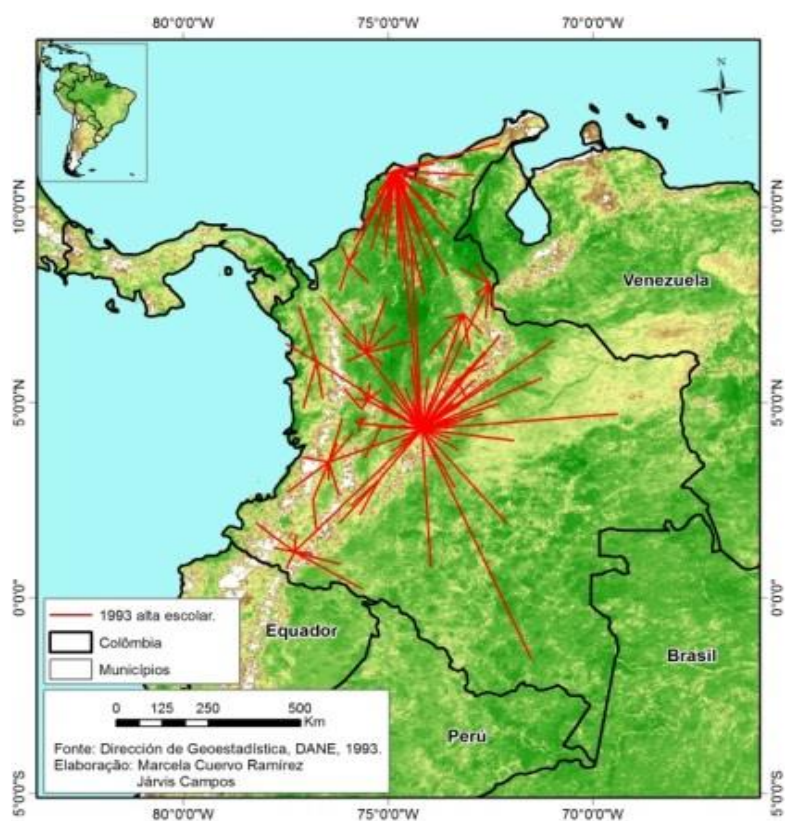
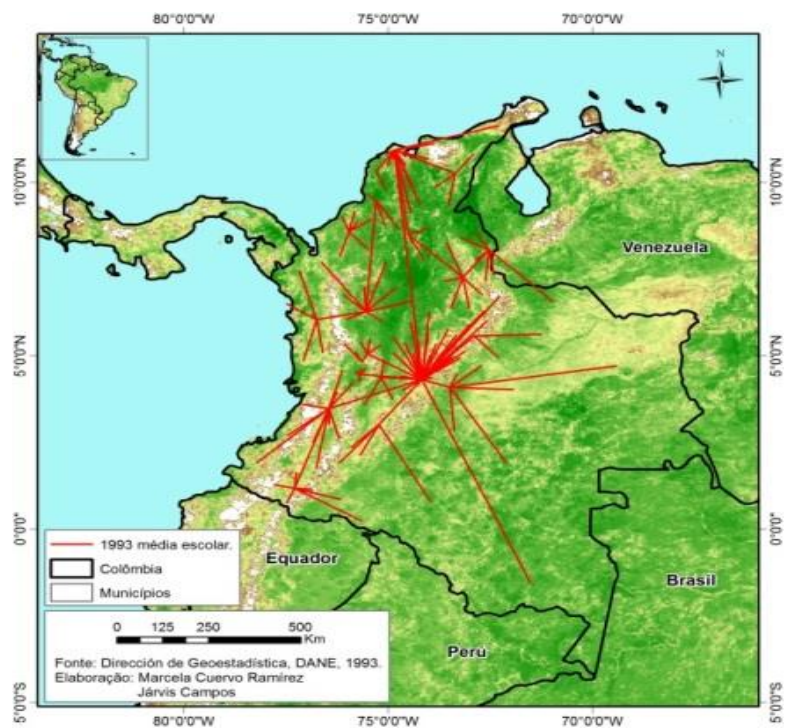
Segundo Lee (1966) um dos impactos da migração nas áreas de destino é que estas se veem afetadas pelos atributos dos imigrantes. Aqueles migrantes procedentes dos núcleos metropolitanos, onde se concentram as melhores condições para o acesso aos serviços básicos e educação, qualificariam em média a população de destino. As trajetórias migratórias originadas nos núcleos e dirigidas aos mesmos núcleos foram as que tiveram uma participação maior de migrantes com o nível educacional mais alto. A seletividade migratória se favorece entre núcleos, tanto pelas possibilidades de formação profissional nos lugares de origem, quanto pelos fatores de atração da população mais qualificada nos lugares de destino.

Uma vez mais se confirma a aguda polarização entre as áreas estagnadas e aquelas que concentram as condições que possibilitam o desenvolvimento material da sociedade colombiana. A melhor forma de evidenciar esta polarização é através da distribuição espacial dos migrantes segundo o seu nível educacional. Os mapas seguintes, obtidos também a partir das técnicas de análise multivariada Análise de Componentes Principais e Análise Fatorial, refletem claramente que o padrão de concentração dos migrantes mais qualificados se concentra nos núcleos metropolitanos e, dentro deles, na capital do país. Esse padrão se mantém nos dois períodos de referência. Possivelmente, quando não são satisfeitas as suas expectativas, os caminhos se extrapolam a outros destinos internacionais (Mapas 6.1 e 6.2).

Mapa 6.1 Colômbia. Migração interprovincial de data fixa segundo nível educacional (baixo, médio, alto) a partir do Censo 1993.

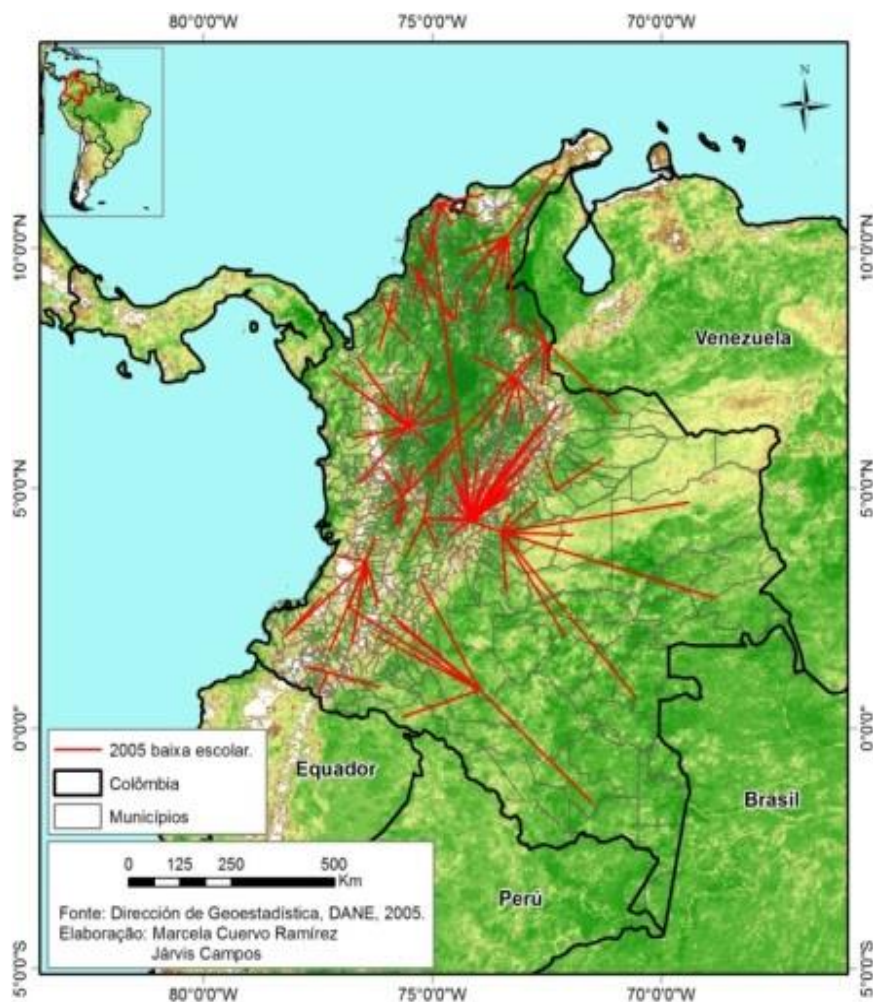
(Resultados da aplicação do método de análise fatorial)

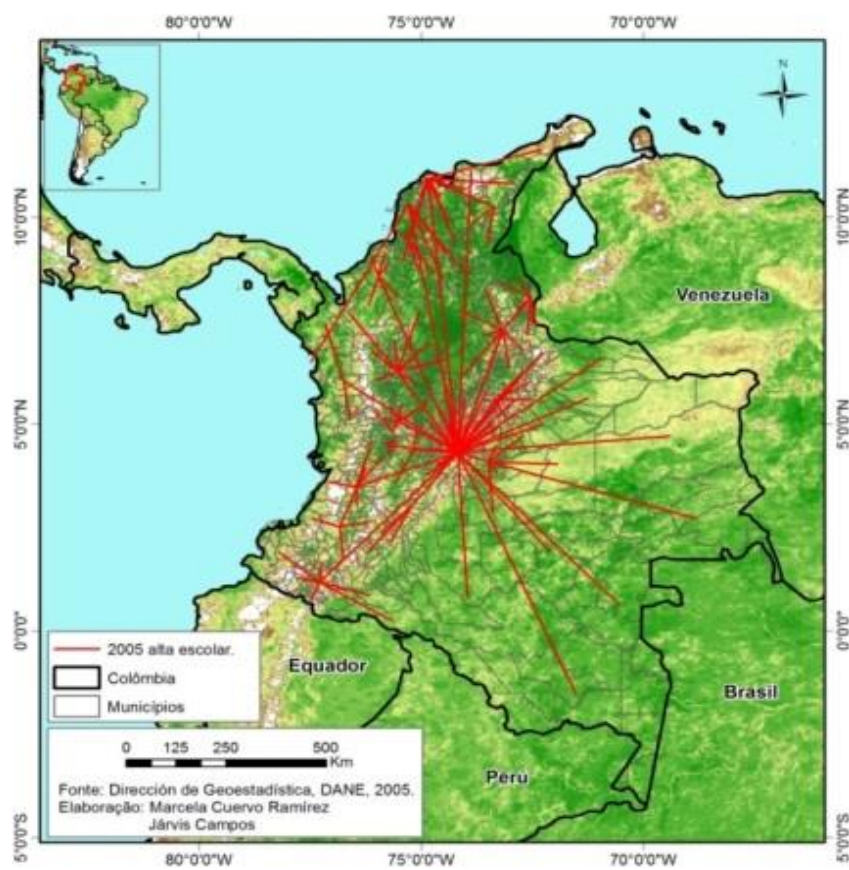
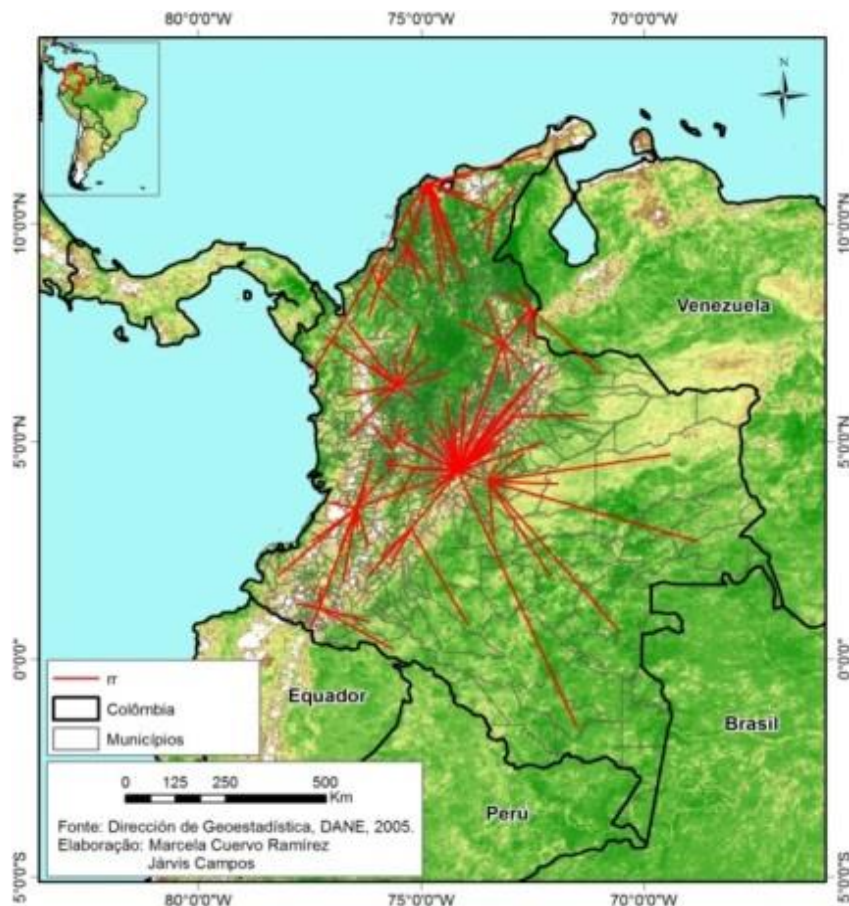




Por outro lado, a distribuição dos fluxos migratórios que revelam os resultados da aplicação das técnicas de análise multivariada, a partir dos Censos, permite observar que os migrantes com baixa escolaridade igualmente confluíram para os distintos polos de atração regionais. O mapa de fluxos de 2005 dos migrantes com baixa escolaridade facilita identificar, excepcionalmente, um polo de atração que não corresponde com nenhuma das áreas metropolitanas, localizado justamente nas províncias da maior intensidade de expulsão por deslocamento forçado, que revelam os mapas 5.4 no capítulo anterior.

Mapa 6.2 Colômbia. Migração interprovincial de data fixa segundo nível educacional (baixo, médio, alto) a partir do Censo 2005.
(Resultados da aplicação do método de análise fatorial)





A distribuição vai ficando menos concentrada à medida que diminui o nível educacional dos migrantes. Aqueles que alcançaram o nível médio encontram alternativas não só em Bogotá, mas nas restantes cidades metropolitanas e em cidades médias. E finalmente, aqueles migrantes que apenas alcançaram o nível educacional básico e que inclusive não cursaram a escola, se dirigem não apenas ao centro do país - majoritariamente às periferias urbanas - mas também a outros destinos fronteiriços, principalmente nas províncias que limitam com Panamá, no litoral Pacífico e em cercanias ao Equador, áreas de produção mineira, de produção de alguns produtos agropecuários, mas também corredores do narcotráfico.

Como já foi salientado, as periferias metropolitanas foram beneficiadas com a imigração de “cidadãos metropolitanos”, o que se compensaria com a imigração de pessoas de origem camponesa entre as quais se inclui boa parte dos deslocados forçados. Ao final de contas, os maiores beneficiados foram os mesmos núcleos metropolitanos, pois eles receberam boa parte dos seus próprios emigrantes. Em 2005, perto de 80% dos migrantes entre núcleos metropolitanos já tinham concluído o ensino médio e, dentre eles, perto de 40% já tinham concluído o nível superior. Em contraste, para o mesmo período, os fluxos “menos qualificados” foram aqueles que conduziam para os municípios predominantemente rurais. Dos migrantes que participaram neste tipo de trajetórias, 66,4% apenas tinha completado o ensino básico e somente 6,5% contava com grau de educação superior.

Explícita ou implicitamente, todos os arcabouços teóricos discutidos no capítulo dois consideram os aspectos de composição migratória e de seletividade. No caso das teorias clássicas de migração, seja o marco analítico do modelo de equilíbrio da economia neoclássica, ou o modelo centro/periferia da escola estruturalista, as migrações são o resultado principalmente da busca de trabalho e de melhores retribuições monetárias que, por sua vez, permita o melhoramento das condições de vida. Sob estes arcabouços se espera que na composição dos fluxos migratórios a maior participação corresponda às pessoas em idades jovens e adultas. A diferença reside, não obstante, na seletividade, em quem é considerável elegível.

Para a primeira, somente quem reúne um dado conjunto de qualidades individuais, recursos financeiros, de acesso à informação e às redes sociais pode embarcar no projeto migratório, de modo que os imigrantes nos lugares de destino se tornam uma população altamente seleta com relação à população do seu lugar de origem, mas não necessariamente com relação ao seu lugar de destino. Pelo contrário, para a perspectiva estruturalista, o sentido da seletividade seria inverso, o que não corresponderia aos postulados de Lee (1966). Assim, apenas quem reúne as qualidades, os recursos e as condições de acesso aos serviços sociais é que tem o privilégio de ficar. O imigrante na

perspectiva estruturalista, pelo contrário, representaria o indivíduo comum frente aos lugares de origem.

A perspectiva neoclássica parece ser mais útil para interpretar os padrões de composição e de seletividade das migrações internas que revelam os dados censitários da Colômbia. Para o caso das migrações forçadas, porém, não parece ser suficiente a perspectiva estruturalista. No mundo hipotético do modelo centro/periferia, os migrantes forçados teriam aparentemente a opção de ficar, mesmo considerando as restrições que isso representa. Os migrantes forçados colombianos não têm a opção de ficar: esse não seria um privilégio, mas um risco para sua vida.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração a questão sobre quais antecedentes de ordem histórica, e os fatores de ordem econômica, social e política que permitam compreender a consolidação das trajetórias migratórias dominantes e secundárias e suas mudanças no padrão migratório recente, vários pontos devem ser colocados.

O processo de desindustrialização e suas consequências na incapacidade de articulação da população ao mercado de trabalho nas áreas urbanas, que já começava na década de 1980; as implicações das políticas de abertura econômica em começos da década de 1990 para as quais o país não estava preparado em termos de infraestrutura física, tecnológica e financeira que garantisse uma produção mais competitiva frente aos mercados internacionais; o desentendimento do Estado frente aos destinos dos setores produtivos, em obediência às recomendações do consenso de Washington; e principalmente a desestabilidade social e econômica derivada do conflito armado, sustentado na economia do narcotráfico e nas ações violentas de todos os grupos envolvidos, que já arrastava sua inércia desde a década de 1950 - conduziram o país a uma situação de crise e configuraram uma complexa combinação de fatores de expulsão, exacerbando, desde finais de 1980, os movimentos migratórios dentro dos limites nacionais. Esses movimentos ultrapassariam as fronteiras internacionais nas décadas seguintes em condições tanto livres quanto forçadas.

Durante as décadas de 1960 e de 1970, a indústria colombiana, concentrada inicialmente em sete cidades capitais, foi insuficiente para articular de forma adequada a oferta crescente de mão de obra que provinha dos municípios predominantemente rurais. Posteriormente, desde o final do século XX não só se manteve restrita, mas em franco declínio, para absorver o bônus demográfico resultado da transição demográfica e que se concentra nas sete principais cidades-capitais e seus municípios adjacentes.

Em contrapartida, algumas das áreas da agreste geografia que o Estado colombiano historicamente não “conquistou”: nas vastas florestas tropicais da Amazônia e do Pacífico, nas ladeiras íngremes das cordilheiras e em áreas marginais das fronteiras internacionais, acabaram sendo dominadas por outras forças “paraestatais”. Estas, porém, não levaram precisamente desenvolvimento, mas outras formas ilícitas de acumulação de capital, às quais as populações camponesas se encontravam articuladas ou rejeitadas de diversas formas.

Nos espaços rurais, vários fatores se conjugaram para a intensificação da expulsão populacional, inclusive desde antes da década de 1950: a estrutura fundiária, em que predomina a propriedade desigual sobre a terra produtiva e a ambiguidade dos direitos de propriedade; o predomínio da agricultura comercial nas áreas de latifúndio, de baixa absorção de mão de obra rural; o escasso investimento para a agricultura de produtos básicos em áreas de minifúndio, altamente vulnerável às mudanças climáticas e às oscilações de preços pouco competitivos; e principalmente, a extensão, aprofundamento e complexidade do conflito político em que o narcotráfico ocupa um papel central, principalmente desde a década de 1990 - confluíram para a expulsão de milhares de camponeses em condições inclusivamente forçadas dentro e fora do território nacional. Neste cenário, a palavra *expulsão* se torna comum, tanto para as áreas rurais quanto para as urbanas.

Tanto os fatores estruturais de expulsão, mencionados reiteradamente, quanto as políticas de portas abertas do Estado para a saída da população, parecem ter incentivado, de algum modo, a exportação do desemprego que a plataforma produtiva não conseguia articular, pelo menos durante os períodos analisados. A dificuldade maior que reveste esta combinação de fatores, que promete ser superada através da nova lei de vítimas de 2011, é a debilidade do Estado para proteger, no mínimo, a vida do migrante, quando ele, além de tudo, tenha sido despojado da sua casa e da sua terra e coagido a fugir para outros destinos, a enfrentar todo tipo de impropérios para sobreviver em condições de extrema vulnerabilidade. O aumento do número de deslocados forçados e de refugiados internacionais, a partir da década de 1990, revela quanto o Estado colombiano tinha perdido o controle para frear esta situação.

No período analisado, o padrão migratório colombiano abrange a migração forçada desde o espaço rural, tanto para as periferias das grandes cidades, para as periferias nas fronteiras nacionais, quanto para outros destinos internacionais, nos casos em que as condições para a sobrevivência não foram garantidas. Paralelamente à migração, ainda voluntária, de trabalhadores qualificados, seja pela enorme flexibilidade do sistema laboral ou porque encontram restritas as suas possibilidades de superação, identificam na migração para outros destinos urbanos uma alternativa de vida. Mas, quando os recursos e as redes de contato o possibilitam, a migração internacional se converte na melhor alternativa.

Contudo, uma das principais conclusões desta tese tem a ver justamente em como o padrão migratório colombiano não pode se restringir espacialmente às fronteiras nacionais, nem se delimitar aos limites conceituais da definição de migração. A ideia inicial de dimensionar a migração interna no país e de como ela revela outros processos históricos da sociedade da Colômbia levou e permitiu, paulatinamente, reconhecer não apenas um padrão migratório, mas um padrão da mobilidade específico para o caso

colombiano. Nele se misturam, superpõem, articulam e configuram diferentes modalidades de movimentos de pessoas, originados por causas de naturezas diversas, não determinantemente ou exclusivamente voluntárias ou forçadas, os quais, por sua vez, se circunscrevem a diferentes raios de ação espaciais, incluídos os âmbitos local, provincial, departamental e internacional.

Retornando às perguntas norteadoras e aos objetivos que orientaram a realização desta tese, pode-se concluir por três aspectos relevantes frente às características e mudanças do padrão de migração interna.

A natureza da fragmentação geográfica e espacial, que determinou o sistema de povoamento colombiano, se revela e impõe novamente como parte da definição de um padrão migratório específico para o país. Este se caracteriza pela predominância de trocas migratórias intrarregionais, entre as cidades núcleos e os municípios das suas respectivas áreas de influência.

Quanto às *regularidades espaciais* que surgem das trocas migratórias no espaço, percebe-se que, no padrão colombiano de migração interna, se articulam e sobrepõem dois sistemas marcadamente seletivos de trajetórias migratórias: o primeiro sistema corresponde às trajetórias migratórias de ordem intrarregional, derivadas do parcimonioso processo de industrialização, iniciado no século XIX e consolidado na segunda metade do século XX, e que configuram as principais cidades-capitais e suas áreas de aglomeração metropolitana. Neste sistema predominam as trajetórias migratórias interurbanas, mas articuladas ainda com áreas tradicionais de expulsão, que sustentam, ainda, fluxos de origem rural.

Um segundo sistema migratório se origina nas áreas historicamente excluídas dos trajetos da industrialização, onde recentemente tem sido expandida a fronteira agrícola para o agronegócio. Nessas áreas, foi intensificada a economia extrativa, principalmente para a exploração de petróleo, e se configuraram condições para a produção e comercialização de negócios ilícitos. Esse processo acabou sustentando as correntes migratórias de origem rural, para dois tipos de periferias: aquelas circundantes às áreas urbanas consolidadas, e aquelas que conformam os corredores marginais nas áreas de fronteira internacional.

As diversas trajetórias migratórias, dominantes e secundárias, que se configuram nos dois sistemas migratórios, reproduzem os fatores estruturais de inequidade espacial presentes na geografia colombiana, e, a partir deles, a seletividade para a migração. Aqueles fluxos que, por exemplo, se originam nas áreas urbanas são dominados por adultos mais educados; mas os que emergem das áreas rurais para as fronteiras, por

jovens com baixa escolaridade. Nos primeiros, sobressaem as mulheres e, nos segundos, a participação masculina é maior.

Frente às mudanças do padrão migratório que, em termos mais abrangentes, corresponde às mudanças do padrão de mobilidade entre o final do século XX e começos do século XXI, observa-se fundamentalmente a diminuição do volume da migração interna de caráter voluntário e, em contrapartida, o aumento dos deslocamentos de caráter forçado, internos e internacionais, mas que não são captados nos censos demográficos. Entre os dois períodos se acentuaram as maiores distâncias entre origens e destinos, e surgiram novas áreas de influência migratória que acabaram complementando os raios de ação para todos os sistemas migratórios, consolidando os sistemas de trocas migratórias intrarregionais que, no seu conjunto, foram dominadas por mulheres e por jovens adultos.

Reflexões para o futuro

A partir da revisão da literatura percebe-se que a ideia dominante das explicações para a migração pressupõe que as transformações sociais e econômicas dos estados, inevitavelmente, levam ao desenvolvimento, embora em velocidades diferentes, dependendo das características geográficas e históricas dos indivíduos. Isso não é necessariamente uma ideia que os teóricos da migração explicitam. Há algumas exceções, como no caso de Skendal (2010), ou alguns representantes teóricos de correntes históricas, correntes marxistas estruturais, como Singer (1973). Nas diferentes explicações teóricas sobre a migração, fica evidente que o papel dos fatores de ordem política e sua relação com a migração é diminuído frente à complexidade que reveste o fenômeno da migração. Isso pode se trasladar na formulação de políticas que considerem outras opções de desenvolvimento que não intensifiquem a expulsão populacional e aprofundem as inequidades espaciais.

Para o caso colombiano, o rigor da geografia e os custos para construir um sistema de transporte de alcance nacional retardaram a possibilidade da integração regional e do processo de industrialização em uma fase da sua história. Mas esta já não pode ser uma desculpa para justificar o estancamento das áreas de tradição para a expulsão. A nova ordem econômica e política global, assim como as pressões econômicas do neoliberalismo e dos mercados globais, em que a economia do narcotráfico se encaixa melhor do que os outros setores produtivos lícitos no país somam-se aos elementos que configuram os movimentos migratórios dos colombianos internos, sua relação com os fluxos internacionais, assim como sua marcada seletividade.

Na revisão da literatura recente, os trabalhos coincidem em que o fenômeno migratório do final do século passado e deste novo século é, antes de tudo, um fenômeno global

(Castles, 1993; Massey, 1993, 1996; Massey & Taylor, 2004; Wihtol de Wenden, 2013). No entanto, paradoxalmente, os cientistas sociais que analisam as causas e consequências da migração, não somente se centram na migração internacional, como também descuidam das migrações internas e excluem as migrações forçadas. Com algumas exceções, por exemplo, Castles (1993), são poucos os que enfatizam que elas estão interconectadas e que as três deveriam ser estudadas de forma conjunta.

A ausência de um único marco teórico que envolva, sustente e explique a complexidade atual dessas dinâmicas de migração interna que se apresentam nos países na atualidade, como no caso colombiano, não deveria ser considerado como um vazio ou como uma área que precise ser preenchida com urgência. Pelo contrário, a dificuldade de “encaixar” os padrões migratórios colombianos no arcabouço teórico de vanguarda confirma a necessidade de justamente não procurar marcos teóricos explicativos únicos e, por sua vez, respostas generalizadas abrangentes. É na singularidade em meio à complexidade o que predomina nos processos sociais e econômicos das populações, dentro do qual se incluem os processos migratórios.

O caso Colombiano representa uma clara experiência de como o crescimento econômico não se traduz necessariamente em bem-estar generalizado, assim como não pode ser estabelecida uma relação clara entre crescimento e violência (Urrutia e Posada, 2007). Considerando-se que na história de conflito da Colômbia não se reconhece uma luta em particular, mas vários episódios e processos de violências, a relação entre crescimento econômico e violência se dilui nos indicadores macroeconômicos.

Não está claro que a violência dos anos cinquenta tenha afetado o crescimento econômico, mas a combinação da criminalidade vinculada ao narcotráfico reduziu o crescimento nas duas últimas décadas do século e, com elas, as estruturas produtivas que permitissem a articulação da mão de obra disponível. Isto sugere também que parece existir uma relação indireta entre o conflito, as condições de violência e o comportamento das taxas de migração interna e internacional.

Se a procura por melhores salários continua representando uma condição para a emigração, a maior porção dos colombianos que saiu do país em condições voluntárias o fez diretamente em busca de melhor renda, mas indiretamente pela situação de conflito armado. Uma relação similar, que parece explicar as dinâmicas de migração de origem rural para as áreas urbanas e para as áreas de fronteira, que se evidenciam através do Censo 2005 e das fontes diretas do deslocamento forçado.

Em termos das dinâmicas de migração, o processo de industrialização foi um fator talvez mais determinante como aglutinador de população, durante a primeira metade do século XX, do que a força de expulsão que significou a guerra conhecida como La Violência“

nos anos 1950. Em contraste, no final desse século e durante a primeira década do século XXI, as múltiplas guerras dirimidas nas áreas rurais por conta da acumulação do capital que envolve não apenas o “agronegócio” do narcotráfico, mas a expansão de outros “agronegócios lícitos” têm desempenhado um papel contundente na expulsão de população, da qual se deriva o processo de deslocamento forçado e, a partir dele, a saída de refugiados internacionais.

Uma hipótese que surge sobre o padrão de mobilidade colombiano tem a ver com a relação entre a evolução do conflito colombiano e os seus impactos nos fluxos migratórios. Ainda que os deslocamentos forçados nasçam nas áreas rurais e afetem diretamente as populações camponesas, estes podem apenas ser uma primeira fase de todo um circuito que acompanha a escala do conflito armado sustentado no negócio do narcotráfico, o qual não se circunscreve às áreas rurais e de fronteira. Dessa forma, o itinerário do deslocado começa no setor rural, mas se desenvolve nos espaços urbanos onde espera resguardar a sua vida. Os movimentos migratórios dos deslocados podem envolver movimentos intra e interurbanos que se diluem dentro do sistema migratório por outras razões aparentes. A condição de deslocado como vítima do conflito, porém, não se dilui. Ela persiste na forma de migrante, o qual o torna ainda mais vulnerável perante as novas concorrências que exige a cidade.

Estas inequidades se aprofundam na maneira como o Estado historicamente tem se posicionado no território nacional: centralizando seu foco de ação na capital do país, localizada literalmente no centro do território nacional; privilegiando seus investimentos nas áreas urbanas; e delegando às regiões, que assume como periféricas, funções e responsabilidades que estas não conseguem sustentar, porquanto se encontram menos capacitadas para fazê-lo.

Essas inequidades espaciais se reproduzem através dos processos migratórios, o que faz com que as trajetórias migratórias evidenciem a seletividade da migração

As informações censitárias do Censo 2005, sobre o nível educacional dos migrantes, fornecem elementos para discutir e sugerir que a maior participação de pessoas com baixo nível educacional que participam nos fluxos, particularmente pelos deslocados forçados, não se encaixa nos pressupostos teóricos de Lee (1966), o que, inclusive, se torna uma contraevidência. Segundo Lee, os migrantes respondem positivamente às forças de atração quando eles, por exemplo, são mais qualificados.

A maior relevância frente a este aspecto do padrão migratório colombiano, porém, deve ser colocada sobre as implicações que, para os migrantes forçados, reveste o fato de não possuir as competências que lhes permitam concorrer com os demais residentes nos lugares de destino, para acessar a melhores condições de vida.

Em condições de conflito armado, outra hipótese que pode ser colocada é que a maior participação das mulheres na migração de origem rural e em condições forçadas pode estar influenciada, de um lado, pelas maiores taxas de mortalidade masculina que supõem os múltiplos eventos de uma guerra e as consequentes mortes violentas e, por outro, pela maior vinculação de jovens e adultos homens nas atividades envolvidas no conflito, as quais podem se converter em forças poderosas de retenção de população masculina nas áreas de origem. Essas atividades referem-se não apenas à conformação de grupos armados, como às diversas atividades que implica o cultivo, processamento e comercialização dos cultivos ilícitos.

As trajetórias do deslocamento forçado e da migração voluntária acabam retroalimentando as dinâmicas das migrações intrarregionais, lideradas por polos de atração que, na sua maioria, correspondem às Áreas Metropolitanas espalhadas fundamentalmente na Região Andina e do Caribe. As trajetórias migratórias, não obstante, se definem em grande medida em função dos atributos dos migrantes, ou seja, a seletividade se impõe no lugar de chegada. Boa parte dos migrantes chega às Áreas Metropolitanas, mas nem todos se localizam nos núcleos, nem todos chegam às periferias: isso define os atributos dos migrantes, o que, por sua vez, está pré-condicionado às condições econômicas e sociais nos lugares de origem.

Uma das conclusões-chave desta tese é que as inequidades espaciais e os polos de atração se reproduzem espacialmente e em diferentes escalas, e a migração contribui e participa dessa reprodução, independentemente de limites político-administrativos. O marco analítico da produção capitalista do espaço, de bases teóricas marxistas e apurado por Harvey (2007), fornece um arcabouço claro de como se produzem e reproduzem os processos de concentração urbana, e por sua vez, as inequidades espaciais em função do processo de acumulação do capital. Não obstante, enquanto o problema de Harvey não é explicar qual o lugar do Estado nesse processo, cabe ao pesquisador procurar e reunir os elementos teóricos que ajudem a entender que, nesse processo acumulativo, o Estado pode desempenhar, seja por ação ou por omissão, um papel decisivo na forma como opera e se dá a acumulação. Quer dizer, na forma como também podem ser administradas as migrações para a acumulação do capital.

Finalmente, com o intuito de recuperar a discussão sobre a utilidade dos microdados censitários para a análise das dinâmicas de migração, em particular, frente aos esforços do DANE para abranger as diferentes dimensões que envolvem as mudanças de residência, cabem ser salientados vários aspectos.

Serão sempre valiosos os recursos e estratégias que a instituição considere e aplique para ampliar a cobertura da população a ser recenseada, sempre que não seja

comprometida a qualidade das mesmas informações coletadas. A realização de “censos itinerantes” e em períodos estendidos por mais de um ano, e para períodos anuais diferentes, envolve riscos que podem afetar particularmente a medição da migração que, por sua vez, são difíceis de dimensionar.

Seria recomendável que as perguntas que foram incorporadas para tentar detectar a migração forçada e a migração internacional fossem mantidas nos próximos censos, a fim de avaliar o comportamento futuro e de manter referências de comparação. O Censo 2005 permitiu verificar que as áreas de expulsão de deslocamento forçado coincidem com aquelas que revelam as fontes de registro oficiais de deslocados forçados. Mas, ainda que possa ser ambiciosa a incorporação de quesitos sobre as mudanças de residência dentro do mesmo município, isto facilitaria não apenas dimensionar aspectos da mobilidade de forma geral, como dimensionar o deslocamento forçado.

Não seria demais sugerir que, para os próximos censos, se incluam as perguntas sobre o município de nascimento dos migrantes (omitida no censo 2005), o que permitirá avançar na análise da migração acumulada e na migração de retorno na escala local.

8. BIBLIOGRAFÍA

- ALBO , A., & ORDAS DIAZ, J. L. (2011). Los determinantes de la migración y factores de la expulsión de la migración mexicana hacia el exterior, evidencia municipal. *BBVA Research. Análisis Económico*(11/04), 17.
- ARANGO, J. (1985). Las "leyes de las migraciones" de E. G. Ravenstein, cien años después. *Revista española de investigaciones sociales*(32), 7 - 26.
- ARANGO, J. (2000). Explaining migration: a critical view. *UNESCO*(165), 284 - 296.
- ARANGO, J. (2003). La explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra. *Migración y Desarrollo*(1), 1 - 31.
- AROCA, P. (2004). Migración interregional en Chile. Modelos y resultados 1987 -2002. *IDEAR* , 97 - 154.
- Ávila, A. F. (Ed.). (2012). *La frontera caliente entre Colombia y Venezuela. Narcotráfico, cartel de la gasolina, corrupción, paramilitarismo, retaguardia de la guerrilla*. Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris & Rando House Mondadori.
- BACCAINI, B. (2007). Inter-Regional Migration Flows in France over the Last Fifty Years. *Population (english edition)*, Vol 62(1), 139-155.
- BAENINGER, R. (1999). *Região, metrópole e interior: Espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980 - 1996*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- BAENINGER, R. (2008). Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. *Departamento de Demografia e Núcleo de Estudos de População/NEPO-UNICAMP*, 1 - 21.
- BAENINGER, R., & MATOS, R. (2008). Migration and Urbanization in Brazil: Processes of Spatial Concentration and Deconcentration and the Recent Debate. *XXIV General Population Conference International Union for the Scientific Study of Population*. , 1 - 29.
- BAENINGER, R., & PINTO DA CUNHA, J. M. (2006). Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. *REVISTA NOTAS DE POBLACIÓN - CEPAL*(82), 36.
- BAKEWELL, O. (2013). Conceptualising Displacement and Migration: Processes, Conditions, and Categories. In K. Khalid, & S. Martin (Eds.), *The Migration-Displacement Nexus: Patterns, Processes, and Policies* (pp. 14 - 28). Oxford.
- BANCO MUNDIAL. (2004). *Colombia: Land Policy in Transition. Report n. 27942-CO*. Washington.
- BARBIERI, A., CARVALHO, J., MACHADO, C., & SANTOS, M. (2010, Agosto). Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. *CEDEPLAR Textos para discussão*(398), 18 p.
- BAUMAN, Z. (2009, Septiembre). La crítica como llamado al cambio. (R. Nederland, Interviewer) <http://youtu.be/X4YGdqgCWd8>.

- BETTRELD, C., & HOLLIFIELD. (2000). Introduction: Migration Theory. In C. BETTRELD, & HOLLIFIELD, *Migration Theory: Talking across Disciplines*.
- BETTS, A. (2011). Introduction: Global Migration Governance. In O. U. PRESS, & A. Betts (Ed.), *Global Migration Governance* (pp. 1 - 34). Oxford: Oxford University Press.
- BETTS, A. (2011). Introduction: Global Migration Governance. In U. P. OXFORD, *Global Migration Governance* (pp. 1 - 32). Oxford: OXFORD, University Press.
- BETTS, A., & CERNA, L. (2011). High-Skilled Labour Migration. In A. Betts, *Global Migration Governance* (pp. 60 - 77). Oxford: Oxford University Press.
- BILSBORROW, R. (1996). The State of the Art and Overview of the Chapters. In *Migration, urbanization and development: News direcctions and issues*. (pp. 1 - 56). New York: UNFPA/Kluwer.
- BISBORROW, R. (1996). Methodical issues in definitions, measuremen and data collection. In UNFPA, & UNFPA/Kluwe (Ed.), *Migration, urbanization and development: News direcctions and issues*. New York:.
- BRITO, F. (2000). Brasil, final de século: A transição para um novo padrão migratório? *Revista ABEP*, 43.
- BRITO, F. (2007). As migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Taller CELADE de Migracion*, 1 - 25.
- BRITO, F. (2009). As migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Texto para discussão. CEDEPLAR - UFMG*(366), 20.
- BUSHNELL, D. (2007). *Colombia, una nación a pesar de sí misma. Nuestra história desde los tiempos precolombinos hasta hoy*. (C. M. V., Trans.) Bogotá: Planeta.
- BUSHNELL, D. (2007). *Colombia, una nación a pesar de sí misma. Nuestra história desde los tiempos precolombinos hasta hoy*. (C. M. V., Trans.) Bogotá: Planeta.
- CÂMARA, G., Sá Carvalho, M., Gonçalves Crus, O., & Correa, V. (2004). Análise espacial de áreas. In EMBRAPA, S. Druck, M. Carvalho, & O. Gonçalves (Eds.), *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: EMBRAPA.
- CÂMARA, G., Sá Carvalho, M., Gonçalves Cruz, O., & Correa, V. (2004). Análise espacial e geoprocessamento. In EMBRAPA, G. Câmara, S. Druck, V. Correia, M. Sá Carvalho, & O. Gonçalvez Cruz (Eds.), *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília.
- CÂMARA, G., SÁ CARVALHO, M., GONÇALVES, O., & CORREA, V. (2004). Análise espacial de áreas. In EMBRAPA, S. Druck, M. Carvalho, & O. Gonçalves (Eds.), *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: EMBRAPA.
- CÂMARA, G., SÁ CARVALHO, M., GONÇALVES, O., & CORREA, V. (2004). Análise espacial e geoprocessamento. In EMBRAPA, G. Câmara, S. Druck, V. Correia, M. Sá Carvalho, & O. Gonçalvez Cruz (Eds.), *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília.
- CARDONA, R. (Ed.). (n.d.). *Las migraciones internas*. Asociación Colombiana de Estudios de Medicina. División de Estudios de Población.

- CARVALHO, J. A. (2011). Notas de aula sobre migração. Programa de Pós-graduação em Demografia CEDEPLAR - URMF. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG.
- CARVALHO, J. A., & RANGEL RIGOTTI, J. I. (1998). Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para a análise. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, 339 - 356.
- CARVALHO, J. A., & RIGOTTI, J. I. (n.d.). Análise das metodologias de mensuração das migrações. *Programa PRONEX - CEDEPLAR. Encontro Nacional sobre Migração*, 211 - 227.
- CARVALHO, J. M., & MACHADO, C. C. (1992). Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. (ABEP, Ed.) *Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas*, 9 (1), 22 a 34.
- CASTELLANOS, E. (2010). *La migración interna y su papel en la dinámica demográfica de los departamentos colombianos, 2000 – 2005*. Universidad Externado de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas - Centro de Investigación sobre Dinámica Social CIDS. Bogotá: UEC.
- CASTLES, S. (2003). Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, 37(1), 13 - 34.
- CASTLES, S. (2008). Development and Migration – Migration and Development: What comes first? *International Migration Institute. Oxford University*, 18.
- CASTLES, S., & DELGADO, R. (2007). Introducción Migración y desarrollo: Perspectivas desde el sur. In S. Castles, & R. Delgado Weis (Eds.), *Migración y desarrollo: Perspectivas desde el sur* (p. 20). Zacatecas, México: Universidad Autónoma de Zacatecas.
- CASTLES, S., & MILLER, M. (1993, 1998). *The age of migration. International population movements in the modern world*. New York: The Guilford Press.
- CHACKIEL, J. (2004, mayo). La dinámica demográfica en América Latina. *CEPAL - SERIE Población y Desarrollo*(52), 104.
- CHEN, N., VALENTE, P., & ZLOTNIK, H. (1998). What Do We Know about Recent Trends in Urbanization? In UNFPA, & R. Bilborrow (Ed.), *Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues* (pp. 59 - 88). New York, USA: Kluwer Academic Publishers.
- CORAGGIO, J. L. (1994). *Territorios en transición. Crítica a la planificación Regional en América Latina*. (Tercera edición ed.). Toluca , México: Universidad Autónoma del Estado de México.
- COULOMBE, S. (2006). Internal Migration, Asymmetric Shocks, And Interprovincial economic Adjustments In Canada. *INTERNATIONAL REGIONAL SCIENCE REVIEW*(29), 199 - 223.
- CRAWLEY, M. (2011). *Statistics: An Introduction using R*. West Sussex: WILEY.
- CUBIDES, F., & Dominguez, C. (Eds.). (1999). *Desplazados, migraciones internas y reestructuraciones territoriales*. Bogotá: Centro de Estudios Sociales. Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Universidad Nacional de Colombia.

- CUERVO, M., & JARAMILLO, A. (2006). *La diversidad demográfica en el departamento de Boyacá*. Universidad Externado de Colombia UEC, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas. Bogotá: UEC.
- CUERVO, S., GONZÁLEZ, A., & RUBIANO, N. (2009). *GUÍA PARA ANÁLISIS DEMOGRÁFICO LOCAL: Herramientas para incluir el enfoque poblacional en los procesos de planeación del desarrollo integral*. Bogotá: UEC.
- DANE. (1969). *XIII Censo de población y II de edificios y viviendas (Julio de 1964)*. Bogotá: DANE.
- DANE. (1977). *XIV Censo Nacional de Población y III de Vivienda 24 de Octubre de 1973. Muestra de avance Resumen de los Departamentos*. Bogotá: DANE.
- DANE. (1985). *Seminario Taller sobre el XV Censo Nacional de Población y IV de Vivienda 1985*. Bogotá: DANE.
- DANE. (1986). *XV Censo nacional de población y IV de vivienda*. Bogotá: DANE.
- DANE. (1996). *XVI Censo Nacional de Población y de Vivienda*. Bogotá: DANE.
- DANE. (1996). *XVI Censo Nacional de Población y V de Vivienda de 1993*. Bogotá: DANE.
- DANE. (2003). *Evidencia reciente del comportamiento de la migración interna en Colombia a partir de la Encuesta Continua de Hogares*. Dirección de Metodología y Producción Estadística. Bogotá: DANE.
- DANE. (2003). *Evidencia reciente del comportamiento de la migración interna en Colombia a partir de la Encuesta Continua de Hogares*. Dirección de Metodología y Producción Estadística. Bogotá: DANE.
- DANE. (2005). *Manual Técnico Censo General 2005*. Bogotá, Colombia: DANE.
- DANE. (2007). *Conciliación censal 1985 - 2005. Calidad de los datos Censo 2005*. Bogotá: DANE.
- DANE. (2008). *Análisis de la estructura y composición de las principales variables demográficas y socioeconómicas del Censo 2005*. Bogotá: DANE.
- DANE. (2008). *Censo general 2005. Nivel Nacional*. Bogotá: DANE.
- DANE. (2008). *Recomendaciones para utilizar constructivamente las críticas, difundir adecuadamente los resultados y extraer lecciones para el futuro*. DANE. Bogotá: DANE.
- DANE. (sn). *Resumen Nacional XIV Censo Nacional de Población y III de Vivienda*. Bogotá: DANE.
- De HAAS, H. (2008). Migration and development: A theoretical perspective. *International Migration Institute. University of Oxford. Working papers*(9), 61.
- De HAAS, H. (2009). Mobility and Human Development. *International Migration Institute. University of Oxford. Working Papers*(14), 62.
- De HAAS, H. (2010). Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Institute. University of Oxford*, 41.
- DEAS, M. (2000). Reflexiones sobre la guerra de los mil días. *Revista Credencial Historia*(121).

- DUBRESSON, A. (2000). Una puesta en perspectiva comparativa de 19 metrópolis mundiales. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento. Una comparación internacional* (pp. 23 - 36). Bogotá: IRD - CIDS - Alfaomega.
- DUEÑAS, G. (2001). Las variables de la migración. In D. -U.-C. Colombia, *Homologación de los microdatos censales colombianos, 1964 - 1999. Memorias del taller Col (ip'-ums)*. (pp. 161 - 178). Bogotá: DANE.
- DUPONT, V., & PUMAIN, D. (2000). De la ciudad compacta a las metrópolis policéntricas. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: Una comparación internacional* (pp. 54 - 71). Bogotá: Alfaomega Colombiana.
- DUPONT, V., DUREAU, F., LELIÉVRE, L. J.-P., & T, L. (2000). Introducción general. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento. Una comparación internacional* (pp. 15 - 22). Bogotá: Alfaomega Colombiana.
- DUREAU, F. (2000). Bogotá: Una doble dinámica de expansión espacial y de densificación de espacios ya urbanizados. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: Una comparación internacional* (pp. 79 - 87). Bogotá: Institute de Recherche pour le Développement IRD - CIDS - Alfaomega.
- DUREAU, F. (2000). Bogotá: Unas estrategias residenciales muy diversas marcadas por un dominio desigual del espacio. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: una comparación internacional* (pp. 96 - 102). Bogotá: Alfaomega.
- ECHAVARRÍA, J. J., & VILLAMIZAR, M. (2007). El proceso colombiano de descentralización. In *Economía colombiana del siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 173 - 231). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.
- EFE. (2012, Octubre 15). ONU denuncia que el campesinado colombiano sufre un "déficit de ciudadanía". *Revista SEMANA.COM*. (SEMANA, Ed.) Bogotá, Colombia: <http://www.semana.com/nacion/onu-denuncia-campesinado-colombiano-sufre-deficit-ciudadania/186477-3.aspx>.
- EFE. (15 de Octubre de 2012). ONU denuncia que el campesinado colombiano sufre un "déficit de ciudadanía". *Revista SEMANA.COM*. (SEMANA, Ed.) Bogotá, Colombia: <http://www.semana.com/nacion/onu-denuncia-campesinado-colombiano-sufre-deficit-ciudadania/186477-3.aspx>.
- FAJARDO, D. (2009). *Territorios de la agricultura colombiana*. Bogotá, Colombia: Centro de Investigación sobre Dinámica Social CIDS - Universidad Externado de Colombia.
- FALS BORDA, O. (1982). *Historia de la cuestión agraria en Colombia*. Bogotá: Carlos Valencia Editores.

- FALS BORDA, O. (1996). *Región e historia. Elementos sobre ordenamiento y equilibrio regional en Colombia*. Bogotá: TM EDITORES -IEPRI UN.
- FALS-BORDA, O. (Ed.). (1988). *La insurgencia de las provincias. Hacia un nuevo ordenamiento territorial para Colombia*. Bogotá: Siglo XXI Editores.
- FLÓREZ, C. (1999). Migraciones en torno al petróleo en Casanare. In O. S. Sociales, F. Cubides, & C. Dominguez (Eds.), *Desplazados, migraciones intrnas y reestructuraciones territoriales* (pp. 57 - 88). Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas Universidad Nacional de Colombia.
- FLÓREZ, C. (2000). *Las transformaciones sociodemográficas en Colombia durante el siglo XX* (Primera ed.). Bogotá: Tercer Mundo Editores.
- FLOREZ, C. E. (2001). Los censos de población de Colombia. Una introducción histórica. In D. -P.-C. Colombia., *Homologación de los microdatos censales colombianos, 1964 - 1999. Memorias del taller Col (ip'-ums)* (pp. 27 - 36). Bogotá: DANE.
- FONTANA, J. (2011). *Por el bien del imperio. Una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Pasado y Presente.
- FURTADO, C. (1976). *A Economia Latino - Americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FURTADO, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: PUBLIFOLHA.
- FURTADO, C. (2000). *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: PUBLIFOLHA.
- GALVIS, L. A. (2002). Determinantes de la migración Interdepartamental en Colombia. *Revista de Economía de la Universidad del Rosario*, 93 - 118.
- GARCÍA VILLEGAS, M., & ESPINOSA, J. (2011). Estado, municipio y geografía. In *Los estados del país. Instituciones municipales y realidades locales* (pp. 53-105). Bogotá: Colección de Justicia.
- GARCÍA VILLEGAS, M., & REVELO, J. E. (2011). Instituciones, conflicto armado e poder político en el municipio colombiano. In *Los estados del país. Instituciones municipales y realidades locales* (pp. 12 - 51). Bogotá: Colección de Justicia.
- GARCÍA, M., & ESPINOSA, J. (2011). Incorporación institucional de la periferia: tres casos paradigmáticos. In *Los Estados del país. Instituciones municipales y realidades locales* (pp. 211 - 262). Bogotá: Colección de Justicia.
- GARCÍA, M., ARENAS, N., & HERNÁNDEZ, P. (2011). Evolución reciente de la concentración de la propiedad de la tierra en Colombia: entre la institucionalidad y la guerra. Una exploración a nivel municipal. In *Los estados del país. Instituciones municipales y realidades locales* (pp. 53 - 106). Bogotá: Colección de Justicia.
- GERMANI, G. (2010). La inmigración masiva y su papel en la modernización del país (1962). In J. C. Marin, M. Murmis, & A. e. Lattes, *Gino Germani. La sociedad en cuestión. Antología Comentada* (pp. 490 - 543). Buenos Aires: CLACSO.
- GIZ. (2011). Programa Buen Gobierno Descentralizado y Reducción de la Pobreza. Asunción Paraguay: <http://www.giz-programapy.org/agenda2008.htm>.
- GIZ. (2011). Programa Buen Gobierno Descentralizado y Reducción de la Pobreza. Asunción Paraguay: <http://www.giz-programapy.org/agenda2008.htm>.

- GONZÁLEZ, A. (2005). El modelo y la metodología BIT - PASE. In *Incorporación de la dinámica poblacional en los procesos de planeación de Cundinamarca*. (p. 72). Bogotá: UNFPA, MAVDT, Universidad Externado de Colombia, Gobernación de Cundinamarca.
- GONZÁLEZ, A. (2010). *La migración de retorno en Colombia, Un análisis descriptivo a partir del Censo Nacional de Población de 1993*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.
- GONZÁLEZ, A., RUBIANO, N., & CUERVO, S. (2009). *Guía para el análisis demográfico local. Herramientas para incluir el enfoque poblacional en los procesos de planeación de desarrollo integral*. Bogotá: UNFPA - Universidad Externado de Colombia.
- GONZÁLEZ, F., BOLÍVAR, I., & VÁSQUEZ, T. (2002). *Violencia política en Colombia. De la nación fragmentada a la construcción del Estado*. Bogotá: Centro de Investigación en Educación y Cultura Popular.
- GONZÁLEZ, F., BOLÍVAR, I., & VÁSQUEZ, T. (2002). *Violencia Política en Colombia. De la nación frgmentada a la construcción del Estado*. Bogotá: Centro de Investigación y Educación Popular - CINEP.
- GOUSËT, V., JARAMILLO, J., OCHOA, G., TABORDA, L., & VALLEJO, C. (1999). *Dinámicas Socioeconómicas del Espacio Colombiano*. (C. -D. IRD, Ed.) Bogotá.
- GRIFFIN, E. C., & WILLIAMS, L. S. (1980). Social implications of changing population patterns: the caso of rural depopulation in Colombia. In R. N. THOMAS, & J. N. HUNTER (Eds.), *Internal migration systems in the developing world. With special reference to Latin America* (pp. 17 - 25). Cambridge: Schenkman Publishing Co.
- GUHL, E. (1975). *Colombia: Bosquejo de su geografía tropical*. Bogotá: Instituto Colombiano de Cultura, Subdirección de Comunicaciones Culturales.
- GUHL, E. (1991). *Escritos geográficos: las fronteras políticas y los límites naturales*. Bogotá: Fondo FEN Colombia.
- GUTIÉRREZ, F. (2010). Instituciones y territorio. La descentralización en Colombia. In K. A. Stiftung, *25 años de la descentralización en Colombia*. (pp. 11 - 54). Bogotá: Konrad Adenauer Stiftung.
- GUTTANDIN, F. (2007). *Pobreza Campesina desde la Perspectiva de Madres Beneficiarias del Programa Tekoporã*. Asunción - Paraguay: UNFPA - GTZ.
- HALL, S. (2013). *DA DIÁSPORA. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- HARVEY, D. (2001, 2005). *A produção capitalista do espaço*. (C. Szlack, Trans.) São Paulo: ANNABLUME.
- HARVEY, D. (2001, 2007). *Espacios del capital. Hacia una geografía crítica* (Ediciones AKAL, S.A para la lengua española. ed.). Barcelona: Ediciones AKAL. S.A.
- HARVEY, D. (2009). *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

- HAUMONT, A. (2000). Las metrópolis de los países desarrollados en la transición urbana. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: una comparación internacional* (pp. 37 - 52). Bogotá: Alfomega.
- HOBSBAWM, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX*. (M. Santana, Trans.) São Paulo: Companhia das letras.
- HOBSBAWM, E. (1995). *A era dos extremos: O breve século XX*. (M. Santana, Trans.) São Paulo: Companhia das letras.
- HORACE HAMILTON, C. (1965). Practical and Mathematical Considerations in the Formulation and Selection of Migration. *Demography*, Vol 2, pp. 429-443.
- ISSERMAN, A., FESER, E., & WARREN, D. (2009). Why Some Rural Places Prosper and Others Do Not. *International Regional Science Review*, 32(3), 300 - 342.
- JARAMILLO, F. (2002). *Crisis y transformación de la agricultura colombiana* (Primera ed.). Bogotá: Fondo de Cultura Económica del Banco de la República .
- JUNGUITO, R., & RINCÓN, H. (2007). La política fiscal en el siglo XX en Colombia. In *Economía colombiana en el siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 239 - 308). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.
- KALMANOVITZ, S., & LÓPEZ, E. (2006). *La agricultura colombiana en el siglo XX* (Primera edición ed.). Bogotá, Colombia: Fondo de Cultura Económica.
- KALMANOVITZ, S., & LÓPEZ, E. (2007). Aspectos de la agricultura colombiana en el siglo XX. In *Economía Colombiana en el Siglo XX. Un análisis cuantitativo*. (pp. 127 - 168). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.
- KAUHANEN, M., TERVO, & Hannu. (2002). Who Moves To Depressed Regions? An Analysis Of Migration Streams In Finland In The 1990S. *International Regional Science Review*, 25(2), 200–218.
- KOSER, K. (2011). Internally Displaced Persons. In O. U. Press, & B. Alexander (Ed.), *global Migration Governance* (pp. 210 - 223). Oxford: Oxford University Press.
- KUPTSCH, C., & PHILIP, M. (2011). Low-Skilled Labour Migration. In A. Betts, *Global Migration Governance* (pp. 34 - 59). Oxford: Oxford University Press.
- LARA , P. J. (2009). *Enfoque poblacional para la revisión y ajuste de planes de ordenamiento territorial. Guía de aplicación*. Bogotá: UNFPA.
- LATTES, A. (1983). Acerca de los patrones recientes de movilidad territorial de la población en el mundo. *Cuaderno del CENEP*(27), 43.
- LATTES, A. (2010). La contribución de Germani al conocimiento de las migraciones. In J. C. Marin, M. Munis, & A. Lattes, *Gino Germani. La sociedad en cuestión. Antología Comentada* (pp. 402 - 409). Buenos Aires: CLACSO.
- LEE, E. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1), 47 - 57.
- LERNER, S. (1971). Presentación. In CLACSO, Comisión de Población y Desarrollo, *Migraciones internas. Consideraciones teóricas* (p. 4). México: CLACSO.
- LERNER, S. (1971). Presentación. In CLACSO, Comisión de Población y Desarrollo, *Migraciones internas. Consideraciones teóricas* (p. 4). México: CLACSO.

- Ley de Víctimas 1448. (2011). *Ley de víctimas y restitución de tierras*. Bogotá - Colombia: Presidencia de la República de Colombia Agencia Presidencial para la Acción Social y la Cooperación Internacional - ACCIÓN SOCIAL.
- LOESCHER, G., & MILNER, J. (2011). UNHCR and the global Governance os Refugees. In O. U. Press, & A. Betts (Ed.), *Global Migration Governance* (pp. 189 - 209). Oxford: Oxford University Press.
- LOPEZ MORENO, E. (2011). Living with shelter deprivations: Slum dwellers in the world. In ONU-DESA-PopulationDivision, *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective* (p. 378). NY: ONU.
- LÓPEZ TORO, A. (2009). *Migración y cambio social en Antioquia durante el siglo XIX*. Bogotá: Universidad de los Andes.
- LOZANO, N., PIRAS, G., IBAÑEZ, A. M., & HEWINGS, G. (2010). The Journey to Safety: Conflict-Driven Migration Flows in Colombia. *International Regional Science Review*, 157-180.
- LUCAS, R. (1997). Internal Migration in developing countries. In M. Rozenweig, & O. Stark (Eds.), *Handbook of Population and Family* (pp. 721 - 798). Amsterdam: Elsevier.
- LULLE, T. (2000). BOGOTÁ: Los costos del Laisser - Faire. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: Una comparación internacional* (pp. 238 - 243). Bogotá: Alfaomega.
- LULLE, T., & LE BRIES, É. (2000). La acción pública a prueba de las prácticas. In F. Dureau, V. Dupont, É. Lelièvre, J.-P. Lévy, & T. Lulle (Eds.), *Metrópolis en movimiento: una comparación internacional* (pp. 220 - 237). Bogotá: Alfaomega.
- MAROCO, J. (2003). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Campinas: Lbisboa: Silao.
- MARTINE, G. (1984). *Os dados censitários sobre migrações internas: Evolução e utilização*. Projeto BRA/82/024, OIT/PNUD/CNRH, Ouro Preto.
- MARTINE, G. (2011). Preparing for sustainable urban growth in developing areas. In ONU-DESA-PopulationDivision, *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective* (p. 378). NY: ONU.
- MARTÍNEZ, C. (2001). *Las migraciones internas en Colombia. Análisis territorial y demográfico según los censos de 1973 y de 1993*. Centro de Estudios Demográficos, Programa de Geografía. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- MARTÍNEZ, C. (2001). *Las migraciones internas en Colombia. Análisis territorial y demográfico según los censos 1973 y 1993*. Universidad Autónoma de Barcelona, Departamento de Geografía. Barcelona: Universidad Autónoma de Barcelona.
- MASSEY, D., ARANGO, J., GRAEM, H., KOUAOCLi, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, E. (1993). Teorías sobre la migración internacional: una reseña y una evaluación. *Population and Development Review*, 19(3).

- MASSEY, D., ARANGO, J., GRAEME, H., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, E. (1993). Theories of International Migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431 - 466.
- MASSEY, D., ARANGO, J., GRAEME, H., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, E. (1998). *Worlds in motion. Understanding Internacional Migration at the End of the Millennium*. New York: CLARENDON PRESS - OXFORD.
- MATÍNEZ, C. (2001). Las variables de la clasificación geográfica. In D. -U.-C. Colombia, *Homologación de los microdatos censales colombianos, 1964 - 1999. Memorias del taller Col (ip'-ums)* (pp. 216 - 243). Bogotá: DANE.
- MEISEL , A., & VEGA, M. (2007). La estatura de los colombianos: Un nesayo de antropometria histórica, 1905 - 2003. In *La Economía Colombiana del Siglo XX* (pp. 34 - 80). Bogotá: Banco de la República e Fondo de Cultura Económica.
- MOLANO BRAVO, A. (2001). *Desterrados. Crónicas del desarraigo*. Bogotá: El Áncora Editores.
- MOURA, H. (Ed.). (1980). *Migração interna. Textos selecionados* (Única ed.). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste.
- MUÑOZ, H., & DE OLIVEIRA, O. (1971). Migraciones internas en América Latina: exposición y crítica de algunos análisis. In CLACSO, *Migración y desarrollo: Consideraciones teóricas* (pp. 5 - 30). México: CLACSO.
- Oliveira, O., & Stern, C. (1971). Notas acerca de las teorías de las migraciones internas. Aspectos sociológicos. In C. d. CLACSO, *Migración y desarrollo. Consideraciones teóricas* (pp. 32 - 44). México: CLACSO.
- OLIVEIRA, O., & STERN, C. (1971). Notas acerca de las teorías de las migraciones internas. Aspectos sociológicos. In C. d. CLACSO, *Migración y desarrollo. Consideraciones teóricas* (pp. 32 - 44). México: CLACSO.
- ONU. (1970). *Manuals on methods of estimating population. Manual VI. Methods of Measuring Internal Migration*. New York: Department of Economic and Social Affairs. Population Studies, No 47.
- ONU. (2010). *Principios y recomendaciones para los censos de población y habitación*. Nueva York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales.
- ONU. (2011). *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective*. ONU: Department of Economic and Social Affairs - Population Division.
- ONU. (2011). *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective*. ONU: Department of Economic and Social Affairs - Population Division.
- OUCHO, J. O. (1996). Recent Internal Migration Processes in Sub-Saharan Africa: Determinants, Consequences, and Data Adequacy Issues. In UNFPA, *Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues* (pp. 89 - 120). New York: Kluwer Academic Publishers.

- PALACIOS, M., & SAFFORD, F. (2002). *Colombia país fragmentado, sociedad dividida. Su historia* (Primera ed.). (P. Marco, & G. Ángela, Trans.) Bogotá: Norma.
- PALACIOS, M., & SAFFORD, F. (2002). *Colombia país fragmentado, sociedad dividida. Su historia* (Primera ed.). (P. Marco, & G. Ángela, Trans.) Bogotá: Norma.
- PARDO RUEDA, R. (2004). *La historia de las guerras*. Bogotá: Ediciones Barcelona.
- PÉCAUT, D. (1987, Marzo). Acerca de la violencia de los años cincuenta. *Boletín Socioeconômico CIDSE de la Universidad del Valle*(17).
- PÉCAUT, D. (2001). *Orden y violencia. Evolución sociopolítica de Colombia 1930 y 1953*. Bogotá: Norma.
- PÉCAUT, D. (2008). *Crónicas de cuatro décadas de política colombiana*. Bogotá: Grupo Editorial Norma 2006.
- PÉCAUT, D. (2013). *La experiencia de la violencia: Los desafíos del relato y la memoria* (Primera Edición ed.). Medellín: La Carreta Editores .
- PEKKALA, S. (2003). Migration Flows In Finland: Regional Differences In Migration Determinants And Migrant Types. *International Regional Science Review*, 466–482.
- PINTO DA CUNHA, J. M. (1996). New Trends in Urban Settlement and the Role of Intraurban Migration: the Case of São Paulo - Brazil. In UNFPA, *Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues* (pp. 121 - 153). New York: Kluwer Academic Publishers.
- PIZARRO MARTINEZ, J. (2002). Ciudades de Chile, migración interna y redistribución de la población. Algunas evidencias del periodo 1987 - 1992. *Revista de Geografía Norte Grande*, 21 - 38.
- PLANE, D., & ROGERSON, P. (1994). *THE GEOGRAPHICAL ANALYSIS OF POPULATION*. NY: JHON WILEY & SONS, INC.
- PNUD. (2011). *Colombia rural. Razones para la esperanza. Informe nacional de desarrollo humano 2011*. Bogotá: INDH PNUD.
- PRESTON, S., HEUVELINE, P., & Michell, G. O. (2001). *Demography: Measuring and Modeling Population Processes*. . Wiley-Blackwell.
- RIGOTTI, J. (1999). *TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO DAS MIGRAÇÕES, A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS: APLICAÇÃO AOS CASOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO*. Universidade Federal de Minas Gerais, FACE. Belo Horizonte: UFMG.
- RIGOTTI, J. I. (2006). Geografía dos fluxos populacionais segundo níveis de escolaridade dos migrantes. *Estudos avançados*, 20(57), 237 - 254.
- RIGOTTI, J., & VASCONCELLOS, I. (2005). Uma Análise Espacial Exploratória dos Fluxos Populacionais Brasileiros nos Períodos 1986-1991 e 1995-2000. *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações da ABEP*(Rio de Janeiro [CD-ROM]).
- ROBINSON, J. (2007). ¿Un típico país latinoamericano? Una perspectiva sobre el desarrollo. In *Economía colombiana del siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 639 - 669). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.

- ROBINSON, J. (2013, February). Colombia: Another 100 Years of Solitude? *CURRENT HISTORY*, 43 - 48.
- ROBINSON, J., & URRUTIA, M. (2007). Una historia económica de Colombia en el siglo XX. In J. Robinson, & M. Urrutia (Eds.), *Economía colombiana del siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 1 - 8). Bogotá: Banco de la República de Colombia - Fondo de Cultura Económica.
- ROBINSON, J., ACEMOGLU, D., & SANTO, R. (2009, December). The monopoly of violence: evidence from Colombia. *NBER WORKING PAPER SERIES*(15578).
- RODRIGUEZ Vignoli, J. (2004). Migración interna en América Latina y el Caribe: estudio regional del periodo 1980 - 2000. *CEPAL - Serie Población y desarrollo*, 50, 58.
- RODRÍGUEZ Vignoli, J. (2004). Migración interna en América Latina y el Caribe: estudio regional del periodo 1980 - 2000. *Serie Población y Desarrollo CEPAL*(50), 58.
- RODRIGUEZ Vignoli, J. (2011). The spatial distribution of the population, internal migration and development in Latin America and the Caribbean. In ONU, Department of Economic and Social Affairs, & Population Division, *Population Distribution, Urbanization, Internal Migration and Development: An International Perspective* (p. 378). New York: United Nations.
- RODRIGUEZ Vignoli, J., & ACUÑA, M. (2004, Diciembre). Explotando el módulo sobre migración interna de los censos de población y vivienda de América Latina y el Caribe. *Redatam Informa*, 10, 20.
- RODRIGUEZ Vignoli, J., & BUSSO, G. (2009). *Migración interna y desarrollo en América Latina. Un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países*. (1 ed.). Santiago de Chile: ONU - CEPAL.
- ROGERS, A., WILLEKENS, F., LITTLE, J., & RAYMER, J. (2002). Describing migration spatial structure. *Papers in Regional Science*(81), 29 -48.
- ROMERO, M. (2007). Nuevas guerras, paramilitares e ilegalidad: una trampa difícil de superar. In L. Archila (Ed.), *PARAPOLÍTICA. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos políticos* (pp. 449 - 471). Bogotá: Corporación Nuevo Arco Iris.
- RUBIANO, N. (2005). La dinámica demográfica en municipios de Cundinamarca. In *Incorporación de la dinámica poblacional en los procesos de planeación de Cundinamarca*. Bogotá: UNFPA, MAVDT, Universidad Externado de Colombia.
- RUBIANO, N., GONZÁLEZ, A., TOLEDO, A., ZAMUDIO, L., CANO, C., CÓRDOBA, C., & PARRA, E. (2003). *Población y ordenamiento territorial*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.
- RUIZ, N. (2007). *El desplazamiento forzado en el interior de Colombia: Caracterización sociodemográfica y pautas de distribución territorial 2000 – 2004*. Tesis de doctorado en Demografía, Centro de Estudios Demográficos - Universidad Autónoma de Barcelona, Departamento de Geografía, Barcelona.
- SACHS, J. (2006). *El fin de la pobreza. Cómo conseguirlo en nuestro tiempo*. (Primera edición en México ed.). (R. G. Muntada, Trans.) Mexico, D. F., México: ARENA ABIERTA.

- SAINZ, P., RYTEN, J., & SCHWARTZMAN, S. (2008). *Síntesis del proceso de cierre del Censo General 2005*. Bogotá: DANE.
- SANCHEZ, F., FERNANDEZ, A., & ARMENTA, A. (2007). Historia colombiana en el siglo XX: Grandes tendencias y estudios relevantes. In *Economía colombiana en el siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 313 - 378). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.
- SÁNCHEZ, J. (2010). *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid, España: Biblioteca Nueva.
- SÁNCHEZ, J. J. (2010). *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid, España: Biblioteca Nueva.
- SARMIENTO, E. (2014, Março 15). ¿Qué se esperaba de los TLC? *EL ESPECTADOR*.
- SARMIENTO, E. (2014, Fevereiro 16). Los desaciertos del libre comercio. *Elespectador*.
- SASSEN, S. (1988). *The Mobility of Labor and Capital: A Study in International Investment and labor flows*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHAEFFER, P., KAHSAI, M., & JACKSON, R. (2012). Beyond the Rural–Urban Dichotomy: Essay in Honor of Professor A. M. Isserman. *International Regional Science Review*, 1-16.
- SCHMEIDL, S. (1997, Junho). Exploring the causes of forced migration: A pooled time-series analysis, 1971-1990. *Social Science Quarterly*, 78(2), 284 - 307.
- SCHMEIDL, S. (2001). Conflict and forced migration: A quantitative review 1964 - 1995. In A. Zolberg, & A. R. Benda (Ed.), *Global migrants global refugees: Problems and solutions* (pp. 62 - 94). Berghen Books.
- SCHULTZ, P. (1971). Rural-Urban Migration in Colombia. *The Review of Economics and Statistics*, 53(2), 157-163.
- SHANKAR Singh, J. (2001). *Un nuevo consenso sobre población. Balance y propuestas en el umbral del siglo XXI*. (Primera edición 2001 ed.). (M. B. Abelló, Trad.) Barcelona, España: Icaria Editorial.
- SIEGEL, J., & SWANSON, D. (2004). *The methods and materials of demography* (Segunda ed.). San Diego: Elsevier Academic Press.
- SILVA, A., & GONZÁLEZ, P. (2009). Un análisis espacial de las migraciones internas en Colombia (2000-2005). *Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión*, XVII(1), 123-144.
- SINGER, P. (1973). *Economía Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.
- SINGER, P. (2003). Migraciones internas: consideraciones teóricas sobre su estudio. *DOCTRINA*, 51(Julio - Agosto), 17.
- SIVAMURTHY, M. (1969). Errors in the Estimation of Net Migration Rate in the Studies of Internal Migration. *Journal of the American Statistical Association*, Vol 64(No 328), 1434 - 1438.
- STIGLITZ, J. E. (2002). *A globalização e seus malefícios. A promessa não-cumprida de benefícios globais*. (B. T. Lingüística, Trans.) São Paulo: Editora Futura.

- SUÁREZ MONTOYA, A. (2007). *El modelo agrícola colombiano y los alimentos en la globalización*. Bogotá: Ediciones Aurora.
- SUBDERE. (2009). *Descentralización en América Latina: un análisis comparado de los casos Colombia, Bolivia, Perú, Brasil y Argentina*. Santiago de Chile: División de Políticas y Estudios Departamento de Políticas y Descentralización - Subsecretaría de Desarrollo Regional y Administrativo - Ministerio del Interior - Gobierno de Chile.
- SUBDERE. (2009). *Descentralización en América Latina: un análisis comparado de los casos Colombia, Bolivia, Perú, Brasil y Argentina*. Santiago de Chile: División de Políticas y Estudios Departamento de Políticas y Descentralización - Subsecretaría de Desarrollo Regional y Administrativo - Ministerio del Interior - Gobierno de Chile.
- TORRES, M. C. (2010). ¿Reformar para pacificar? In C. IRG, *Gobernanza y conflicto en Colombia. Interacciones entre gobernantes y gobernados en un conflicto violento* (pp. 149 - 167). Bogotá: Universidad Javeriana.
- TORRES, M. C. (2010). ¿Reformar para pacificar? In C. IRG, *Gobernanza y conflicto en Colombia. Interacciones entre gobernantes y gobernados en un conflicto violento* (pp. 149 - 167). Bogotá: Universidad Javeriana.
- UEC - MAVDT - UNFPA. (2004). *Serie de Población y Ordenamiento. Guía Metodológica No 2. Elementos poblacionales para el ordenamiento territorial*. Bogotá.
- UEC - MAVDT - UNFPA. (2004). *Serie de Población y Ordenamiento. Guía Metodológica No 2. Elementos poblacionales para el ordenamiento territorial*. Bogotá.
- UEC - MAVDT - UNFPA. (2004). *Serie Población y Ordenamiento Territorial. Guía No 1, Elementos poblacionales básicos para la planeación*. Bogotá.
- UEC - UNFPA - MAVDT. (2004). *Serie Población y Ordenamiento Territorial. Guía Metodológica 3. Metodología para el análisis de tensiones, interacciones y balances en dinámicas y desarrollos poblacionales, ambientales, sociales y económicos*. Bogotá: MAVDT.
- UNFPA. (2002). *Documento del Subprograma de Población y Desarrollo*. Asunción Paraguay: UNFPA.
- UNFPA-UEC. (2005). *Nuevos métodos para censos de población: Foro Latinoamericano*. Bogotá, Colombia: Universidad Externado de Colombia.
- Unidad para la atención reparación integral a las Víctimas, R. (2013). *Informe Nacional de Desplazamiento Forzado en Colombia*. Bogotá: República de Colombia.
- UNITED NATIONS. (1970). *Manuals on methods of estimating population. Manual VI. Methods of Measuring Internal Migration*. New York: Department of Economic and Social Affairs. Population Studies, No 47.
- URRUTIA, M., & POSADA, C. E. (2007). Un siglo de crecimiento económico. In M. URRUTIA, & J. ROBINSON (Eds.), *Economía colombiana del siglo XX. Un análisis cuantitativo* (pp. 12 - 33). Bogotá: Fondo de Cultura Económica.

- VALENCIA, L. (2007). Los caminos de la alianza entre los paramilitares y los políticos. In L. Archila (Ed.), *Parapolítica. La ruta de la expansión paramilitar y los acuerdos de políticos* (pp. 13 - 48). Bogotá: Corporación Nueva Arco Iris.
- VILLA, L., & ESGUERRA, P. (2007). El comercio exterior colombiano en el siglo XX. In *Economía Colombiana en el Siglo XX. Un análisis ciantitativo* (pp. 81 - 124). Bogotá: Banco de la República y Fondo de Cultura Económica.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The modern world-system*. New York: Academic.
- WHITOL DE WENDEN, C. (2013). *El fenómeno migratório en el siglo XXI. Migrantes refugiados y relaciones internacionales* (Primera edición en español, 2013 ed.). México: Fondo de Cultura Económica.
- ZELINSKY, W. (1971). The hipotesis of the mobility transition. *Geographical Review*(61), 219 - 249.
- ZELINSKY, W. (n.d.). The demographic transition: Changing patterns of migration. The Pennsylvania State University - University Park.
- ZOLBERG, A. (2001). Introduction: Beyond the crisis. In A. ZOLBERG, *Global Migrants, Global Refugees: Problems and Solutions* (pp. 1 - 18). New York: Aristide R. Zolberg, Peter M.
- ZOLBERG, A. (2006). Managing a World on the Move. *Population and Development Review*, 32, pp. 222-253.
- ZOLBERG, A. (2009). *A Nation by Design. Immigration Policy in the Fashioning of América*. New York : Rusell Sage Fundation .
- ZOLBERG, A., SUHRKE, A., & AGUAYO, S. (1989). *Escape from violence* (Primeira ed.). New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS.
- ZUICHES, J. (1980). Migration methodos and models a demographic perspective. In R. THOMAS, & J. HUNTER (Eds.), *Internal migration systems in the developing world. With special reference to Latin America* (p. 176). Cambridge Massachusetts: Schenkman Publishing Co.

ANEXOS

ANEXO 1. Metodología do DANE para “Levar” a população recenseada a um único momento estatístico.

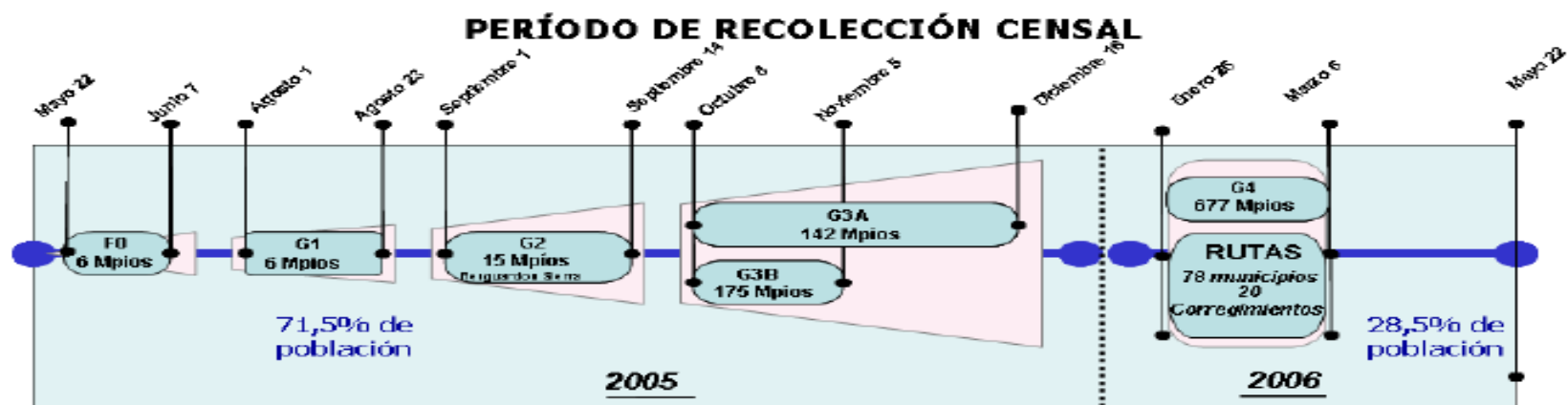
2.7 RESTITUCIÓN A UN ÚNICO MOMENTO ESTADÍSTICO

Como se describió antes, cada grupo de conglomerados tuvo un *período censal* diferente y, por lo tanto, un *momento censal* al inicio de la recolección. Esto significó que la información censal para cada uno de los municipios del país tuvo diferentes tiempos de referencia, lo cual no permitía la obtención de los acumulados departamentales, regionales y nacionales tanto de vivienda, hogares y población.

Lo anterior implicó llevar la información básica de población, vivienda y hogares a un único momento estadístico, para lo cual se tuvo en cuenta las siguientes consideraciones:

- Ubicar dicho momento, cerca al momento censal del grupo de conglomerados de mayor dinámica poblacional, para que los municipios que lo conforman no tuvieran ningún tipo de ajuste.
- Llevar hacia adelante los datos de población, con el fin de evitar problemas con los entes territoriales, teniendo en cuenta que estos conocen el dato observado.
- Proyectar los totales de población de cada municipio y mantener las estructuras por edad y sexo constantes.
- Realizar la proyección de estos totales considerando la ecuación compensadora, de la cual se obtiene un factor de crecimiento para el período, dado por factores de movilidad espacial y crecimiento natural.
- Con las preguntas de control, estimar un factor adicional por conglomerado, aplicable a la estructura de la población, el cual estaba determinado por la información obtenida de las preguntas del módulo de control sobre el volumen de personas que se trasladaron a municipios ya censados y que no hayan sido censadas en el municipio de origen.
- Realizar un ajuste a la estructura de población cuando se detecten personas duplicadas, el cual consistió en un “cotejo” en el cual se tomó la información de las variables de control y se cruzó con el nombre, edad, fecha de nacimiento, sexo, relación de parentesco, estado conyugal y nivel educativo. En el caso de que se presentara este hecho en cada municipio y, entre municipios, se tuvo en cuenta las siguientes situaciones:
 - Si la persona se movía al interior de la cabecera o parte rural de un mismo municipio y se detectaba en más de una ocasión, se contabilizó una sola vez y, para efectos del censo se deja en el último lugar en que fue censado.
 - Si la persona se movía de cabecera a resto o resto a cabecera del mismo municipio se contabilizó en el último lugar donde fue censado y se borró del lugar inicial.
 - Si la persona se movía entre municipios, se dejó en el último y se borró del resto

ANEXO 2. Calendario das fases e conglomerados dos municípios para a recolección do censo 2005



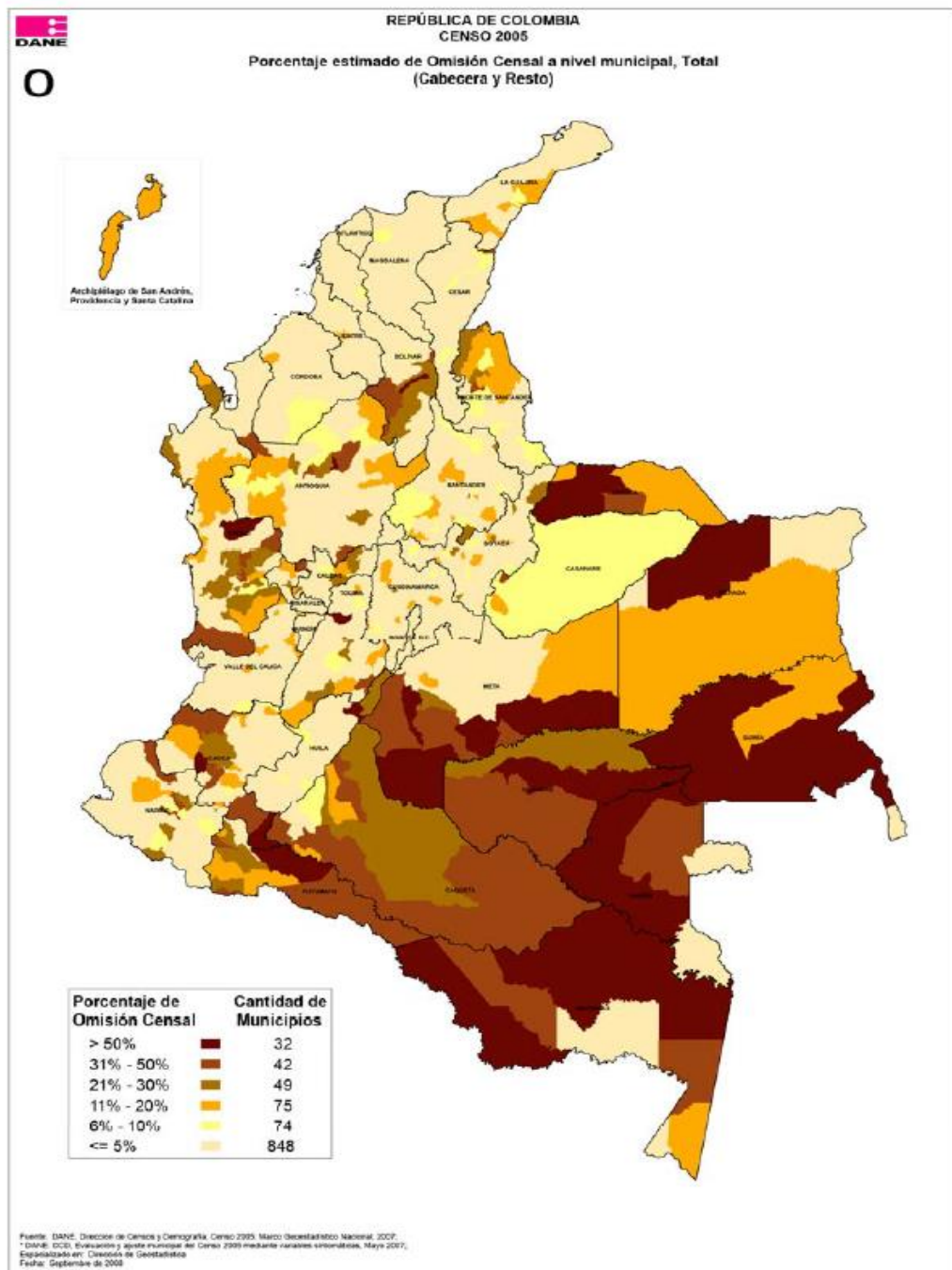
	FASE 0 Grupo 0	FASE 1 Grupo 1	FASE 2 Grupo 2	FASE 3		FASE 4 Grupo 4	RUTAS
Inicio	Mayo 22 de 2005	Agosto 1 de 2005	Septiembre 1 de 2005	Octubre 8 de 2005	Octubre 8 de 2005	Enero 26 de 2006	Enero 26 de 2006
Fin	Junio 22 de 2005	Agosto 23 de 2005	Septiembre 14 de 2005	Noviembre 5 de 2005	Diciembre 18 de 2005	Marzo 6 de 2006	Marzo 6 de 2006
Municipios	6 municipios de dinámica baja. Jericó (Antioquia), Piojó (Atlántico), Viterbo (Caldas), Buenos Aires (Cauca), Chocontá (Cundinamarca), Oiba (Santander)	6 municipios de dinámica baja. Gómez Plata (Antioquia), San Estanislao (Bolívar), Garagoa (Boyacá), Apia (Risaralda), Pinchote (Santander), Restrepo (Valle)	Todos los municipios de La Guajira (15 municipios) y los resguardos de la Sierra Nevada de Santa Marta. Riochacha, Albarria, Barranquilla, Tibulla, Distracción, El Molino, Fonseca, Hatonuevo, La Jagua del Pilar, Maicao, Manare, San Juan del Cesar, Uribia, Brumita y Villanueva.	Municipios con un alto crecimiento poblacional. Corresponde a las principales áreas metropolitanas caracterizadas por una muy alta movilidad de la población. 142 municipios. Antioquia (18), San Andrés (1), Atlántico (12), Bogotá, Bolívar (7), Boyacá (5), Caldas (7), Cauca (3), Cesar (5), Cundinamarca (16), Huila (3), Magdalena (7), Meta (3), Nariño (2), Norte de Santander (6), Quindío (6), Risaralda (5), Santander (9), Tolima (8), Valle (19)	Municipios con un crecimiento poblacional significativo. Corresponde a las ciudades intermedias que son receptoras de la población de los municipios aledaños. 174 municipios. Antioquia (16), San Andrés y Providencia (1), Atlántico (6), Bolívar (7), Boyacá (24), Caldas (3), Cauca (3), Cesar (10), Cundinamarca (34), Huila (9), Magdalena (3), Norte de Santander (7), Quindío (6), Risaralda (2), Santander (13), Tolima (13), Valle (7)	Municipios de dinámica baja, 684 municipios. Antioquia (87), Arauca (7), Atlántico (4), Bolívar (30), Boyacá (33), Caldas (16), Caquetá (13), Casanare (19), Cauca (29), Cesar (10), Córdoba (26), Cundinamarca (65), Guanía (2), Guaviare (1), Huila (25), Magdalena (20), Meta (24), Nariño (53), Norte de Santander (27), Risaralda (6), Santander (64), Sucre (26), Tolima (26), Valle (14), Vaupes (3), Vichada (2)	Regiones del país de difícil acceso, baja densidad de población y grandes extensiones a recorrer. 92 municipios: Amazonas (1), Antioquia (2), Caquetá (3), Casanare (19), Cauca (5), Chocó (31), Guanía (7), Guaviare (3), Meta (2), Nariño (9), Putumayo (13), Valle (1), Vaupes (3), Vichada (2)
Población censada	82.113	729.146	729.146	26.579.783	2.245.171	10.277.782	1.554.388
Porcentaje de población	0,2%	1,8%	1,8%	84,1%	5,4%	24,8%	3,7%

Fuente: DANE

ANEXO 3. Mapa da omissão censitária do censo 2005



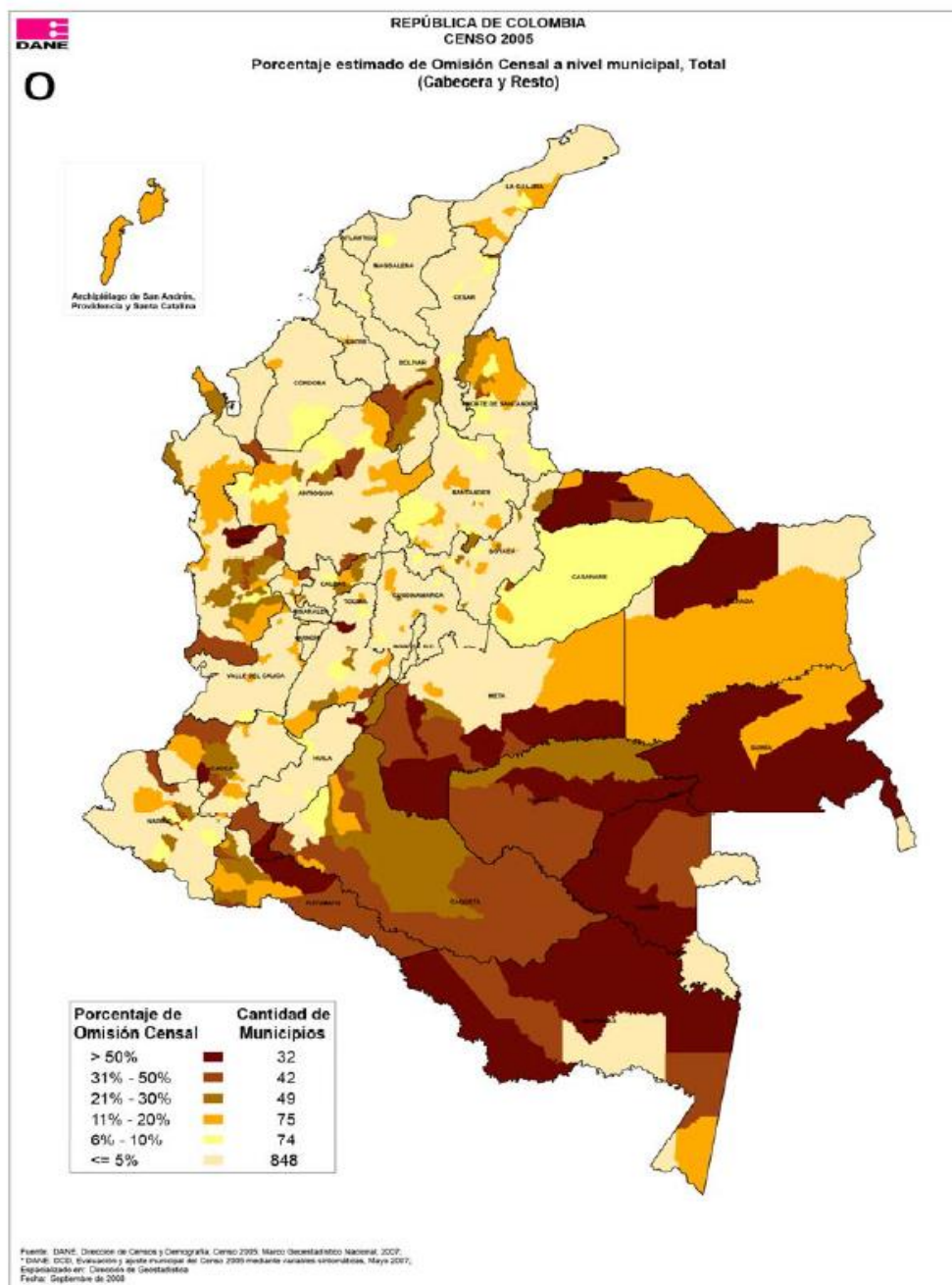
Mapa D3
 Porcentaje estimado de omisión censal a nivel municipal, total (cabecera y resto),
 Censo 2005



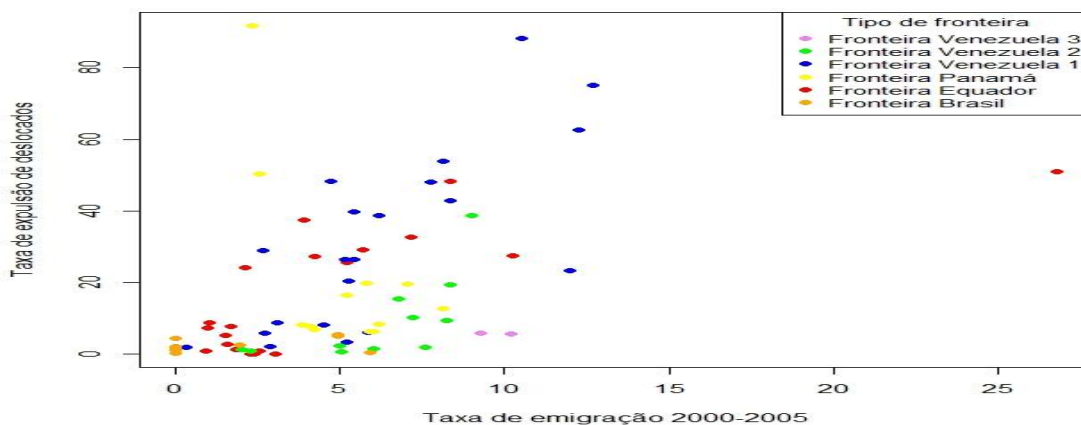
ANEXO 4. Mapa de cobertura censitaria do censo 2005



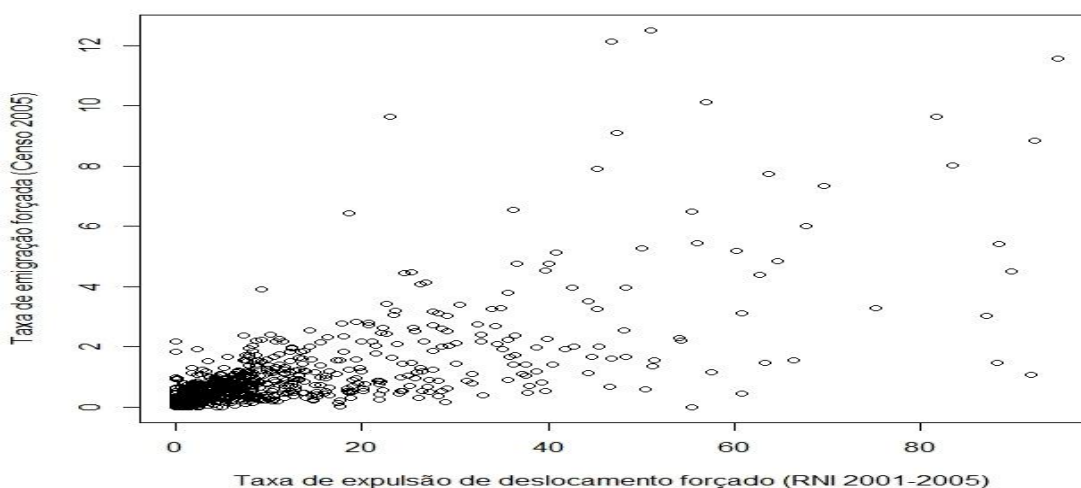
Mapa D3
Porcentaje estimado de omisión censal a nivel municipal, total (cabecera y resto),
Censo 2005



ANEXO 5. Plots da relação entre as taxas da migração interna, as taxas de migração forçada, e as taxas de deslocamento forçado na escala municipal Censo 2005 e RUPD-RNI.



Taxas de deslocamento, diferentes fontes



Relação entre deslocamento e imigração

